

Insubmissão Intelectual de Mulheres Negras Nordestinas

DAYSE SACRAMENTO,
MANOELA BARBOSA
e NUBIA REGINA MOREIRA
(Org.)



Insubmissão Intelectual de Mulheres Negras Nordestinas

DAYSE SACRAMENTO, MANOELA BARBOSA
e NUBIA REGINA MOREIRA (Org.)

Traduzido por CAMILA BARROS

Ilustrado por MAREACAROL



EDITORA
DIÁLOGOS
INSUBMISSOS

FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO
BRASIL E PARAGUAI

EDITORA
DIÁLOGOS
INSUBMISSOS

FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO
BRASIL E PARAGUAI

Realização	EDITORA DIÁLOGOS INSUBMISSOS e FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO
Editora Responsável	DAYSE SACRAMENTO
Organizadoras	DAYSE SACRAMENTO, MANOELA BARBOSA e NUBIA REGINA MOREIRA
Tradução	CAMILA BARROS
Acompanhamento Editorial	AYALA TUDE e DAYSE SACRAMENTO
Preparação de Texto	AYALA TUDE
Revisão Gráfica	NAIRA AQUINO
Projeto Gráfico e Diagramação	MAREACAROL
Produção Executiva	TÉCIA SANTOS
Direção Fundação Rosa Luxemburgo	TORGE LOEDING
Coordenadora de Projetos Fundação Rosa Luxemburgo	CHRISTIANE GOMES

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Insubmissão intelectual de mulheres negras nordestinas / organização Dayse Sacramento , Manoela Barbosa , Núbia Regina Moreira ; ilustração Mareacarol. -- Salvador, BA : Editora Diálogos Insubmissos : Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

ISBN 978-65-996370-0-1

1. COVID-19 - Pandemia 2. Geopolítica 3. Mulheres negras 4. Racismo I. Sacramento, Dayse. II. Barbosa, Manoela. III. Moreira, Núbia Regina. IV. Mareacarol.

21-87387

CDD-305.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Mulheres negras : Aspectos sociais : Sociologia
305.42

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva de Editora Diálogos Insubmissos e não representa necessariamente a posição da FRL.

Somente alguns direitos reservados. Esta obra possui a licença Creative Commons de "Atribuição + Uso não comercial + Não a obras derivadas" (BY-NC-ND)





*As águas sabem de tudo
A que te benze
A que me benze...*

*Nenhuma maré molha a roupa
De quem já se jogou sem nada
Nem assusta marinheiro
Destinado a seguir viagem
Sou assim pra tua*

*Pisei no rio
Pedi proteção por nós
E o teu mar me deu resposta
Uns estão pra peixe
Outros para a fome
E eu sigo de prato cheio
Porque a gente se dá de comer*

*Amor é coisa de se inundar
E mesmo assim, não tem salgada
Nem doce que tire o gosto
Do que provo de você*

*A que te benze
A que me benze...*

*As águas
Continuam
Sabendo de tudo.*

SUED NUNES



A plataforma literária **Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras** e a Fundação Rosa Luxemburgo firmam uma importante parceria, por meio da perspectiva da **pluriversalidade** como caminho ético e compromisso sociopolítico, a partir da compreensão de que é preciso expandir e visibilizar construções epistemológicas fincadas na percepção de que há distintas maneiras de se inscrever, resistir e (re) existir no mundo. Para isso, precisamos considerar fundamentos como: classe social, geração, raça/etnia, territorialidades, gênero/sexualidades, questões de ordem religiosa, por exemplo, como esteira que nos possibilitem pôr em prática o ubuntu: **“eu sou porque nós somos”**.

Quando vislumbramos a produção intelectual produzida no Brasil, de qualquer área do conhecimento, percebemos notadamente que existem hierarquias do conhecimento que são demarcadas geopoliticamente, privilegiando o que é produzido nos eixos centro-sudeste-sul do país. A pouca valoração se acentua ainda mais quando observamos tanto as condições de produção como a circulação dela ao partir da região Nordeste. Além da visibilidade tangenciada, escamoteada, a identidade nordestina é marcada por estereótipos que não condizem com a realidade de um povo produtor, inventivo e criativo como o nordestino.

Diante desse cenário, ao agenciarmos ações e propostas de trabalhos coletivos com pesquisadoras negras nordestinas, temos nos empenhado em reverter esta lógica perversa e excludente, com iniciativas locais voltadas para nós mesmas. E assim, partindo desse horizonte da coletividade, materializa-se o livro **Insubmissão Intelectual de Mulheres Negras Nordestinas**, que celebra parceria entre duas instituições que prezam por visibilizar e ampliar vozes, sobretudo de mulheres negras, e oportuniza o acesso do público leitor a essa publicação que evoca as múltiplas potências — existenciais e teóricas — de nove mulheres negras oriundas e/ou residentes no pluriverso nordeste do Brasil.

Os textos que compõem esta antologia corroboram o fortalecimento do operador teórico **escrevivência**, cunhado por Conceição Evaristo (2015), escritora e intelectual negra. Visto que, ao longo dos nove ensaios, podemos identificar a pujança das escritas e oralidades, que caminham de mãos dadas, e, nesse sentido, colaborar com o fortalecimento do sentido do escrever, evidenciando o quanto o ato da escrita das mulheres negras se estabelece como um gesto de insubordinação. Além disso, inscreve novos nomes e perspectivas para a Ciência, na medida em que os corpos-vozes-escritas das autoras não só rasuram o campo epistemológico, como também evidenciam a necessidade de ampliarmos os horizontes que abarcam o pensar nas potencialidades existentes no Brasil adentro, com a multiplicidade de sujeitos que somos.

Ao acessar os textos desta obra, o público leitor poderá se conectar de muitas maneiras com os vários nordestes, a partir do que é ofertado por meio do campo epistêmico entrelaçado com a tecnologia do afeto tão presentes na escrita das autoras. Muitas vezes, suas vozes/escritas apresentam-se como modos de resistência às sistemáticas tentativas de silenciamentos impostos pelas barreiras de classe/gênero/racial, e também geopolíticas. Sobretudo, leitores e leitoras poderão ter a oportunidade de “criarem uma comunidade de aprendizagem”, conforme sugere a crítica cultural, intelectual negra e ensaísta afro-americana bell hooks (2020), e, com isso, sentirem-se motivados/as a se movimentarem em direção a um sentido de ciência que abrigue as nossas multiplicidades, vivências, subjetividades, complexidades, saberes e intelectualidades. De modo que se aproximem de uma efetiva ação prática que possibilite “criarem um novo local onde a subjetividade negra radical pode ser nutrida e sustentada” (hooks, 2020) e, além disso, que opere como caminho para que outras pessoas, especialmente mulheres negras, possam se

conectar, reconhecer e aproximar da diversidade de experiências de outras mulheres negras.

Acolher-se e olhar para si são exercícios de cuidado que colocamos em prática com este encontro intelectual. Essa roda de **yabás** produziu um livro-axé, com nossa energia reunida em torno de imagens que projetamos por meio de palavras tecidas por mãos pretas, insubmissas e nordestinas, comprometidas em seguir vivas e prenhes de um futuro de incertezas impostas pela pandemia de Covid-19, mas com perspectivas que buscam assegurar o bem viver para as pessoas pretas, quando a necropolítica e o fascismo devastam as nossas negras existências no país.

Sentimos-nos abrigadas pelos textos de cada uma dessas autoras. Desejamos que xs leitores, assim como nós, possam se sentir motivadas/os a se conectarem com as múltiplas experiências dos nordestes ofertados pelas autoras. Boa leitura, boas aprendizagens e viva nós, viva as águas!

Com afeto,

DAYSE SACRAMENTO¹ e MANOELA BARBOSA²



¹ Dayse Sacramento, mulher preta de Salvador, professora de Língua Portuguesa do IFBA, Doutoranda em Literatura e Cultura - UFBA, Mestra em Crítica Cultural - UNEB, Produtora Cultural e Idealizadora do Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras. Editora responsável na Editora Diálogos Insubmissos.



² Sertaneja de Jequié-BA, educadora e pesquisadora, filósofa, mestra em Crítica Cultural e doutoranda em Literatura e Recepção. Integra a equipA do Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras.

PERNAMBUCO
SERGIPE MACEIÓ
PARAÍBARRA
BARRA NEGRA
BARRA DO VALE
MAGÉ PIAUI
RIO GRANDE DO
NORTE



Sumário

01

Prefácio
NUBIA REGINA
MOREIRA

II

Memória como lugar
de origem
KIKI SENA

I7

Pandemia de Covid-19:
Entre vidas negras e
a morte
JOANICE CONCEIÇÃO

33

Mulheres Negras:
Tramando resistências
e liberdade no Ceará
FRANCISCA MARIA
RODRIGUES SENA

47

O futuro possível é a
construção de um passado
que garante o presente
ZICA PIRES

55

Filha, diga o que vê.
Sopro ancestral e
escrita feminina afro-brasileira
DANIELLE LUNA E SILVA

67

Nordeste Maravilha.
Recife: Coração cultural
do Brasil
DENISE T'ÓGÚN BOTELHO

78

A minha história é talvez
igual a sua: Viveres de uma
mulher negra no Brasil do
tempo presente
IRANEIDE SOARES
DA SILVA

93

Mulheres afro-potiguares:
Uma experiência de
aquilombamento
STEPHANIE CAMPOS
PAIVA MOREIRA

III

Tempos de Atravessar:
Eu, mulher negra, movo-me
sem cessar
YÉRSIA ASSIS

125

Posfácio ou algumas notas
de uma editora negra
DAYSE SACRAMENTO

Prefácio

NUBIA REGINA MOREIRA







No ano de 2020, todas nós fomos invadidas pela notícia de uma pandemia de Covid-19, doença causada pelo vírus SARS-CoV-2, o novo coronavírus. Desde março daquele ano, quando a pandemia chegou ao Brasil, nossas vidas, mais uma vez, foram remexidas. Digo mais uma vez porque trato das vidas das pessoas negras, que desde a travessia do Atlântico, têm nos obrigado a criar tecnologias para existirem.

O convite para participar desta obra chegou em novembro, um período de esperança por dias melhores, que, no horizonte, representava a diminuição da taxa de contaminação pelo coronavírus, retorno dos encontros familiares nas festas de final de ano e, talvez, o ‘despejar da inhaca’ do ano de 2020 na festa carnavalesca de 2021. Mas, ainda hoje, esse horizonte está longe.

Entre outubro e dezembro do ano passado (2020), tivemos muitos acontecimentos no país. O mais marcante, e talvez improvável para tempos pandêmicos, foi a manutenção das eleições municipais. Não parecia que estávamos vivendo uma pandemia. Houve uma espécie de afrouxamento das medidas sanitárias que restavam, como os protocolos de segurança contra o alastramento do vírus. Assistimos à suspensão e ao desligamento, por parte do Governo Federal, das medidas de contenção da pandemia.

O período de distanciamento mudou nossa sociabilidade e afetou nossa saúde psíquica. Tivemos de reelaborar e ajustar o tempo e o espaço do trabalho dentro do ambiente doméstico. A recomendação do *#fiqueemcasa* (uma campanha para que as pessoas ficassem em casa e não se aglomerassem, a fim de conter a disseminação do vírus) se mostrou bastante frágil diante da quantidade de pessoas que, devido as suas condições sociais, não podiam atendê-la.

Houve grande insegurança ocasionada pelo desordenamento governamental. Além da diminuição das frotas de transportes públicos, com redução do período de um trem para outro, rodízio de carros, estabelecimento de escalas para o funcionamento do comércio, tudo a fim de evitar as aglomerações. As desigualdades foram potencializadas com a pandemia.

Protocolos não eram atendidos por falta de saneamento básico nos bairros periféricos e por falta do dinheiro para comprar bens alimentícios e itens de higiene, como o álcool gel (que passou a ser item obrigatório de uso). O desemprego atingiu a vida dos mais pobres e ainda tivemos de lidar com os bárbaros casos de violência policial contra jovens negros e com a negligência com as crianças pretas.

Nos noticiários do ano de 2020 não faltaram narrativas de morte, não apenas pela Covid-19, mas também pela brutalidade policial e pelo descaso com a vida de crianças pretas atingidas por armas de fogos durante operações policiais ou deixadas a sua própria sorte em elevadores. A população negra e pobre, que está por sua própria conta, tem sido a maior vítima neste cenário. E assim, mais uma vez somos chamadas a ativar nossas redes comunitárias para garantir que nossas vidas não sejam ceifadas pelo descaso político e pelo abandono da sociedade. De novo temos provado a potência criativa, em forma de coalizões com diversos setores, em prol da garantia de comida e assistência.

Seguimos com as denúncias, mas também na busca por realizações ao fazer o que não esperam que façamos. Seguimos construindo nosso dia a dia além da dor e dos punhos cerrados. Porque também cansamos. Quando os punhos estão abaixados, as mãos escrevem, tecem, cozinham, esculpem. As redes, as coalizões, a escrita, a música. Estarmos umas com as outras tem sido a forma mais potente de manter nossa sanidade psíquica e o nosso corpo físico.

Não desejamos alimentar narrativas de opressão, raça, classe, gênero e sexualidade criadas sobre nós, que, historicamente, dizemos quem somos. Por

isso, resolvemos reunir um grupo de mulheres do nordeste do país para, em forma de pequenos ensaios, trazer, cada uma ao seu modo, suas impressões, perspectivas e reflexões sobre si.

Os ensaios foram escritos no contexto da pandemia de Covid-19 que se estendeu e adentrou o ano de 2021. Portanto, as narrativas foram escritas na coexistência entre razão e emoção; objetividade e subjetividade; ativismo e academicismo.

Em **Memória como lugar de origem**, a autora Kika Sena do Nascimento traz um retorno da sua trajetória de vida. Há o reencontro daquilo que sempre existiu e da força que isso tudo provoca para ser e existir. A pertinência do narrar-se e de subjetivar-se. No caminhar por sua infância vivida perto das águas (doces, salgadas e paradas), passando por sua fuga causada pela urgência de viver sua identidade de gênero. Kika vê nas crianças pretas um projeto de ancestralidade, potência e de nutrição por saberes não coloniais. Sua função é arrancar as máscaras da colonização que rouba a infância negra.

Ao escrever **Pandemia de Covid-19: entre vidas negras e a morte**, a professora Joanice Conceição nos traz uma reflexão sobre três situações típicas de opressão interseccionais ocorridas em três contextos diferentes. Com suas palavras, demonstra a força da colonialidade em escrever ditames e valores sobre as vidas negras. A autora reflete sobre as faces das opressões e do racismo perante o fenômeno da pandemia de Covid-19. Focaliza “a vitimização da população negra, seja pelo impacto das desigualdades sociorraciais que retira dela direitos fulcrais à manutenção da vida seja pela forma como a legislação é aplicada para determinados grupos de indivíduos, por terem sua existência configurada por um imaginário estereotipado da branquitude”.

Na esteira da reflexão sobre a pandemia, Francisca Maria Rodrigues Sena, em **Mulheres negras: tramando resistências e liberdade no Ceará**, atesta como as mulheres negras jogam o jogo da sociedade com regras e artimanhas próprias. Afirma que as resistências são forjadas nas frestas das estruturas das instituições e no contato com as relações de poder. O mais importante: somos conspiradoras das nossas vidas, acreditamos na expertise ancestral. A opressão se dá no corpo, que é um aparelho refratário às opressões interseccionais, mas também o alvo das opressões sobre nossa altivez e potência. Há transformação do seu corpo e cabelos como bandeira da





negritude. A organização das mulheres são redes de proteção, apoio e promoção dos direitos das mulheres negras. Na conclusão do seu texto, a autora reafirma a “importância de mantermos a chama acesa em nosso peito e o axé, que nos movem a romper com as correntes e grades simbólicas e materiais que insistem em nos aprisionar, reafirmando nosso direito à liberdade, ao prazer e à vida digna”.

Em **Futuro possível é a construção de um passado que garante o presente**, Zica Pires trata dos impactos da pandemia nos territórios quilombolas, por meio das ações governamentais. O texto se insere numa discussão sobre os impactos da mineração, articulado ao agronegócio nas áreas da vida, existência e produção das comunidades tradicionais, entendidas como camponeses, quilombolas, quebradeiras de coco-babaçu e indígenas. Apresenta como as injunções do agronegócio nas terras das comunidades tradicionais têm sido responsáveis por impor uma dinâmica de aniquilação de práticas democráticas. Para a Comunidade de Santa Rosa dos Pretos, no Maranhão (foco do texto), a terra é um dos espaços de ativação de práticas de coexistência entre os humanos e a natureza, principalmente por compreendê-los como parte de uma mesma dimensão. Durante o contexto pandêmico, o Estado invadiu áreas das comunidades tradicionais com uma ação usurpadora e desrespeitosa frente à vida delas e aos bens provenientes da terra, do território de identidade, da produção econômica e de valores comunitários. A resistência é depositada na crença da renovação do vínculo com o legado dos mais velhos, depositando na juventude a fé para a continuidade da luta autônoma pela terra e pelo território; pelo corpo e pela vida.

No ensaio **Filha, diga o que vê. Sopro ancestral e escrita feminina afro-brasileira** Danielle de Luna e Silva trata das temporalidades da escrita das mulheres negras na condição de romancistas. De *Úrsula*, de Maria Firmina do Reis, a *Um defeito de Cor*, de Ana Maria Gonçalves, o tema recorrente é a escravidão de mulheres negras, que comparece como pano de fundo, havendo o desenraizamento e desarraigamento das mulheres de suas famílias. Assim como no cenário cruel e brutal de nossas vidas, que ficou mais evidente no contexto pandêmico. No romance *Um defeito de Cor* há a reconexão com os laços ancestrais, ao contrário do romance de Maria Firmina, em que os laços são desatados e o sentimento de desestruturação da personagem é evidente. Em ambas as obras

observa-se que a escrita de mulheres negras é uma resposta às opressões e aos apagamentos históricos, epistemológicos perpetrados pela sociedade brasileira.

Nordeste maravilha. Recife: coração cultural do Brasil, ensaio da iyalorixá, professora e pesquisadora Denise T'Ògún Botelho, ressignifica o ano de 2020 de forma delicada e com a forja de Ogum. Para o senso comum televisivo e para a sociedade civil, 2020 tem sido denominado como ano da Covid-19. Denise, em menção ao modelo de sociabilidade e trabalho virtual aos quais fomos submetidas, fala que a tecnologia, como um elemento do pai Ogum, a fez conceber 2020 como o ano da tecnologia, e não somente do desespero, das mortes e do descaso político. Ela se refere ao uso das TICS (Tecnologias de Informação e Comunicação) que têm preenchido nossas rotinas por meio das lives, aulas remotas, reuniões intermediadas por plataformas digitais. A reflexão que nossa autora faz está na interconexão entre o elogio à tecnologia, por nos aproximar de pessoas de diferentes lugares e geração, e, ao mesmo tempo, o instar de responder o volume crescente de demandas pessoais, profissionais, religiosas e políticas durante a pandemia.

O ensaio intitulado **A minha história é talvez igual a sua. Viveres de uma mulher negra no Brasil do tempo presente,** de Iraneide Soares da Silva, fala de suas reminiscências, que contam suas marcas de professora e ativista. Fios da memória que a constituem como mulher negra. Trata da trajetória da autora ao passar por sua inserção e articulação como coordenadora do NEAB, na instituição onde trabalha, e também das suas andanças por vários lugares para completar sua formação universitária. A chegada da Covid-19 e a convivência com um ser invisível e letal suspendeu a vida ordinária e o controle da rotina. Após os primeiros contatos com a realidade da pandemia e a adesão aos protocolos recomendados, a autora resolveu aderir à campanha *#uespificaemcasa*. A partir dali, articulou-se com outros professores para realizar ações por meio virtual, que passaram a ser o meio de sociabilidade da maioria de todas nós desde 2020. O texto é uma mescla de sentimentos que passam pelo âmbito de sua vida pessoal, profissional (universidade) e de ativista. Todas essas três dimensões se imbricaram fortemente durante o ano de 2020, apesar das dores escancaradas que expuseram as opressões e as desigualdades raciais e econômicas da população negra, num cenário piorado pelo descaso governamental. As ações empreendidas pelas organizações do





movimento negro mais uma vez são caminhos para a promoção do cuidado, da política e da existência das populações negras.

Com a ousadia de alargar a identidade da mulher negra potiguar, Stéphanie Campos Paiva Moreira, focaliza a história das afro-potiguares no ensaio intitulado **Mulheres afro-potiguares: Uma experiência de aquilombamento**. As conversas com outras mulheres negras reforçam a importância dos espaços de segurança, como nos ensina Patrícia Hill Collins (2019). A história do Rio Grande do Norte é marcada pela invenção de uma identidade local distante das populações afroíndigenas, exemplo apresentado por uma imagem de uma mulher magra, branca e de cabelos longos e lisos, como representação de Iemanjá. A despeito do embranquecimento de Iemanjá, a correspondência da imagem com os elementos religiosos do universo afro-brasileiro tem sido motivo de atos de intolerância religiosa. A experiência afroíndigena da autora é despertada pela aproximação com os movimentos negros. Sua narrativa é conduzida pela observação: “mulheres negras têm reconstruído uma representação para o RN, a partir de suas próprias perspectivas e tento me alimentar dessas experiências para poder visualizar novos caminhos de compreensão e ação, como mulher, mãe, intelectual negra e militante”. As suas conversas com mulheres jovens negras do mundo da arte trazem essa perspectiva de existência. É muito presente a ideia de quilombo como um espaço seguro.

No ensaio **Tempos de atravessar: Eu, mulher negra, movo-me sem cessar**, Yérsia Souza de Assis conta que esteve em contato com o legado ancestral que possibilitou às mulheres negras erguerem a voz. No ensaio, a autora partiu da sua trajetória escolar, desde a graduação até o doutorado, marcada pelo seu interesse em compreender os estudos das relações raciais. Em seguida, passou pela sua inserção em grupos de pesquisa, onde entendeu mais sobre as relações sociais e teve contato com textos de autores e autoras africanas. Até que, já sabedora da sua ascendência angolana familiar, viu na universidade a oportunidade de realizar parte dos seus estudos doutorais em Angola. Lá, afirmou ter refeito e ressignificado alguns pontos sobre a sua ascendência africana e a sua própria condição de ser afro-brasileira e angolana também. As travessias narradas, a defesa da sua tese e o falecimento do seu avô em 2020 foram os atravessamentos que mais requereram a rebeldia dessa autora.

Assim, espero que nossas “nordestinidades”, presentes nas narrativas

de cada uma de nós e a partir de nós, alcancem e se emaranhem como redes de potencialidades de mulheres negras daqui e da diáspora. Que estejamos sempre atentas e preparadas!

NUBIA REGINA MOREIRA³

Abril de 2021



³ Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Coordenadora do Grupo de Pesquisa Oju Obinrin - Observatório de Mulheres Negras



Memória como lugar de origem

KIKA SENA DO NASCIMENTO



Alagoana enraizada no Distrito Federal e atual moradora de Rio Branco, Estado do Acre. Kika Sena é arte-educadora, atriz, escritora, poeta, *performer*, pesquisadora da voz e da palavra em performance. É ex-aluna do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de Brasília. Lançou, o livro *Periférica*, em 2017, pela Padê Editorial, antecedido por *Martima*, 2016, publicação independente. Sua publicação mais recente, também de forma independente, é a zine *Subterrânea*, de 2019. Também em 2019, dirigiu o espetáculo *Transmitologia* (DF). Atualmente, integra a Coletiva Teatral ES Tetetas, com sede localizada em Rio Branco.



*A terra que a gente pisa é raiz da
memória,
É onde se encontra o ar
Debaixo de uma mangueira,
goiabeira, coqueiro,
Que é onde também se encontra
água
Embaixo da terra.
A raiz é o lugar de onde a gente é,
De onde a gente tira água,
É onde o bebê fica na mamãe
E a mãe fica toda enraizada
E cheia de leite,
Que nutre e mata a sede.*

KIKA SENA

O caminho que percorreremos ao longo deste ensaio se dá no tempo gasto para que não nos esqueçamos da essência que funda o corpo e a existência de pessoas pretas, que é a memória. Proponho-me, inicialmente, e a partir do meu lugar enquanto criança, a um exercício de retorno ao básico do básico: à minha infância, que era recheada de mar, rio, lagoa e muito sol alagoano esquentando a pele, para assim, possibilitar, a você que me lê, um exercício de retorno ao tempo sagrado. Se, assim como eu, você se sentir à vontade para retomar esse lugar em seu corpo, não hesite, faça.

A você que está lendo, eu pergunto: qual a sua naturalidade? Quem é você?

Quem sou eu agora aterrada? Muito se construiu durante o período de 15 anos que vivi na cidade de Marechal Deodoro, em Alagoas: cidade de rio, mar e lagoa. Minha mãe dizia que eu demorei a nascer, e que eu era exigente, metida a besta e esperta demais para o gosto dela. Ela também adorava repetir aquele famoso ditado popular que diz: “uma andorinha só, não faz verão”, na tentativa de me ensinar, aos sete anos, a fazer filé. Até que, aos puxões de orelha, eu

aprendi. Afinal a gente precisava comer.

Aprendi também que eu precisava focar nos estudos, porque, caso contrário, deixaria de existir qualquer expectativa de um futuro melhor para mim, para ela e para minha irmã. Imagine que eu, criança, já sabia que o meu presente não era nenhum presente. Imagine a distância que era correr contra o tempo, avançada, evoluída. Hoje, falando do presente, sei dizer o porquê que eu projetava tanto um futuro na perspectiva da ascensão social: eu era uma bicha preta, pobre, afeminada e nordestina.

Na falta de água, minha mãe lavava as roupas sujas no rio, assim como as outras mães periféricas: lá ia ela até o rio empurrando um carro de mão carregado de roupas sujas. Na volta, o carro vinha mais pesado, nunca nos faltou roupa limpa, mas comida, ocasionalmente, faltou. Às vezes, o que eu e minha irmã tínhamos para o almoço ou café da manhã era um pedaço de pão.

Apesar de tudo isso, como se o sol não bastasse, tinha também muita correria, brincadeira de rua e muito joelho ralado. Eu não era uma mulher. Eu não era uma menina. Eu não era. A submissão de minha infância se deu na anulação de mim mesma. Eu era uma pessoa peniana, socializada como menino. Essa socialização não só suprimiu minha espontaneidade como também me deixou vulnerável aos ataques daqueles que achavam que podiam me invadir. De algum modo, a minha feminilidade corrompida era alvo de caça, captura e rompimento do infantil em mim. Aqueles abusos, que duraram por muitos anos associados a essas necessidades, fizeram-me querer fugir da minha terra e de mim mesma.

Eu fugi da cidade de Marechal Deodoro aos 15 anos, porque eu estava me apaixonando pelo meu abusador e também porque queria romper os outros ciclos. Por isso, durante muito tempo neguei minha naturalidade, minha natureza, minha origem. Neguei uma sexualidade dissidente, uma identidade de gênero e racial. Durante muito tempo eu fiquei confusa entre ser um homem cisgênero, bissexual e pardo ou uma bicha preta afeminada. E foi somente com a travestilidade, enquanto lugar de negritude, que eu entendi o não lugar que ocupei durante a infância toda e o lugar que ocupo agora. Foi quando comecei a refletir sobre meu lugar de fala enquanto pessoa preta e periférica em nossa sociedade.

Ficar longe da terra que me nutria causou ansiedade, depressão e um sentimento de autossuficiência exagerado. Hoje, meu presente tem sido correr



em busca de quem eu sou, voltar no tempo, a fim de resgatar na memória o que foi matriz do que hoje me norteia: o berço.

Da cidade natal, as memórias da infância, que ainda me atravessam, passam pelo rio Mundaú, um lugar de diversão e atrevimento; pela lagoa Manguaba, que antes servia para a pesca de muitos peixes, siris, camarões e como um lugar de muito banho; e a Praia do Francês, onde eu tostava minha pele e entrava em conexão profunda com a minha ancestralidade.

Quando criança eu já tinha um fascínio absurdo pelo mar. Não era medo, era querência. Hoje, mais madura, percebo que o mar era o lugar da memória. Não foi à toa que as pessoas pretas que vieram parar aqui, as que sobreviveram, foram trazidas pelo mar. Não à toa também que o mar é considerado o maior cemitério de pessoas pretas desde a invasão.

Quando penso em lugar de origem das pessoas pretas nordestinas, acesso o mar. O mar não é a ponte, é o caminho percorrido, envolto de sofrimento e resistência. O mar alagoano, especificamente o mar da Praia do Francês, é esse meu lugar de memória e resistência, onde busco saber de onde vim e onde me encontro.

Hoje, 27 de novembro de 2020, escrevo da cidade de Rio Branco, Estado do Acre. Estou muito longe do mar. Mas não estou longe da minha memória. Tudo o que é raiz escorre através dos pelos e dá medo. Com o contexto da atual pandemia, provocada pelo vírus causador da Covid -19, atrelado a atual conjuntura política, mais pessoas pretas e nordestinas estão sendo afetadas. E dá medo saber que a fome só tende a aumentar. Há milhares de crianças com fome. E essas crianças têm raça, sexualidade e regionalidade bem definidas. Eu não quero que o meu filho passe fome. Você quer que o seu filho passe fome? Quais estratégias utilizaremos para a manutenção da vida preta na nossa região e no nosso país?

O que me alivia e traz esperança, mesmo no meio da desgraça, é o constante nascimento de pessoas pretas e a diferença que elas podem fazer quando conseguem crescer com dignidade. Quanto mais nos multiplicamos, mais damos sinais de que a nossa história não acaba no extermínio de nossos pais, mães, irmãs, irmãos, filhas e filhos. Mesmo na falta de recursos que possibilitem a chegada de pretas e pretos em lugares construídos como de poder, ainda assim, ousamos nascer. Esses nascimentos, na minha perspectiva, contribuem para que continuemos aflorando uma linha de memórias ancestrais

que nos conecta e nos fortalece.

Eu gosto de pensar que somos pessoas teimosas e que da teimosia começa a continuação da história, pois se não fosse ela, a nossa ancestralidade seria qualquer coisa contada em pele branca, em papel em branco, passada em branco, datada em branco, embranquecida para se comemorar o incomemorável: a espetacularização do sofrimento da vida dos nossos ancestrais.

Ainda que eu não quisesse pensar sobre a minha ancestralidade, ela estaria gritando no meu ouvido a cada intuição que me atravessa. Se minha mãe, minha avó e minhas tias, que também são mulheres negras e alagoanas, e suas mães, avós e tias não estivessem presentes em meu presente, mesmo que na distância, o que seria de mim? O que seria de uma pessoa preta sem o tato de sua história?

Existe algum grau de sabedoria maior que a ancestralidade? Grada Kilomba, em uma palestra-perfomática de nome Descolonizando o conhecimento (2016), problematiza sobre os modos como as sociedades coloniais se estruturam para favorecerem pessoas brancas, à medida que se abastecem da noção de conhecimento verdadeiro, ou científico, ou epistemológico, a fim de subalternar outras formas de conhecimento. Ela diz:

Algo passível de se tornar conhecimento, torna-se então toda a epistemologia que reflete os interesses políticos específicos de uma sociedade branca colonial e patriarcal. [...] Epistemologia, [...] define não somente como, mas também quem produz conhecimento verdadeiro e em quem acreditamos. [...] Quando eles falam, é científico, quando nós falamos, não é científico. [...] Eles têm fatos, nós opiniões; eles têm conhecimento, nós, experiências. (KILOMBA, 2016)

É com esse desmonte da verdade que Grada Kilomba reconhece a potência dos saberes ancestrais que vivem nas vozes e nos gestos de pessoas pretas e originárias. Na minha perspectiva, ao desmascarar a forma de se produzir conhecimento aceitável na cultura cisgênero branca e patriarcal, a autora nos convida a escutar atentamente as vozes de nossos ancestrais e nos chama à atenção para a captura dos saberes contidos na escolha das ervas para

o banho, ou para o chá, na criatividade de montar um prato para janta com o mínimo que se tem, porque criança preta e nordestina de barriga cheia é fartura.

Nesse sentido, porque não nutrir ainda mais as nossas crianças com as nossas referências?

É no caminho do protagonismo de crianças pretas, vivendo o presente de suas vidas, que tenho acreditado. Crianças pretas sendo crianças, sem a culpa ou o medo da fome que sentem, podendo desfrutar do agora, sem ressalvas. Uma criança preta sabida de sua ancestralidade, do seu lugar de origem, é uma bomba atômica no meio de uma guerra, tinindo os ouvidos de quem não consegue lembrar o que se passou.



INSTITUTO DO BORDADO FILÉ ALAGOAS. **Bordado filé ou renda filé**. Disponível em: < <http://inbordal.org.br/pt-br/bordado-file-ou-renda-file/>>. Acesso em: 27 nov. 2020;

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento**. Desenvolvida pelo Instituto Goethe. 2016. Disponível em: <<http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2020;

MATTOS, Amana. Rocha; CIDADE, Maria Luiza. Rovaris. **Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo**. Periódicus, Salvador, v. 1, n. 5, maio-out, 2016, p. 152-153. Disponível em: < <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>>. Acesso em: 27 nov. 2020;

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

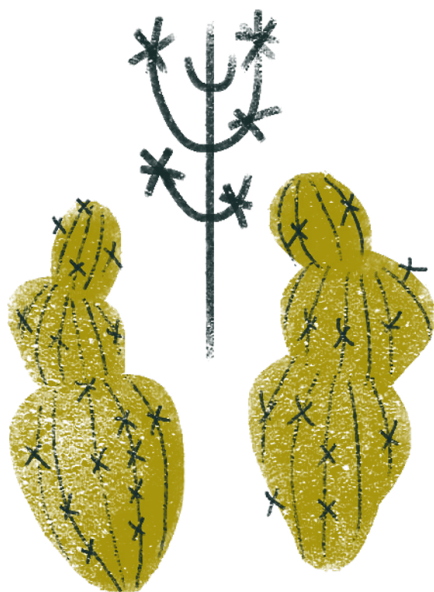
Pandemia de Covid-19:

Entre vidas negras e a morte

JOANICE CONCEIÇÃO



Professora da Unilab-CE, é membro dos colegiados de Antropologia e Humanidades; doutora e mestre em Ciências Sociais e Antropologia, respectivamente, pela PUC-SP; graduada em Pedagogia, pela UNEB; coordenadora do AZ NIA — Grupo de Estudos e Pesquisas; vice - coordenadora do SEPIR da Unilab; membro permanente da Comissão de Acompanhamento de Estudantes Indígenas e Quilombolas, da Comissão Permanente de Verificação de Autodeclaração de Pretos e Pardos, e da Comissão Recursal de Heteroidentificação. Joalice é autora do livro *Irmandade da boa morte e culto de Babá Egum: masculinidades, feminilidades performances negras*; e organizadora do livro *Masculinidades e Feminilidades como estratégias de poder*. Escreveu diversos artigos relativos ao gênero, à religião, à educação, ao racismo e às relações raciais, dentre outros. Tem interesse nas temáticas: antropologia das populações afro-brasileiras; identidades; mulheres negras; rituais; gêneros; sexualidades; masculinidades; feminilidades; religiões; quilombo; relações raciais; Teoria Queer; e educação.



OI.

Introdução

Inúmeros artigos têm retratado as desigualdades sociais relacionadas a aspectos econômicos, de gêneros e raciais ante a crise sanitária causada pela Covid-19. No Brasil, tais desigualdades têm sido apontadas em todos os Estados. Desse modo, os casos que apresento nos parecem relevantes, à medida que os episódios se assentam no imaginário de uma suposta igualdade, quando analisada *a priori*. Uma das três situações-problema ocorre no Ceará, estado que produziu e reproduz a discursividade da inexistência das populações indígena e negra em sua composição étnica (RATTS, 1998; SOUSA, 1996; GIRÃO, 1956). Nesse contexto, este ensaio visa examinar os impactos da pandemia de Covid-19 na vida da população negra, por meio da análise de três situações-problema.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada em 2019, revelaram que a população negra no Ceará representa cerca de 72% dos habitantes, superando os 69,2% identificados na PNADC de 2012. Entretanto, se de um lado os dados da pesquisa escancaram a negritude cearense, do outro, há grupos favoráveis à europeização do Ceará, que apresentam estudos com intuito de refutar a presença negra e indígena.

Em 27 de julho de 2020, o jornal Diário do Nordeste veiculava uma matéria, escrita por Nícolas Paulino e Alessandro Torres, intitulada *Origem do cearense: nórdicos superam índios e negros na genética*. O escrito discorria sobre uma nova pesquisa relativa às populações étnicas do estado. Tratava-se da investigação do mapeamento genético, nomeada GPS-DNA Origins Ceará, cuja análise foi realizada a partir da saliva de 160 pessoas de todas as regiões e etnias. O estudo buscou identificar o percentual de cada etnia que teria dado origem ao Estado do Ceará. A conclusão da pesquisa apontou maior incidência genética dos nórdicos, mais precisamente dos *vikings* do norte europeu. A segunda posição ficou com os indígenas. Já a população negra apresentou o percentual mais baixo. Segundo Luís Sérgio Santos, professor-pesquisador responsável pelo estudo, o baixo índice de negro se deve ao fato de o estado ter sido colonizado tardiamente, e por conta dos altos custos com mão de obra escravizada, inviável para que fosse utilizada em grande quantidade na época.

As informações da pesquisa mencionada podem iluminar a realidade mortuária da população negra cearense em face à pandemia de Covid-19. De igual modo, permite-nos comparar ocorrências tanto interestaduais, considerando a realidade brasileira, quanto em países de passado colonial, como os Estados Unidos, visto que estamos vivenciando um processo pandêmico.

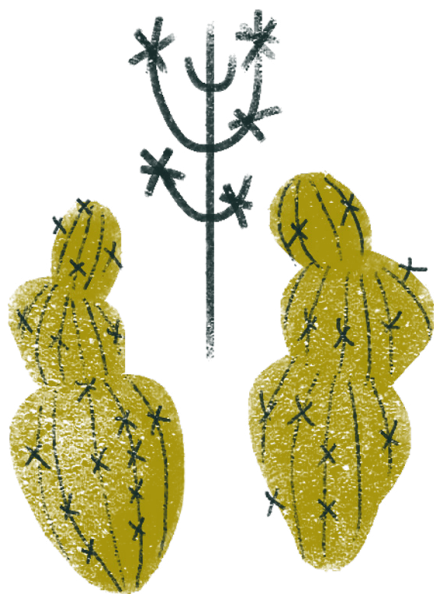
Com o avançar dos primeiros casos de Covid-19, foi criado um discurso falacioso em torno da doença, era fortalecida a ideia de que o novo coronavírus era democrático, ou seja, todos sofreriam os impactos de igual modo. As mídias excetuavam apenas pessoas idosas, hipertensas, diabéticas e pessoas com doenças crônicas pré-existent.

O caráter epidemiológico da doença exigiu que as autoridades adotassem medidas sanitárias, dentre elas o isolamento social, sugerindo o trabalho remoto. A criação de tais ações expôs as mazelas às quais a população pobre do mundo sempre esteve submetida. No Brasil, particularmente, as medidas foram tardias, em virtude do descaso do presidente Jair Bolsonaro, que classificou a doença como uma “gripezinha”.

Diante desse cenário, as medidas adotadas denotavam que o que antes era um problema comum a todos, em certa medida, passou a ser individual, racial, classista e de gênero. Isso porque, à proporção que algumas atividades eram consideradas essenciais, a exemplo dos trabalhos domésticos, expunham-se também as vulnerabilidades; logo, se os funcionários desse setor decidissem

ficar em casa, teriam de arcar com o ônus.

Vale salientar que os dados relativos à Covid-19 não eram separados considerando o critério cor/raça. A questão só foi resolvida devido às pressões de entidades, especialmente da *Coalizão Negra por Direito*, que solicitou ao Ministério da Saúde e às secretarias de saúde de todos os estados que os resultados divulgados trouxessem informações relativas à cor, aos gêneros, à região, dentre outros aspectos.



02.

A realidade nua e crua

A pandemia de Covid-19 fez surgir diversas análises geopolíticas acerca da enfermidade. As apreciações sobre a evolução da doença traziam dados principalmente relativos aos óbitos, aos adoecidos, às restrições de circulação e ao isolamento social; tudo isso acrescido de incertezas de ordem econômica, social e subjetiva. Conforme revelado, o mundo não era uma massa homogênea e havia fissuras que mostravam as diversas formas de viver a pandemia, obrigando muitos a escolherem entre dois tipos de morte: pela exposição ao coronavírus ou pela falta de recursos mínimos para a manutenção da vida.

Nesse contexto, a determinação social dos processos saúde-doença ancora-se na ideia de que os “padrões estruturais de produção e reprodução de dominação, exploração e marginalização das sociedades concretas moldam os modos de

vida e se expressam nos processos saúde-doença. [...] aponta ainda sua perspectiva emancipadora, expondo que, mais do que a saúde, o que se está evidenciando é a “determinação social da vida, são as determinações sociais que implicam os modos de viver das pessoas e, por consequência, os processos saúde-doença (PITOMBEIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 1703)

Como mostra a citação acima, cada vez mais as gravidades da concentração de riquezas têm provocado a marginalização de grupos. O advento da pandemia de Covid-19 fez com que o mito da democracia racial no Brasil fosse mais visivelmente reeditado, na medida em que se forjou o discurso da igualdade, ou seja, de que a doença atingiria indistintamente. Para Guimarães (2006, p. 269), o mito da democracia racial no Brasil “funciona como uma crença, uma verdadeira realidade, uma ordem. Assim, fica muito difícil arrancar do brasileiro a confissão de que ele é racista”. Portanto, estamos diante de uma ideia falsa, pois há um alinhamento entre o mito, o discurso propagado e a realidade vivida por grupos vulneráveis.

Todavia, sabemos que em todos os campos a população negra é a mais atingida, quer nos aspectos econômicos quer no que tange às questões relacionadas à saúde. Assim sendo, o mito da democracia racial pode até camuflar a realidade a partir da construção de “cartões postais”, no entanto, não disfarça as feridas expostas presentes nas franjas das cidades.

A situação fica ainda mais evidente quando se observa as longas filas em busca de emprego, as clínicas e hospitais lotados, cujos bancos e chão servem de leito para aqueles e aquelas que necessitam do sistema público de saúde, como informou um profissional da saúde em uma das entrevistas para a pesquisa. Destarte, o discurso de igualdade em relação à pandemia de 2020 não se sustenta, ao passo que as disparidades emergem em consequência do avanço do novo coronavírus. Inicialmente, havia disputa por máscaras, álcool em gel, leitos em clínicas e hospitais, como também por respiradores. Tais itens eram garantidos para quem possuísse maior poder aquisitivo para arcar com os altos preços dos produtos, visto que alguns deles tiveram aumento de até 300%, como o álcool em gel, expondo assim, as colonialidades existentes no mundo contemporâneo.

Nessa conjuntura, passo então a apresentar três situações-problema

ocorridas no contexto da pandemia de Covid-19:

Situação 1: Antônia Mara, mulher negra, solteira, professora, 55 anos, residente na cidade de Fortaleza, Ceará. Desde o surgimento da Covid-19, passou a ter excesso de cuidados para não ser infectada pelo vírus, por possuir doenças pré-existentes e pertencer ao grupo de risco. Antônia revelou, em entrevista realizada por meio do *Google Meet*, que desde as primeiras semanas passou a imaginar e a registrar em seu diário algumas das informações sobre a doença e as suspeições acerca do atendimento que lhe seria dispensado caso contraísse o coronavírus. Somava-se às preocupações o fato de ela residir em uma cidade extremamente racista, na qual uma parcela significativa acredita na inexistência de negros e negras, e também de indígena. Antônia sente-se asfixiada não apenas pelo isolamento social, mas por sua suposta morte causada pelo racismo. (Março de 2020)

Situação 2: Miguel Otávio, criança negra, 5 anos, residente em Recife, Pernambuco (PE). Seu assassinato ocorreu no dia 2 de junho de 2020 enquanto Mirthes Renata, sua mãe, mulher negra, empregada doméstica, passeava com o cachorro de Sari Corte Real, por sua vez, mulher do prefeito da cidade de Tamandaré (PE), para quem Mirthes trabalhava. Na ocasião, Mirthes havia deixado Miguel sob os cuidados de Sari. A criança foi deixada sozinha no elevador, Sari apertou o botão que a levou até o 9º andar, onde existia um vão a 35 metros do térreo. Miguel partiu ao encontro de sua mãe... Sari pagou a fiança no valor de 20 mil reais e aguarda o processo em liberdade, tendo sido criminalizada, até o momento, apenas, por abandono de incapaz. (Junho de 2020)

Situação 3: George Floyd, homem negro, 46 anos, morador da cidade de Minneapolis, Estados Unidos. Ele foi assassinado no dia 25 de maio de 2020, por Derek Chauvin, policial branco, após uma abordagem, sob a suposta justificativa de que Floyd tentou trocar uma nota falsa de 20 dólares em uma loja. O assassinato foi gravado por meio de câmaras de aparelhos celulares de transeuntes e amplamente divulgado nas redes sociais. A morte foi causada por asfixia quando o agente do estado,

Derek, ajoelhou-se sobre o pescoço da vítima, mantendo-se indiferente aos alertas dele, e de populares, de que não conseguia respirar. O ocorrido causou grandes protestos antirracistas em diversas partes do mundo. O policial foi preso e o caso segue sob investigação. (Maio de 2020)

2.1 Reflexões sobre colonialidades cotidianas

Ante a discussão acima, as três situações-problema apresentadas se tornam interessantes para a análise, considerando que os casos interseccionam saúde (pandemia), raça, classe e gênero. Até certo ponto, todos se inserem em um, dois ou em todos esses marcadores.

No que toca à cor, direi que esse é o primeiro código lido diante da diferença material que possa existir entre seus corpos. A violência pode ser aplicada apenas pela visualidade da prevalência de sua pretitude, na qual, de certa forma, podem ser lidas as desigualdades sociais, às quais as questões raciais ancoram-se fortemente. Não é à toa que o mito da democracia racial se alinha à pandemia com a pretensa de assegurar que a população negra permaneça na condição de dominada; para que não haja mobilidade entre as classes, mascarando assim a realidade. Dessa maneira, é possível que haja tratamento diferenciado para a população negra, uma vez que a falácia da harmonia racial no Brasil faz esvaecer tensões e conflitos que possam aparecer (HASENBALG, 2005).

Em se tratando da pandemia de Covid-19, talvez a negação dela seja uma das razões que levaram as principais agências de saúde, incluindo o Ministério da Saúde, a mando do Presidente da República, a não tomarem as medidas sanitárias e socioeconômicas para mitigar a propagação do vírus. Por isso, convém dedicar atenção às situações-problema, individualizando as análises.

O caso de Antônia Mara possui conexão com a pandemia de Covid-19 pelo fato dela morar sozinha e depender de outras pessoas para que os alimentos cheguem até sua casa, uma vez que ela está inserida no grupo de risco, por possuir doenças pré-existentes. Embora possuísse emprego fixo e não estivesse entre os economicamente vulneráveis, ela se sentia espreitada pelos horrores mortuários, porque os dados da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará apontavam para uma realidade alarmante quando se referiam às mortes entre pretos e pardos. Segundo notícia vinculada ao jornal *Brasil de Fato*, do dia 15 de

outubro de 2020, os casos confirmados de Covid-19 no Ceará beiravam a marca de 64,9% entre a população negra. O estado ocupava a 5ª posição no ranking nacional, com um total de 243.106 casos e 9.056 óbitos, coletados.

Os dados supramencionados falam por si e justificam o receio da professora, que em seu diário contava as mortes divulgadas. Por conseguinte, ela sentia como se a morte a rodeasse, percebia o dissolver das vidas negras entre as mãos daquelas e daqueles que deveriam protegê-las. Antônia Mara ainda contou que escreveu em seu diário o quão era inútil qualquer recurso material para manter sua vida, perante a necessidade do respirador, cuja decisão de uso estava sob a tutela de outrem. E, só de imaginar, foi tomada por ansiedade, insônia; teve, de fato, dificuldade para respirar algumas vezes. Diante de um Estado racista que nega a existência de populações negras e indígenas, apavorava-lhe a ideia de que pudessem fazer distinção, classificando seu corpo como apto para morrer. Experimentava, quase que na prática, a efetivação da necropolítica, tão bem teorizada por Achille Mbembe (2018). É como se a pandemia trouxesse o período oficial da escravidão, no qual, dentre outras coisas, destituíam-se as vidas negras de qualquer humanidade.

A ideia de diferenciação entre o “corpo” e o “não corpo” na experiência humana é virtualmente universal à história da humanidade, comum a todas as “culturas” ou “civilizações” historicamente conhecidas. Mas é também comum a todas – até o aparecimento do eurocentrismo – a permanente copresença dos dois elementos como duas dimensões não separáveis do ser humano, em qualquer aspecto, instância ou comportamento (QUIJANO, 2005, p.128)

Embora a professora aparentemente não tivesse nem Sari nem o policial para efetuar sua morte, uma suposta infecção pelo novo coronavírus poderia torná-la vítima do projeto genocida que foi orquestrado contra a população negra (NASCIMENTO, 2016), visto que os corpos negros parecem carregar a pretitude como uma inscrição que autoriza o Estado e representantes dele a preteri-los ou matá-los diante da brancura do outro (FANON, 2008). No caso da Covid-19, um profissional cuja mente foi configurada pelas ideologias racistas, aportadas nos estereótipos negativos, poderia, então, decidir pela vida ou pela

morte do paciente.

Uma relação desigual é estabelecida ao mesmo em que é afirmada a desigualdade do poder sobre a vida. Esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade do senhor. Dado que a vida do escravo é como uma “coisa”, possuída por outra pessoa, sua existência é a figura perfeita de uma sombra personificada (MBEMBE, 2018, 29-30)

O trecho acima destacado trata de um corpo no período escravista, no entanto, parece que o autor está falando da atualidade, uma vez que a colonialidade atualiza e põe em prática o pensamento produzido no Período Colonial. Assim, as suspeitas da professora Antônia Mara possuem fundamentos advindos dos horrores daquela época.

A segunda situação, que trata do assassinato do menino Miguel, expõe a precarização do trabalho, sobretudo no que corresponde aos apelos feitos para que a população fique em casa, que faça trabalho remoto. Afinal, é preciso analisar para quais grupos essa possibilidade é viável. Tal como um dia após a “libertação”, quando grande parte da população negra ao redor do mundo não possuía as condições essenciais para viver; sofria os efeitos das colonialidades, e, por consequência, viu-se sujeitada às precárias condições de trabalho.

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das raças inferiores pelo mesmo trabalho dos brancos, nos atuais centros capitalistas, não

poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial (QUIJANO, 2005, p. 120)

A pandemia do ano de 2020 chegou para escancarar situações tantas vezes jogadas para debaixo do tapete. As desigualdades expõem as dificuldades de quem tem de escolher entre ficar em casa com fome, sem luz e gás ou se aventurar no transporte público lotado, na linha de frente de clínicas e hospitais, nas tarefas das casas e nas cozinhas alhures. Essa parte da população possui uma marca; essa população é negra, em sua maioria feminina, como aponta a Fundação Oswaldo Cruz (COFEN/ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

Mirthes, mãe de Miguel, com o fechamento das creches públicas, não tinha com quem deixar seu filho, tendo sido obrigada a levá-lo para o seu trabalho, expondo a si e ao filho à contaminação pelo vírus. Essa mãe negra não podia ficar em casa, como recomendava a Vigilância Sanitária. Assim como grande parte dos negros e negras Mirthes transgredia a lei vigente para sobreviver.

No tocante ao fato de Mirthes ser mulher, ela não pôde contar com a empatia de Sari, que, por sua vez, não aprendeu com as mulheres e homens africanos que o cuidado dedicado à criança é obrigação de todas e todos. Ao contrário, Sari, a patroa, não apenas não se dispôs a cuidar do menino, como também criou a situação para que a morte dele acontecesse. De Miguel, assim como de tantas crianças negras, foi-lhe retirado o status de criança, na medida em que Sari atribuiu a ele a responsabilidade de gestar a própria vida, aos 5 anos de idade, após ela apertar o botão do elevador para o 9º andar, onde havia uma área sem proteção. Deixou-o por sua própria conta, responsabilizando-o pelos eventuais riscos, o que de fato culminou em sua morte.

Mirthes não pôde atender ao chamado do filho ante a ordem da patroa de levar o cachorro da família para o passeio matinal. Se no período oficial de escravização a mãe negra não podia dispensar os cuidados aos seus filhos igualmente negros, em detrimento do filho branco das sinhás, hoje, além dos filhos alheios, as trabalhadoras domésticas, majoritariamente negras, têm de dedicar atenção ao cachorro das patroas, em sua maioria brancas.

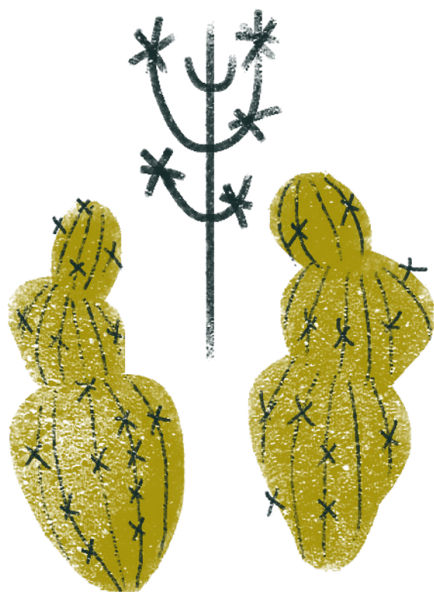
Além disso, Mirthes não teve tempo de viver o luto do seu único filho, precisou revestir-se de força para desestabilizar o mundo colonial de Sari, ainda

que ela (Sari), inicialmente, tenha sido beneficiada pelo sistema oligárquico da justiça. Mirthes teve, então, que evocar suas ancestrais para criar táticas contra os dominadores, afirmando-se politicamente em busca de justiça e de direitos, fincando os pés nos passos que anteriormente foram dados (WERNECK, 2000). Como efeito, Mirthes tem mobilizado pessoas em todo Brasil, e também no exterior, a se juntarem não apenas contra Sari, mas contra o mundo colonial maniqueísta por ela representado (FANON, 2005).

A terceira e última situação é a questão de George Floyd, que entra na discussão não apenas por ter sido mais uma pessoa negra assassinada pelas forças do Estado, mas também pelas semelhanças subjetivas que envolvem os dois primeiros casos. O tema de Floyd é emblemático, pois se tratava apenas da suspeita dele tentar trocar uma nota falsa de 20 dólares. Embora estivesse totalmente imobilizado, Derek Chauvin — o policial branco —, decidiu que aquela vida não faria falta à população. É possível que ele acreditasse que estava a promover a eliminação de um problema para sociedade estadunidense. Tais crenças do policial podem ter sido baseadas na banalização das mortes referentes às pessoas negras. Desse modo, Derek asfixiou Floyd, apertando seu pescoço até que o corpo negro consumisse a última gota de ar, sem, contudo, comover-se com as súplicas da vítima e, por fim, sem considerar o pedido de ajuda daquele que lhe dera a vida.

Derek representa o colono e acredita que o indígena (o de fora) “é impermeável à ética, ausência de valores e também negação de valores. Ele é, ousemos dizer, o inimigo dos valores” (FANON, 2005, p. 58). A situação de G. Floyd somada às outras situações citadas revela a hierarquização racializada em escala global, perpetrada, sobretudo, nos países de cariz colonial.

Sendo assim, os casos supramencionados evidenciam as diferentes desigualdades vividas pela população negra no mundo. Ainda que o terceiro caso tenha ocorrido em um país com uma das maiores economias do mundo, vemos que as opressões sofridas estão baseadas no quesito cor. Isso reflete que as colônias acabaram, porém, as colonialidades se tornaram estruturantes nas aparências das repartições públicas, no lugar de poder, da decisão, tantas vezes disfarçadas pelos projetos de cariz democrática.



03.

Considerações Finais

Neste ensaio, busquei refletir sobre as faces das opressões e do racismo perante o fenômeno da pandemia de Covid-19, focando na vitimização da população negra, seja pelo impacto das desigualdades sociorraciais, que retira direitos fulcrais à manutenção da vida, seja pela forma como a legislação é aplicada para determinados grupos de indivíduos, por terem sua existência configurada em um imaginário estereotipado da branquitude.

A análise das situações abordadas evidencia os efeitos da pandemia para mulheres e homens negros, no que concerne às mortes simbólicas e materiais, provocadas pela desumanização racializada de seu existir, principalmente de seus corpos. Tal processo atesta o poder institucional que torna os corpos negros suscetíveis aos maus-tratos, ao encarceramento, ao epistemicídio, enfim, às mortes material, cultural e simbólica (GROSFUGUEL, 2016).

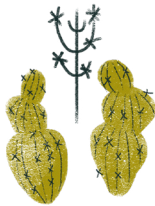
Entretanto, para desmontar e parar o projeto de extermínio em curso

é necessário compreender os mecanismos utilizados pelos colonos, hoje representados por quem detém o poder para asfixiar, de diversas formas, os dominados (mulheres e homens negros, favelados e indígenas, LGBTQ+). Sendo assim, acredito que a efetivação de propostas contra hegemonias, advindas de coalizões, de associações, de terreiros de candomblé e umbanda, faça a revolução, acenando que a população negra vive; como foi visto nos protestos antirracistas, nos quais se reivindicavam justiça pelos assassinatos de Floyd e Miguel. É preciso voltar nossa atenção para o continente africano, para aprender, apreender e reaprender o valor do associativismo, do cooperativismo negro, que aponta para novas gramáticas, posto que foi dessa forma que chegamos a alguns espaços de poder jamais imaginados e empreendendo importantes conquistas.

A despeito da pandemia de Covid-19, é preciso fazer ecoar o protagonismo exitoso dos países africanos, mostrado para o mundo, sem alarde, por meio das mídias sociais e jornalísticas. Embora o ocidente não veja nesses países nenhum exemplo a ser seguido. É necessário que o resto do mundo reconheça a importância da África para a efetivação das ditas “novas gramáticas”. A meu ver, elas só terão sucesso se observarem os princípios e as concepções de mundo do continente originário da humanidade.

A intersecção dos casos aqui mencionados está para além dos fatos materiais. Ela se reveste da vulnerabilidade exposta na cor negra da pele, cujas colonialidades os torna inferior, corpos marcados por uma suposta impureza advinda da marginalidade, da hipersexualização, da satanização religiosa. Enfim, seria por assim dizer, um corpo impuro gestado e nascido de um útero igualmente impuro, sujo. Não é preciso uma bala, uma Sari, nem um joelho de um policial branco para que o projeto genocida institucional e oligárquico continue a ser efetivado; ele perdura e se materializa tal como aconteceu com a professora Antônia Mara (QUIJANO, 2005).

A pandemia de Covid-19 revela a atualização do projeto de morte aos negros e negras, carrega não apenas o contágio transmitido pelo vírus, mas sim pelo projeto colonial. Assim como o racismo se dinamiza em cada situação, precisamos estar atentos, transformando-nos e colocando-nos em luta coletivamente a cada comando das colonialidades dirigidas às pessoas negras, já que as experiências subjetivas podem ser compartilhadas, mesmo por quem não as vivem (FANON, 2008).



AQUINO, Celso. Quase 65% dos casos de coronavírus no Ceará acometem a população negra. **Jornal Brasil de Fato**, Fortaleza, 15 out. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/10/15/quase-65-dos-casos-de-coronavirus-no-ceara-acometem-a-populacao-negra>>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Brasília: IBGE, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Perfil da enfermagem no Brasil**. 2020. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/index.html>>. Acesso em: 20 set. 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

GIRÃO, Raimundo. **A abolição no Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1956.

GROSGOUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, jan.- apr., 2016, p. 25-49. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025>. Acesso em: 20 out. 2020.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Depois da democracia racial. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 269-287, nov. 2006.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFMG, 2005.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018. 11.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

PITOMBEIRA, Delane Felinto; OLIVEIRA, Lucia Conde de. As desigualdades sociais: tensões entre direitos, austeridades e suas implicações na atenção primária. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, Rio de Janeiro, maio 2020, p. 1699-1708. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v25n5/en_1413-8123-csc-25-05-1699.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: EDGARDO LANDER (ORG.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p.227-278.

RATTS, Alecsandro. **Os povos invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará**. Cadernos Cerus, Dossiê Amazônia, série 2, v. 9, p. 109-127, 1998.

SOUSA, Antônio Vilamarque Caruaíba de. Da “negrada negada” à negritude fragmentada: o movimento negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995). 196 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

WERNECK, Jurema. **Mulheres Negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**, 2000.

Mulheres Negras:

Tramando resistências e liberdade no Ceará

FRANCISCA MARIA RODRIGUES SENA



Educadora popular, assistente social e mestra em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará. Atualmente, trabalha como especialista em Gênero e Raça/Etnia, no Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (Projeto Paulo Freire), desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará. Faz parte do GT de Equidade de Gênero dos projetos apoiados pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) no Brasil. Desde 2004 integra o Instituto Negra do Ceará (INEGRA), uma organização de mulheres negras feminista, antirracista e anticapitalista. Entre 2012 e 2013, morou no Norte de Moçambique, atuando no campo dos direitos das meninas e das mulheres e, em 2015, desenvolveu trabalhos em várias regiões daquele país na mesma área. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente com os seguintes temas: relações de gênero e patriarcado; racismo; encarceramento em massa; políticas públicas; convivência com o semiárido; e movimentos sociais.

O convite para escrever um ensaio sobre a insubmissão das mulheres negras nordestinas me deixou instigada tanto pela potência do tema, como pela vasta possibilidade de abordá-la. Logo de início me veio à memória Ana. Tia Ana era uma velha mulher negra escravizada que viveu no século XIX na fazenda do português Francisco Antônio de Carvalho, em Viçosa, na serra da Ibiapaba. Era conhecida por cuidar das pessoas doentes, mas a História registrou sua existência, mesmo que timidamente, por liderar uma revolta em 1835 contra a escravização e a perversidade do “seu” senhor. Essa revolta foi tramada e desenvolvida a partir de uma suposta obediência de Tia Ana aos capatazes, que certamente a subestimavam e não esperavam que ela fosse capaz de tamanha armação.

Certa noite enquanto eles dormiam no alpendre da casa grande, sob o comando de Ana, a senzala tomou de assalto à residência, matando todos os que encontraram e ateando fogo à propriedade. Alguns revoltosos fugiram em direção a Pernambuco, levando consigo os bens de valor que encontraram na casa enquanto o grupo de Tia Ana libertava Jerônimo Cabaceira da cadeia do lugarejo (SCHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2000, p. 47)



Escrevo este ensaio inspirada nas mulheres que, assim como Ana, anônima ou publicamente, desafiam a ordem e, de forma diversa, tramam suas resistências e conquistam sua liberdade. Tenho usado o termo “tramar” para falar da trajetória das mulheres negras, pois o considero potente. De acordo com o dicionário Michaelis, tramar significa: 1. Passar a trama por entre os fios da urdidura; entretecer, tecer; 2. Maquinar ou armar complô, conspirar.

Penso que o primeiro significado é intrínseco às dinâmicas internas da auto-organização das mulheres negras, das tessituras que fazemos juntas e das relações que estabelecemos entre nós. Percebemos que juntas somos mais potentes para conquistar espaços, enegrecê-los e abrir caminhos para outras meninas e mulheres negras. Cada vez mais, temos levado para esses espaços referências negras afrocentradas e alterado suas dinâmicas e metodologias de atuação. Essas experiências representam conquistas por nós celebradas, a despeito delas serem permeadas de divergências e tensões, principalmente quando a branquitude se sente ameaçada pela nossa presença e pelo nosso desempenho, que contrariam suas visões preconcebidas sexistas e racistas sobre nós.

Em relação ao segundo significado, temos tramado coletivamente e individualmente iniciativas de resistência às opressões cotidianas. Temos força, conhecimento e experiência para tramar nas veredas, nas entocas, nas encruzilhadas e nos terreiros, a conquista dos nossos direitos e liberdades. Assim como Ana, de forma perspicaz, temos traçado estratégias para identificar e dissuadir os inimigos, escolhendo às vezes silenciar, falar manso, simular obediência enquanto a branquitude nos subestima, com nossas “pareceiras” vamos (re) criando a vida, conquistando novos espaços e aprendendo umas com as outras.

Nós mulheres negras representamos cerca de 25% do povo brasileiro, representando parte significativa. Os negros e as negras do país representam 54% da população do Brasil. No Ceará, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 70% da população se autodeclara preta ou parda. Apesar disso, vigora um discurso de negação da existência dos povos negros, assim como ocorre com indígenas. Para perpetuar o racismo estrutural, ao longo da história, a elite se empenhou e se empenha em invisibilizar e embranquecer a população negra, usando mecanismos que garantem a sua reatualização. A pesquisa *GPS-DNA Origins Ceará*, divulgada em julho de 2020,

chegou à falaciosa conclusão de que a origem do povo cearense é nórdica, do norte da Europa. Os resultados da pesquisa causaram espanto e indignação em estudiosos e militantes da questão étnico-racial.

Ao usar um referencial genético para falar de raça, a pesquisa nos remete ao racismo científico gestado entre o século XVII e o início do século XX e reafirma o quanto a ciência não é neutra. Para a antropóloga Izabel Accioly (2020), essa pesquisa nos dá um exemplo de:

Como a elite branca cearense busca a distinção, como na emblemática cena de Bacurau (2019), busca se diferenciar do que realmente é. A elite branca continua utilizando a ciência como uma ferramenta racista para silenciar e apagar populações racializadas no Estado, mas nós, negras e negros cearenses, estamos atentas e atentos.

É com essa atenção que escrevemos este ensaio, no mesmo solo onde o estudo foi realizado. Fatos como a referida pesquisa e sua repercussão tornam ainda mais importante as iniciativas como esta publicação, para que nossas vozes dissonantes sejam sistematizadas e publicizadas. Considerando os contextos do campo, da cidade e da zona costeira do Ceará, seguiremos refletindo sobre ser mulher negra, enquanto sujeitos históricos plurais, e sobre os seus territórios, como espaço de vivência e de expressão de opressões, de saberes, de resistências e de (re) criação da vida.

O território primeiro: Meu Corpo!

O território primeiro das mulheres negras é o corpo. O corpo, muitas vezes reduzido ao aspecto físico e biológico, é resultado de uma construção social que se estabelece a partir das relações sociais de um determinado contexto histórico. Para a argentina negra Laura López, nosso corpo se “torna visível como objeto de múltiplas opressões e o centro das disputas políticas” (LOPEZ, 2015, p. 317). Ora, se vivemos num país estruturalmente racista, capitalista, patriarcal e LGBTfóbico, a construção dos corpos é definida desigualmente a partir da inter-relação desses pilares. Em linhas gerais, nosso corpo é construído num contexto predominantemente colonial e neocolonial, gerando o corpo

colonial, como assim denominou Frantz Fanon (2008).

A construção do corpo colonial se dá a partir de estereótipos reproduzidos por uma ideologia que constrói inconsistentes argumentos de que somos inferiores. Quantos de nós já experimentamos a rejeição e depreciação por termos a cor preta ou os cabelos crespos? Quantas vezes fomos submetidas a reproduzir essa ideologia e buscar inconscientemente clarear a pele, esticar os cabelos e se enquadrar no padrão estético para evitar sofrimento? Em alguns momentos experimentamos no nosso corpo os efeitos da cultura do branqueamento, perpetuada pelas pessoas e pela maioria das instituições públicas e privadas deste país.

Se nossos corpos são e se expressam fora dos estereótipos binários de gênero e das orientações sexuais que destoam do padrão heteronormativo, há no imaginário social a anuência para ameaçar, falar mal, espancar e matar as pessoas que ousam ser quem são, na sua diversidade. Boa parte dessa violência é praticada em nome de Deus, num país predominantemente cristão.

Essa violência racista gera em nós um processo de alienação do nosso próprio corpo, como, por exemplo, quando fomos tornadas mercadorias e o colonizador nos estuprou, fazendo jorrar o sangue que mancha indelevelmente a história desse país, dando origem ao povo brasileiro. Ainda hoje, mulheres negras são as maiores vítimas da violência sexual.

Mas esse mesmo corpo colonial traz em si a sua dimensão ancestral. O significado do corpo ancestral é autoconsciente, resiste a essas opressões e tem capacidade de desestabilizar e gerar rupturas históricas nas estruturas de poder. O corpo ancestral tem origens nas visões cosmo africanas, que o considera na sua integralidade, extrapolando as concepções negativas e limitadoras construídas pela perspectiva ocidental sobre ele. Para Cristian Sales “o corpo é importante fonte do saber ancestral: é o lugar de transmissão de conhecimentos, de registro de experiências humanas individuais e coletivas” (SALES, 2012, p. 93).

Mulheres negras do campo, da cidade e da zona costeira têm vivenciado a dimensão sagrada do corpo a partir do que herdaram e aprenderam de nossos ancestrais. Aquelas que não perderam o vínculo com a natureza, que sabem ler seus sinais, seus ensinamentos e que sabem usar a sua energia, buscando garantir o repasse dos saberes para as mais novas.

Compreender o corpo negro como ancestral e se movimentar no mundo a partir desse eixo nos fortalece, mas também representa uma insubmissão à

branquitude patriarcal e uma ruptura com o que impuseram aos nossos corpos.

Transformamos o nosso corpo negro em um palco de “contestações estratégicas”, de lutas e da afirmação estética negra. Nele, produzimos as contraimagens e as contranarrativas que almejamos inscrever: silenciadas, apagadas, ocultadas e “esquecidas” pela historiografia no Brasil. (HALL, 2003 apud SALES, 2012, p. 94).

Acho libertadora a perspectiva de transformar “nosso corpo negro em um palco de contestações estratégicas”. Nessa concepção, cada vez mais as mulheres negras trans e cisgênero têm afirmado: “*meu corpo, meu território*” e, de forma crítica e autoconsciente, expressado para o mundo aspectos afirmativos historicamente negados e sublimados aos corpos negros como beleza, prazer, sabedoria, cura, rebeldia, alegria, força, liberdade e autocuidado. Dessa forma, é crescente o número de mulheres negras que têm rejeitado ideias, práticas e relações com pessoas que violem nossos corpos. Embora isso não nos poupe de sofrer as opressões cotidianas, temos experimentado a sororidade e a dororidade entre nós e agido coletivamente para acolher as manas e, juntas, fazermos enfrentamento às violações de direitos.

A autoconsciência da potência desse território primeiro, o corpo feminino preto, amplia as bases do exercício de poder das mulheres negras para enfrentar as injustas correlações de forças a elas inerentes e fazer valer seus direitos. Parte significativa dessas conquistas foi construída a partir da auto-organização das mulheres negras do campo, da cidade e da zona costeira em diversos espaços: acadêmicos, culturais, econômicos, da comunicação, da saúde, da religiosidade, dos movimentos de mulheres e feministas, entre outros. Essa atuação coletiva tem contribuído para abrir e consolidar caminhos e conquistar outros territórios e direitos que favorecem coletivamente as mulheres negras e a população negra em geral.

Territórios de vivências e injustiças

Observando algumas construções do senso comum sobre o Nordeste do país, identificamos que ele é retratado como o território das impossibilidades e

o espaço dos não sujeitos. O máximo que se considera é o lugar que representa as coisas ruins: a miséria, a fome, o analfabetismo, a falta de água, o baixo conhecimento etc. Essa visão reducionista e negativa da região “supostamente sem soluções, significou um maior enriquecimento das elites regionais a partir do acesso a recursos públicos e da realização de obras inadequadas dentro de suas terras, valorizando suas propriedades” (SENA, 2010, p. 71).

Essa ideia do Nordeste é uma criação histórica, uma invenção humana resultante do embate entre os segmentos da elite brasileira a partir década de 1920. Estados como Alagoas e Ceará, até então expressivos politicamente e economicamente no Período Colonial e em parte do Império, entram em declínio na medida em que há um deslocamento do poder para São Paulo e Minas Gerais (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). Elites locais se reúnem para se fortalecer e passam a criar e difundir o chamado Nordeste impulsionado, sobretudo, com a criação da Inspetoria de obras contra as secas (1919).

O autor também interpreta que o Nordeste e os nordestinos são uma invenção dos homens, uma invenção do falo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003). O conjunto de imagens e conceitos estereotipados, materializado na figura do “cabra da peste” e do “cabra macho”, foi construído considerando o protagonismo das mulheres e do povos negros e indígenas como ameaças. Não por acaso, Gilberto Freyre e sua obra contribuíram para reforçar a visão homogênea e estereotipada da região, ao mesmo tempo em que geraram as bases para o chamado mito da democracia racial e para uma análise que também falava saudosamente de um suposto declínio do patriarcalismo.

Com o isolamento social, houve uma diminuição da prestação de serviços e da comercialização de produtos, o que gerou uma queda no rendimento familiar. As empregadas domésticas, com vínculo formal ou informal, viram-se obrigadas a permanecer trabalhando e cuidando dos patrões e das patroas, que estavam isolados em casa. Submetidas a essa condição foi que empregadas domésticas, a maioria negras, adoeceram e morreram de Covid-19. Também ocorreu a injusta morte de Miguel (5 anos) enquanto Mirthes, sua mãe, passeava com os cães dos patrões na cidade de Recife. Algumas mulheres negras empregadas tiveram suspensão dos seus contratos de trabalho, redução de salário e desemprego.

Nesse contexto, as famílias chefiadas por mulheres negras entraram ou tiveram um agravamento da insegurança alimentar e nutricional. A pandemia também não deu trégua à violência contra as meninas e mulheres. No Ceará, no

período de janeiro a julho de 2020, houve um aumento de 66% do assassinato de mulheres e de 124% do assassinato de meninas no estado. Considerando que 66% das mulheres assassinadas no país eram negras (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019), esses dados revelam o racismo, o sexismo e o elitismo, uma vez que a maioria delas também é empobrecida.

Para além desses dados, ainda não sabemos os reais impactos que as mulheres negras do Nordeste vêm tendo com a ação do desgoverno Bolsonaro nem com a pandemia. Enquanto isso, vamos exercitando nossas leituras de mundo e tramando nossas resistências.

Territórios de Resistências

Se onde há opressão há resistência, as mulheres negras do Nordeste vivem e resistem de forma auto-organizada. Essa auto-organização reflete a diversidade que somos, assim como traz desafios internos como as divergências e as tensões entre nós, inerentes aos espaços de poder e ao exercício democrático. Embora essa seja uma importante questão a ser refletida, não o farei aqui, optando por destacar alguns aspectos relevantes dessa caminhada.

Na última década, identificamos alguns marcos dessa resistência. Em 2012, a partir de um projeto de iniciativa do Odara – Instituto da Mulher Negra, com o apoio da Fundação Ford, Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), foi criada a Rede de Mulheres Negras do Nordeste. A articulação e mobilização de organizações dos 9 estados da região foram centrais para que a rede se estabelecesse e se consolidasse como força política no contexto desse território.

Desde quando foi estabelecido o Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, em 1992, vários coletivos e movimentos de mulheres negras passaram a realizar ações no dia 25 de julho, ganhando uma maior força a partir de 2013, com o Julho das Pretas, também proposto pelo Odara, e que, de lá pra cá, favoreceu uma maior articulação e visibilidade entre os estados do Nordeste. No Ceará, o Instituto Negra do Ceará, criado em 2003, foi uma das organizações que contribuíram para realizar atividades que favoreceram a incorporação desta agenda no estado. Mulheres do Cariri, engajadas no Coletivo Pretas Simoa, criado em 2014, ampliaram esse campo de luta e visibilidade das mulheres negras, inclusive recuperando a memória da Tia Simoa.

A Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, Violência e pelo Bem Viver, ocorrida em novembro de 2015, em Brasília – DF, e o Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 2018, em Goiânia, representam marcos histórico no protagonismo das mulheres enquanto sujeitos coletivos. A Marcha e o Encontro foram potentes principalmente porque não se trataram apenas de eventos, mas foram processos participativos que ocorreram em todo país ao longo dos meses, também intensificando a articulação das mulheres negras do Nordeste. No Ceará, essa construção contou com o engajamento mulheres organizadas e daquelas que até então não haviam participado de nenhum coletivo. Nesse percurso, mais mulheres passaram a assumir sua identidade negra e seus cabelos crespos e a refletir sobre suas vivências ancestrais, opressões racistas e sexistas. Parte delas se engajou em coletivos já existentes ou fundaram novos.

Compreendo que essas vivências geraram um terreno fértil para que em 2019 fosse criada a Rede de Mulheres Negras do Ceará. A Rede tem reunido novas e antigas militantes e tem favorecido a criação de espaços de valorização e expressão da cultura negra, como a conhecida Sexta Preta, que teve sua primeira edição em outubro de 2018. Com a Rede, houve um fortalecimento das lutas e uma maior interação entre as pretas de algumas regiões do estado (Região Metropolitana de Fortaleza, Cariri e a Ibiapaba). Também tem realizado e contribuído nas lutas antirracistas, de mulheres, feministas, antiproibicionistas, abolicionistas e pela democracia.

Em março de 2017, aconteceu no município de Horizonte, Ceará, o 1º Encontro de Mulheres Quilombolas Coordenadoras da CONAQ da Região Nordeste: Tecendo Caminhos e direitos. Esse foi um momento político importante para romper com o silêncio e a invisibilidade histórica dos 87 povos e comunidades quilombolas que existem no Estado, evidenciando o protagonismo das mulheres negras nesses territórios, que, em 35 deles, é bem expressivos; e organizar a lutas das quilombolas nordestinas.

Ressalto a lutas das mulheres negras que tem familiares internados no sistema socioeducativo e no sistema prisional. Elas têm cumprido um papel importante para: denunciar o racismo estrutural e a violação dos direitos humanos por parte do Estado, que recrudescer nos últimos três anos no Ceará; para monitorar as condições das prisões, marcadamente insalubres e superlotadas; confrontar o poder público; e incidir nas políticas, na perspectiva de assegurar os direitos de seus familiares organizados no Grupo Vozes de Mães

e Familiares do Sistema Socioeducativo e Prisional e o recém-criado Instituto de Transformação e Reintegração do Ceará – INTRA. Essa luta tem contado com o apoio de coletivos como a Frente Estadual pelo Desencarceramento e do Instituto Negra do Ceará – INEGRA.

Nos últimos 5 anos, a INEGRA, organização de mulheres negras, criada em 2003, vem desenvolvendo um trabalho junto às mulheres encarceradas e egressas. Essa atuação iniciou-se a partir da prisão de Míriam França, acusada e presa injustamente pelo assassinato de uma jovem italiana. A INEGRA, junto com a Rede Nacional de Advogados populares - RENAP, teve papel incisivo para articular outras organizações e pressionar o Estado pela soltura da acusada, bem como de assegurar suporte jurídico e apoio político, afetivo e material enquanto Míriam foi obrigada a permanecer em Fortaleza. A ação desses sujeitos tem contribuído para aprofundar o debate sobre o racismo estrutural, as prisões seletivas, a criminalização de familiares, o abolicionismo penal e a justiça restaurativa. Também teve uma relevância nas ações solidárias no contexto da pandemia de Covid-19, quando houve um agravamento das condições do aprisionamento repercutindo diretamente na vida das pessoas encarceradas e de suas famílias.

Uma das lutas que teve uma participação expressiva das mulheres negras no Nordeste foi o movimento Ele Não durante as eleições gerais de 2018. Se dependesse apenas dessa região, o atual desgoverno federal não teria sido eleito, pois perdeu nos 9 estados.

Por fim, é importante destacar a expressão das mulheres que fazem parte de coletivos negros mistos. Destaco aqui também o Grupo de Valorização Negra do Cariri - GRUNEC, fundado em 2001, a Marcha contra o Racismo e o Movimento Negro Unificado, desde 2018 e os históricos Grupo de União e Consciência Negra - GRUCOM e o Movimento Negro Unificado - MNU. Os membros desses coletivos têm contribuído para ampliar o debate sobre a vivência e se articulado em lutas específicas das mulheres negras.

Territórios de (re)criação

As mulheres negras, em sua diversidade, têm atuado em vários campos (filosofia, psicologia, física, literatura, direito, medicina, educação, agroecologia, saúde), construindo, na prática, as bases para projetos societários

sustentáveis, diversos e equitativos. Destaco dois aspectos dessas contribuições: elas estão envolvidas na produção de conhecimentos no campo popular e dentro da academia, contribuindo para combater o epistemicídio e promover a descolonização intelectual.

Ao usarmos referenciais teóricos e epistemologias negras, temos aprofundado temáticas e interpretado realidades que desmontam os fundamentos populares e científicos historicamente forjados e disseminados pela elite branca, racista e patriarcal. Esses conhecimentos têm sido sistematizados e compartilhados, dando origem a livros, cartilhas, pesquisas, sítios eletrônicos, canais em redes sociais, livros, cursos e outros. Avalio que demos passos significativos para enegrecermos esses espaços. Em todo país, intelectuais negras têm ganhado visibilidade nacional e internacional, causando rupturas no circuito branco da produção do conhecimento. O que foi e vem sendo produzido, não vai retroceder.

Isso cria desconfortos e incômodos na branquitude, inclusive naquela que se dispõe a refletir sobre seus privilégios. Também é importante reconhecer e denunciar as oportunidades desiguais e a maior invisibilidade que as mulheres negras do Nordeste têm enfrentado. Em tempos de internet, por exemplo, têm sido muito mais favorável viralizar e valorizar conteúdos produzidos nos territórios do sudeste e do sul do país.

Outro aspecto relevante no cenário político é a expressão e ampliação das candidaturas de mulheres negras no Nordeste. Em fevereiro de 2020, foi realizado o Fórum Nordeste de Mulheres Negras e Poder, em Recife (PE), que tinha como objetivo refletir sobre as barreiras e os desafios para que elas ocupassem mais espaços e cargos políticos. Essa iniciativa reuniu cerca de 100 mulheres dentre aquelas que assumem cargos públicos e/ou estavam pré-candidatas para o pleito do ano de 2020, que escolheria vereadores e prefeitos dos 5.570 municípios do país, sendo 1.794 no Nordeste. Juntas, essas mulheres tramaram estratégias de fortalecimento das suas candidaturas individuais e coletivas.

Dentre as candidaturas de mulheres negras no Ceará, contamos com duas coletivas: a Nossa Cara, em Fortaleza, e o Coletivo Sementes, no Crato. As candidaturas negras populares têm provocado importantes debates internos dentro dos partidos, enegrecendo as pautas e aprofundando o debate sobre as contradições que envolvem o apoio de candidaturas negras e não negras. Mas também têm trazido elementos novos em relação à forma, à estética, ao

aprofundamento do debate político e à proposição de iniciativas que assegurem a ampliação e a garantia de direitos para as classes populares e para o povo preto.

Assim como Ana, existiram e existem outras mulheres negras do campo, da cidade e da zona costeira no Nordeste e, particularmente, no Ceará, insubmissas e revolucionárias. Escrevi este ensaio fazendo esta memória e reverenciando Ana, pouco visibilizada e reconhecida historicamente, aquela que representa tantas outras mulheres negras que ousam romper com a ordem, causar a desordem, numa realidade injusta estruturada no racismo, no sexismo, no capital e na heteronormatividade: Tia Simoa, Beata Maria, Joseli Cordeiro, Lila M. Salu, Alessandra Félix, Labelle, Lídia Rodrigues, Sarah Menezes e tantas outras.

Encerro este ensaio reafirmando a importância de mantermos a chama acesa em nosso peito e o axé, que nos movem, rompendo as correntes e grades simbólicas e materiais que insistem em nos aprisionar, reafirmando nosso direito à liberdade, ao prazer e à vida digna.



ACCIOLY, Izabel. **A Ciência a serviço da elite branca cearense**. Desenvolvida por Negrê. 31 jul. 2020. Disponível em: <<https://negre.com.br/a-ciencia-a-servico-da-elite-branca-cearense/>> Acesso em: 30 out. 2020.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: uma invenção do falo - uma história do gênero masculino (Nordeste 1920 1940)**. Maceió: Catavento, 2003.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

LÓPEZ, Laura Cecília. O corpo colonial e as políticas e poéticas da diáspora para compreender as mobilizações afro-latino-americanas. **Revista Horizontes**

Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n. 43, jan.- jun. 2015, p. 301-330.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Filosofia da ancestralidade**: corpo e mito na filosofia da educação brasileira. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

SALES, Cristian Souza de. Pensamentos da mulher negra na diáspora: Escrita do corpo, poesia e História. Sankofa. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, ano V, n. IX, jul. 2012.

SCHUMACHER, Shuma; VITAL BRASIL, Érico. **Dicionário Mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

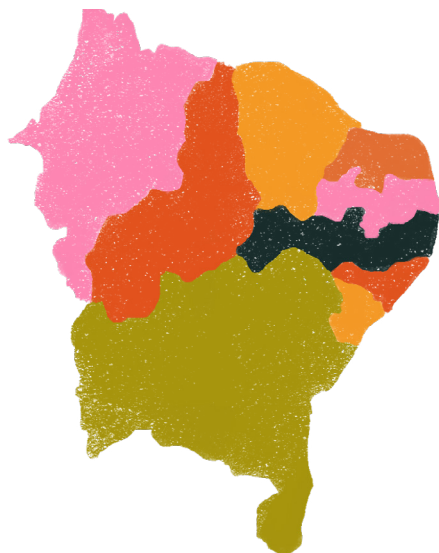
SENA, Francisca Maria Rodrigues. **Convivência com o Semiárido**: o desafio de construir relações igualitárias *In*: Mulheres no semiárido: um olhar feminista. Recife: SOS Corpo, 2010, p. 69-98.

O futuro possível é a construção de um passado que garante o presente

ZICA PIRES



Mulher preta, quilombola do Território Quilombola de Santa Rosa dos Pretos, situado no município de Itapecuru-Mirim, no estado do Maranhão, educadora popular e coordenadora do coletivo AAQ (Agentes Agroflorestais Quilombolas).



E stamos em um momento catastrófico e histórico, no qual a mineração, o agronegócio e a implementação de megaempreendimentos têm atuado como uma vertente centrífuga, visando o pleno domínio global das relações socioeconômicas e culturais. Recursos naturais e humanos são modificados e jogados numa mesma lógica ensandecida e devastadora causada pela expansão capitalista sem precedentes. Sua lógica interna compulsiva de se alastrar por todos os lugares do planeta fez com que o capital produzisse uma nova forma de sistema globalizado plenamente integrado em diversos lugares. O modo de produção e de consumo capitalista, o dependente, tornou-se dominante em todos os continentes. Contra o mito verídico da escassez do planeta, a escala de produção agrícola, mineral e industrial dos países do Sul alinhou-se aos níveis das outras partes do globo, baseando-se em um estágio de exploração em forma de saque, apossamento e mercantilização da natureza.

A exploração da natureza, ou seja, a globalização, que está sempre associada a um desenvolvimento geográfico desigual, pode ser observada em todos os meios de acumulação reproduzidos pelo capital, porém o que está sendo destacado aqui é a lógica destrutiva da monocultura dos desertos verdes. Avalio as culturas do eucalipto, do milho, da soja, que partem da ideia de

expansão, isto é, de um modelo de desenvolvimento socioeconômico baseado no latifúndio e na pecuária extensiva, no desflorestamento das matas nativas, para o reflorestamento com a formação de florestas plantadas para a produção do carvão vegetal, que alimenta os fornos das guzeiras, na monocultura do eucalipto e da soja, na mineração e siderurgia.

Vivemos em um tempo em que a capacidade explorativa alcançou patamares antes inimagináveis. No Brasil, uma grande quantidade de municípios apresenta a incidência de exploração mineral em pequena, média e larga escala. São dois mil e vinte municípios com incidência de mineração; e aponto aqui apenas a realidade atual.

O cenário é de aniquilação, de reprimarização, de acumulação, de retrocesso anticolonial, antinacional, antissocial, antidemocrático de uma sociedade democrática e soberana, e extremamente padronizada ao estilo do capitalismo mercantil europeu, que se processa com extermínio de comunidades tradicionais (camponeses, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, povos tradicionais).

Falo do Território Quilombola de Santa Rosa dos Pretos, situado no município de Itapecuru-Mirim, no estado do Maranhão, um território invadido e violentado diretamente pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), pertencente à mineradora Vale S.A; pelo Governo Federal, com a duplicação da rodovia BR-135; e mais 5 linhas de energia, três da Eletronorte e duas da Equatorial. O que aponto são ações globais, massivas, que causam impactos socioambientais e violam os direitos humanos por onde se instalam com um alçor discurso desenvolvimentista, fundamentado pelos capitalistas e seus megaempreendimentos, que se dizem detentores do progresso para o Estado brasileiro.

Um discurso que para os territórios violentados não significa progresso, mas um retrocesso e de fato um des-envolvimento, já que distancia cada vez mais os seres e afasta suas diferenças, deixando à vista somente as semelhanças, ou seja, os monocombportamentos de cada sociedade.

Esse des-envolvimento é um colonizador de relações e aparências, que tem como eixo central a globalização das coisas e a monopolização dos seres. Busca, a todo modo, um comportamento universalizado e igual; e tenta, dessa maneira, findar todas as formas de descolonização e emancipação dos povos que se insurgem a esse pensamento clássico colonizador e constroem bases políticas,

princípios, autodeterminação e, principalmente, a valorização de suas culturas e de sua verdadeira história. Com uma autoconsciência de que o que funciona de fato não é o des-envolvimento, mas o envolvimento, que assemelha, aproxima e unifica todos os povos.

No estado do Maranhão a estrutura “modernização”, atrelada à ideia de progresso, transforma-se comumente numa faceta violenta e repressora, buscando conter qualquer tipo de crítica ou manifestação contrária aos megaprojetos, que são seus principais representantes. É nesse contexto que trago a realidade de Santa Rosa dos Pretos para refletir sobre a constituição de sujeitos políticos insurgentes, com articulações contra as atuais formas de apropriação e mercantilização dos bens naturais e a acumulação de capital, que afetam e violentam milhares de pessoas, em prol da extração da mais-valia, que, em suma, é parte do enriquecimento de poucos e do empobrecimento de muitos.

Aqui se faz necessária uma reflexão sobre Santa Rosa dos Pretos e sobre a visão que esse quilombo entende como um verdadeiro desenvolvimento, ou seja, o envolvimento que ele acredita ser, não só um progresso, mas também uma evolução de seres.

Para uma melhor reflexão, trago esta colocação de meu avô, ancião do quilombo Santa Rosa dos Pretos, a fim de avaliar não só a conduta e ambição dos capitalistas como também o respeito para com a natureza, que nos sustenta e nos permite fazer parte de sua totalidade universal; disse ele:

Na criação do mundo, a terra era disputada, quando alguém perguntava a Jesus: o que eu faço Senhor para ganhar o reino da glória? Jesus simplesmente disse: venda os seus bens e reparta com os pobres.

O que me levou a lutar foi a necessidade de não aceitar a expulsão, minha e do meu povo da terra tão querida e respeitada por mim, não sair da terra, para mim também foi mais do que um intercâmbio que me levou a reconhecer a terra como a melhor mãe, que dá todos os direitos cabíveis e me acho no direito de lutar porque me sinto parte da terra, muitas pessoas dizem que não lutam e nem brigam pela terra, essas pessoas não têm sentido, a terra tem um grande valor (LIBÂNIO PIRES, 2016).

O que não permite ao homem perceber o grande valor que a terra tem é o des-envolvimento, a ambição na forma de expansão, em que os ganhos ficam concentrados nas mãos de meia dúzia e os danos são distribuídos às populações em massa. Frente a isso, o Território Quilombola de Santa Rosa dos Pretos é contra essa ou qualquer outra forma de des-envolvimento, contudo, não a repudia totalmente, considerando que do desenvolvimento aproveita-se o envolvimento. O desenvolvimento só se torna possível quando existe envolvimento entre os seres.

O Quilombo se constitui assim, tendo como base o envolvimento, portanto, o falso progresso e desenvolvimento propostos pela globalização mundial não se encaixa na lógica dessa sociedade nativa, que vê em seu lugar, suas crenças, seus costumes, suas religiões, seus credos, em suas resistências culturais e forças coletivas a liberdade possível somente pelo envolvimento entre suas formas diferentes de agir. A sociedade quilombo, ou seja, os quilombolas são contrários a essa ideologia de desenvolvimento, pois para eles o envolver (unificar) é a forma mais digna de resistir e confrontar a lógica destrutiva do sistema capitalista, no qual são lesados, violentados e forçadamente “incluídos” como moeda de troca do Estado brasileiro.



Território quilombola significa a união de povos com histórias diferentes e toda uma identidade envolvida e compartilhada, desse modo, o desenvolvimento é possível, pois só é possível quando há envolvimento entre os seres.

O envolvimento do desenvolvimento não se concretiza na ideologia capitalista, mesquinha e burguesa, que traz em sua formação histórica uma visão ambiciosa, de lucrar acima de tudo e de todos, extraindo o máximo de recursos naturais, com os menores custos possíveis, a partir da destruição de qualquer entrave: legislação trabalhista e ambiental, direitos humanos, sociedades inteiras. O capital atua mediante valores, atitude arrogante e destrutiva, acumulação global, desrespeito à legislação trabalhista e ambiental (brasileira e internacional), inúmeras e graves violações de direitos humanos, legado irreparável de destruição ambiental, cultural e social e uma extraordinária sustentabilidade para os lucros e não para as pessoas. No envolvimento das

sociedades nativas não vale a duplicação do lucro privado e dos impactos coletivos. Sendo assim, escrevo sobre o que me ensina minha mãe:



Envolvimento é bem viver, é estar num território livre, com alimentos da nossa agricultura familiar na mesa do povo [...] pena que quase não dá pra pescar, a Vale entupiu o nosso igarapé, e ainda tem os latifundiários que acabaram com as reservas, com os centros de lavoura e babaçuais [...] isso é esse sistema capitalista que nos mata para sustentar esse progresso moderno. Para mim, na realidade, para nós, quilombolas dos Territórios em geral, envolvimento mesmo é a terra livre em primeiro lugar.

Neste momento em que vivemos, é necessário entender sobre as dores, as perdas que a terra tem, entender sobre os abusos ininterruptos, que geram os lucros extraordinários do capital. Saber decifrar essa conjuntura é tarefa imprescindível, revelar aos abusados os milhares existentes no campo, nos territórios quilombolas, nas aldeias e nas cidades; revelar as contradições que afetam suas vidas devido à desigualdade incomum dos projetos do capital da morte.

Por fim, trago como forma de aproximação e envolvimento o passo seguinte para um futuro que é possível: a apropriação das realidades que nos cercam.

No último dia 14 de abril, nós — quilombolas dos municípios de Itapecuru-Mirim e Miranda do Norte, no Maranhão — recebemos, com preocupação, a notícia de que o Governo Federal pretendia retomar as obras de duplicação da rodovia BR-135 em maio, durante a pandemia do novo coronavírus. As obras foram suspensas em 2018, depois que lideranças do quilombo Santa Rosa dos Pretos, em Itapecuru-Mirim, denunciaram ao Ministério Público Federal (MPF) e à Defensoria Pública da União (DPU) as ilegalidades cometidas pelo DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Trânsito) em territórios tradicionais, iniciando as obras sem nunca terem nos consultado previamente, como obriga a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Mesmo sem a consulta, o DNIT começou as obras nos quilombos em 2017, matando árvores centenárias, destruindo igarapés, danificando nossas casas, ameaçando-nos e humilhando-nos dentro dos nossos próprios territórios, onde estamos desde o século 17. A BR-135 rasga os quilombos de diversos municípios maranhenses há quase 80 anos. Retomar a duplicação da rodovia, no contexto da pandemia de Covid-19, além de reforçar as ilegalidades já cometidas pelo governo, significa a manutenção de uma política de Estado que conhecemos há pelo menos três séculos: a do nosso genocídio.

Implantar canteiros de obras à porta de nossas casas e trazer trabalhadores de fora para nossas comunidades é nos expor à contaminação e à morte. O quilombo Santa Rosa dos Pretos, onde moro, tem mais de 350 famílias (cerca de duas mil pessoas) e não conta com um posto de saúde sequer.

Em meio a tanta violência, a boa notícia só pode vir de um lugar: das nossas mãos pretas. Faço parte de uma geração de jovens do quilombo que bebe diretamente da luta ancestral dos nossos mais velhos por terra e território. Com eles aprendemos que: se em 520 anos os invasores nunca quiseram nos respeitar, por que agora respeitariam? Se nunca souberam conversar, por que agora saberiam? Aprendemos que a luta que emancipa é a luta por autonomia, de nós por nós e para nós. Isso não significa dizer que não temos alianças fora dos nossos círculos pretos, nem que não exigimos dos gestores do Estado políticas públicas que nos contemplem. O fato é que a gente não se ilude com a estratégia centenária e embranquecida que rouba o que é nosso para nos devolver a contagotas, em troca de votos. A gente não negocia nossa vida. A gente a faz brotar do chão com as nossas mãos, como aprendemos com nossas pretas e pretos velhos.

A juventude do quilombo Santa Rosa dos Pretos está organizada em um coletivo chamado AAQ (Agentes Agrofloretais Quilombolas). Buscamos autonomia alimentar, por meio da agrofloresta; autonomia de água, por meio da recuperação de nascentes e cursos d'água, com o plantio de árvores nativas; e autonomia de pensamento, por meio da implantação de um currículo quilombola autônomo na escola da comunidade.

Assim, sobreviver à pandemia também tem sido uma luta autônoma: nós mesmos nos organizamos para orientar os jovens e os mais velhos sobre o autocuidado e o cuidado coletivo. Buscamos e conseguimos alianças com outras partes do país, recebemos recursos, compramos 698 cestas básicas e estamos distribuindo aos irmãos e irmãs quilombolas de diversos territórios do municí-

pio, que precisam de alimento.

Nossa estratégia é simples, mas não é fácil. Sofremos racismo dentro e fora do território, e há tentativa de apropriação da nossa luta autônoma pela política partidária. Mas não recuamos. Nossos Encantados estão com a gente. Agora, diante de mais esta tentativa dos herdeiros da Casa Grande, de submeterem nosso povo ao genocídio, iniciamos hoje uma campanha-manifesto pela nossa vida e contra a política de morte do estado brasileiro e de seus operadores. Aqui, leitora e leitor, já aproveito para pedir o seu apoio.

O que o Estado precisa fazer por nós (quilombolas) durante esta pandemia é parar de tentar nos matar, como fazem agora, com a possibilidade de retomada das obras de duplicação da BR-135. Quanto a nós, jovens de Santa Rosa dos Pretos, seguimos em luta autônoma pela terra e pelo território — nosso corpo e nossa vida —, onde estamos e somos desde sempre.



Filha, diga o que vê.

Sopro ancestral e escrita feminina afro-brasileira

DANIELLE DE LUNA E SILVA



Danielle de Luna e Silva é professora de Literaturas em Língua Inglesa na Universidade Federal da Paraíba. É doutora em Letras pela mesma instituição e coordena o projeto de pesquisa em Literaturas Afro-diaspóricas: escritoras afro-brasileiras e afro-americanas, voltado para literatura e crítica literária de mulheres negras no Brasil e nos Estados Unidos.



*Filha, diga o que vê.
Vejo e sinto Iemanjá
Trazendo uma doce esperança no olhar,
Brisa boa se sente no ar*

DADINHO; ALELUIA. 2017.

Em 1859, uma escritora maranhense concluía seu primeiro romance. Mesmo que o tenha chamado de “mesquinho e humilde” e publicado recorrendo a um pseudônimo, Maria Firmina dos Reis orgulhava-se do que havia produzido: *Úrsula*, um texto que a crítica literária aponta como o primeiro romance da Literatura Afro-Brasileira (DUARTE, 2005). No prólogo, Firmina apresenta uma clara visão da obra. Descreve as muitas vozes (masculinas) que a criticam, na tentativa de diminuí-la, e que consideram seu trabalho um mero capricho feminino. Embora tivesse a noção de como seria mal recebida, a escritora pediu licença para dar a lume a sua criação:



Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale esse romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (REIS, 2018, p.12).


Segundo Muzart (1990, p.69), Maria Firmina empregou um recurso comumente utilizado nos prefácios de escritoras oitocentistas: a autodepreciação. Aceitando o “feminino” que lhes era imposto e que elas adotavam como um meio de sobrevivência. No entanto, nas entrelinhas, essas artimanhas são desmascaradas e o feminino, até então escondido, demonstra sua presença.

Evidencia-se no paratexto uma alternância entre a modéstia e o orgulho, que é reiterada ao longo do prólogo e se configura como uma das estratégias ou “artimanhas” da escritora. Ao depreciar a si mesma e a sua obra, ela veste, apenas na superfície, a máscara da submissão a que Muzart se refere. Porém, ousa, ao decidir publicar seu romance, apesar de saber que, inevitavelmente, sofreria críticas.

Não obstante, o caráter precursor do romance extrapola a sua inovação temática ou de ponto de vista, que traz a perspectiva de descendentes de africanos sobre a escravidão e a liberdade. Maria Firmina é pioneira ao imaginar

uma linhagem de outras escritoras que a seguirão. Lança um chamado que será respondido por gerações de literatas que a sucederão.

Nas últimas linhas do prólogo clama:



Não a desprezeis [Úrsula], antes a amparai nos seus incertos e titubeantes passos para assim dar alento à autora de seus dias, que talvez com essa proteção cultive mais o seu engenho, e venha a produzir coisa melhor, ou, quando menos, sirva esse bom acolhimento de incentivo para outras, que com imaginação mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, tenham mais timidez do que nós. (REIS, 2018, p.12-13, *grifo nosso*)

O trecho acima assume especial relevância se, além do gênero, considerarmos a categoria raça. Gosto de imaginar que, ao traçar estas linhas, Maria Firmina estivesse projetando um futuro no qual a educação seria amplamente oferecida às mulheres e que essa instrução possibilitaria que mulheres afrodescendentes, como ela, escrevessem, fossem lidas e acolhidas. Prevendo os possíveis obstáculos, a maranhense nutria a esperança de que seriam superados e que uma tradição literária feminina e negra se estabeleceria.

Quase nove décadas depois, o chamado de Firmina começa a ser respondido. A esse respeito, Fernanda Miranda (2019, p.35) ressalta que de “Úrsula até a publicação da obra de Ana Maria Gonçalves [*Um defeito de Cor*], apenas 11 romances de autoras negras foram lançados no país” e, somente em 1946, surgiu o romance *Água funda*, de Ruth Guimarães, o primeiro a ser publicado após a abolição da escravatura.

Ainda de acordo com a pesquisadora, se Maria Firmina dos Reis inaugura uma linhagem de romancistas negras no Brasil, o assentamento desse corpus literário acontece somente a partir de 2006, com a publicação de *Um defeito de Cor*, de Ana Maria Gonçalves. Não me parece fortuito que a resposta ao apelo feito em 1859 tenha se consolidado a partir de outro romance no qual a escravidão é pano de fundo. Nele, uma voz feminina e negra preenche mais de novecentas páginas com reminiscências de sua trajetória como escravizada e depois liberta, o que a levou a cruzar o Atlântico mais de uma vez, navegando entre a África e o Brasil.

Cento e quarenta e sete anos separam os dois textos. Ambos, contudo, descrevem realidades muito similares. Susana e Kehinde, personagens de *Úrsula* e de *Um defeito de cor*, respectivamente, são mulheres arrancadas à força de sua terra natal e obrigadas a deixar para trás a família, a liberdade e também parte de suas histórias. Susana é separada de seu marido e filha e passa a ter seu trabalho explorado pela família da jovem *Úrsula*, protagonista que dá nome à obra que inaugura a Literatura Afro-Brasileira. Como tantas outras mulheres negras na atualidade, a africana desempenha a função materna na família de seus senhores, em detrimento de sua prole, dentre outros serviços.

A descrição do momento em que é capturada, escravizada, e de sua experiência em um tumbeiro destoa do romance gótico que narra desventuras amorosas da jovem *Úrsula*. Susana e o jovem Túlio, ambos escravizados, chamam atenção para a crueldade da instituição da escravidão, ao mesmo tempo em que se apresentam como um contraponto ao pérfido tio de *Úrsula*. Túlio e Susana são honrados, íntegros, enquanto Fernando P, fazendeiro branco e rico, é vil e torpe.

Além do compasso moral que Susana oferece, ela também ajusta a narrativa como uma bússola que não aponta para o norte, mas para a África. É ela que, guiada por Maria Firmina dos Reis, volta o olhar de Túlio e do leitor para outro continente, outro tempo. A voz de Susana se adensa quando diz:

Liberdade! Liberdade... Ah! Eu a gozei na minha mocidade! – continuou Susana com amargura – Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. [...] E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! *Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar!* Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! [...]

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de





um navio. Trinta dias de cruéis tormentos e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Dava-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros *à falta de ar*, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura *asfixiados* e famintos! (REIS, 2018, p.69-71, *grifo nosso*)

Destaco aqui a menção da personagem Susana à falta de ar e a morte por asfixia, uma vez que considero ambas como imagens relevantes à luz da atual pandemia de Covid-19 e dos protestos mundiais, clamando pelo que à primeira vista pode parecer óbvio — “*vidas negras importam.*” Os porões dos tumbeiros que transportaram aproximadamente 4,8 milhões de africanos para o Brasil entre 1550-1850 (ALENCASTRO, 2018) estão hoje presentes nas celas superlotadas, uma vez que negros e pardos compõem aproximadamente 66% da população em privação de liberdade do Brasil. Já o *Atlas da Violência 2020* (IPEA) revela que pretos e pardos representam 75,7% das vítimas de homicídio, maior parte delas provenientes das regiões Norte e Nordeste. Famílias negras, assim como a de Mãe Susana, permanecem vulneráveis e sujeitas a fraturas, separações e mortes. Os laços afetivos continuam sendo postos à prova — num continuum — seja pela apropriação dos corpos durante os séculos de escravidão seja pela continuidade desta exploração na atualidade.


Da mesma forma, é preocupante a parcela significativa da população negra que vive em situação de rua, trabalha informalmente, habita em comunidades com acesso restrito ou inexistente ao esgotamento sanitário e abastecimento de água. Soma-se a isso o aumento da taxa de incidência de comorbidades como hipertensão e diabetes, que resultam numa maior incidência de mortes por Covid-19 da população negra brasileira (SANTOS, M. *et al.*, 2020; SANTOS, H. *et al.*, 2020).

A brutalidade da polícia assemelha-se à barbaridade dos que arrancaram

do lar a africana Susana. Da mesma maneira, a ausência de água, alimento e ar durante a travessia entre África e Brasil ganha continuidade no atual contexto de desigualdades sociais, agravado pelo racismo estrutural. Dessa forma, a dificuldade de respirar nos porões sobre as águas do “*Atlântico Vermelho*” funde-se à perpetuação da negação das vidas negras, de seu direito mais fundamental — o de existir. Talvez por isso, o poeta Ricardo Aleixo nos lembre de que o “[e] u não consigo respirar’ é a frase do século”.

A afirmação “*Eu não consigo respirar*” (“*I can’t breathe*”, em inglês), de George Floyd, e de tantas outras vítimas, aproxima a asfixia provocada pela violência policial das condições precárias de saúde da população negra, comprovadas pelos altos índices de letalidade por Covid-19 neste segmento da pandemia.

A esse respeito, Achille Mbembe (2020, grifo nosso). afirma:



Eu escrevi uma peça chamada O Direito Universal à Respiração pouco antes da execução de George Floyd, e no contexto do surto do coronavírus, porque me parece que, no que estamos testemunhando, ou em qualquer caso, o que se tornou ainda mais claro para nossa mente desde a morte de George Floyd é o *entrelaçamento* — a combinação que eu diria de duas histórias — do coronavírus e a *disparidade racial de mortes* a que levou, e histórias de violência racialmente infligida — ambas as histórias têm, em todo o caso, tanto quanto eu estou preocupado, me deixado ainda mais consciente do que antes sobre a *importância da luta pelo ar, a luta pela respiração, que faz parte de nossa tradição e de nossas lutas.*

A luta pela respiração a que Mbembe se refere também está presente no romance *Um defeito de Cor*, de Ana Maria Gonçalves. Volta à cena, quase um século e meio depois da publicação de *Úrsula*, com o percurso diaspórico de uma voz autoral feminina e negra. A partir dele, acompanhamos a vida da africana Kehinde e somos testemunhas de mais uma travessia forçada pelo Atlântico:

A minha avó estava agarrada à minha saia e à de Taiwo, e mesmo tendo companhia parecia que estávamos sozinhas, porque ao redor de cada uma de nós era só silêncio. Silêncio que mais



parecia um pano escuro, grosso e sujo, que tomava todos os espaços e prendia debaixo dele o *ar úmido e malcheiroso*, sabendo a mar e excrementos, a suor e a comida podre, a bicho morto. Carneiros, talvez. Era como se todos esses cheiros virassem gente e ocupassem espaço, fazendo *o lugar parecer ainda mais sufocante* (GONÇALVES, 2009, p.45-46, *grifo nosso*).

A sensação de confinamento experimentada pela personagem é descrita sinesteticamente, com os cheiros transformados em presença que sufoca e oprime. É durante essa viagem que Kehinde, ainda menina, perde a avó materna e sua irmã gêmea, Taiwo. Porém, ao contrário do que ocorre com Susana, a presença ancestral de seus familiares, especialmente na figura daqueles que perdera ainda a bordo do navio, entre dois continentes, torna-se uma constante na vida da protagonista. Presença espectral e familiar, que lhe serve de guia e de elemento de (re) conexão com o que fora obrigada a abandonar na África.

Além disso, Kehinde estabelece laços com uma comunidade de mulheres negras que se apoiam por meio da sororidade. As ligações religiosas tanto com o voduns quanto com os orixás fazem com que estabeleça uma família espiritual na figura de irmãos e mães de santo, e de líderes religiosos e comunitários como Agontimé, Esméria e Nega Florinda. O processo de enfretamento à tentativa de desumanização perpetrada pela escravidão e de resistência e luta pela liberdade da personagem só se faz possível pelas relações que estabelece, tanto no plano terreno quanto espiritual e religioso.

A trajetória de Kehinde emula a de várias outras mulheres durante a escravidão e chama a atenção para a importância do poder feminino e preto. As organizações e associações de mulheres negras vêm, desde então, atuando coletivamente para o enfrentamento do racismo, sexismo e de outras formas de opressão. Um exemplo emblemático é o coletivo Geledés. Acerca do nome, Sueli Carneiro ressalta que “Geledés foi escolhido justamente porque são organizações de cunho religioso das sociedades tradicionais iorubá, hoje considerados (sic) patrimônios da humanidade. É uma forma de culto ao poder feminino” (2017, p.18, *grifo nosso*)

Voltando à escrita literária destas mulheres, pode-se afirmar que se estabelece não somente como forma de resistência, mas também como possibilidade de reconfiguração e transformação do real. Dentro de um

movimento contínuo de chamado e resposta, que se estrutura de forma relacional a partir de uma comunidade (literária ou não) à qual pertencem as autoras. Por acreditar nisso é que defendo que *Um defeito de Cor*, publicado em 2006, de certa forma responde ao chamado lançado por *Úrsula*, de 1859. Ambas as obras fazem parte da mesma linhagem literária, inicialmente imaginada por uma escritora afrodescendente e nordestina. Partindo do mesmo círculo, ou espiral, continuamente retomam, recriam e conectam passado, presente e futuro.

Nesse sentido, aproximo a espiral acima, que conecta escritoras e suas obras, aos conceitos de oralitura e performance discutidos por Leda Maria Martins. Para a pesquisadora, “cada performance ritual recria, restitui e revisa um círculo fenomenológico no qual pulsa, na mesma contemporaneidade, a ação de um pretérito contínuo, sincronizada em uma temporalidade presente que atrai para si o passado e o futuro e neles também se esparge” (2000, p. 81, grifo nosso).

Um defeito de cor insere-se neste tempo espiralar a partir da revisão do passado escravista retratado em *Úrsula*, evidenciado não só pela abordagem do tema, fruto de uma séria e longa pesquisa bibliográfica, mas também a partir do que é narrado em seu prefácio, no qual a escritora, transformada em personagem, ficcionaliza a trajetória que a levou à escrita de seu romance, apresentando-o como um suposto manuscrito deixado pela escravizada Kehinde e encontrado pela escritora em uma igreja em Itaparica.

Igualmente, o prefácio evidencia que a decisão de escrever o romance surgiu com a intenção de atender a um chamado do escritor Jorge Amado, feito em seu livro *Bahia de todos os santos — guia de ruas e mistérios*, para que um jovem romancista escrevesse sobre a Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador, em 1835. Contudo, ao fim do prefácio, a escritora afirma:

Espero que Kehinde aprove meu trabalho e que eu não tenha inventado nada fora de propósito. Acho que não, pois, muitas vezes, durante a transcrição, e principalmente durante a escrita do que não consegui entender, eu a senti *soprando palavras* no meu ouvido. Coisas da Bahia, nas quais acredita quem quiser... (GONÇALVES, 2009, p.17, grifo nosso)



Em diálogo com a presença espectral da personagem, Ana Maria Gonçalves acaba respondendo a um chamado feminino e ancestral. Assim, atua, de forma espiralar, recriando e restituindo histórias e conexões ancestrais. Ao desejar a aprovação de Kehinde, rompe com a lógica cartesiana e eurocêntrica que delimita fronteiras claras e definidas entre passado e presente; vivos e mortos. Simbolicamente, então, é a personagem que insere a autora e sua obra na performance ritual a que se refere Leda Maria Martins. Porém, parece-me que não o faz sozinha, mas acompanhada de muitas outras mulheres, que também lhe sussurram ao ouvido, soprando suas histórias.

Este sopro ancestral pode ser lido de duas maneiras: como sopro divino, centelha inspiradora, mediante a qual a criadora, Kehinde, transmite vida a sua criação. É essa voz ou presença liminar que comunica e (re) cria sua história e a de seus antepassados. Inserida nesta fronteira etérea, o ar traz a lume o que já foi e o que nunca passou. Por sua vez, esse sopro ancestral é também sinônimo de alívio, de respiro e de cura. É a brisa da qual fala Mateus Aleluia na canção que compõe a epígrafe deste ensaio. É elo intergeracional capaz de conectar Susana e Kehinde; Maria Firmina e Ana Maria Gonçalves.

A criação artística afro-brasileira proporciona, portanto, sobrevivência e continuidade, não só porque transmite conhecimento acumulado por séculos, mas também porque conecta memórias e ancestralidade. Trazendo a possibilidade de vida, porque com ela e por meio dela, o sujeito se apresenta em toda a sua complexidade e grandeza. A arte é prova da humanidade que insiste em nos negar. Como um sopro ancestral, que nos conecta, que nos inspira e nos impele a continuar respirando, mantém acesa a chama de uma profunda esperança na vida.



ALEIXO, Ricardo. **Eu não consigo respirar é a frase do século**. Belo Horizonte, 27 maio 2020. Facebook: ricardoaleixo. Disponível em: <<https://web.facebook.com/jaguardarte.ricardoaleixo/posts/3868178656544315>>. Acesso em: 1º nov. 2020.

ALELUIA, MATEUS; DADINHO. **Filha, diga o que vê**. In: ALELUIA, MATEUS. *Fogueira Doce*. São Paulo: MMRights, 2017. Faixa 6

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Aprisionamento Feminino – período de janeiro a junho de 2020. Sistema de informações do Departamento Penitenciário Nacional*. Disponível em: < <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzg4NTRjNzYtZDcxZi00ZTNkLW11M2YtZGIzNzk3ODg0OTllliwidCI6ImViMDkwNDIwL-TQ0NGMtNDNmNy05MmWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>> Acesso em 1º nov. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Entrevista a Bianca Santana. **Cult - Revista Brasileira de Cultura**, São Paulo, n.223, 2017, p.12-20.

DE ALENCASTRO, Luiz Felipe. África, números do tráfico atlântico. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 57-63.

DE BARROS MOTT, Maria Lúcia. **Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão**. São Paulo: Contexto, 1988.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura, política, identidades: ensaios**. Belo Horizonte: FALE/UFGM, 2005.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. 5ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1984. p. 223- 244.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas da violência 2020. IN: **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ORG.)**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2020.

MARTINS, Leda Maria. A oralitura da memória. In: **Brasil afro-brasileiro**, v. 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 63-86.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. **Corpo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006): posse da história e colonialidade nacional confrontada**. 2019. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

MUZART, Zahidé Lupinacci. **Artimanhas nas entrelinhas: leitura do paratexto de escritoras do século XIX**. Travessia, Florianópolis, n. 21, p. 64-70, 1990.

PAUL GILROY. Uma conversa entre Paul Gilroy e Achille Mbembe: brutalismo, Covid-19 e o Afro-pessimismo. **Medium**. 28 de junho de 2020. Entrevista concedida a Achille Mbembe. Tradução de Allan Kardec Pereira. Disponível em: < <https://medium.com/@allankardecpereira/uma-conversa-entre-paul-gilroy-e-achille-mbembe-brutalismo-covid-19-e-o-afro-pessimismo-f7708b380d0>>. Acesso em: 1º nov. 2020.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras [recurso eletrônico]**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

SANTOS, Hebert Luan Pereira Campos dos et al. Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4211-4224, 2020.

SANTOS, MÁRCIA PEREIRA ALVES DOS et al. **População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 225-244, ago. 2020.

Nordeste Maravilha.

Recife: Coração cultural do Brasil

DENISE T'ÒGÚN BOTELHO



Professora associada ao Departamento de Educação (DED) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Docente - orientadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI-UFRPE/FUNDAJ), atua nas linhas de pesquisas: movimentos sociais; práticas educativo-culturais e identidades; e políticas, programas e gestão de processos educacionais e culturais. Denise é líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde (Geperges - Audre Lorde); membro do Coletivo de Acadêmicas Negras Luiza Bairros (CAN Luiza Bairros); desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de educação e relações raciais, com viés em gênero e sexualidades; religiões de matrizes africanas e afroindígenas. Realizou pós-doutorado em Educação, no Departamento de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob a supervisão do Prof. Dr. Antônio Novaes.

Nasci no Sudeste, em São Paulo, considerado o centro econômico do país. Passei pelo Centro-Oeste, foco da política brasileira, e me instalei no Nordeste. Em Recife, eu me encontrei. Fiz o caminho contrário do “Sul maravilha” (muitas pessoas da minha geração acreditavam que São Paulo era a salvação, mal sabiam que, na verdade, o que lhes esperavam era um canteiro de obras para serem peões e, para as mulheres, muitas vezes, o amor não correspondido pelo patrão).





*Tá vendo aquele edifício, moço?
Ajudei a levantar
Foi um tempo de aflição
Era quatro condução
Duas pra ir, duas pra voltar
Hoje depois dele pronto
Olho pra cima e fico tonto
Mas me vem um cidadão
E me diz, desconfiado
Tu 'tá aí admirado
Ou 'tá querendo roubar?
Meu domingo 'tá perdido
Vou pra casa entristecido
Dá vontade de beber
E pra aumentar o meu tédio
Eu nem posso olhar pro prédio
Que eu ajudei a fazer.*

BARBOSA; RAMALHO. 1992.

A forma nordestina de comunicar a vida em versos, em musicalidade, demonstra a excelência artística de um povo que, mesmo sofrido, não perde a sua maestria. Isso é o que mais me encanta. A escolha de viver em Recife, capital de Pernambuco, em detrimento do coração econômico ou do centro político do Brasil, está ligada à polissemia cultural e negra presentes nas terras de Manuel Bandeira, João Cabral de Melo Neto, Paulo Freire, Solano Trindade, Clarice Lispector, Chico Science, Lenine e muitas outras pessoas que produzem cultura brasileira; ainda que os xenófobos digam que não. Muitas pessoas não conhecem a realidade do Nordeste e afirmam que somos atrasados. Vejam vocês que nos processos democráticos o Nordeste demonstrou o seu papel de fidelidade à democracia do país e não foi compreendido.

Fico imaginando que quando eu for escrever um memorial sobre o ano de 2020, que para muitas pessoas tem sido o ano da Covid-19 (a qual, marotamente, brinco ser Covid-17), precisarei registrar uma denúncia quanto à influência de um governo irresponsável na adoção de medidas preventivas, e que em muito contribuiu para a proliferação da doença. Como filha de Ogum, orixá da tecnologia, eu não quero acreditar que 2020 tenha sido o ano da Covid-19, pois prefiro reconhecê-lo como o ano da tecnologia. Nunca antes nós precisamos fazer tanto uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC), tendo que utilizá-las em lives, plataformas de aulas remotas, reuniões etc. Os encontros e os reencontros via internet nos propiciaram processos de autoconhecimento, acesso a mapas astrais, jogos de búzios dentre outras alternativas; tudo intermediado pelo aplicativo *Whatsapp*, pelo computador, plataformas *Zoom*, *Google Meet*, *Stream Yard*, *Youtube*, *Facebook* e tantas quantas estiveram disponíveis intermediando a comunicação entre as pessoas em tempos pandêmicos, um período de distanciamentos, de isolamento social.

Pela tela do computador vivemos experiências inimagináveis nas salas de nossas casas, recebendo dezenas de pessoas das mais diversas gerações. Isso só foi possível devido à permissão do meu Pai Ogum. Mas, infelizmente, nós não estávamos emocionalmente preparadas e preparados para lidar com tanta mudança e de modo tão abrupto. Tantos conteúdos acessados desde dentro de nossas casas, que se tornaram nossos escritórios domésticos. Antes, nossos escritórios domésticos eram para apenas duas ou três horas de trabalho, tendo passado a doze ou até mais horas, pois não tínhamos a dimensão do que seria a educação remota e, inicialmente, assumimos as tarefas com muita disposição,

querendo acreditar que não poderíamos faltar para com os nossos alunos e as nossas alunas, pois temos a herança de que o ócio é perigoso e dificilmente consideramos a possibilidade do ócio criativo.



Esse medo do perigo do ócio nos fez produzir, produzir e produzir, e fomos criando atividades, tarefas, fomos acionando o mundo do *Clash Royale* (um vídeo jogo no qual se assume a condição de multijogador), e quando nos demos conta, estávamos no emaranhado de responsabilidades acima das nossas capacidades, tendo de conviver com as nossas próprias limitações e as limitações de nossos alunos e alunas. Isso não é pouca coisa e nos desafia a reconhecermos as realidades e as limitações humanas.

Quero aqui refletir como é que eu entendo a tecnologia a partir de um processo afrocentrado religioso. Ogum forjou o ferro e isso foi um grande avanço para a população, porque do ferro foram feitas as ferramentas agrícolas, e as pessoas, que cavavam a terra com as mãos, puderam utilizar essas ferramentas, as quais eram muito mais eficazes. Isso possibilitou maiores quantidades e diversidades de alimentos em um menor espaço de tempo. Mas a forja dessas ferramentas levava tempo, pois o ferro era colocado no fogo, depois recebia marteladas, em seguida, era colocado na água. Nessa manipulação do ferro no fogo, martelada, água, fogo, inúmeras vezes, até chegar à perfeição. Penso que quando via essa perfeição, Ogum chegava ainda na ânsia de poder oferecer o melhor, e ele ainda tentava burilar, arrumar a ferramenta.

Assim, creio que nos faltou considerar os tempos e os processos da forja do ferro. Faltou-nos burilar os nossos equipamentos de trabalho. Era necessário que os nossos computadores trabalhassem continuamente um período, e que, após um período, se autodesligassem. Uma espécie de aviso prévio para que nós

não perdêssemos nada, mas pudêssemos nos cuidar. Cuidar da nossa essência, para que pudêssemos alongar nossos corpos, para que nós pudêssemos ter mais cuidado e atenção com o necessário e fundamental ato de respirar. Pudêssemos ler um bom livro, um romance, uma literatura não obrigatória de nossa área de formação.

Penso que para fazermos nossos textos seja necessário que passemos pelo fogo e pela água, bem como pelo martelo, ou seja, que vivamos um período de forja, respeitando cada etapa necessária, sem a urgência que os tempos pandêmicos nos têm imposto. Ao mesmo tempo em que reconheço que o racismo estrutural impôs a nós, aos nossos e as nossas ancestrais uma forja permanente, para que pudêssemos resistir, assegurando-nos condições de existência e criatividade para a resistência. Nossa existência é uma existência de fogo à água, de martelo, fogo e água. Não é à toa que a maioria de nós, docentes negras e negros, somos referências nas vidas dos nossos alunos e alunas, de modo que, muito comumente, recebemos suas homenagens. Vivemos processos de burilamento que nos levam a construir possibilidades para que outras pessoas negras também se percebam capazes de estarem onde estamos ou onde quer que desejem estar.

No meu memorial sobre o ano de 2020 constará que não consegui cumprir o meu papel como professora e educadora da melhor forma, pois gastei mais tempo buscando dominar as tecnologias e com isso não pude investir meu tempo no que faço de melhor: burilar os meus alunos e as minhas alunas. Esse ano eu não serei homenageada, embora eu sinta e saiba que pude mostrar algo que também é muito importante que elas e eles saibam: que eu não dei conta, que eu não soube dominar essa nova realidade. Para mim, o mais importante é a formação dos seres humanos, o conteúdo é apenas uma desculpa. Importam-me os direitos humanos, o enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à homofobia.

Em anos na vida religiosa de matriz africana, aprendi que nada é absolutamente negativo e nada é absolutamente positivo. Um aspecto do isolamento inicial da bandeira dos trolls é que o sentido da organização veio com bastante força. Inicialmente veio a organização e o desejo de organização externa, e, posteriormente, o desejo de reorganização interior. Muitas têm sido as lives direcionadas para o tema do autocuidado, para o processo de controle das emoções, para a reaprendizagem de uma respiração saudável, de como devemos criar processos saudáveis ao longo do trabalho remoto, mas a maioria de nós

não segue ou sequer dá atenção para essas informações. Muitos de nós sofremos ao perceber que as nossas vidas estão entregues, quase que integralmente, aos postos de trabalho. Isso significa dizer que as relações interpessoais no seio familiar, nos grupos fraternos, estão bastante comprometidas.

Urge uma reflexão sobre como nossas sociabilidades estão equivocadas, do quanto há uma lógica competitiva imposta pelo neoliberalismo, inclusive no desenvolvimento e na produção intelectual. Como exemplo há a Plataforma Lattes, que nada mais é do que uma forma de pensar a produção, uma forma de mensurar a produção do conhecimento, criar, cristalizar as barreiras sociais, demonstrando o quanto o Sudeste é superior intelectualmente ao Norte e ao Nordeste. Sendo que os investimentos de recursos direcionados para o Sudeste não se comparam aos investimentos direcionados ao Nordeste, em especial, na proporcionalidade geopolítica dessas regiões. Os grupos de estudos e pesquisas são diversos e, na sua grande maioria, continuarão a sua produção durante o isolamento, utilizando-se dos recursos remotos.

É necessário destacar aqui um exemplo de como a produção de conhecimento tem acontecido nesses tempos pandêmicos, mediante o uso de recursos tecnológicos de modo remoto, como é o caso do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero Audre Lorde, vinculado ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiro da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

O Geperges tem como objetivo desenvolver estudos e pesquisas interdisciplinares e interseccionais entre as categorias: raça, gênero e diversidade sexual na área educacional, relacionadas com a formação de professoras e professores, a fim de contemplar a LDB [em seu artigo 26-A (Leis 10.639/2003 e 11.645/2008)] — que introduziu a história e a cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares — e também por uma necessidade social de realizar ações de formação para o desenvolvimento das temáticas de gênero e sexualidade, contribuindo assim para uma cultura de paz. O grupo está registrado no Diretório de Grupo de Pesquisas do CNPq e apresenta três linhas de pesquisas: 1) Educação das relações étnico-raciais: cultura, diversidade e identidade(s); 2) Educação, raça, gênero e sexualidades; e 3) Filosofia africana. Em período de pandemia foram realizadas reuniões quinzenais sobre três temas principais: relações raciais; interseccionalidades; e gênero e sexualidades. Para as discussões foram elencados os seguintes textos:

Relações Raciais e Memória e Oralidade

1

O axé dos orixás rege memória do ser mulher quilombo
MARIA JOSÉ DOS SANTOS

2

Identidade negra entre exclusão e liberdade
VIVIANE FERNANDES e
MARIA CECÍLIA SOUZA

3

Tradição Viva
HEMPATÉ BÁ

4

Eu nasci branquinha: construção da identidade negra no espaço escolar
PRISCILA DA CUNHA
BASTOS

5

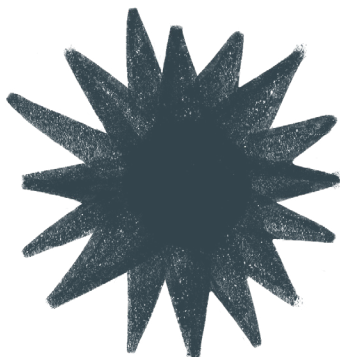
História oral e narrativa: tempo, memórias e identidades
LUCÍLIA DE ALMEIDA
NEVES DELGADO

6

Caminhos de luta e resistência negra no Brasil
NILMA LINO
GOMES

7

Educação das relações étnico-raciais nas instituições escolares
PETRONILHA BEATRIZ
GONÇALVES E SILVA



Interseccionalidades

1

Pode o subalterno[a] falar?
GAYATRI SPIVAK

2

Nossos passos vêm
de longe
JUREMA WERNECK

3

Mulheres Negras:
moldando a teoria
feminista
BELL HOOKS

4

A diferença que o poder
faz: interseccionalidade e
democracia participativa
PATRICIA HILL COLLINS

5

Memórias da Plantação
(capítulo 1)
GRADA KILOMBA

6

Feminismo afro-
latino-americano
LÉLIA
GONZALEZ

7

Opressões cruzadas e
convergência na reprodução
das desigualdades
FLÁVIA BRIOLI e
LUIS FELIPE MIGUEL

8

Interseccionalidade e
pensamento feminista:
as contribuições históricas
e os debates contemporâneos
acerca do entrelaçamento
de marcadores sociais
da diferença
CARLOS EDUARDO HENNING

9

O que é
interseccionalidade?
(capítulo 1)
CARLA
AKOTIRENE

10

Decolonialidade e interseccionalidade
emancipadora: a organização política
das trabalhadoras domésticas no Brasil
JOAZE BERNARDINO COSTA



Gênero e Sexualidade

1

Teoria Queer.
Uma política pós-identitária
para a educação
GUACIRA LOPES LOURO

2

A produção simultânea de
masculinidades hegemônicas
e subalternas
MICHAEL KÜMMEL

3

O feminismo é
para todo mundo
BELL HOOKS

4

Educação Sexual na sala
de aula
JIMENA FURLANI

5

Irmã *Outsider*
AUDRE LORDE

6

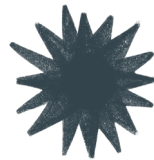
A emergência
do gênero
GUACIRA LOPES
LOURO

7

Orientações sobre
identidade de gênero:
conceito e termos
JAQUELINE GOMES
DE JESUS

8

Inflexões decoloniais
de corpos e identidades
de gênero inconformes:
uma análise autoetnográfica
da cisgeneridade como
normatividade
VIVIANE VERGUEIRO



Todas as leituras proporcionaram uma visão crítica e interseccional aos membros do Geperges, levando em consideração que o grupo agrega estudantes de graduação, pós-graduação e ativistas de diferentes movimentos sociais, o que possibilita um cenário de trocas frutíferas para o amadurecimento político-intelectual de suas pesquisadoras e pesquisadores. O resultado das apresentações demonstra o grau de apreensão dos conteúdos estudados.

O período de pandemia está difícil para todas as pessoas, mas devo me fortalecer e poder auxiliar muitas pessoas, em especial as mulheres negras, a superarem as muitas violências, como o racismo, o machismo, o sexismo, a lgbtfofia, a gordofobia e muitas outras expressões de ódio presentes em nossa sociedade. Tenho esperança de aprender a fazer tudo que eu faço em sala de aula presencial também via internet. Particpei de diversas lives sobre o racismo, ou melhor, o antirracismo, o racismo religioso, a cultura do candomblé, as mulheres negras, sobre a necessidade de mostrar o que o povo negro tem de valor para que todas as pessoas saibam que nós temos um *corpus* literário e um *corpus* religioso, nós temos uma realidade que nos cerca que ainda é desconhecida, pois a ignorância alheia faz com que as pessoas não nos respeitem.

É preciso divulgar quem somos. Já sabemos, embora o mundo ainda não saiba, queremos ser reconhecidas como mulheres negras, insubmissas, criadoras, criativas, irreverentes e intelectuais, e “*branco, se você soubesse o valor que o preto tem / tu tomava um banho de piche e ficava preto também*” (CAMAFEU, P.; GIL, G. 1975).



BARBOSA, Lúcio; RAMALHO, Zé. Cidadão. In: RAMALHO, Zé. **Frevoador**. São Paulo: Columbia (Sony Music), 1992. Faixa 6. CD.

CAMAFEU, Paulinho; GIL, Gilberto. Ilê Ayê. In: GIL, Gilberto. **Refavela**. São Paulo: Warner Music, 1977. Faixa 2. 1. Disco de vinil.

A minha história é talvez igual a sua.

Viveres de uma mulher negra no Brasil do tempo presente

IRANEIDE SOARES DA SILVA



Doutora em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduada em História pela (UniCeub/DF). É coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Memória da Escravidão e do Pós-Abolição (SANKOFA/UESPI). Preside a Comissão de Heteroidentificação das Políticas de Ações Afirmativas da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). É coordenadora regional do Consórcio Nacional dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEABS). Pesquisadora filiada à Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN) e à Associação Nacional de História/ANPUH. Membro dos Núcleo de Estudos e Pesquisas Afros (NEPA/UESPI), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Africanidades e Afrodescendências (IFARADÁ/UFPI), Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educação (N'UMBUNTU/UFPA). Pesquisadora Ativista do Movimento Social Negro Organizado Brasileiro, desde 1989. Professora Adjunta TI-40 DE no curso de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Faz consultorias diversas, sobretudo, nas áreas de História; educação; e relações raciais e de gênero. *Escravidão negra e urbana séc. XIX; História e imprensa; Cidades; São Luís do Maranhão do séc. XIX - educação tecnológica; Raça; Identidades; Lei 10639/03; Relações raciais; Políticas de ações afirmativas; Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana.*

INTELECTUAIS NORDESTINAS INSUBMISSAS

O I.

Memórias e trajetórias

A história das mulheres negras, quando escrita sem a participação delas, é sempre mal contada, mal interpretada, mal feita. Isso porque partimos do pressuposto de que o fio que as conduziu da África para as Américas não foi cortado. Por conseguinte, parte de suas raízes ainda estão na África e não são consideradas pela história escrita e passada por brancas e brancos que pensam como colonizadores, mesmo no tempo presente, na condição de colonizados.

A memória que me segue (enquanto mulher negra, que viveu desde muito longe, imersa, impregnada de cultura e saberes de ‘negras e negros’) me fez aprender a narrar assim:

Eu, menina negra, fruto de uma família negra, que convive desde sempre com os mitos e ritos africanos, quer seja pelas palavras de minha mãe, avós, vizinhas, tias e todos aqueles — que permearam minha infância e contribuiram com suas histórias — quer seja pelas performances e linguagens diversas do meio em que

vivi [...] Narrativas tantas vezes ouvidas ao cair da noite no batente da velha casa enquanto as primeiras estrelas bordavam o céu. Rodeada dos meus seis irmãos, ouvíamos e viajávamos nas histórias que para mim foram o fio condutor para a formação da minha identidade de menina e de mulher negra que sou e, principalmente, o que me uniu e une àquelas pessoas que são partes de mim.

É o fio dessa memória, das muitas experiências negras vividas que me constitui a mulher negra que sou. Pois, o tempo passou, os processos identitários foram se constituindo. Passamos pelo ensino médio e chegamos à universidade. Nela, na sua amplitude de possibilidades, usufruí de todos os espaços que me foram permitidos, mesmo quando (na maioria das vezes) foram abertos à faca, à força bruta, mas por ali passei, da graduação para o mestrado e do mestrado para o doutorado, deixando marcas. Hoje, professora de uma universidade pública, tudo parece um sonho realizado.

Toda essa história para dizer que eu, da menina à mulher negra, em todos os lugares sociais e geográficos por onde passei, encontrei a enorme barreira do racismo de modo estrutural, pois desde os lugares mais simples e familiares, aos mais complexos e estranhos, fui discriminada negativamente por ser negra. Todavia, quando ainda na adolescência comecei a falar sobre esse racismo sofrido, sobre a necessidade de luta, de resistência, minha voz foi encontrando ecos, ouvidos, braços e abraços na mesma proporção. Seguindo a estrada, após o mestrado, voltamos para a universidade, mas agora como professora concursada. Nesse espaço social, meu lugar de fala se fortalece, sendo a mulher negra, ativista, fortalecida pela pesquisa, que passa a ocupar outros espaços de debates.

Agora me apresento como uma mulher ativista negra, com uma trajetória rica de experiências, doutora em História Social pelos caminhos mineiros. Tornei-me mestra em Educação pelas terras cearenses depois de vir de Brasília, num retorno para o Nordeste, onde nasci. Do Ceará para o Piauí criei longas e profundas raízes como mãe da Kizzy; esposa do Cláudio; Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Memória da Escravidão e do Pós-Abolição (SANKOFA/UESPI); Presidente da Comissão de Heteroidentificação das políticas de Ações Afirmativas da Universidade Estadual do Piauí (UESPI); e Coordenadora Regional

do Consórcio Nacional dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEABS). Minhas articulações de estudos e pesquisas me fincam num lugar de fala bastante articulado, com os principais núcleos, grupos de estudos e associações negras, como o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro (NEPA/UESPI); o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Africanidades e Afrodescendências (IFARADÂ/UFPI); e o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educação (N'UMBUNTU/UFPA), dentre outros.

Além desse lugar acadêmico, afirmo-me como pesquisadora ativista do Movimento Social Negro Organizado Brasileiro desde 1989. Sim, esse foi meu lugar primeiro de afirmação ante aos embates de me descobrir negra de cabelo pixaim. Desse modo, são esses os meus lugares de fala, de conforto, de embates e conflitos, de sonhos e sambas.





02.

O que estava acontecendo do outro lado do planeta?

Foi essa a pergunta posta quando primeiro se ouviu falar em Covid-19; e em seguida, tornou-se pandemia. Enquanto isso, na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, Brasil, numa sexta-feira, 21 de fevereiro de 2020, eu iniciava meu período de férias. As tão sonhadas férias, coladinhas com o carnaval, que seguiriam até março. Cansada e ansiosa, fiz planos para elas — escrever artigo, ir a médicos, praias (...) — Mas, no meio do caminho muitas pedras surgiram e a maior delas teve o nome de “pandemia”. O mês de março de 2020 iniciou com notícias de mortes em massa no outro lado do mundo, muitas delas confusas e ainda pouco compreendidas. De repente, alguém falava em pandemia e assustava a população mundial. E aí, começamos a viver a pressão e a tristeza causadas por um agente invisível e letal. E, rapidamente, passaram-se sete meses do ano de 2020.

Por razões históricas, a trajetória das pessoas negras no Brasil atravessou um processo de exclusão econômica, educacional e cidadã, que se refletiu na qualidade da inserção desses sujeitos nos espaços de poder, nos cargos de decisões políticas e nos campos de construção do saber. Outrossim, essas populações de mulheres e homens negros da Diáspora Africana estão submetidas às desigualdades sociais e expostas ao racismo estrutural experienciado cotidianamente. Por conseguinte, num contexto de pandemia, como o vivido no ano de 2020, as desigualdades históricas entre as pessoas negras empobrecidas e as brancas se apresentam de modo a agravar a proliferação de outras doenças, sobretudo, por não ter no Brasil uma política de saúde preventiva. Quando chega, a Covid-19 se insere nesse cenário fortemente, considerando a omissão e/ou falta de assistência e atenção básica do Estado para com as populações pobres e negras.

Os meses foram se passando e as imagens sangrentas e tristes apareciam advindas dos meios de comunicação de massa de todo mundo. No Brasil, em especial, os enterros coletivos, do Norte ao Sul do país, ocupavam os cenários dos telejornais desde a manhã até noite; as pessoas estavam tristes, abaladas, com medo. Medo de tudo, de sair às ruas, de ir ao médico, de ir ao supermercado. Eu fui uma dessas pessoas que entraram em pânico. Não saía às ruas ou ao supermercado, fugia das pessoas, consumia álcool em gel, exageradamente.

Em meio a isso tudo, iniciei um processo de informação e formação para lidar com as ferramentas digitais e também de produção acadêmica e científica. Então, no dia 13 de abril, entrei na agenda da universidade, no âmbito do projeto *#uespificaemcasa*, para um diálogo reflexivo sobre o tema: “*Como a pandemia afeta as populações negras?*”, em conjunto com outro professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). As pesquisas que fiz naquele momento, para as reflexões conjuntas da apresentação, fizeram-me perceber a dimensão da pandemia para as populações negras, pois elas ainda ocupam as áreas pobres e periféricas dos grandes centros urbanos ou os recantos mais longínquos e pouco assistidos da zona rural. Enfim, são, na sua maioria, os que se encontra em extrema pobreza.

Vieram-me à mente alguns dados estatísticos dos anos 2000, quando “a população branca do Brasil apresentava um IDHM de 0,814 enquanto o IDHM da população negra era de 0,703”; “[...] a distância entre brancos e negros, portanto, seria enorme: 61 posições no ranking do IDH mundial”. Daí outras

informações complementam que: “em 2000, o IDHM da população branca era 27,1% superior ao IDHM da população negra. Em 2010, a diferença passou a ser 14,42% superior” (PNUD; IPEA; FJV, 2010).

Em 2019, dados da Agência Brasil apontaram para o IDHM da população branca que caiu de 0,819 para 0,817, de 2016 para 2017, enquanto o da população negra aumentou de 0,728 para 0,732. Todavia, a mesma agência, (2019) alertou que:

Apesar de a diferença ter diminuído, os brancos ganham cerca de duas vezes mais que os negros: R\$ 1.144,76 contra R\$ 580,79. “Este foi um bom resultado porque mostra uma redução da desigualdade em função da cor do indivíduo. No entanto, notamos que a diferença continua muito grande, disse.

Quanto às mulheres negras, os números pareciam animadores, pois subiu de 0,658 para 0,660. No entanto, a realidade dessas mulheres, de modo geral, não apresenta mudanças profundas. E nem precisavam os dados me dizerem isso, eu e o resto do mundo estávamos vendo na TV mãos pretas chorando pelas mortes dos seus, e um Estado que fazia pouco caso, naturalizava a dor e o sofrimento daquelas mulheres.

Do projeto *#uespificaemcasa*, para o mundo. Fazendo uso das ferramentas e plataformas digitais, fomentamos e disseminando estudos e pesquisas para os mais diversos campos do saber, tendo como temas principais: raça e racismos, educação para as relações étnico-raciais, políticas afirmativas, identidade étnica e educação, escravidão negra e urbana, dentre outros. As conexões ocorreram primeiramente no âmbito da Universidade Estadual do Piauí, entre núcleos e pares; depois com a Universidade Federal do Piauí e o Instituto Federal do Piauí; seguimos com os coletivos e associações de pesquisas, como o Grupo de Historiadorxs Negrxs (HN), a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), e o Consórcio Nacional dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Conneabs). Dessas articulações, fui, em conjunto com os movimentos e acadêmicos, levando nossas mensagens, nossos gritos e lutos para o mundo, na expressão *#BlackLivesMatter* ou *#VidasNegrasImportam*.

Dentre os debates na pandemia: no dia 13 de maio, apresentei uma síntese da minha tese, dentro da programação do Grupo Historiadorxs Negrxs; em 11 de julho, a programação do *Julho das Pretas*; em 20 de julho, *História e*

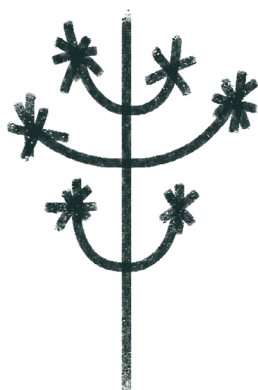
(Re) Existência de Mulheres Negras da Diáspora Africana — Séc. XIX, com Bamidelê — Grupo de Mulheres Negras da Paraíba; 21 de julho, *As Mulheres Negras de São Luís do Maranhão*, sob a ótica do jornal *Publicador Maranhense* (1821-1850), pelo HN; 29 de julho, *Mulher Negra na Academia*, pelo Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisa sobre Diversidade e Educação da UFAL; ainda em julho, seis web conferências, pelo Conneabs; 13 de agosto, *Pedagogia Antirracista: reflexões aos nossos tempos* pela UERN; 17 de agosto, mesa de *Avaliação e Desafios das Comissões De Heteroidentificação na Região Nordeste*, no âmbito do II Seminário Nacional Políticas de Ações Afirmativas nas Universidades Brasileiras, da UFOP; em 26 de setembro, mesa no *XI Artefatos da Cultura Negra – URCA*; 28 de outubro, síntese das minhas pesquisas sobre a cidade de São Luís do Maranhão, numa conferência para a UNIR; 29 de outubro, mesa *Pela Desconstrução da História Única*, pela ABPN; 03 de novembro, mesa *Afrodescendência: Afrodescendentes em narrativas cotidianas*, no VII Congeafro/UFPI; 03 de novembro, mesa *Intelectuais e Intelectualidades Negras: o papel dos Neabs(Is) 2004-2020*. A agenda seguiu até o dia 28 de novembro, com 10 mesas. Em paralelo com essas agendas, houve orientações de mestrado, iniciação científica e TCC; assessorias à UESPI; 2 (duas) bancas de mestrado; 1 (um) artigo para uma revista, 3 (três) capítulos de livros. E ainda, a vida e atividades domésticas.

Ao terminar os escritos acima, percebo que nem eu tinha a dimensão do quanto havia trabalhado nos últimos sete meses de pandemia. Difícil mesmo é mensurar todo esse trabalho. Nesse sentido, compreendo esse conjunto para além do registro na Plataforma Lattes ou nos grupos de pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), porque ultrapassa tudo isso, rompe essas fronteiras, configura-se num trabalho desenvolvido “através do prisma da formação própria”, como diria Stuart Hall, em Borda (2017), mas também um trabalho produzido em rede, colaborativo.

Do mesmo modo, não podemos esquecer que, no Brasil, podemos encontrar tanto pontos comuns de experiências e lutas como diferenças de trajetória histórica na conjuntura atual. No que diz respeito à pandemia dos anos de 2020, aliada ao racismo, o qual tem suas origens no colonialismo, de diferentes locais e espaços do mundo Atlântico, não tem como ser diferente o

processo de ativismo acadêmico. Não tem como separar os lugares de mulher negra e intelectual, pois os racismos não deixam.





03.

O que o ano de 2020 nos aponta?

Essa é mais uma questão posta de modo muito desafiante. Todavia, ousou refletir sobre ela, não com o intuito de respondê-la, mas de divagar. Penso que o ano de 2020 nos revelou um mundo frágil e extremamente desigual, o que instiga a divagar na busca de uma resposta rica, complexa e nuançada para essa questão. Talvez a resposta complementar seria “como será o amanhã?” e, para nós mulheres negras viventes no Brasil, “como se reinventar diante do agravamento da pobreza que nos afeta diretamente e violentamente?”

Trago como vetor de reflexão a compreensão das condições em que as pessoas vivem, aprendem, trabalham e se divertem. Com cenário, aponto o pátio da universidade onde trabalho, com muitos jovens de diferentes idades, gêneros, raça e etnia, e orientações sexuais. Essas pessoas, até fevereiro de 2020, viviam as dores e delícias das suas “liberdades”. De repente, veio o mês de março e com ele, uma série de mudanças que passaram a afetar todas as pessoas independentemente de onde estivessem. Subitamente, dona Rita (nome fictício), uma senhora negra que vendia salgados e sucos no pátio da Universidade, viu-se sem renda, e junto com ela seus dois ou três funcionários, os quais, por sua

vez, também são negros. Mas por que o espanto se o aluno que comprava o salgado está sem dinheiro porque perdeu o emprego. Essa narrativa mais parece fragmentos da canção Maluco Beleza, de Raul Seixas (1978), que dizia:



*No dia em que todas as pessoas
Do planeta inteiro
Resolveram que ninguém ia sair de casa
Como que se fosse combinado em todo
O planeta*

*Naquele dia, ninguém saiu de casa, ninguém
O empregado não saiu pro seu trabalho
Pois sabia que o patrão também não tava lá
Dona de casa não saiu pra comprar pão
Pois sabia que o padeiro também não tava lá
E o guarda não saiu para prender
Pois sabia que o ladrão também não tava lá
E o ladrão não saiu para roubar
Pois sabia que não ia ter onde gastar
No dia em que a Terra parou...*

*E nas Igrejas nem um sino a badalar
Pois sabiam que os fiéis também não tavam lá
E os fiéis não saíram pra rezar
Pois sabiam que o padre também não tava lá
E o aluno não saiu para estudar
Pois sabia que o professor também não tava lá
E o professor não saiu pra lecionar
Pois sabia que não tinha mais nada pra ensinar
No dia em que a Terra parou...*

*O comandante não saiu para o quartel
Pois sabia que o soldado também não tava lá
E o soldado não saiu pra ir para a guerra
Pois sabia que o inimigo também não tava lá
E o paciente não saiu pra se tratar
Pois sabia que o doutor também não tava lá
E o doutor não saiu pra medicar
Pois sabia que não tinha mais doença para curar
No dia em que a Terra parou.*

RAUL SEIXAS, 1978.

No nosso caso, não é um sonho ou um ensaio poético. Naquele dia 13 de março de 2020 foi esta a realidade mundial. Sobre o que fizemos nos últimos sete meses, percebo algumas mudanças a partir de uma série de movimentos políticos na esfera global. Destaco aqui os movimentos antirracistas que tomaram as ruas e as redes sociais, após a morte de George Floyd, um homem negro norte-americano, asfixiado por um policial branco no dia 25 de maio. O excesso de violência policial contra pessoas negras gerou uma onda intensa de protestos em muitos estados dos Estados Unidos.

O fato é que o tratamento violento e truculento da polícia contra a população negra é verificado aqui no Brasil também, sobretudo contra a juventude negra. Na semana anterior à da morte de Floyd, foi noticiado o desaparecimento do corpo de João Pedro, no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. Esse fato provocou protestos e movimentações nas redes sociais, organizados por ativistas negros, em solidariedade a George Floyd e a João Pedro e contra a violência social. Das reivindicações, a principal era o impedimento de operações policiais nas comunidades em meio à pandemia.

É importante lembrar o processo de desigualdade social e racial e de violência praticada por policiais, vivenciada durante séculos, bem como a

marginalização da comunidade negra em plena pandemia. São fatores que levam a revoltas e à movimentação, no sentido de reivindicação de direitos e integração social e política.

Ademais, quando falo em mudanças em esfera global, minha percepção se dá com base em uma série de movimentos políticos que têm ocorrido nos mais diversos continentes, desde a Diáspora Africana. Meu lugar de fala inicia-se na janela de uma pequena cidade do extremo norte do Brasil. Esse é o país que concentra a maior população afrodescendente deste lado do Atlântico, uma potência global do século XXI, renascente e ascendente como um espaço de lutas intensas, para redefinir e ressignificar a democracia e a igualdade, de forma que, certamente, reverbera pelas Américas e por todo o mundo. Penso ainda que, a comunidade negra global, ao se reinventar nas lutas e nos embates políticos, ganha força politicamente e academicamente, basta se verificar o expressivo volume de produção e disseminação de conhecimentos e os gritos de revolta que estampam os jornais e as redes sociais nos últimos tempos. É um movimento contínuo e sem volta, visto que, a população negra tem se mostrado fortalecida com a dor e a falta de assistência do Estado, está atenta, alerta aos acontecimentos e aos seus direitos.

Por fim, a fríeza com que o Estado brasileiro tem tratado as populações negras e pobres durante a pandemia deixará marcas expressivas, mas não sem lutas. Conforme Douglas Belchior, em *Charão* (2020), apesar da insuficiência das ações adotadas pelo Estado para assistir as populações negras e pobres, é preciso lembrar que nossas reivindicações por reparação seguem desde os anos 1970, 1980, 2000, ..., mas estamos atentas e fortes!





AGÊNCIA BRASIL (2019). **Desigualdade em função de gênero e cor diminui, aponta IDH municipal**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-04/desigualdade-em-funcao-de-genero-e-cor-diminui-aponta-idh-municipal>>. Acesso em: 30 out. 2020.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

AZEVEDO, Célia M. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BATISTA, L. E. **Discriminação ainda uma realidade**. In: Saúde da população negra: os males da desigualdade. Radis, n.142, p.15, jul. 2014.

BORDA, E W B. **Stuart Hall: uma visão através do prisma de formação caribenha**. Curitiba: Prismas, 2017

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **O longo combate às**

desigualdades raciais. 2020. Brasília, 2020. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=711>. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção Primária à Saúde**. Nota Técnica n.20/2020, SAPS/GAB/SAPS/MS. Brasília, 2020. Disponível em: < <http://www.mpgg.mpb.br/portal/conteudo/notas-tecnicas-ms> >. Acesso em: 30 out. de 2020.

COSTA RIBEIRO, C. A. Classe, Raça e Mobilidade no Brasil. **Revista Dados – Ciências Sociais**, 2006.

GOES, E.; RAMOS, D. O.; FERREIRA, A. J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.18, n.3, 2020.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, IUPERJ, 1992.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Origens e Destinos - Desigualdades Sociais ao Longo da Vida**. Rio de Janeiro: TopBooks, 2003

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas In: **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18 (Suplemento), 57- 65, 2002.

ROBERTO, CLÁUDIO; SEIXAS, Raul. Maluco Beleza. In: SEIXAS, Raul. **O dia em que a terra parou**. Rio de Janeiro: Warner Music, 1978.

SILVA SOARES, I. A trajetória dos estudos de relações raciais no Brasil. **PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos**, UniCEUB, Brasília, v.2, n.1/07.

SILVA SOARES, I. **Abrindo caminhos, construindo novos espaços de afirmação: ações afirmativas para a população negra brasileira na educação profissional e tecnológica**. Curitiba: Appris, 2011.

SILVA SOARES, I. **As guardiãs dos Orixás**. 2003. Monografia (Graduação em História) – UniCEUB, Distrito Federal.

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES. **Centro de estudos afro-asiáticos**. Boletim: Os números da cor, n. 01. Rio de Janeiro, 1996.

Mulheres afro-potiguares:

Uma experiência de aquilombamento

STEPHANIE CAMPOS PAIVA MOREIRA



Mulher preta e mãe, candomblecista, militante do movimento negro, capoeirista-angoleira e potiguar. Poetisa, pois tem insistido em não perder novamente sua voz. *Performer*, seu corpo fala nas ruas, no mato e nas encruzilhadas, acerca das proibições que pesam sobre os corpos das mulheres negras. Também é antropóloga, trabalha com a criação de memórias por populações subalternizadas no Brasil. Criadora da marca Negro Charme Moda Afro-potiguar.



E escrever para a publicação *Insubmissão Intelectual de Mulheres Negras nordestinas* correspondeu a um desafio, afinal, estamos diante do trabalho de recriar representações, as quais têm sido carregadas pelo peso histórico do pertencimento em diversos tipos de periferias. Os discursos oficiais transmitidos a partir da historiografia e das mídias nacionais têm criado a representação do Nordeste como periferia nacional, herdeira da decadência da economia açucareira, em permanente escassez de condições de vida, de água e até mesmo de capacidade intelectual. Somos a região mais negra do país, fato que se soma às construções racistas e estereotipadas construídas sobre a identidade regional — de ser nordestino.

Neste artigo, estamos falando a partir do lugar de mulheres negras potiguares e das peculiaridades nas histórias das populações negras do nosso estado. Escolhemos pluralizar a narrativa dialogando com algumas mulheres que têm tido experiências importantes e que nos ajudam a entender como seguir em frente.

O contexto da reflexão repousa neste ano atípico, quando vivemos sob orientações de segurança biológica coletiva contra o risco de contaminação e morte pela Covid-19, quando também o exercício da necropolítica (MBEMBE,

2018) se adensou por meio dos diversos ataques contra as populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica e racial. Conversei com artistas, militantes, mães, candidatas e professoras negras, e pude sentir a maneira como estamos sendo desafiadas e, principalmente, inventivas e nos fortalecemos coletivamente.

O Rio Grande do Norte é o segundo menor estado do Nordeste em expansão territorial, localizado entre o Ceará e a Paraíba. Ao leste do estado está o oceano Atlântico, que banha sua capital, Natal. Essa é uma cidade que acumula processos de colonização, com barcos aportando na costa e séculos de conflitos entre portugueses e holandeses; e também, com diversas campanhas no litoral e no interior para o extermínio, a expulsão e a escravização de populações indígenas, sendo a mais conhecida a guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Cariris, ocorrida entre os séculos XVII e XVIII.

Pelas praias do centro de Natal, à direita da Barra do Rio Potengi, em seu encontro com o mar, está localizado o Forte dos Reis Magos (primeira fortificação construída por pessoas negras e indígenas em situação de escravidão) que inaugurou a cidade, tendo como marco uma missa rezada a 25 de dezembro de 1600, e de onde vem o seu nome, do natal. Sua localização permitiu o controle da entrada de invasores europeus no território, pela via navegável do rio Potengi.

O bairro de Santos Reis, em volta do Forte, possui população notavelmente negra, abriga escolas de samba, terreiros de candomblé e umbanda, e na praia, um dos lugares de referência, está a estátua de Iemanjá. A imagem representa um local de culto de diversas casas de religião de matriz africana da cidade, parte significativa liderada por religiosos branco-mestiços. Nela, Iemanjá está representada pela figura de uma mulher magra, longilínea, cabelos lisos e longos e pele clara. Ainda assim, tem sofrido reiterados ataques de intolerantes religiosos que, vez ou outra, arrancam-lhes as mãos. Esse *ethos* de invisibilização e violência simbólica contra as populações afroíndígenas rondam os temas sobre a identidade racial no estado.



Um salto no tempo para a Segunda Guerra Mundial e temos a instalação da base militar em Parnamirim, na região metropolitana de Natal, como ponto estratégico para a instalação de soldados norte-americanos, de onde veio a gíria mais característica do lugar: “boy”, atribuída, indistintamente, a homens e mulheres no seu uso popular. De onde vieram também os vários filhos mestiços da guerra, com pais brancos retornados às suas moradas norte-americanas.

Nas últimas décadas do século XX, nossas praias foram foco da especulação imobiliária relacionada ao crescimento do turismo de sol e mar. Investidores e turistas estrangeiros não eram incomuns e iniciaram um processo de gentrificação dos espaços costeiros, onde as populações locais afroindígenas foram periferizadas novamente.

No final da década de 1990, quando passei a experimentar Natal, como moradora emigrada do interior agreste, tinha 12 anos de idade. Antes disso vivia — era criada — em São Paulo do Potengi, na terra do rabequeiro Fabião das Queimadas, homem negro que comprou sua alforria e a de sua família a partir do que conseguia apurar apresentando sua arte.

É possível que se acredite que a escravidão tenha sido um tema alheio à nossa história e que a experiência de vida da pessoa afro-potiguar não seja afetada por racismos estruturais cotidianamente. Somos de uma terra em que o levante étnico comumente se nomeia afroindígena, onde se afetam a morenidade e o ser caboclo, entre outras identidades em construção e disputa. Nesse lugar, ser uma pessoa negra de pele escura significa muitas vezes não ser daqui. “Você é baiana?”, “Você é do Rio de Janeiro ou de Pernambuco?” ou “Você é da Guiné Bissau?”, de forma que os estereótipos de negritude e pertencimento ainda apontam para outros territórios.

Vou contar um ‘causo’ daqui de perto, falando de mim e dos meus, para que entendam um pouco mais desse lugar. Um pedaço da realidade eu herdei do meu avô materno, Paulo Mariano, negro, índio, trabalhador rural, que cuidava das terras alheias no Vale do Potengi, as quais foram abandonadas em algum declínio do ciclo econômico regional, provavelmente, do algodão. João Avenável Pimentel — o João Pequeno — era um fazendeiro rico e branco, patrão do meu avô. Ele dizia que Paulo Mariano era “um negro de alma branca”, um negro honesto. Paulo Ferreira Campos, nascido em 1918, era neto de dona Mariana, esposa de Joaquim, todos o chamavam de Paulo Mariano por causa da sua avó. No dia em que foi fazer o seu título de eleitor, o tabelião e dono do

cartório, Dinarte Paiva de Carvalho, disse-lhe: “Que é isso Paulo? Que história de Paulo Ferreira é essa? Ninguém te conhece como Paulo Ferreira, teu nome é Paulo Mariano.” Assim, nasceu em minha casa a linhagem dos Mariano, os netos e bisnetos de seu Paulo.

Dona Mariana, antes uma menina indígena — o grupo étnico do qual fazia parte ainda não consegui identificar — foi caçada no mato junto a sua mãe. Elas foram postas em um cativeiro e sua mãe, insubmissa, não comeu nem bebeu durante três dias, vindo a falecer por fome de liberdade. A menina, ainda criança, comeu e bebeu, e também insubmissa, sobreviveu. A menina era Mariana, avó do meu avô Paulo. Há um sopro de história ainda para mergulhar, que fala de uma família branca que caçava gente nativa no mato, no interior do Rio Grande do Norte, e as colocavam dentro dos domínios familiares para o serviço da casa e dos corpos, tais mulheres se tornaram cumeeiras de gerações. Dona Mariana pariu sua filha e logo maternou meu avô. Ela nomeou várias gerações que se seguiram.

The image shows the words "Rio Grande" written in a very thick, textured, yellow-green font that resembles hand-painted or spray-painted letters. The letters are slightly irregular and have a grainy appearance. The text is positioned on the right side of the page, partially overlapping the bottom of the first paragraph.

Ao longo da sua vida, meu avô Paulo foi tratado como homem negro, mesmo que a história aponte para sua ancestralidade indígena, porque a leitura que fizeram dele — ignorando sua ancestralidade expropriada — esbarrava sempre no escuro da sua pele.

Minha avó materna se chamava Maria Celsa, era esposa de Paulo, uma lavradora humilde de pele branca e olhos gateados. O casal teve então filhos brancos e negros. Minha mãe, nascida branca, dizia-me que: “quando queriam dizer que a gente não era submissa, chamavam das neguinhas de Paulo Mariano”, como forma de menosprezá-las, ainda que fosse pela negritude de seu pai.

No fim das contas, minha mãe se casou com um homem afro-gaúcho e eu nasci no RN, escura e crespa. Minha metade potiguar é, então, agreste, de sotaque rítmico e seco, pois somos um dos estados brasileiros que não construíram sotaques profundamente chiados (uma herança portuguesa e mais acentuada em cidades que vivenciaram a experiência de capital nacional, morada real, imperial e republicana). Nós aqui dizemos um “d” capinado, de capoeira limpa. Nosso “p” se expande piado e esse é o estalado da nossa fala potiguar. Todas essas memórias de família são renovadas quando reflito sobre experiências de ser afroindígena potiguar.

Comunidade do
NORTE

Esta escrita é um exercício quase sensitivo, de revisita, algo que tem sido recorrente neste ano pandêmico. Para mim, o despertar sobre as problemáticas em torno das negritudes e os estudos sobre ancestralidade negra — para além da vivência de mulher negra — ocorreram quando conheci os movimentos negros de meados dos anos 2000, fundamentais para a promoção de aprendizados sobre a temática étnico-racial e para o fortalecimento da população negra potiguar, com a presença contundente das comunidades quilombolas organizadas.

Em março de 2006, aconteceu o II Encontro Estadual de Comunidades Quilombolas, um evento que acompanhei como estudante pesquisadora, onde

conheci moradores da comunidade de Coqueiros e iniciei, então, minhas pesquisas. Um ano depois, em março de 2007, consolidava-se um marco institucional para a negritude potiguar quando houve a criação da Coordenadoria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (COEPPIR), com a finalidade de elaborar e monitorar a implantação do Plano Estadual de Igualdade Racial (FREIRE, 2012; MOREIRA, 2007).

Uma das mulheres com atuação perene nos movimentos negros é Giselda Omilê que já atuava como militante naquele período e atualmente está ocupando o lugar de coordenadora estadual da COEPPIR- RN. Priscila Oliveira, mulher negra do Norte do país e criada no RN, mãe de um menino autista, o Piero, diz que foi com as conferências de mulheres, juventude e igualdade racial, que começou a compreender a importância de se assumir e se reconhecer como negra, assim como de discutir esse racismo velado. Tendo nascido numa família de brancos diz que não tem traços fenotípicos tão marcados. Priscila se definia como “morena, uma negra de traços finos” e começou então a compreender que esse discurso está enraizado no próprio racismo. “Eu começo a ter essa compreensão quando eu tenho esse acesso, com a COEPPIR.” Na época, os mesmos movimentos me impactaram e redirecionaram minhas questões a ponto de me mudar para Salvador, Bahia, em 2016, onde me dediquei a novos estudos sobre a afrodiáspora.

Devolvida pela força das situações do meu estado, no mês de março de 2020, estando mais perto de casa, ouvi histórias, escrevi sobre ancestralidades, revolvi os baús de memórias dos meus pais, poetizei. Revisitei também as minhas primeiras pesquisas realizadas durante a graduação em Ciências Sociais e as do mestrado em Antropologia Social, realizadas na UFRN, e concluídas em 2007 e 2010, respectivamente. Resolvi, então, reconhecer as terras de ‘poti’ novamente, a partir dos olhos de outras mulheres que tinham fios de pertencimento parecidos com os meus e que ressignificam suas trajetórias mediante seus afazeres cotidianos, trabalhos, criações artísticas e ações políticas.

Minha preocupação tem sido, então, observar como as mulheres negras têm reconstruído uma representação para o RN a partir de suas próprias perspectivas; e tento me alimentar dessas experiências para poder visualizar novos caminhos de compreensão e ação como mulher, mãe, intelectual negra e militante. Tudo o que nós fomos e acessamos nos direcionou para o nosso presente, os ‘causos’ de nossos pais e avós, a literatura, a arte e as formas de fazer política

aos quais tivemos acesso. Então, olhando para o agora, problemático, atípico, pandêmico, encontramos fortes movimentos de resistência e ressignificação da realidade.

Embora já tenhamos maior presença no universo acadêmico, esse ainda é um lugar que nega nossas narrativas e subjetividades. Nele, encontro-me com Maiara Juliana, a historiadora carioca, criada no Rio Grande do Norte. Uma mulher preta, neta de dona Maria, ex-empregada doméstica nas casas da elite do Rio de Janeiro. É filha de Marli Ribeiro, mulher preta, pedagoga, sendo a primeira da família a possuir ensino superior completo. É também mãe de Sofia Valentina, uma menina preta de quatro anos de idade. Durante o isolamento social, atuou em várias produções intelectuais que tem como objetivo a produção de conhecimento para o fortalecimento da população negra. Maiara é uma das coordenadoras do projeto *Feminismos em debate*, e, durante a quarentena, organizou aulas públicas abertas, ministradas para um público composto por: discentes secundaristas, de graduação; por professores e professoras; e pesquisadoras e pesquisadores. Teve como objetivo trabalhar as obras de escritoras pretas: Lélia Gonzalez e a Patrícia Hill Collins. Em alusão ao dia 25 de julho, dia internacional da mulher negra, latino-americana e caribenha, o projeto fez uma breve pesquisa sobre algumas mulheres negras com atuação no estado do Rio Grande do Norte, de modo a divulgar os seus trabalhos.

Dedicou-se ainda a escrever sobre feminismos negros e também participou da fundação da revista virtual *Mulheres do Fim do Mundo*, um espaço de escrita, intervenção pública e diálogos voltados para mulheres, “falando a partir de diferentes lugares sociais, de identidades plurais, como mulheres que vivenciam os problemas do sul global sob os efeitos do patriarcado, da colonialidade, do racismo e do sexismo”. Quando Maiara se apresenta, sua avó, mãe e filha vem antes de sua formação acadêmica, ela se reconhece coletivamente.



A simbologia da Sankofa também ecoa na voz de Clara Pinheiro, em seu disco *Volte e Pegue*, lançado no segundo semestre de 2020. Com sua poética, a cantora natalense aborda as nuances de ser mulher negra morando em uma região periférica da cidade de Natal, partindo de reflexões sobre sua família formada por mulheres, imagem que orna a capa do seu disco. Ela também trata do pertencimento étnico de mulheres negras de pele mais clara e traços negróides, uma demanda bastante presente no contexto potiguar, como podemos escutar na primeira faixa intitulada *Negra*, que, em exercício criativo reflexivo, diz sobre ela mesma: “*Clara negra pele, negra pele Clara, Clara de alma negra, de alma negra Clara*”, em uma performance vocal que torna a experiência de ouvi-la em algo único. Na canção *Mesmo*, traz também a temática do apartheid social e étnico da nossa cidade, quando diz:

*Porque não sou santa, sou vira lata,
não me misturo com a sua laia mesmo (...)*

*Porque não sou santa sou vira lata,
só me misturo com a minha nata mesmo.*

Eu sou do gueto, sou da favela.

PINHEIRO, 2020.

Clara se questionava se era prudente fazer lançamentos enquanto havia tanta gente passando dificuldades, morrendo aos montes, chegou a adiar a agenda, mas o processo se fortaleceu, foi a público e ecoou. No mesmo disco, *Volte e Pegue*, gravou a canção *Novas Formas*, de Marília Negra Flor (Iyalê), em parceria com a rapper potiguar Pretta Soul, que diz:

*Eu digo às pretas, venham pra cá,
nós precisamos começar novas formas de amar.
Tranquiliza-te e reconstrói
Esse sistema pouco a pouco nos destrói,
e não merece não o adoecimento das mentes pretas,
nossas mães e seus lamentos.*

IYALÊ, 2020.

Iyalê canta sobre Ifé Onã, o caminho do amor. Também pedagoga, desenvolveu um trabalho de muita sensibilidade sobre tornar-se “pedagogopreta”, trabalho no qual apresenta uma proposta metodológica de ensino-aprendizagem para professores negros educarem crianças negras e brancas. Sua proposta pretende “possibilitar às crianças negras um ambiente seguro e acolhedor para as emoções, para os afetos, para a garantia de representatividade” (XAVIER, 2019).

As relações inter-raciais têm sido para ela uma questão importante como artista e educadora negra, vinda, assim como eu, de uma família mestiça, onde brancos e negros são, muitas vezes, irmãos dentro da mesma casa. Diante disso, resta-nos a palavra a ser dita, lapidada, refletida e dialogada, que diz:

Nutridos de afeto, carinho, de referências positivas sobre quem somos, ficamos mais seguras para nos aprofundarmos e nos relacionarmos mais com nossa negritude, sabemos o quanto a luta contra o racismo, bem como a própria existência enquanto pessoa negra afeta a nossa saúde emocional e segurança afetiva, mas quanto mais trabalhamos esses aspectos ficamos mais fortalecidas para transformarmos nossas dores e carências em força para lutar, é nesse momento que podemos percorrer o “Orí Onã”, aproximar as crianças da nossa história, cultura; desmistificar a nossa religiosidade; torná-las conscientes do processo

histórico que passamos e da nossa luta para romper com o modelo que nos é imposto. (XAVIER, p. 10, 2019)

Orí Onã — o caminho do conhecimento — permitiu força para Iyalê lançar durante a pandemia um *single* chamado *Se fecha branquitude*, em que dialoga com a branquitude potiguar, que não poupou polêmicas, criatividade ou trabalho colaborativo. Ela nos diz que “ser preta e nordestina [nos] prepara pra batalha”:

*Meu sorriso minha arte ninguém pode derrubar
Minha fé o meu axé pode até te incomodar
Nasci preta e nordestina e não vim só a passeio
Se fecha branquitude, eu já tô de saco cheio.*

IYALÊ, 2020.

Pretta Soul (Jéssica Maiara) trouxe *Poder Preto*, um *single* que estreou em julho de 2020. Por meio das suas letras ouvimos sobre a experiência de pessoas periferizadas, racializadas. Chama a atenção para as dificuldades das pessoas “de pele escura’ aos olhos dessa sociedade racista”:

*Não escolhi ser negra, foi presente
Mas se tivesse que escolher
Seria negra novamente*

PRETTA SOUL, 2020.

A poética, subjetividade e perspectivas de ancestralidade dessas e de outras pretas têm ecoado entre nós. O que essas mulheres estão nos dizendo? Uma resposta possível vem de Rosy Nascimento (2020), que reivindica visibilidade e respeito dizendo que “a arte potiguar é negra e indígena”. Quando comecei essa nova jornada em terras potiguares, a conheci a partir dos trabalhos nos quais questiona os marcos recolonizadores na arte e literatura potiguares. Ela se pergunta: “E eu não sou escritore?”. Assim se chama o artigo em que são apresentadas doze autorias para diversificar as cores e os gêneros na literatura potiguar. Rosy Nascimento se apresenta como cineasta, produtora audiovisual, pesquisadora e escritore potiguar.

Ela constrói um coletivo de cinema negro, o *Mulungu Audiovisual*, e acredita que a literatura e o cinema são dispositivos importantes para a garantia, a manutenção dos direitos e para a construção de uma imagem afirmativa das comunidades indígenas, negras e LGBTQIA+. Diz ainda que, em 2020, iniciativas que dialogam com as Artes e Cultura também foram fundamentais para a manutenção do sentimento de união racial, apesar do distanciamento.

Seguindo com o objetivo pessoal de investigar as autorias racializadas do estado e, a partir disso, promover um espaço cultural voltado à valorização e divulgação dessas autorias, Rosy Nascimento propôs o *Sarau Preticência*, em formato de *lives*, no aplicativo *Instagram*, durante a programação do *Julho das Pretas*, solidificando essas reflexões. Ela conta que apesar de existirem coletivos e iniciativas com mais tempo de duração, o coletivo feminista *As Carolinas* fez parte do seu processo de reconhecimento identitário a partir de 2016; e foi um espaço afetivo para aterramento de raízes.

Na década de 2010, o perfil organizativo dos movimentos negros em Natal se reconfigurou a partir do surgimento de coletivos negros.



Construímos, com o auxílio de diversos braços, espaços coletivos alinhados as nossas lutas, crenças e tempo. Como é o caso das iniciativas artísticas, no Rio Grande do Norte, a primeira nação de maracatu de Natal, a Nação *Zambêracatu*; o *Movimento Cultural Nossos Valores*, que promove a inclusão social de crianças e adolescentes, no bairro da Redinha, utilizando a arte, a cultura e a educação como elementos de transformação e criação de uma nova cidadania; o *Festival Mungunzá*, dedicado à divulgação e celebração da música negra potiguar; o coletivo de cinema negro *Mulungu Audiovisual*; o *Cineoka!*, voltado para exibição e debate do cinema indígena, que ocorre na área de preservação indígena Gamboa do Jaguaribe; o grupo de estudos em danças africanas *Jahi Afrocentricity*; o Coletivo Independente Dependente de Artistas (CIDA), também engajado no exercício da dança; o Projeto *Literafro*, voltado para a promoção da literatura periférica/marginal do RN; os coletivos feministas *Negras de Periferia* e as *As Carolinas*; o Coletivo *Viramundo Potiguar*, que fomenta arte e a educação básica no Passo da Pátria; o *Quilombo Flor de Milho*,



coletivo afrocentrado de artistas-pesquisadoras; O Quilombo Raça e Classe, dedicado à construção, organização e articulação do Movimento Negro no Brasil; o Ninho de Guabiru, coletivo artístico, cultural e político que articula as suas discussões em torno da interseccionalidade, envolvendo debates sobre raça e sexualidade, a partir das vivências negras/indígenas e LGBTQ de seus componentes; o Guapo, coletivo de produção artística e cultural com referências latino-americanas na busca por um resgate identitário; a organização de mulheres negras feministas Ajagum Obínrin; a Coletiva Jurema Preta, que realiza estudos e debates sobre as relações raciais no Brasil a partir de autores negros e negras; o Movimento Indígena do RN, dentre os inúmeros grupos de *break dance*, *slam*, *crew*, capoeira, danças populares, e demais junteiros dedicados a circularidade criativa e fruição artística racializada existentes no estado (NASCIMENTO, 2020).

Houve uma diversificação e pluralização dos ‘pretagonismos’ potiguares como podemos ver em diversas esferas das artes, da literatura e da intelectualidade no nosso estado e acreditamos que esse movimento tem reformulado profundamente as formas de representação da pessoa afro-potiguar, dando-lhe complexidade e permitindo-lhe pertencimento efetivo e afetivo — “faço questão de botar no meu texto que pretas e pretos estão se amando”.

Também na esfera das políticas e gestões públicas temos ocupado espaços. Neste ano temos pela primeira vez em Natal uma candidata negra e periférica ao cargo de vice-prefeita, Tatiana Pires, habitante do bairro de Areia Preta. Ela nos disse que sendo mulher, negra e pobre nas articulações políticas tem sempre que provar sua capacidade e evitar, ao máximo, qualquer tipo de erro, que tem um peso diferente sobre as mulheres pretas — um aprendizado que veio das orientações de sua mãe. Nos últimos anos, Tatiana tem notado o aumento da auto identificação racial da população negra, que “nos anos 80 a gente era moreno, era uma questão cultural, mas a cultura a gente muda, cabe a nós enquanto indivíduos, enquanto sociedade, fazer essa mudança necessária.” Tatiana pontua, ainda, a importância da educação para a igualdade étnico-racial dentro do ambiente escolar.



Além dela, este ano temos algumas outras candidatas negras pleiteando espaços na Câmara Municipal, o que tem mudado o tom da campanha política. A diversidade tem deixado de ser um discurso figurativo para ser vivificado por peles escuras e cabelos crespos em campanhas feitas nas ruas, nos pontos de ônibus, dentro dos transportes públicos, com candidaturas coletivas de mulheres. Os ritmos e composições estão ritmados pelo brega funk e pelo rap, apresentando uma nova estética, cuja diferença se nota nos tradicionalismos oligárquicos do nosso estado.

Tatiana Pires diz que essa eleição atípica tem sido uma oportunidade de reformular a política e percebe que muitas pessoas ainda não sabem como se comportar. Enquanto mulher negra nesse cenário, ela tem se preocupado para que as mulheres estejam ativas dentro dos partidos, construindo pautas de campanha, traçando coletivamente os rumos, e não apenas ocupando espaços subsidiários, preocupadas com o seu fazer político de fortalecer o funcionamento dos equipamentos públicos necessários à qualidade de vida de tantas mulheres negras chefas de família.

Essa questão estava presente na fala de Giselma Omilê que, em sua atuação na COEPPIR, durante a quarentena, percebeu que ao mesmo tempo em que dialogava no sentido da importância do isolamento social, notava a realidade da escassez de recursos que se fazia presente, na medida em que as pessoas negras que estão em situação de vulnerabilidade ou não tinham renda ou não conseguiam subsistir a partir da informalidade profissional, sendo assim, a primeira demanda recebida por ela foi a segurança alimentar e nutricional, com a distribuição de cestas básicas.

A partir do Programa *RN Mais Unido* a coordenadoria pôde fazer o acompanhamento das entregas de cestas alimentícias, álcool em gel e máscaras nas comunidades quilombolas, indígenas, comunidades periféricas, ranchos ciganos e povos de terreiro. Em seguida, estava a questão da saúde pública, com a disseminação de informações sobre proteção e identificação de sintomas apresentadas pela mídia e a dificuldade das comunidades em terem acesso às testagens para diagnóstico da Covid-19. Giselma diz que o convívio com o doméstico ficou muito mais intenso por termos que estar constantemente no mesmo espaço dando conta de tarefas distintas. “Essa coisa é colocada para a gente: de que conseguimos fazer mil coisas ao mesmo tempo, mas eu não sei se é isso não, acho que é a própria estrutura que nos força (...) Na pandemia nós ficamos muito mais sobrecarregadas enquanto mulheres negras.” (Giselma Omilê, em entrevista realizada em novembro de 2020). E então, ao voltarmos para casa, ainda somos mães. Giselma diz que “não tem outro caminho, para pensar a autonomia da vida das mulheres, que não seja por meio do

funcionamento das estruturas públicas que funcionam e que consigam dar resposta para a vida das mulheres, e das mulheres negras” (Giselda Omilê, em entrevista realizada em novembro de 2020).

Com Priscila Oliveira (2020) aprendemos sobre outros desafios não tangíveis à maioria de nós. Ela diz “o meu ativismo é diário na minha vida.” Militante na área em prol das pessoas com deficiência, é uma das coordenadoras do Movimento Independente Pró- Autismo (Movipa). Ela conta que para enfrentar a pandemia utilizou o mecanismo das lives, em que pessoas com deficiência e profissionais da área eram ouvidas, em busca de levar conscientização e debater algumas violações de direitos. Enquanto mãe atípica, vivendo uma época na qual o toque é ainda mais difícil, fala de como a ineficiência dos equipamentos públicos pressiona ainda mais as batalhas cotidianas:

São lutas constantes. Talvez quando voltarem as aulas das escolas públicas nós não possamos voltar ou eu não me sinta à vontade para voltar, porque meu filho é sensorial, ele lambe as coisas, ele deita no chão, ele precisa sentir o calor, ele precisa sentir o chão, ele precisa se deitar (...) Meu filho não tem problema, quem tem problema é a sociedade que não compreende o que é diversidade, e é muito similar à questão da pessoa com deficiência (Priscila Oliveira, em entrevista realizada em novembro de 2020).

A condição da família com uma criança autista, sensorial, somada aos racismos cotidianos, tornou a experiência de transitar e permanecer no espaço público algo ainda mais adverso. “Tivemos algumas regressões, tivemos algumas conquistas, o que a gente faz? É respirar, um dia de cada vez, e com qualidade de vida, o máximo que a gente puder.” (Priscila Oliveira, em entrevista realizada em novembro de 2020)

O que muda para nós ‘pretês’?

Estou sempre ‘atente’ ao exercício do olhar sensível sobre o mundo, de modo a ampliar referências e atuar colaborativamente cada vez mais em projetos e iniciativas. Acredito que exista uma dificuldade colonial de atuar em coletividade, que, cotidianamente, é questionada por pessoas e grupos que

investem nessa forma de atuação social. O futuro está sendo remodelado pelo presente, e a conquista é o direito diário do bem viver (NASCIMENTO, 2020)

Olhando para o Rio Grande do Norte hoje, à luz de seus movimentos negros, sinto-me aquilombada. O enfrentamento à crise da Covid-19 foi mais efetivo para nós porque tivemos antes uma caminhada de fortalecimento, com destaque para a liderança das mulheres negras, em vários aspectos, e foi o que permitiu que muitas de nós identificássemos e reconhecêssemos a potência de suas ações voltadas para um coletivo, o que tornou possível reagirmos juntas e, por isso, com maior potência. De acordo com Abdias do Nascimento (2019)

Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial (...) Os quilombolas dos séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX nos legaram um patrimônio de prática quilombista. Cumpre aos negros atuais manter e ampliar a cultura afro-brasileira de resistência ao genocídio e de afirmação de sua verdade.

Estamos reconstruindo a representação que se tem de nós dentro do estado do Rio Grande do Norte a partir de cada ocupação, da contestação da historiografia oficial e das heranças de expropriação, do exercício de encontrar nosso lugar identitário, como muitas dizem, e onde também me reconheço como afroindígena. Temos a compreensão de que precisamos estar atentas e nos cuidarmos para que outras Marianas — nossas riquezas ancestrais — não sejam mais caçadas no mato e expropriadas de suas raízes.





FREIRE, Máira S. de L. “É a luta da gente!”: juventude e etnicidade na Comunidade Quilombola de Capoeiras, RN. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

IYALÊ. Novas formas. In: PINHEIRO, Clara. **Volte e Pegue**. São Paulo: Tratore. 2020. EP.

IYALÊ; SOUL, PRETTA. **Se fecha branquitude**. 2020. Disponível < <https://open.spotify.com/artist/5XgqaDcBm4bi2Q95rbNbj2>>. Acesso em: 08 abr 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

MOREIRA, Stéphanie C. P. **Antropologia das mediações: um estudo sobre trocas, tensões e hierarquias em Coqueiros, Vale do Ceará Mirim**. 2010. Dissertação (Mestrado

em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

NASCIMENTO, Rosy. **A arte potiguar é negra e indígena**. Disponível em: < <https://medium.com/@rosydnascimento/a-arte-potiguar-%C3%A9-preta-e-ind%C3%ADgena-2c57f67dae71> >. Acesso em: 19 maio 2020.

NASCIMENTO, Rosy. **E eu não sou escritor?** Disponível em: < <https://medium.com/@rosydnascimento/e-eu-n%C3%A3o-sou-escritore-8a666328db0> >. Acesso em: 19 de ago 2020.

PINHEIRO, Clara. Mesmo. In: PINHEIRO, Clara. **Volte e Pegue**. São Paulo: Tratore. 2020. EP.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. **Black is King**, apesar da Lilia Schwarcz. ISS/ISBN. Natal: UFRN, 2020.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. **Entrevista com Elza Soares**, 2020 (Programa de rádio/TV).

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. **Revista Mulheres do Fim do Mundo**. Disponível em: < <https://www.mulheresdofimdomundo.com/> >. Acesso em: 2020.

SOUL, PRETTA. **Poder Preto**. 2020. Disponível em: < <https://pantim.com.br/conheca-a-nova-musica-da-pretta-poder-preto/> >. Acesso em: 08 abr 2021.

XAVIER, Marília Farias. **Pedagopreta**: escrivência de uma mulher-negra-educadora na construção de uma etnopedagogia. 2019. TCC.

Tempos de Atravessar:

Eu, mulher negra, movo-me sem cessar

YÉRSIA ASSIS



Yérsia Assis é preta nagô, do Samba de Aboio de Santa Bárbara, neta de Zé Paizinho, neta de uma rendeira, filha de professora, Ekédjí no Ilê Axé Omin Mafé. Doutora em Antropologia Social pela UFSC/NUER. Cientista social, antropóloga por formação, professora. Atua em grupos de entidades da sociedade civil vinculadas a discussões sobre direitos humanos, justiça, combate ao racismo, promoção para a educação das relações étnico-raciais, grupos religiosos de matriz africana e educação antirracista. Fez bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal de Sergipe; é mestre pelo Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação em Antropologia Social, também pela Universidade Federal de Sergipe. Realizou doutorado-sanduiche na Universidade Agostinho Neto, em Angola, no ano de 2017 (CAPES/AULP). É membro do Grupo de Estudos Culturais Relações Interétnicas e Identidades (GERTS/UFES); membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI/UFES); e membro do Núcleo de Identidades e Relações Interétnicas (NUER/UFSC). Integra a ONG Casa de Mar e a Sociedade Omolàiyé.



*(...) Se queres embarcar nesta
viagem, não esqueça o fardo que
gerações te legaram, passaporte de
alegrias e dores,
sem flash e sem rosto,
Se queres embarcar nesta viagem,
deixe rolar as pedras
inofensivas no tempo, marcas do teu
existir.*

NASCIMENTO, 2018.
NO TEXTO “ANOS 60”.

O I.

Embalada pelos ventos:

vou me movendo

E escrever é um ato de colocar em palavras, frases e parágrafos os sentidos para elaborações reflexivas. A escrita está presente na humanidade desde os tempos remotos e é um instrumento fortemente associado à reflexão, à sabedoria, ao ato de pensar. Escrever e pensar são atos diretamente associados à razão. A razão se constrói como um campo denso, dinâmico e cheio de disputas, a ela é ofertado o lugar de ser uma máxima que conduz as ações da humanidade. Essas ações definem como nós, seres habitantes da Terra, nos comportamos ou não. Mas, nessa travessia do pensar, a quem foi ofertado o direito de raciocinar? De (de)ter a razão?

No jogo da formação social do mundo, especialmente após as viradas dos regimes coloniais e das inaugurações das modernidades (MIGNOLO, 2003), um lugar muito precário foi oferecido às populações não brancas, todas elas: negro-africanas, africanas-árabes, indígenas e asiáticas. Na conformação do mundo moderno, esses foram considerados os que não sabiam pensar ou pouco sabiam sobre esse ato/fato.

Dessas populações, a negro-africana sofreu por meio de diversos tipos de mecanismos e dispositivos que reforçaram e mantiveram perspectivas de que pessoas negras não sabem ou não podem pensar. Não poderia assim existir uma razão negra, um pensar negro. Essa afirmação, de um modo ou de outro, persiste de diversas formas, na África e nas diásporas. Contra isso, são muitos os levantes do pensar que são empreendidos desde o momento em que pessoas negras conseguem ter algum tipo de controle sobre suas narrativas, transformando-as em documentos escritos, valendo assim do mesmo dispositivo introduzido pelo colonizador, embora subvertendo e questionando a ordem das subjetividades reflexivas (e mesmo da escrita), como faz Fanon (2008). As lutas e disputas sobre a possibilidade da constituição de uma ordem negra do pensar são constantes, dinâmicas e figuram numa das principais lutas dos movimentos sociais negros pelo mundo, pois, essa luta se trata de educar os povos pretos na África e suas diásporas. Nesse grande vendaval de lutas e possibilidades, trajetórias como as minhas se somam como um pequeno sopro para o grande vento de mudança, que é instalar, com cada vez mais força, o pensar negro e a razão negra por detrás disso tudo. Sendo eu uma jovem mulher negra nordestina, entendo que as minhas subjetividades, diante da construção do pensar e também da própria noção, partem de outro lugar, sou afetada por outros modos de narrar, de observar, de descrever, de sentir e de pensar, e isso não corresponde a um não lugar do pensamento, como ensina Lélia Gonzalez (2018):

(...) muitas vezes é exprimido de maneira a considerar o nosso discurso, de mulheres negras, como uma forma de revanchismo ou de cobrança. Outro tipo de resposta que também denota os efeitos do racismo cultural, de um lado, e do revanchismo, de outro, é aquele que considera a nossa fala como sendo “emocional” (...) O modo mais sutilmente paternalista é exatamente aquele que atribui o caráter de “discurso emocional” à verdade contundente da denúncia presente na fala do excluído. Para nós, é importante ressaltar que emoção, subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam renúncia à razão, mas, ao contrário, num modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de outra razão (GONZALEZ, 2018, p. 75).

Trata-se, portanto, de outra razão, da nossa razão, que são plurais e diversas, heterogêneas nas reflexões e nos atos, mas, não por isso, desconectadas. Todas elas possíveis, e todas elas destinadas a oferecer mais e mais repertórios para as comunidades negras, possibilitando, por um lado, fortalecer perspectivas e, por outro, desconstruir os sentidos.

Desse lugar vou embalando os meus sentidos, vou me movendo para pensar, pensando nas travessias que acontecem em todos os momentos que qualquer mulher negra que se move faz. Somos filhas das travessias, e essas travessias nos preenchem e nos esvaziam na mesma medida que faziam os navios que se enchiam e se esvaziavam, atravessando o Atlântico com as nossas ancestrais. A nossa razão é pendular, assim como são as ondas de Yemanjá, que nos embalam e nos ensinam a avançar e a recuar, sempre observando a vastidão que é o mar, entendendo que fomos paridas durante esse atravessar.





02.

Vastas travessias

As travessias que acompanham as mulheres negras as colocam em uma série de encontros, desencontros, armadilhas e êxitos. Em boa parte dos momentos e movimentos é difícil considerar que esses atravessamentos, esses caminhos serão prósperos ou imbuídos de uma tranquilidade acalentadora. Nesses trânsitos vamos nos constituindo como pessoas, dotadas de possibilidades, de escolhas, e, por muitas vezes, encarando mais do que deveria ser permitido e menos do que o desejado. Nesses embalos vamos buscando formas de alcançar lugares, questionar sentidos e firmar posições. Procurando assim nos mover para pensar, para contribuir com os modos de raciocinar.

Como ensina bell hooks (2019) há sempre a necessidade de erguer a voz. Para ela, o ato de erguer a voz faz parte das possibilidades (especialmente para mulheres negras) de ter outros lugares, de desempenhar outras funções, de tornar, inclusive, a vida mais ativa, mais sentida ou mesmo querida. Erguer a voz é garantir a possibilidade do não aniquilamento, como ela explica:

Para nós, a fala verdadeira não é somente uma expressão de poder criativo; é um ato de resistência, um gesto político, que desafia políticas de dominação, que nos conserva anônimos e mudos. Sendo assim, é um ato de coragem — e, como tal, representa uma ameaça. Para aqueles que exercem o poder opressivo, aquilo que é ameaçador deve ser apagado, aniquilado e silenciado (HOOKS, 2019, p.37).

bell hooks (2019) entende que para qualquer mulher negra que se empenhe em questionar o *status quo*, existe também por trás um ímpeto de coragem descomunal. A coragem de pensar faz criar outras forças (e formas) para habitar. Uma força, inclusive, que só é possível pelo legado ancestral. Afinal, qual povo — depois de tanta (e ainda) subjugação, opressão, supressão de direitos — consegue produzir, pensar, se reerguer e erguer a própria voz? Somos filhas e filhos dessa força, e somos, hoje, pela coragem e possibilidades dessas e desses.

Fortemente munida por essas coragens, escolhi trilhar um caminho que me movimentasse pelo pensar, já entendendo que muito iria enfrentar, mas, sabedora de que uma pujança de vidas ancestrais sempre me acompanharia. Resolvi erguer a minha voz a partir da educação formal, inspirada em minha mãe, Vânia Maria Souza de Assis, primeira de toda a família a cursar uma graduação em plena década de 80, e, antes dela, inspirei-me também em minha bisavó Joana Santos Souza, filha de escravos libertos, que viveu até os 100 anos, e que, ao ter ciência da educação, mudou-se de cidade para estudar e poder oferecer estudos aos seus filhos posteriormente. Ela contava que uma mulher que sabia ler e escrever não poderia ser dominada por ninguém. Hoje, faço um complemento ao pensamento dela: uma mulher que sabe ler e escrever, tanto não será dominada por ninguém como também poderá dominar tudo o que desejar.

A minha força ancestral me moveu para querer e desejar conquistar os espaços do pensar. Cresci vendo uma mãe professora atravessar uma vida para ensinar dentro e fora de casa, uma mãe que sempre teve brilho no olhar ao falar e atuar em prol da educação e das mudanças que ela pode ofertar. A minha mãe sempre diz: “*quem não tem herança para herdar, precisar estudar*”. Estudar para atravessar, para sair do lugar, para erguer a voz na perspectiva de questionar. Tornei-me acadêmica com esse tipo de brilho no olhar. Fui para a universidade ciente de que fácil não seria estar e nem continuar lá, não seria fácil administrar

a realidade de estar num lugar onde pouquíssimas pretas poderiam estar.

Essas travessias são vastas e profundas, requerem de mim, por um lado, vários tipos de fôlegos e, por outro, paciência. Desde a graduação até o doutorado foram (e estão sendo) tantos os processos, que às vezes se torna difícil elencar, e mais, às vezes assusta como se é (e foi) possível gerenciar tantos atravessamentos. De algum modo, ao escrever esse texto, rememoro aspectos da minha trajetória enquanto acadêmica negra; primeiro, em Sergipe, e, posteriormente, em Santa Catarina. Em Sergipe, cursei a graduação em Ciências Sociais e o mestrado em Antropologia.

Desde a graduação, busquei me aproximar de discussões que pudessem me ajudar a entender as questões que me envolviam enquanto pessoa negra. E entender mais porque a comunidade negra brasileira era (e é) tão ausente nos espaços. É uma sensação que quase todas as pessoas negras têm, mas que eu gostaria de compreender a razão. Contudo, a grade curricular do meu curso (que ainda permanece muito semelhante àquela de quando ingressei em 2007) não se desdobrava em muitas discussões sobre as relações raciais brasileiras. Considero clássica a grade curricular do curso de Ciências Sociais, pois privilegia uma historicidade teórica eurocêntrica. De modo panorâmico, poderia ser lida assim.

Nessa mesma graduação, não tive a oportunidade de estudar com nenhuma docente negra, e essa observação persistiu durante o mestrado e o doutorado. O confinamento racial no universo acadêmico (CARVALHO, 2003) é um espectro que acaba por atemorizar ainda mais o corpo discente não branco. Contra isso, e em favor das respostas que eu procurava, escolhi construir uma trajetória que me auxiliasse na perspectiva de alimentar as minhas questões por um lado e por outro, não me tornando ainda mais refém de uma perspectiva de ensino que não me oferecesse tantas respostas.

Assim, busquei me vincular a grupos de pesquisas, como o GERTS e o NEABÍ. Nesses espaços, passei a ler, estudar e pensar a partir de uma lente que privilegiava a categoria da raça e os seus imperativos, tanto no Brasil como em outras diásporas. No NEABÍ, tive a oportunidade de ler textos de autorias africanas (de diversos países, como Angola, Moçambique e Senegal), acessar a textos traduzidos, e me aproximar de uma realidade que nem de longe circulava nos corredores, ementas e discussões do programa do meu curso de graduação. Esses espaços, suas obras e autorias funcionaram como acolhida e abraço negro

acadêmico que eu não iria receber em nenhum outro lugar da UFS.

Essas provocações me conduziram para uma trajetória que me vincularia a pensar e articular teoricamente sobre as relações raciais no Brasil, com seus aspectos, dinâmicas, contradições e apagamentos. À medida que ia avançando na discussão, descobria pontos sobre a minha própria trajetória, a da minha família e também de como eu habitava no mundo, em Aracaju e seus muitos lugares. A estratificação da cidade ficou mais aparente, e as estranhas omissões sobre a negritude em Sergipe ficavam cada vez mais evidentes.

Dentre esses muitos pontos, escolhi estudar com mais atenção a política de cotas na UFS — implantada em 2010, e com vasta discussão iniciada desde 2006 —, pois queria entender esse movimento, que eu, de partida, já entendia como algo muito positivo para a universidade. Visto que, sempre considerei que a inserção de mais estudantes negras e negros iria proporcionar à universidade mudanças significativas de toda a ordem, inclusive nas epistemologias.

Para percorrer, desenvolvi meu trabalho de conclusão de curso sobre as cotas na UFS, fazendo um balanço comparativo do último ano da universidade, sem cotas, e o primeiro ano, com cotas. É surpreendente como os números se alteraram e como isso causou em mim uma alegria motivada por notar que esses estavam sendo os primeiros passos em nome de uma reparação histórica na seara da educação superior pública brasileira.

Segui fortemente motivada em entender mais e mais sobre isso e, então, ingressei no mestrado em Antropologia, buscando fazer uma etnografia sobre os cursos de Medicina e de Direito e as relações entre cotistas e não cotistas. Deparei-me com uma universidade perversa com estudantes cotistas. Mesmo a minha pesquisa sendo questionada, no sentido de: quais rigores acadêmicos uma pesquisa realizada por uma mulher negra que pensava em cotas haveria de ter? Essas interpelações aconteceram mais de uma vez e me incomodavam. Às vezes, faziam-me parar para pensar sobre esse meu lugar incomum de pesquisadora, e essas situações se tornaram um capítulo (ASSIS, 2014), pois, o dilema do campo é também um dilema teórico, e mais um dilema de lugar de escrita acadêmica da mulher preta, especialmente porque somos essa vastidão de razões diversas a outra razão bem explicada por Gonzalez (2018).

No doutorado, continuei motivada a discutir as ações afirmativas e os seus diversos efeitos no ensino superior, mas a condução ancestral, somada à oportunidade educacional, permitiu com que eu reelaborasse o meu projeto de

pesquisa, e assim, realizasse uma investigação que colocaria Brasil e Angola em diálogos sobre a educação superior e suas dinâmicas de conhecimentos. Considero que essa foi uma recondução ancestral, pois, minha tataravó foi uma criança escravizada vinda de Angola, cujo nome era Tamashalim Ecuonaker, que viveu como escrava e morreu liberta. Inclusive, foi ela que legou para a minha família paterna a obrigação e devoção de cultuar Santa Bárbara — Iansã —, mediante prática religiosa ou ritual que é cumprido anualmente na data específica da Páscoa. Essa festa também celebra a Abolição dos Escravos, e o seu marco data de 1888, perfazendo assim, 133 anos de história e resistência da festa do *Samba de Aboio de Santa Bárbara*, no povoado de Aguada, localizado no município de Carmópolis, Estado de Sergipe.

Certamente, foi também a minha tataravó que soprou os ventos necessários para que eu pudesse obter a oportunidade educacional de pesquisar em Angola, e retomar e retornar a esse lugar ancestralmente marcado para mim e para a minha família. Numa vasta travessia, pois, se a minha tataravó veio como africana escravizada, eu chego (ou retorno) a Angola como uma pesquisadora na modalidade de doutoramento. São vastas as travessias desses movimentos desde minha tataravó até mim.

Ao estar em Angola, vivendo em Luanda, fui atravessada de todas e variadas formas, durante a realização da pesquisa em uma universidade africana (Universidade Agostinho Neto, na Faculdade de Ciências Sociais) que me ensinou a compreender com mais lucidez a importância de tomar a arena da educação em quaisquer níveis, mais precisamente no ensino superior, como um campo de disputa do qual não devemos mais nos retirar. Lá ressignifiquei aspectos que o Brasil elabora sobre a África, notando que há uma minuciosa organização midiática do que é representado como Brasil, e de como isso, em larga medida, descarta o Brasil afro-brasileiro, o Brasil, inclusive, de onde eu parti. As ambivalências e contradições são inúmeras, mas são importantes e podem ajudar ainda numa melhor compreensão sobre esses dois lados do Atlântico.

Digo que a diferença produz novos e diferentes sentidos, como, por exemplo, quando eu era interpelada: *És brasileira?* E eu contava que eu era brasileira, saída do nordeste do Brasil, estudante de uma universidade do sul do Brasil (Universidade Federal de Santa Catarina), afroreligiosa e com uma história genealógica associada a Angola. Dessa interlocução, também fui

convidada muitas vezes a ouvir e saber mais sobre Angola, sobre Luanda, e assim, nessas conversas atravessadas, fui descobrindo aspectos sobre mim, do lugar e das pessoas, como um grande bailado de sopros e ventos, ora ancestrais ora do tempo presente.

Uma vastidão se abriu e me pariu mais uma vez em solo angolano, quando ouvi: *“és daqui, és nossa, teus antepassados são daqui”*. Ainda não compreendi com integralidade o que seria ser de lá. Se isso significava, por exemplo, não ser daqui ou se, em razão de ser daqui, é que posso também ser de lá, levando em consideração esse cordão marítimo (ou marital?) que envolvem Brasil e Angola. São vastas as travessias que me fizeram partir para retornar, numa relação dialética típica do mar, essa grande Kalunga que me faz e me fez habitar lá e cá.





03.

Forças para continuar a atravessar...

Continuo fazendo travessias e esses movimentos também me colocam em um modo de habitar, de estar no mundo. Muitas são as descobertas e os descartes que tenho feito ao longo desta trajetória, que, em muitos sentidos, ainda está se iniciando, dando seus primeiros passos.

Ao pensar na escolha de narrar um pouco da minha experiência com a educação superior, sendo discente e pesquisadora em formação, entendo também que é importante me alimentar desta importância de estar e utilizar os dispositivos que a universidade me oferece, e a escrita é um deles. Como nos ensina hooks (2019), “é por isso que penso ser importante mulheres negras no ensino superior escreverem e falarem sobre as nossas experiências, sobre as estratégias de sobrevivência.” (HOOKS, 2019, p. 136).

Somos sobreviventes por toda a nossa resiliência, e somos rebeldes

porque não nos sujeitamos apenas a sobreviver, somos rebeldes para viver. Nesse sentido, considero-me sobrevivente em muitos aspectos, e vivente em mais outros. Terminar uma tese de doutorado em 2020, neste cenário de pandemia, é mais um desafio que as mulheres negras acadêmicas acumulam. Particularmente, ainda fui atravessada pelo falecimento do meu avô, em decorrência da Covid-19. Fiquei pensando assim, como me mover em tempos tão difíceis de atravessar? Como percorrer essas estradas que parecem querer só nos desestabilizar? A resposta está no mar, pois, somos transatlânticas (NASCIMENTO, 2018), e temos, assim, a força para navegar em qualquer lugar.



ASSIS, Yérsia Souza de. **A experiência das ações afirmativas na Universidade Federal de Sergipe: os cursos de Direito e Medicina**. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

CARVALHO, José Jorge de. **O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro**. Revista USP, n. 68, 2006.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo: Filhos da África. 2018

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como uma feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante. 2019

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. 4. ed.. São Paulo: Selo Negro, 2011.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais / Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias da destruição**. São Paulo: Filhos da África, 2018.

Posfácio

ou algumas notas de
uma editora negra





DAYSE SACRAMENTO



Dayse Sacramento, mulher preta de Salvador, professora de Língua Portuguesa do IFBA, Doutoranda em Literatura e Cultura - UFBA, Mestra em Crítica Cultural - UNEB, Produtora Cultural e Idealizadora do Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras. Editora responsável na Editora Diálogos Insubmissos.

A leitura dos ensaios deste livro pode servir como um chamado para as pessoas que gostariam de fortalecer e construir um compromisso intelectual geopolítico com o Nordeste do Brasil. Reconhecer as diferenças regionais não se trata de uma revanche em busca de superação, mas uma aposta em experiências de vida de um local do país marcado pelas desigualdades e estereótipos pejorativos no que diz respeito aos nossos modos de vida nordestinas. Considero importante termos esse debate de forma honesta e chamando atenção e ação para quem tem o compromisso de criar outros cenários regionais para um país que historicamente tem o Centro-Sul-Sudeste como a referência que posiciona as demais regiões, o Norte e o Nordeste, como lugares de menos valor, conseqüentemente, vilipendiando as pessoas nortistas e nordestinas.

Por essas e outras questões, ressaltamos com a publicação desta obra a necessidade de criação de espaços de credibilidade, visibilidade, valorização e de circulação da intelectualidade de mulheres negras. A publicação é uma oportunidade de ampliação das perspectivas acerca da produção intelectual nordestina realizada por mulheres negras. Além disso, nos interessa com a publicação romper com os estereótipos regionais e raciais, trazendo para a cena imagens positivadas de pessoas negras, sobretudo das mulheres.

Afinal, mesmo numa perspectiva negra, pessoas do Norte-Nordeste são categorizadas como menos capazes por preconceitos historicamente ressignificados ligados à ignorância, com práticas artísticas reduzidas ao lugar de menos importante na cena nacional. Então, fortalecer a cena de produção intelectual de mulheres negras e incentivar o mercado editorial a apostar e credibilizar essa cena com investimentos para publicação e circulação dessa produção foram nossos objetivos atingidos com esta experiência-livro.

O livro trouxe textos que foram escritos em 2020, no contexto da COVID-19, por nove mulheres negras de cada estado do Nordeste. A organização da obra foi feita e incentivada por uma organização baiana, o *Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras (DIMN)*, uma plataforma literária de escritoras negras sediada em Salvador/Bahia, que desde 2018 realiza eventos próprios (autogestionados) e participa de eventos literários nacionais e internacionais, com a promoção de debates e atividades que têm como mote a produção literária feminina negra, dialogando com outras linguagens artísticas.

Espero que quem chegou até aqui, tenha o Nordeste como rumo intelectual e que esta obra possa ser uma acompanhante retada como nosso posso assim é.



Este livro só está nas suas mãos agora porque uma rede de mulheres pretas teceram uma trilha de apoio, suporte e realização para que as nossas ideias se materializassem nestas folhas de papel. Desde o acolhimento institucional, através do apoio e da credibilidade depositada no trabalho do Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras, a partir da relação frutífera que estabelecemos desde 2018 com a Coordenação de Projetos da Fundação Rosa Luxemburgo, com a querida e parceira de lutas Christiane Gomes, até a confiança da Diretoria Geral, através de Torge Loeding.

Também foi fundamental que as autoras negras nordestinas dispusessem seus tempos, esforços intelectuais e acreditassem na vontade-livro de conceber uma proposta de leitura que construa novos e outros olhares sobre a nossa região, que respeita a nossa história e nos reconhece no cenário geopolítico do conhecimento do país. Junto com as autoras, as pretas que atuaram nas produções executiva, editorial e administrativa em todas as etapas do livro, foram de vital importância as leituras atentas de Ayala Tude e Manoela Barbosa, bem como a lida burocrática assegurada pela destreza de Técia Santos, bem como Nai Kiese e Helena Rios que foram parceiras com o desejo de fazer o trabalho ganhar vida.

Por fim, agradecemos ao público de leitoras e leitores que adentrarem as águas das marés intelectuais nordestinas que cortam e correm por nossas

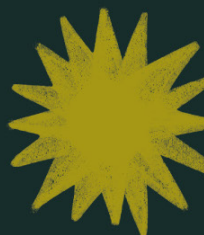
terras, “águas que sabem de tudo, a que te benze, a que me benze...”, como nos ensina a poeta Sued Nunes.

DAYSE SACRAMENTO

Editora







*Las aguas saben de todo
La que te bendice
La que me bendice...*

*Ninguna marea moja la ropa
De quién ya se tiró sin nada
Ni asusta marinero
Destinado a seguir viaje
Soy así pa' tuya*

*Pisé en el río
Pedí protección por nosotros
Y tu mar me dio respuesta
Unos están para pez
Otros para el hambre
Y yo sigo de plato lleno
Porque nosotros nos damos de
comer*

*Amor es cosa de inundarse
Y aun así, no tiene salada
Ni dulce que saque el gusto
De lo que pruebo de ti
La que te bendice...
La que me bendice...*

*Las aguas
Siguen
Sabiendo de todo.*

SUED NUNES



La plataforma literaria **Diálogos Insubmisos de Mulheres Negras** y la Fundação Rosa Luxemburgo firman una importante alianza, por medio de la perspectiva de la **pluriversalidad** como camino ético y compromiso sociopolítico, a partir de la comprensión de que es necesario ampliar y visibilizar construcciones epistemológicas plantadas firmemente en la percepción de que hay distintas formas de inscribirse, resistir y (re) existir en el mundo. Para eso, necesitamos considerar fundamentos como: clase social, generación, raza/etnia, territorialidades, género/sexualidades, cuestiones de orden religiosa, por ejemplo, como estera que nos posibiliten poner en práctica el ubuntu: **“yo soy porque nosotros somos”**.

Cuando vislumbramos la producción intelectual producida en Brasil, de cualquiera que sea el área del conocimiento, percibimos notablemente que existen jerarquías del conocimiento que son delimitadas geopolíticamente, privilegiando lo que es producido en los ejes centro-sudeste- sur del país. La baja valoración se acentúa todavía cuando observamos tanto las condiciones de producción como la circulación de ella al partir de la región Nordeste. Además de la visibilidad tangencial, escamoteada, la identidad nordestina es marcada por estereotipos que no están de acuerdo a la realidad de un pueblo que produce, inventivo y creativo como el nordestino.

Frente a ese escenario, al llevar al cabo acciones y propuestas de trabajos colectivos con investigadoras negras nordestinas, tenemos nos empeñado en revertir esta lógica perversa y excluyente, con iniciativas locales giradas hacia nosotras mismas. Así, partiendo de ese horizonte de la colectividad, se materializa el libro **Insubmissão Intelectual de Mulheres Negras Nordestinas**, que celebra alianza entre dos instituciones que valora visibilizar y ampliar voces, sobre todo de mujeres negras, y da la oportunidad el acceso del público lector a esa publicación que evoca las múltiples potencias – existenciales y teóricas – de nueve mujeres negras venidas y/o residentes en el pluriverso nordeste de Brasil.

Los textos que componen esta antología corroboran el fortalecimiento del operador teórico *escrevivência*, acuñado por Conceição Evaristo, escritora e intelectual negra. Visto que, a lo largo de nueve ensayos, podemos identificar la pujanza de las escrituras y oralidades, que caminan de manos dadas, y, en ese sentido, colaborar con el fortalecimiento del sentido de escribir, evidenciando cuanto el acto de la escrita de las mujeres negras se establece como un gesto de insubordinación. Además, inscribe nuevos nombres y perspectivas para la Ciencia, en la medida la cual los cuerpos-vozes-escritas de las autoras no solo provocan tachaduras en el campo epistemológico, como también evidencian la necesidad de que amplíemos los horizontes que agregan el pensar en las potencialidades que existen en Brasil adentro, con la multiplicidad de sujetos que somos.

Al acceder los textos de esta obra, el público lector podrá conectarse de muchas maneras con varios nordestes, a partir de lo que es ofrecido por medio del campo epistémico entrelazado con la tecnología del afecto muy presentes en la escrita de las autoras. Muchas veces, sus voces/escritas se presentan como modos de resistencia a los sistemáticos intentos de silenciamientos impuestos por las barreras de clase/género/racial, y también geopolíticas. Sobre todo, lectores y lectoras podrán tener la oportunidad de “crear una comunidad de aprendizaje”, conforme sugiere la crítica cultural, intelectual negra y ensayista afro americana bell hooks (2020), y, con eso, sentirse motivados/as a moverse en dirección hacia un sentido de ciencia que añada nuestras multiplicidades, experiencias, subjetividades, complejidades, saberes e intelectualidades. De modo que se acerquen de una efectiva acción práctica que posibilite “crear un nuevo local donde la subjetividad negra radical puede ser nutrida y sostenida”

(hooks, 2020) y, además a eso, que opere como camino para que otras personas, especialmente mujeres negras, puedan conectarse, reconocerse y aproximarse de la diversidad de experiencias de otras mujeres negras.

Acogerse y mirar hacia ti son ejercicios de cuidado que ponemos en práctica con este encuentro intelectual. Esa rueda de **yabás** produjo un libro-axé, con nuestra energía reunida alrededor de imágenes que proyectamos por medio de palabras tejidas por manos negras insumisas y nordestinas, comprometidas en seguir vivas y preñadas de un futuro de incertezas impuestas por la pandemia de Covid-19, pero con perspectivas que buscan asegurar el bienestar para las personas pretas, cuando la necropolítica y el fascismo devastan nuestras negras existencias en el país.

Nos sentimos abrigadas por los textos de cada una de esas autoras. Deseamos que lxs lectores, así como nosotros, puedan sentirse motivadas/os a conectarse con las múltiples experiencias de los nordestes ofrecidos por las autoras. Buena lectura, buenos aprendizajes, viva a nosotras, viva a las aguas.

Con afecto,

DAYSE SACRAMENTO¹ e MANOELA BARBOSA²



¹ Dayse Sacramento, mujer negra de Salvador, profesora de Lengua Portuguesa en IFBA, Doctora en Literatura y Cultura - UFBA, Maestría en Crítica Cultural - UNEB, Productora Cultural y Creadora de Diálogos Insubmisos de Mulheres Negras. Editor responsable de Editora Diálogos Insubmisos.



² Sertaneja de Jequié-BA, educadora e investigadora, filósofa, maestra en Crítica Cultural y doctoranda en Literatura y Recepción. Integra la equipA del Diálogos Insubmisos de Mulheres Negras.

PERNAMBUCO
SERGIPE MACEIÓ
PARAÍBARRA
BARRA NEGRA
BARRA DO VALE
ALAGOAS PIAUÍ
RIO GRANDE DO
NORTE



Sumário

139

Prefacio
NUBIA REGINA
MOREIRA

149

Memoria como lugar
de origen
KIKA SENA DO
NASCIMENTO

155

Pandemia de Covid-19:
Entre vidas negras y
la muerte
JOANICE CONCEIÇÃO

172

Mujeres Negras:
Tramando resistencias
y libertad en Ceará
FRANCISCA MARIA
RODRIGUES SENA

186

El futuro posible és la
construcción de un pasado
que garantisse el presente
ZICA PIRES

194

Hija, di lo que ves.
Soplo ancestral y escrita
feminina afro brasileña
DANIELLE LUNA
E SILVA

206

Nordeste Maravilla.
Recife: Corazón cultural
de Brasil
DENISE T'ÒGÚN BOTELHO

217

Mi historia és tal vez como
la tuya: Vivires de una mujer
negra en Brasil del tiempo
presente
IRANEIDE SOARES
DA SILVA

232

Mujeres afro-potiguareas:
Una experiencia de
aquilombamento
STEPHANIE CAMPOS
PAIVA MOREIRA

250

Tiempos de Atravesar:
Yo, mujer negra, me muevo
sin cesar
YÉRSIA ASSIS

265

Epilogo o algunas notas de
una editora negra
DAYSE SACRAMENTO

Prefacio

NUBIA REGINA MOREIRA







El año de 2020, todas nosotras fuimos invadidas por la noticia de una pandemia de Covid-19, enfermedad causada por el virus SARS-CoV-2, el nuevo coronavirus. Desde marzo de aquel año, cuando la pandemia llegó al Brasil, nuestras vidas, una vez más, fueron movidas. Digo una vez más porque trato de las vidas de las personas negras, que desde hace la travesía del Atlántico, nos obliga a crear tecnologías para que existan.

La invitación para participar de esta obra llegó el noviembre, un período de esperanza por días mejores, que, en el horizonte, representaba la disminución de la tasa de contaminación por el coronavirus, el retorno de los encuentros familiares en las fiestas de fin de año, y, quizás, el ‘verter de la *inhaca*’ del año de 2020 en la fiesta carnalesca de 2021. Pero, aún hoy, ese horizonte está lejano.

Entre octubre y diciembre del año pasado (2020) tuvimos muchos hechos en el país. Lo más marcante, y tal vez improbable para tiempos pandémicos, fue la manutención de las elecciones municipales. No parecía que estábamos viviendo una pandemia. Hubo una especie de relajación de las medidas sanitarias que quedaban, como los protocolos de seguridad en contra la propagación del virus. Asistimos a la suspensión y a la desconexión, por parte del Gobierno Federal, de las medidas de contención de la pandemia.

El período de aislamiento cambió nuestra sociabilidad y ha afectado nuestra salud psíquica. Tuvimos de reelaborar y ajustar el tiempo y el espacio laboral dentro del hogar. La recomendación del *#quédateencasa* (una campaña para que las personas se queden en casa y que no aglomeren, para contener la diseminación del virus) se presentó bastante débil frente a la cantidad de personas que, debido a sus condiciones sociales, no podían atenderla.

Hubo grande inseguridad ocasionada por el desordenamiento del gobierno. Además de la disminución de las flotas de transportes colectivos, con reducción del período de un tren para el otro, restricción de circulación de coches, establecimiento de escalas para el funcionamiento del comercio, todo con la finalidad de evitar aglomeraciones. Las desigualdades fueron potencializadas con la pandemia.

Protocolos no eran atendidos por la falta de saneamiento básico en los barrios periféricos y por la falta de dinero para comprar bienes alimenticios e ítems de higiene, como el alcohol en gel (que pasó a ser ítem obligatorio de uso). El desempleo ha atingido la vida de los más pobres y todavía tuvimos que manejar con los barbaros casos de violencia policial contra jóvenes negros y con el descuido con los niños negros.

El año de 2020, en la prensa no faltaron narrativas de muerte, no sólo por la Covid-19, sino por la brutalidad policial y por el descuido con la vida de niños negros atingidos por armas de fuegos durante operaciones policiales o dejadas a su propia suerte en ascensores. La población negra y pobre, que está por su propia cuenta, es la gran víctima en este escenario. Y así, una vez más nos llaman para activar nuestras redes comunitarias para garantizar que nuestras vidas no sean segadas por el descaso político y por el abandono de la sociedad. De nuevo tenemos provocado la potencia creativa, en forma de coaliciones con diversos sectores, en beneficio de la garantía de comida y asistencia.

Seguimos con las denuncias, pero también en la búsqueda por realizaciones, cuando hacemos lo que esperan que hagamos. Seguimos construyendo nuestro cotidiano además del dolor y de los puños cerrados. Porque también cansamos. Cuando los puños están bajados, las manos escriben, tejen, cocinan, esculpen. Las redes, las coaliciones, la escrita, la música. Estarnos una con las otras está siendo la forma más fuerte de mantener nuestra sanidad psíquica y nuestro cuerpo físico.

No deseamos alimentar narrativas de opresión, raza, clase, género y

sexualidad creada sobre nosotros, que históricamente, decimos quienes somos. Por eso, resolvemos unir el grupo de mujeres del nordeste del país para, en formato de pequeños ensayos, traer, cada una a su modo, sus impresiones, perspectivas y reflexiones sobre sí.

Los ensayos fueron escritos en el contexto de la pandemia de Covid-19 que se extendió e ingresó el año de 2021. Por lo tanto, las narrativas fueron escritas en la coexistencia entre razón y emoción; objetividad y subjetividad; activismo y academicismo.

En **Memoria como lugar de origen**, la autora Kika Sena do Nascimento trae un retorno de su trayectoria de vida. Hay el reencuentro de lo que siempre existió y de la fuerza que eso provoca para ser y existir. La pertinencia del narrarse y de subjetivarse. En su caminar por la infancia vivida cerca de las aguas (dulces, saladas, paradas), pasando por su huida causada por la urgencia de vivir su identidad de género. Kika ve en las niñas negras un proyecto de ancestralidad, potencia y de nutrición por saberes no coloniales. Su función es arrancar las mascarillas de la colonización que roba la infancia negra.

Cuando escribe **Pandemia de Covid-19: entre vidas negras y la muerte**, la profesora Joanice Conceição nos trae una reflexión sobre tres situaciones comunes de opresión interseccionales ocurridas en tres contextos diferentes. Con sus palabras, demuestra la fuerza de la colonialidad en escribir dictados y valores sobre vidas negras. La autora refleja sobre las caras de las opresiones y del racismo frente el fenómeno de la pandemia de Covid-19. Focaliza “la victimización de la población negra, sea por el impacto de las desigualdades socio raciales que saca de ella derechos claves a la manutención de la vida sea por la forma como la legislación es aplicada para determinados grupos de individuos, por tener su existencia configurada por un imaginario estereotipado de la branquitud”.

En la estera de reflexión sobre la pandemia, Francisca Maria Rodrigues Sena, en **Mujeres negras: tramando resistencias y libertad en Ceará**, atesta como mujeres negras juegan el juego de la sociedad con reglas y artimañas propias. Afirma que las resistencias son forjadas en las rendijas de las estructuras de las instituciones y en el contacto con las relaciones de poder. Lo más importante: somos conspiradoras de nuestras vidas, creemos en la sabiduría ancestral. La opresión se da en el cuerpo, que es un aparato refractario a las opresiones interseccionales, pero también el objetivo de las opresiones sobre





nuestra altivez y potencia. Hay transformaciones de su cuerpo y pelos como bandera de la negritud. La organización de las mujeres son redes de protección, apoyo y promoción de los derechos de las mujeres negras. En la conclusión de su texto, la autora reafirma la “importancia de mantenernos la llama encendida en nuestro pecho y el asé, que nos mueven a romper las corrientes y rejas simbólicas y materiales que insisten en ponernos en la cárcel, reafirmando nuestro derecho a la libertad, al placer y a la vida digna”.

En **El futuro posible és la construcción de un pasado que garantice el presente**, Zica Pires trata de los impactos de la pandemia en los territorios quilombolas, por medio de las acciones gubernamentales. El texto se inserta en un debate sobre los impactos de la minería, articulado al agronegocio en las áreas de la vida, existencia y producción de las comunidades tradicionales, entendidas como campesinos, quilombolas, quebraderas de coco-babaçu e indígenas. Presenta como los mandamientos del agronegocio en las tierras de las comunidades tradicionales es responsable por imponer una dinámica de aniquilación de prácticas democráticas. Para la Comunidad de Santa Rosa dos Pretos, en Maranhão (foco del texto), la tierra es uno de los espacios que activa prácticas de coexistencia entre los humanos y la naturaleza, principalmente por comprenderlos como parte de una misma dimensión. Durante el contexto pandémico, el Estado invadió áreas de las comunidades tradicionales con una acción usurpadora y sin respecto frente a la vida de ellas y a los bienes provenientes de la tierra, del territorio de identidad, de la producción económica y de valores comunitarios. La resistencia es depositada en la creencia de la renovación del vínculo con el legado de los mayores, depositando en la juventud la fe para la continuidad de la lucha autónoma por la tierra y por el territorio; por el cuerpo y por la vida.

En el ensayo **Hija, di lo que ves. Soplo ancestral y escrita femenina afro-brasileña**, Danielle de Luna e Silva trata de las temporalidades de escrita de las mujeres negras en la condición de novelistas. De *Úrsula*, de Maria Firmina do Reis, a *Um defeito de Cor*, de Ana Maria Gonçalves, el tema recurrente es la esclavitud de mujeres negras, que comparece como telón de fondo, haciendo que haga el desarraigo de las mujeres de sus familias. Así como en el escenario cruel y brutal de nuestras vidas, que se quedó más evidente en el contexto pandémico. En la novela *Um defeito de Cor* hay la reconexión con los lazos ancestrales, al revés de la novela de Maria Firmina, lo cual los lazos

son desechos y el sentimiento de desestructuración del personaje es evidente. En ambas obras se observa que la escrita de mujeres negras es una respuesta a las opresiones y a los borrados históricos, epistemológicos perpetrados por la sociedad brasileña.

Nordeste Maravilla. Recife: Corazón cultural de Brasil, ensayo de la iyalorixá, profesora, investigadora Denise T'Ògún Botelho, ressignifica el año de 2020 de forma delicada y con la forja de Ogum. Para el sentido común televisivo y para la sociedad civil, 2020 se viene denominando como el año de la Covid-19. Denise, en mención al modelo de sociabilidad y trabajo virtual los cuales fuimos sometidas, habla que la tecnología, como un elemento del padre Ogum, le hizo concebir 2020 como el año de la tecnología, no solo del desespero, de las muertes y del descuido político. Ella se refiere al uso de las TICS (Tecnologías de Información y Comunicación) que sigue rellenando nuestras rutinas a través de las lives, clases remotas, reuniones intermedias por plataformas digitales. La reflexión que nuestra autora hace está en la interconexión entre el elogio a la tecnología, por aproximarnos de personas de diferentes lugares y generación, y, al mismo tiempo, o instar de responder el volumen creciente de demandas personales, profesionales, religiosas y políticas durante la pandemia.

El ensayo intitulado **Mi historia és tal vez como la tuya. Vivires de una mujer negra en Brasil del tiempo presente**, de Iraneide Soares da Silva, habla de sus reminiscencias, que cuentan sus huellas de profesora y activista. Hilos de memoria que la constituyen como mujer negra. Trata de la trayectoria de la autora cuando pasa por su inserción y articulación como coordinadora del NEAB, en la institución donde trabaja, y también de sus caminadas por varios lugares para contemplar su formación universitaria. La llegada de la Covid-19 y la convivencia con un ser invisible y letal suspendió la vida ordinaria y el control de la rutina. Pasados los primeros contactos con la realidad de la pandemia y la adhesión a los protocolos recomendados, la autora ha adherido a la campaña *#uespificaemcasa*. A partir de allí, se articuló con otros profesores para realizar acciones por medio virtual, que pasaron a ser el medio de sociabilidad de la mayoría de todas nosotras desde 2020. El texto es una mezcla de sentimientos que pasan por el ámbito de su vida personal, profesional (universidad) y de activista. Todas esas 3 dimensiones se imbrican fuertemente durante el año de 2020, a pesar de los dolores abiertos que han expuestos las





opresiones y las desigualdades raciales y económicas de la población negra, en un escenario empeorado por el descuido del gobierno. Las acciones emprendidas por las organizaciones del movimiento negro una vez más son caminos para la promoción del cuidado, de la política y de la existencia de las poblaciones negras.

Con la audacia de ampliar la identidad de mujer negra potiguar, Stéphanie Campos Paiva Moreira, focaliza la historia de las afro-potiguares en el ensayo intitulado **Mujeres afro-potiguares: Una experiencia de aqilombamento**. Las conversaciones con otras mujeres negras refuerzan la importancia de los espacios de seguridad, como nos enseña Patrícia Hill Collins (2019). La historia del Rio Grande de Norte es marcada por la invención de una identidad local lejos de las poblaciones afro indígenas, ejemplo presentado por una imagen de una mujer flaca, blanca y de pelos largos y lisos, como representación de Iemanjá. En relación al blanqueamiento de Iemanjá, la correspondencia de la imagen con los elementos religiosos del universo afro-brasileño es motivo de actos de intolerancia religiosa. La experiencia afro indígena de la autora es despertada por la aproximación con los movimientos negros. Su narrativa es conducida por la observación: “mujeres negras reconstruye una representación para el RN a partir de sus propias perspectivas e intento alimentarme de esas experiencias para poder visualizar nuevos caminos de comprensión y acción, como mujer, madre, intelectual negra y militante”. Sus conversaciones con mujeres jóvenes negras del mundo del arte traen esa perspectiva de existencia. Es muy presente la idea de quilombo como un espacio seguro.

En el ensayo **Tiempos de atravesar: Yo, mujer negra, me nuevo sin cesar**, Yérsia Souza de Assis cuenta que estuvo en contacto con el legado ancestral que posibilitó a las mujeres negras que levantaran la voz. En el ensayo, la autora partió de su trayectoria escolar, desde la graduación hasta el doctorado, marcada por su interés en comprender los estudios de las relaciones raciales. Luego, pasó por su inserción en grupos de investigación, donde entendió más sobre las relaciones sociales y tuvo contacto con textos de autores y autoras africanas. Hasta que, ya experta de su ascendencia angolana familiar, vio en la universidad la oportunidad de realizar parte de sus estudios doctorales en Angola. Allí, afirmó haber rehecho y resignificado algunos puntos sobre su ascendencia africana y su propia condición de ser afro-brasileña y angolana también. Las travesías narradas, la defensa de su tesis y el fallecimiento de su

abuelo en 2020 fueron los atravesamientos que más exigieron la rebeldía de esa autora.

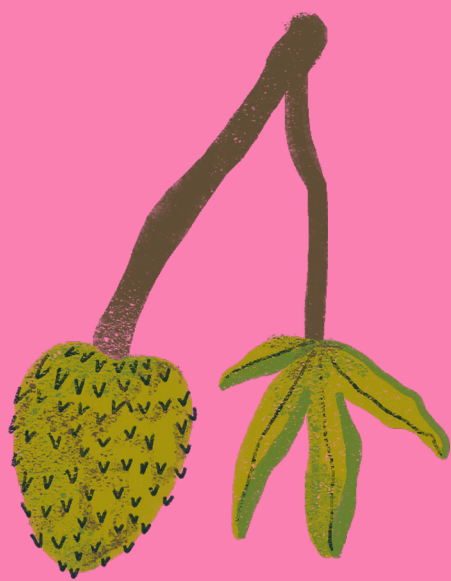
Así, espero que nuestras “nordestinidades”, presentes en las narrativas de cada una de nosotras y a partir de nosotras, logren y enreden como redes de potencialidades de mujeres negras de aquí y de la diáspora. ¡Que estemos siempre atentas y preparadas!

NUBIA REGINA MOREIRA³

Abril de 2021



³ Profesora Titular de la Universidade Estadual de Sudoeste da Bahia (UESB) y Coordinadora del Grupo de Investigación Oju Obirin - Observatorio de Mujeres Negras.



Memoria como lugar de origen

KIKA SENA DO NASCIMENTO



Alagoana con raíces en el Distrito Federal y vive actualmente en Rio Branco, Estado del Acre. Kika Sena es arte-educadora, actriz, escritora, poeta, *performer*, investigadora de la voz y de la palabra en performance. Es ex alumna del Programa de Posgrado en Artes y Ciencias de la Universidade de Brasília. Lanzó, el libro *Periférica*, en 2017, por la Padê Editorial, antecedido por *Marítima*, 2016, publicación independiente. Su publicación más reciente, también de forma independiente, es la zine *Subterrânea*, de 2019. También en 2019, dirigió el espectáculo *Transmitologia* (DF). Actualmente, integra la Coletiva Teatral ES Tetetas, ubicada en Rio Branco.



*La tierra que pisamos es raíz de la memoria,
E donde se encuentra el aire
Debajo de una manguera, de guayabo,
coquero,
Que es donde también se encuentra el agua
Debajo de la tierra.
La raíz es el lugar de donde somos,
De donde sacamos el agua,
Es donde el bebé se queda en la mamá,
Y la mamá se queda toda arraigada
Y llena de leche,
Que nutre y mata la sed.*

KIKA SENA

El camino que recorremos a lo largo de este ensayo se da en el tiempo gasto para que no nos olvidemos de la esencia que funda el cuerpo y la existencia de personas negras, que es la memoria. Me propongo, inicialmente, y a partir de mi lugar en cuanto niña, a un ejercicio de retorno al básico del básico: a mi infancia, que era rellenada de mar, río, laguna y mucho sol alagoano calentando la piel, para de esta manera, posibilitar, a ti que me lees, un ejercicio de retorno al tiempo sagrado. Si, así como yo, tú te sientes confortable para volver a ese lugar en tu cuerpo, no dudes, haz.

A tú que estás leyendo, yo te pregunto: ¿cuál es tu naturalidad? ¿Quién eres tú?

¿Quién soy yo ahora aterrizada? Mucho se construyó durante el período de 15 años que viví en la ciudad de Marechal Deodoro, en Alagoas: ciudad de río, mar y laguna. Mi madre decía que tardé a nacer, y que yo era exigente, engreída y muy lista para su gusto. A ella también le encantaba repetir aquél famoso dicho popular que dice: “una golondrina no hace verano”, en el intento de enseñarme, a los siete años, como hacer filé. Hasta que, a los tirones de oreja, yo aprendí. Al

fin y al cabo, nosotros necesitábamos comer.

Aprendí también que yo necesitaba fijarme en los estudios, porque, caso contrario, dejaría de existir cualquier expectativa de un futuro mejor para ella, mi hermana y yo. Imagina que yo, niña, ya sabía que mi presente no era ningún presente. Imagina la distancia que era correr contra el tiempo, avanzada, evolucionada. Hoy, hablando del presente, sé decir lo porqué que yo proyectaba tanto un futuro en la perspectiva de la ascensión social: yo era una maricona negra, pobre, afeminada y nordestina.

En la falta de agua, mi madre lavaba las ropas sucias en el río, así como las otras madres periféricas: allá iba ella hasta el río empujando un carro manual cargado de ropas sucias. En la vuelta, el carro venía más pesado, nunca nos faltó ropa limpia, pero comida, ocasionalmente, faltó. A veces, lo que mi hermana y yo teníamos para el almuerzo o desayuno era un pedazo de pan.

A pesar de todo eso, como si el sol no hubiera bastado, tenía también mucha correría, juguetes de calle y mucha rodilla rallada. Yo no era una mujer. Yo no era una niña. Yo no era. La sumisión de mi infancia se dio en la anulación de yo misma. Yo era una persona peniana, socializada como niño. Esa socialización no solo suprimió mi espontaneidad sino me dejó vulnerable a los ataques de aquellos que creían que podían invadirme. De algún modo, mi femineidad rota era objetivo de caza, captura y rompimiento del infantil en mí. Aquellos acosos, que duraron por muchos años asociados a esas necesidades, me hicieron querer huir de mi tierra y de yo misma.

Yo he escapado de mi ciudad de Marechal Deodoro a los 15 años, porque yo estaba enamorándome por mi acosador y también porque quería romper con otros ciclos. Por eso, durante mucho tiempo negué mi naturalidad, mi naturaleza, mi origen. Negué una sexualidad disidente, una identidad de género y racial. Durante mucho tiempo yo me puse confundida entre ser un hombre cisgénero, bisexual y pardo o una maricona negra afeminada. Y ha sido solamente con la travestilidad, en cuanto lugar de negritud, que yo entendí el no lugar que ocupé durante la infancia toda y el lugar que ocupo ahora. Fue cuando empecé a reflejar sobre mi lugar de habla en cuanto persona negra periférica en nuestra sociedad.

Quedarse lejos de la tierra que me nutría causó ansiedad, depresión y un sentimiento de autosuficiencia exagerado. Hoy, mi regalo es correr en busca de quién yo soy, volver en el tiempo, a fin de rescatar en la memoria lo que fue matriz de lo que hoy me nordea: la cuna.



De la ciudad natal, las memorias de la infancia, que aún me atraviesan, pasan por el río Mundaú, un lugar de diversión y atrevimiento; por la laguna Manguaba, que antes servía para la pesquería de muchos peces, cangrejos, camarones y como lugar de mucho baño. Y la Praia do Francês, dónde yo tostaba mi piel y entraba en conexión profunda con mi ancestralidad.

Cuando niña ya tenía una fascinación absurda por el mar. No era miedo, era querencia. Hoy, más madura, percibo que el mar era el lugar de la memoria. No ha sido en vano que las personas negras que vinieron parar aquí, las que sobrevivieron, fueron traídas por el mar. No ha sido en vano también que el mar es considerado el mayor cementerio de personas negras desde la invasión.

Cuando pienso en lugar de origen de las personas negras nordestinas, acceso el mar. El mar no es el puente, es el camino recorrido, envuelto de sufrimiento y resistencia. El mar alagoano, específicamente el mar de la Praia do Francês, es ese mi lugar de memoria y resistencia donde busco saber de dónde vine y dónde me encuentro.

Hoy, 27 de noviembre de 2020, escribo de la ciudad de Rio Branco, Estado de Acre. Estoy muy lejos del mar. Todavía no estoy lejos de mi memoria. Todo lo que es raíz escurre a través de los pelos y da miedo. Con el contexto de la actual pandemia, provocada por el virus causador de la Covid-19, vinculado a actual conjuntura política, más personas negras y nordestinas están siendo afectadas. Y da miedo saber que el hambre aumenta. Hay miles de niños con hambre. Y esos niños tiene raza, sexualidad y regionalidad bien definidas. Yo no quiero que mi hijo sufra con el hambre. ¿Tú quieres que tus hijos sufran con el hambre? ¿Cuáles estrategias utilizaremos para la manutención de la vida negra en nuestra región y en nuestro país?

Lo que me relaja y trae esperanza, mismo en medio a la desgracia, es el constante nacimiento de personas negras y la diferencia que ellas pueden hacer cuando consiguen crecer con dignidad. Cuanto más nos multiplicamos, más damos señales de que nuestra historia no acaba en el exterminio de nuestros padres, madres, hermanas, hermanos, hijas e hijos. Mismo en la falta de recursos que posibiliten la llegada de negras y negros en lugares construidos como de poder, aun así, nos atrevemos a nacer. Esos nacimientos, en mi perspectiva, contribuyen para que sigamos aflorando una línea de memorias ancestrales que nos conecta y nos fortalece.

Me gusta pensar que somos personas testarudas y que de la testarudez

empieza la continuación de la historia, puesto que, si no fuera ella, nuestra ancestralidad sería cualquier cosa contada en piel blanca, en papel blanco, pasada en blanco, con fecha de blanco, blanquecida para conmemorar lo inmemorable: la espectacularidad del sufrimiento de la vida de nuestros ancestrales.

Aunque yo no quisiera pensar sobre mi ancestralidad, ella estaría gritando en mis oídos a cada intuición que me atraviesa. Si mi madre, mi abuela y mis tías, que también son mujeres negras y alagoanas, y sus madres, abuelos y tías no estuvieran presentes en mi presente, mismo que en la distancia, ¿lo que sería de mí? ¿Lo que sería de una persona negra sin el tato de su historia?

¿Existe algún grado de sabiduría mayor que la ancestralidad? Grada Kilomba, en una conferencia-performática de nombre *Descolonizando o conhecimento* (2016), problematiza sobre los modos como las sociedades coloniales se estructuran para que favorezcan personas blancas, al pago que se abastecen la noción de conocimiento verdadero, o científico, o epistemológico, a fin de subalternar otras formas de conocimiento. Ella dice:

Algo passível de se tornar conhecimento, torna-se então toda a epistemologia que reflète os interesses políticos específicos de uma sociedade branca colonial e patriarcal. [...] Epistemologia, [...] define não somente como, mas também quem produz conhecimento verdadeiro e em quem acreditamos. [...] Quando eles falam, é científico, quando nós falamos, não é científico. [...] Eles têm fatos, nós opiniões; eles têm conhecimento, nós, experiências (KILOMBA, 2016)

Es con ese desmontaje de la verdad que Grada Kilomba reconoce la potencia de los saberes ancestrales que viven en las voces y en los gestos de personas negras y originarias. En mi perspectiva, al desenmascarar la forma de producirse conocimiento aceptable en la cultura cisgénero blanca y patriarcal, la autora nos invita a escuchar con atención las voces de nuestros ancestrales y nos llama la atención para la captura de los saberes contenidos en la selección de las hierbas para el baño, o para el té, en la creatividad de montar el plato para la cena con mínimo de lo que se tiene, porque niña negra y nordestina de barriga llena es abundancia.

En ese sentido, ¿Por qué no nutrir aún más nuestros niños con nuestras

referencias?

Es en el camino del protagonismo de niños negros, viviendo el presente de sus vidas, que tengo creído. Niños negros siendo niños, sin culpa o el miedo del hambre que sienten, pudiendo disfrutar del ahora, sin reservas. Una niña negra sabida de su ancestralidad, de su lugar de origen, es una bomba atómica en el medio de una guerra, molestando los oídos de quiénes no consiguen recordar de lo que se pasó.

Por fin, y en la intención de destacar la acción del presente en reverberaciones futuras, en la consciencia también de que no existen fórmulas exactas para la educación racial, sexual y de género de niños negros, deseo que consigamos atentarnos a las colocaciones de Grada Kilomba en *Descolonizando o conhecimento* (2016), al referirse a la idea de los saberes dominantes asociada al impacto que sería existir una generación de niños y niñas negras y nordestinas que se atrevan a hablar sobre y vivir sus ancestralidades con seguridad.



INSTITUTO DO BORDADO FILÉ ALAGOAS. **Bordado filé ou renda filé**. Disponível em: <<http://inbordal.org.br/pt-br/bordado-file-ou-renda-file/>>. Acesso em: 27 nov. 2020;

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento**. Desenvolvida pelo Instituto Goethe. 2016. Disponível em: <<http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2020;

MATTOS, Amana. Rocha; CIDADE, Maria Luiza. Rovaris. **Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo**. *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 5, maio-out, 2016, p. 152-153. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>>. Acesso em: 27 nov. 2020;

RIBEIRO, Djamilá. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

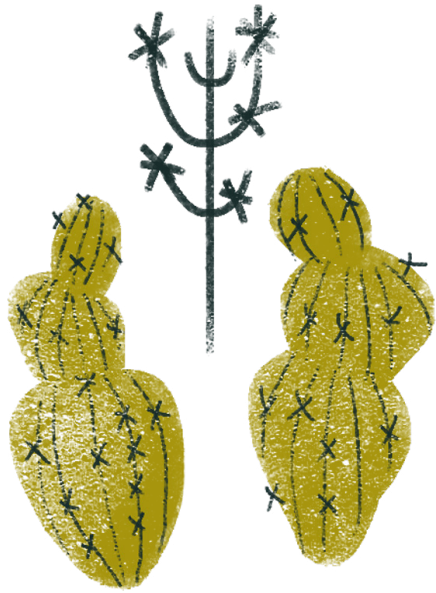
Pandemia de Covid-19:

Entre vidas negras y la muerte

JOANICE CONCEIÇÃO



Profesora de Unilab-CE, es miembro de los colegiados de Antropología y Humanidades; doctora y maestra en Ciencias Sociales y Antropología, respectivamente, por la PUC-SP; graduada en Pedagogía, por la UNEB; coordinadora del AZ NIA — Grupo de Estudios e investigaciones; vice – coordinadora del SEPIR de Unilab; miembro permanente de la Comisión de Acompañamiento de Estudiantes Indígenas y Quilombolas, de la Comisión Permanente de Verificación de Autodeclaración de Negros y Pardos, y de la Comisión de Hetero identificación. Joaquina es autora del libro *Irmandade da boa morte e culto de Babá Egum: masculinidades, feminilidades performances negras*; y organizadora del libro *Masculinidades e Feminilidades como estratégias de poder*. Escribió diversos artículos relativos al género, a la religión, a la educación, al racismo y a las relaciones raciales, entre otros. Tiene interés en las temáticas: antropología de las poblaciones afro-brasileñas; identidades; mujeres negras; rituales; géneros; sexualidades; masculinidades; feminilidades; religiones; quilombo; relaciones raciales; Teoría Queer; y educación.



OI.

Introducción

Muchos artículos tienen representado las desigualdades sociales relacionadas a aspectos económicos, de géneros y raciales frente a la crisis sanitaria causada por la Covid-19. En Brasil, tales desigualdades han sido apuntadas en todos los Estados. De ese modo, los casos que presento nos parecen relevantes, a la medida que los episodios se asientan en el imaginario de una supuesta igualdad, cuando analizada *a priori*. Una de las tres situaciones-problemas ocurre en Ceará, estado que produjo y reproduce la discursividad de la inexistencia de las poblaciones indígenas y negra en su composición (RATTS, 1988; SOUSA, 1996; GIRÃO, 1956). En ese contexto, este ensayo visa examinar los impactos de la pandemia de Covid-19 en la vida de la población negra, por medio del análisis de tres situaciones-problema.

Los datos de la Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada en 2019, revelaron que la población negra en Ceará representa alrededor de 72% de los habitantes; superando los 69,2% identificados en la PNADC de 2012. Todavía, si de un lado los datos de la investigación muestran fuertemente la negritud cearense, del otro, hay grupos favorables a la europeización del Ceará, que presentan estudios con el objetivo

de refutar la presencia negra e indígena.

El 27 de julio de 2020, el periódico *Diário do Nordeste* vehiculaba una matéria, escrita por Nicolás Paulino y Alessandro Torres, intitulada *Origem do Cearense: nórdicos superam índios e negros na genética*. El escrito trataba de una nueva investigación relativa a las poblaciones étnicas del estado. Se trataba de la investigación del mapeo genético, nombrada GPS-DNA Origins Ceará, cuyo análisis fue realizado a partir de la saliva de 160 personas de todas las regiones y etnias. El estudio buscó identificar el porcentaje de cada etnia que tendría dado origen al Estado de Ceará. La conclusión de la investigación apunta una incidencia genética más grande de los nórdicos, más precisamente de los *vikings* del norte europeo. La segunda posición se quedó con los indígenas. La población negra presentó el porcentaje más bajo. Segundo Luís Sérgio Santos, profesor-investigador responsable por el estudio, el bajo índice de negro se debe al hecho del estado haber sido colonizado tardamente, y por cuenta de altos costos con mano de obra esclavizada, inviable para que fuera utilizada en grande cantidad en la época.

Las informaciones de la investigación mencionada pueden iluminar la realidad de muerte de la población negra cearense en vista de la pandemia de Covid-19. De igual modo, nos permite comparar ocurrencias tanto interestadiales, considerando la realidad brasileña, como en países de pasado colonial, como los Estados Unidos, visto que estamos viviendo un proceso pandémico.

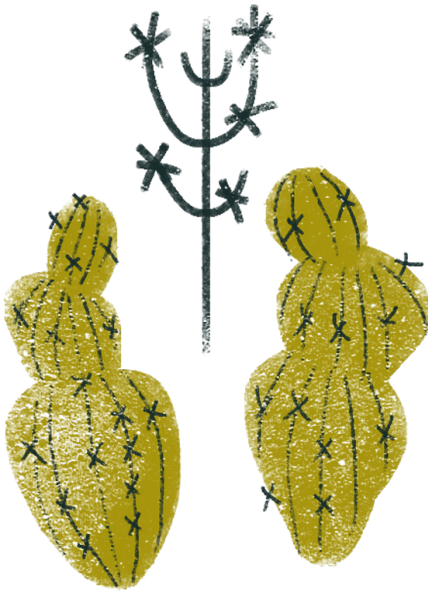
Con el avance de los primeros casos de Covid-19, fue creado un discurso falaz en torno de la enfermedad, era fortalecida la idea de que el nuevo coronavirus era democrático, o sea, todos sufrieron los impactos de igual modo. Las prensas ejecutaban apenas personas ancianas, hipertensas, diabéticas y personas con enfermedades crónicas preexistentes.

El carácter epidemiológico de la enfermedad ha exigido que las autoridades adoptaran medidas sanitarias, entre ellas el aislamiento social, sugiriendo el trabajo desde casa. La creación de tales acciones expuso los males los cuales la población pobre del mundo siempre estuvo sometida. En Brasil, particularmente, las medidas fueron tardías, en virtud del descaso de presidente Jair Bolsonaro, que clasificó la enfermedad como una “gripecita”.

Frente a ese escenario, las medidas adoptadas denotaban que lo que antes era un problema común a todos, en determinado punto, pasó a ser individual, racial, de clase y de género. Eso porque, la proporción que algunas actividades

eran consideradas esenciales, a ejemplo de los trabajos domésticos, se exponían también las vulnerabilidades; luego, si los funcionarios de ese sector decidieran quedarse en casa, tendrían que asumir con el cargo.

Vale la pena destacar que los datos relativos a la Covid-19 no eran separados considerando el criterio color/raza. La cuestión solo fue resuelta debido a las presiones de entidades, especialmente de la *Coalizão Negra por Direito*, que solicitó al Ministerio de la Salud y a las secretarías de salud de todos los estados que los resultados divulgados trajeron informaciones relativas al color, a los géneros, a la región, dentro otros aspectos.



02.

La realidad desnuda y cruda

La pandemia de Covid-19 hizo surgir diversos análisis geopolíticos acerca de la enfermedad. Las apreciaciones sobre la evolución de la enfermedad traían datos principalmente relativos a los óbitos, a los enfermos, a las restricciones de circulación y al aislamiento social; todo ello añadido de incertidumbres de orden económica, social y subjetiva. Conforme revelado, el mundo no era una masa homogénea y había fisuras que mostraban las diversas formas de vivir la pandemia, obligando muchos que elijan entre dos tipos de muerte: por la exposición al coronavirus o por la falta de recursos mínimos para la manutención de la vida.

Nesse contexto, a determinação social dos processos saúde-doença ancora-se na ideia de que os “padrões estruturais de produção e reprodução de dominação, exploração e

marginalização das sociedades concretas moldam os modos de vida e se expressam nos processos saúde-doença. [...] aponta ainda sua perspectiva emancipadora, expondo que, mais do que a saúde, o que se está evidenciando é a “determinação social da vida, são as determinações sociais que implicam os modos de viver das pessoas e, por consequência, os processos saúde-doença (PITOMBEIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 1703)

Como presenta la cita arriba, cada vez más las gravedades de la concentración de riquezas han provocado la marginalización de grupos. El advenimiento de la pandemia de Covid-19 hace con que el mito de la democracia racial en Brasil fuera más visiblemente reeditado, en la medida que se forjó el discurso de igualdad, o sea, de que la enfermedad atingiría indistintamente. Para Guimarães (2006, p.269), el mito de la democracia racial en Brasil “funciona como una creencia, una verdadera realidad, una orden. Así, se vuelve difícil arrancar del brasileño la confesión de que él es racista”. Por lo tanto, estamos delante de una idea falsa, pues hay un alineamiento entre el mito, el discurso propagado y la realidad vivida por grupos vulnerables.

Todavía, sabemos que en todos los campos la población negra es la más atingida, en los aspectos económicos o en lo que se refiere a las cuestiones relacionadas a la salud. De esta manera, el mito de la democracia racial puede incluso camuflar la realidad a partir de la construcción de “tarjetas postales”, sin embargo, no disfraza las heridas expuestas presentes en las franjas de las ciudades. La situación se queda aún más evidente cuando se observa las largas filas en busca de empleo, las clínicas y hospitales llenos, cuyas sillas y suelos sirven de camas para aquellos y aquellas que necesitan del sistema público de salud, como informó un profesional de salud en unas de las entrevistas para la investigación. Así, el discurso de igualdad en relación a la pandemia de 2020 no se sostenía, al paso que las disparidades emergen en consecuencia del avance del nuevo coronavirus.

Inicialmente, había disputa por mascarillas, alcohol en gel, camas en clínicas y hospitales, como también por respiradores. Tales ítems eran garantizados para quien poseyera más poder económico para pagar los altos precios de los productos, visto que algunos de ellos tuvieron aumento de hasta 300%, como el alcohol en gel, exponiendo así, las colonialidades existentes en

el mundo contemporáneo.

En esa coyuntura, paso entonces a presentar tres situaciones-problemas ocurridas en el contexto de la pandemia de Covid-19.

Situación 1: Antônia Mara, mujer negra, soltera, profesora, 55 años, residente en la ciudad de Fortaleza, Ceará. Desde el surgimiento de la Covid-19, pasó a tener exceso de cuidados para que no fuera infectada por el virus, por poseer enfermedades pre existentes y pertenecer al grupo de riesgo. Antônia reveló, en entrevista realizada por medio del *Google Meet*, que desde las primeras semanas pasó a imaginar y registrar en su diario algunas informaciones sobre la enfermedad y las sospechas acerca del atendimento que le sería dispensado caso contrajera el coronavirus.

Se sumaba a las preocupaciones el hecho de ella residir en una ciudad extremadamente racista, la cual una parte significativa cree en la existencia de negros y negras, y también de indígena. Antônia se siente asfixiada no solo por el aislamiento, sino que su supuesta muerte causada por el racismo. (Marzo de 2020)

Situación 2: Miguel Otávio, niño negro, 5 años, residente en Recife, Pernambuco (PE). Su asesinato ocurrió el día 2 de junio de 2020 en cuanto Mirthes Renata, su madre, mujer negra, empleada doméstica, paseaba con el perro de Sari Corte Real, por su vez, mujer del alcalde de la ciudad de Tamandaré (PE), para quien Mirthes trabajaba. En la ocasión, Mirthes había dejado Miguel bajo los cuidados de Sari. El niño fue dejado solo en el ascensor, Sari apretó el botón que lo llevó hasta el 9º andar, dónde existía una grieta a 35 metros del terreo. Miguel partió al encuentro de su mamá... Sari pagó la fianza en el valor de 20 mil reales y aguarda el proceso en libertad, mismo siendo criminalizada, hasta el momento, solamente, por abandono de incapaz. (Junio de 2020).

Situación 3: George Floyd, hombre negro, 46 años, vivía en la ciudad de Minneapolis, Estados Unidos. Él fue asesinado el día 25 de mayo de 2020, por Derek Chauvin, policía blanco, luego después de un abordaje, bajo la supuesta justificativa de que Floyd intentó cambiar un billete falso de 20 dólares en una tienda. El asesinato fue grabado por

medio de cámaras de celulares de transeúntes y ampliamente divulgado en las redes sociales. La muerte fue causada por asfixia cuando el agente del estado, Derek, se arrodilló en el cuello de la víctima, manteniéndose indiferente a las alarmas de él, y de populares, de que no conseguía respirar. El ocurrido causó grandes protestas antirracistas en diversas partes del mundo. El policía fue preso y el caso sigue siendo investigado. (Mayo de 2020)

2.1 Reflexiones sobre la colonialidad cotidianas

Frente la discusión arriba, las tres situaciones-problema presentadas se convierten interesantes para el análisis, considerando que los casos tienen intersecciones con la salud (pandemia), raza, clase y género. Hasta un determinando lugar, todos se añaden a uno, dos o en todos esos marcadores.

En el que toca el color, diré que ese es el primer código leído frente la diferencia material que pueda existir entre sus cuerpos. La violencia puede ser aplicada solamente por la visualidad de la prevalencia de su pretitud, la cual, de cierto modo, pueden ser leídas las desigualdades sociales, las cuales las cuestiones raciales se anclan fuertemente. No es sin motivo que el mito de la democracia racial se alinea a la pandemia con el objetivo de asegurar que la población negra permanezca en la condición de dominada; para que no haya movilidad entre las clases, ocultando la realidad. De esa manera, es posible que haya tratamiento diferenciado para la población negra, una vez que la falacia de la armonía racial en Brasil hace desvanecer tensiones y conflictos que puedan aparecer (HASENBALG, 2005).

Cuando se trata de la pandemia de Covid-19, tal vez la negación de ella sea una de las razones que llevaron las principales agencias de salud, incluyendo el Ministerio de la Salud, bajo el orden del Presidente de la Republica, que no se tomen las medidas sanitarias y socioeconómicas para mitigar la propagación del virus. Por eso, conviene dedicar atención a las situaciones-problema individualizando los análisis.

El caso de Antônia Mara posee conexión con la pandemia de Covid-19 porque ella vive sola y depende de otras personas para que los alimentos lleguen hasta su casa, una vez que ella está inserida en el grupo de riesgo, por poseer enfermedades pre existentes. Aunque poseyera empleo fijo y no estuviera

entre los económicamente vulnerables, ella se sentía acechada por los horrores de muertes, porque los datos de la Secretaría de Salud del Estado de Ceará señalaban para una realidad alarmante cuando se referían a las muertes entre negros y pardos. Segundo la noticia vehiculada al periódico Brasil de Fato, del día 15 de octubre de 2020, los casos confirmados de Covid-19 en Ceará llegan cerca de 64,9% entre la población negra. El estado ocupaba la 5º posición en el ranking nacional, con un total de 243.106 casos y 9.056 óbitos, colectados.

Los datos supra mencionados hablan por sí y justifican el miedo de la profesora, que en su diario contaba las muertes divulgadas. Por consiguiente, ella sentía como si la muerte estuviera cerca, percibía el disolver de las vidas negras entre las manos de aquellas y de aquellos que deberían protegerlas. Antônia Mara aún contó que escribió en su diario lo cuanto era inútil cualquier recurso material para mantener su vida, delante de la necesidad del respirador, cuya decisión de uso estaba bajo la tutela de otros. Y, solo de imaginar, fue tomada por la ansiedad, insomnio; tuvo, de hecho, dificultad para respirar algunas veces. Delante de un Estado racista que niega la existencia de poblaciones negras e indígenas, le aterrizzaba la idea de que pudieran hacer distinción, clasificando su cuerpo como apto para morir. Experimentaba, casi que, en la práctica, la efectucción de la necro política, tan bien teorizada por Achille Mbembe (2018). Es como si la pandemia trajera el período oficial de la esclavitud, en lo cual, entre otras cosas, quitaban las vidas negras de cualquier humanidad.

A ideia de diferenciação entre o “corpo” e o “não corpo” na experiência humana é virtualmente universal à história da humanidade, comum a todas as “culturas” ou “civilizações” historicamente conhecidas. Mas é também comum a todas – até o aparecimento do eurocentrismo – a permanente copresença dos dois elementos como duas dimensões não separáveis do ser humano, em qualquer aspecto, instância ou comportamento (QUIJANO, 2005, p.128)

Aunque la profesora aparentemente no tuviera ni Sari tampoco el policía para efectuar su muerte, una supuesta infección por el nuevo coronavirus podría convertirla víctima del proyecto genocida que fue orquestado en contra la población negra (NASCIMENTO, 2016), visto que los cuerpos negros parecen

cargar la pretitud como una inscripción que autoriza el Estado y representantes de él a rechazarlos o matarlos delante de la blancura de otro (FANON, 2008). En el caso de la Covid-19, un profesional cuya mente fue configurada por las ideologías racistas, aportadas en los estereotipos negativos, podría, entonces, decidir por la vida o por la muerte del paciente.

Uma relação desigual é estabelecida ao mesmo em que é afirmada a desigualdade do poder sobre a vida. Esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade do senhor. Dado que a vida do escravo é como uma “coisa”, possuída por outra pessoa, sua existência é a figura perfeita de uma sombra personificada (MBEMBE, 2018, 29-30).

El trecho arriba destacado trata de un cuerpo en el periodo esclavista, pero, parece que el autor está hablando de la actualidad, una vez que la colonialidad actualiza y pone en práctica el pensamiento producido en el Periodo Colonial. Así, las sospechas de la profesora Antônia Mara poseen fundamentos venidos de los horrores de aquella época.

La segunda situación, que trata del asesinato del niño Miguel, expone la precarización del trabajo, sobre todo en lo que corresponde a los pedidos hechos para que la población se quede en casa, que haga el trabajo remoto. A final, es necesario analizar para cuales grupos esa posibilidad es viable. Tal como un día después la “liberación”, cuando grande parte de la población negra alrededor del mundo no poseía las condiciones esenciales para vivir; sufría los efectos de las colonialidades, y, por consecuencia, se vio sometida a las precarias condiciones de trabajo.

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento

de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das raças inferiores pelo mesmo trabalho dos brancos, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial (QUIJANO, 2005, p. 120)

La pandemia del año de 2020 llegó para mostrar situaciones tantas veces tiradas para debajo de la alfombra. Las desigualdades exponen las dificultades de quien tiene que elegir entre quedarse en casa con hambre, sin luz y gas o aventurarse en el colectivo lleno, en la línea de frente de clínicas y hospitales, en las tareas de las casas y en las cocinas de otros lugares. Esa parte de la población posee una marca; esa población es negra, en su mayoría femenina, como apunta la Fundación Oswaldo Cruz (COFEN/FUNDACIÓN OSWALDO CRUZ, 2020).

Mirthes, madre de Miguel, con el cierre de las guarderías públicas, no tenía con quien dejar su hijo, siendo obligada a llevarlo para su trabajo, exponiendo a sí y a su hijo a la contaminación por el virus. Esa madre negra no podía quedarse en casa, como recomendaba la Vigilancia Sanitaria. Así como grande parte de los negros y negras Mirthes trasgredía la ley vigente para sobrevivir.

En cuanto al hecho de Mirthes ser mujer, ella no pudo contar con la empatía de Sari, que, por su vez, no aprendió con las mujeres y hombres africanos que el cuidado dedicado al niño es obligación de todas y todos. Al revés, Sari, la patrona, no solo no se dispuso a cuidar del niño, sino que creó la situación para que la muerte de él ocurriera. De Miguel, así como de tantos niños negros, le fue sacado el status de niño, en la medida en que Sari atribuyó a él la responsabilidad de gestar la propia vida, a los 5 años de edad, después de ella apretar el botón del ascensor para el 9º andar, donde había un área de protección. Lo dejó por su propia cuenta, responsabilizándolo por los eventuales riesgos, lo que de hecho culminó su muerte.

Mirthes no puedo atender al llamado de su hijo ante el orden de la patrona de llevar el perro de la familia para el paseo matinal. Si en el periodo

oficial de esclavización la mamá negra no podía dispensar los cuidados a sus hijos igualmente negros, en detrimento del hijo blanco de las sinhás, hoy, además de los hijos ajenos, las trabajadoras domésticas, mayoritariamente negras, tienen que dedicar atención al perro de las patronas, en su mayoría blancas.

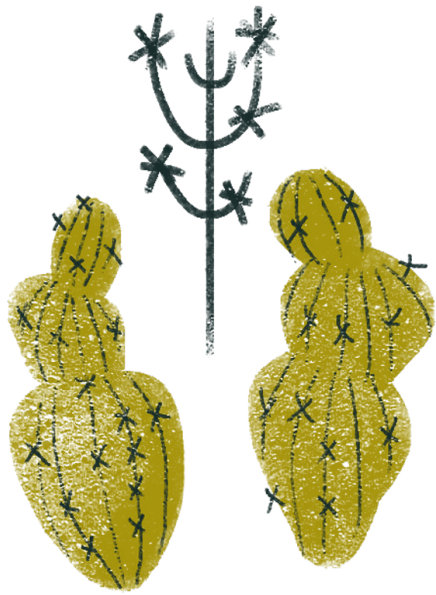
Además de eso, Mirthes no tuvo tiempo de vivir el luto por su único hijo, necesitó cubrirse de fuerza para desestabilizar el mundo colonial de Sari, si bien ella (Sari), inicialmente, había sido beneficiada por el sistema oligárquico de la justicia. Mirthes tuvo, entonces, que evocar sus ancestrales para crear tácticas contra los dominadores, afirmándose políticamente en busca de justicia y derechos, echando los pies en los pasos que anteriormente fueron dados (WERNECK, 2000). Como efecto, Mirthes tiene movilizado personas en todo Brasil, y también en el exterior, que se juntaron no solo contra Sari, pero contra el mundo colonial maniqueísta por ella representado (FANON, 2005).

La tercera y última situación es la cuestión de George Floyd, que entra en la discusión no solo por haber sido más una persona negra asesinada por las fuerzas del Estado, sino por las semejanzas subjetivas que involucran los dos primeros casos. El tema de Floyd es emblemático, pues se trataba solamente de la sospecha de él intentar cambiar un billete falso de 20 dólares. Aunque estuviera totalmente inmovilizado, Derek Chayin — el policía blanco —, decidió que aquella vida no haría falta a la población. Es posible que él creyera que estaba promoviendo la eliminación de un problema para la sociedad estadounidense. Tales creencias del policía pueden haber sido basadas en la banalización de las muertes referentes a las personas negras. De ese modo, Derek asfixió Floyd, apretando su cuello hasta que el cuerpo negro consumiera la última gota de aire, sin, no obstante, conmoverse con las suplicas de la víctima y, por fin, sin considerar el pedido de ayuda de aquél que le diera la vida.

Derek representa el colono y cree que el indígena (o de fuera) “es impermeable a la ética, ausencia de valores y también negación de valores. Él es, osemos decir, el enemigo de los valores” (FANON, 2005, p. 58). La situación de G. Floyd somatizada a las otras situaciones citadas revela la jerarquización racializada en escala global, perpetrada, sobre todo, en los países de cariz colonial.

Siendo así, los casos supra mencionados muestran las diferentes desigualdades vividas por la población negra en el mundo. Aunque el tercer caso tenga ocurrido en un país con una de las más grandes economías del mundo,

vemos que las opresiones sufridas están basadas en el color. Eso refleja que las colonias acabaron, todavía, las colonialidades se convirtieron estructurantes en las apariencias de las reparticiones públicas, en lugar de poder, de la decisión, tantas veces disfrazadas por los proyectos de cariz democrática.



03.

Consideraciones Finales

En este ensayo, busqué reflexionar sobre las caras de las opresiones y del racismo delante del fenómeno de la pandemia de Covid-19, centrando en la victimización de la población negra, sea por el impacto de las desigualdades socio raciales, que quita derechos vitales a la manutención de la vida, sea por la forma como la legislación es aplicada para determinados grupos de individuos, por tener su existencia configurada en un imaginario estereotipado de la blanquitud.

El análisis de las situaciones abordadas evidencia los efectos de la pandemia para mujeres y hombres negros, en lo que concierne las muertes simbólicas y materiales, provocadas por la deshumanización racializada de su existir, principalmente de sus cuerpos. Este proceso atesta el poder institucional que convierte los cuerpos negros susceptibles a los maltratos, al encarcelamiento, al epistemicidio, en fin, a las muertes material, cultural y simbólica (GROSGOUEL, 2016).

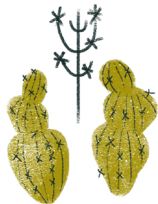
Entretanto, para deshacer y parar el proyecto de exterminio en curso es necesario comprender los mecanismos utilizados por los colonos, hoy representados por quiénes detienen el poder para asfixiar, de diversas maneras,

los dominados (mujeres y hombres negros, favelados e indígenas, LGBTQ+). Siendo así, creo que la efectividad de propuestas contra hegemonías, que vienen de coaliciones, de asociaciones, de terreros de candomble y umbanda, haga la revolución, haciendo percibir que la población negra vive; como fue visto en las protestas antirracistas, las cuales se reclamaban justicia por los asesinatos de Floyd y Miguel. Es necesario volver nuestra atención para el continente africano, para aprender, aprender y reaprender el valor del asociativismo, del cooperativismo negro, que apunta para nuevas gramáticas, puesto que fue de esa forma que llegamos a algunos espacios de poder jamás imaginados y emprendiendo importantes logros.

Pese a la pandemia de Covid-19, es necesario hacer resonar el protagonismo exitoso de los países africanos, mostrado para el mundo, sin alarde, por medio de la prensa. Aunque el occidente no vea en esos países ningún ejemplo a ser seguido. Es necesario que el resto del mundo reconozca la importancia de la África, para la efectividad de las dichas “nuevas gramáticas”. Por lo que veo, ellas solo tendrán éxito si observan los principios y las concepciones de mundo del continente originario de la humanidad.

La intersección de los casos aquí mencionados está más allá de los hechos materiales. Ella se cubre de vulnerabilidad expuesta en el color negro de la piel, cuyas colonialidades os vuelve inferior, cuerpos marcados por una supuesta impureza que viene de la marginalidad, la hipersexualización de la satanización religiosa. Al fin, sería de esta manera, un cuerpo impuro gestado y nacido de un útero igualmente impuro, sucio. No es necesario una bala, una Sari, tampoco una rodilla de un policía blanco para que el proyecto genocida institucional y oligárquico siga efectivándose; él perdura y se materializa tal como ocurrió con la profesora Antônia Mara (QUIJANO, 2005).

La pandemia de Covid-19 revela la actualización del proyecto de muertes a los negros y negras, carga no solamente el contagio transmitido por el virus, sino por el proyecto colonial. Así como el racismo se dinamiza en cada situación, necesitamos estar atentos, transformándose y poniéndonos en lucha colectivamente a cada orden de las colonialidades dirigidas a las personas negras, ya que las experiencias subjetivas pueden ser compartidas, mismo por quienes no las viven.



AQUINO, Celso. Quase 65% dos casos de coronavírus no Ceará acometem a população negra. **Jornal Brasil de Fato**, Fortaleza, 15 out. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/10/15/quase-65-dos-casos-de-coronavirus-no-ceara-acometem-a-populacao-negra>>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Brasília: IBGE, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Perfil da enfermagem no Brasil**. 2020. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/index.html>>. Acesso em: 20 set. 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

GIRÃO, Raimundo. **A abolição no Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1956.

GROSGOUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, jan.- apr., 2016, p. 25-49. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025>. Acesso em: 20 out. 2020.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Depois da democracia racial. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 269-287, nov. 2006.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFMG, 2005.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018. 11.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

PITOMBEIRA, Delane Felinto; OLIVEIRA, Lucia Conde de. As desigualdades sociais: tensões entre direitos, austeridades e suas implicações na atenção primária. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 5, Rio de Janeiro, maio 2020, p. 1699-1708. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v25n5/en_1413-8123-csc-25-05-1699.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: EDGARDO LANDER (ORG.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p.227-278.

RATTS, Alessandro. **Os povos invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará**. Cadernos Cerus, Dossiê Amazônia, série 2, v. 9, p. 109-127, 1998.

SOUSA, Antônio Vilamarque Carnaúba de. **Da “negrada negada” à negritude fragmentada: o movimento negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995)**. 1996. 191 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

WERNECK, Jurema. **Mulheres Negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**, 2000.

Mujeres Negras:

Tramando resistencias y libertad en Ceará

FRANCISCA MARIA RODRIGUES SENA



Educadora popular, asistente social y con maestría en Políticas Públicas y Sociedad por la Universidade Estadual do Ceará. Actualmente, trabaja como experta en Género y Raza/Etnia, en el Proyecto de Desarrollo Productivo y de Capacidades (Projeto Paulo Freire), desarrollado por la Secretaria de Desarrollo Agrario del Estado de Ceará. Hace parte del GT de Equidad de Género de los proyectos apoyados por el Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA) en Brasil. Desde 2004 integra el Instituto Negra de Ceará (INEGRA), una organización de mujeres negras feminista, antirracista y anticapitalista. Entre 2012 y 2013, vivió en el Norte de Mozambique, actuando en el campo de los derechos de las niñas y de las mujeres y, en 2015, desarrolló trabajos en varias regiones de aquel país en la misma área. Tiene experiencia en el área de Servicio Social, actuando principalmente con los siguientes temas: relaciones de género y patriarcado; racismo; encarcelamiento en masa; políticas públicas; convivencia con el semiárido; y movimientos sociales.

La invitación para escribir un ensayo acerca de la insumisión de las mujeres negras nordestinas me dejó instigada tanto por la potencia del tema, como por la amplia posibilidad de abordarla. Luego de inicio me vino a la memoria Ana. Tía Ana era una vieja mujer negra esclavizada que vivió en el siglo XIX en la hacienda del portugués Francisco Antônio de Carvalho, en Viçosa, en la sierra de Ibiapaba. Era conocida por cuidar de las personas enfermas, pero la Historia registró su existencia, mismo que tímidamente, por liderar una revuelta en 1835 contra la esclavización y la perversidad de “su” señor. Esa revuelta fue tramada y desarrollada a partir de una supuesta obediencia de Tía Ana a los capataces, que ciertamente la subestimaban y no esperaban que ella fuera capaz de mucha elaboración.

Certa noite enquanto eles dormiam no alpendre da casa grande, sob o comando de Ana, a senzala tomou de assalto à residência, matando todos os que encontraram e ateando fogo à propriedade. Alguns revoltosos fugiram em direção a Pernambuco, levando consigo os bens de valor que encontraram na casa enquanto o grupo de Tia Ana libertava Jerônimo Cabaceira da cadeia do lugarejo (SCHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2000, p. 47)



Escribo este ensayo inspirado en las mujeres que, así como Ana, anónima o públicamente, desafían el orden y, de forma diversa, traman sus resistencias y logran su libertad. Tengo utilizado el término “tramar” para hablar de la trayectoria de las mujeres negras, pues lo considero potente. De acuerdo con el diccionario Michaelis, tramar significa: 1. Pasar la trama por entre los hilos de urdimbre; entretejer, tejer; 2. Maquinar o armar un completo, conspirar.

Pienso que el primero significado es intrínseco a las dinámicas internas de la autoorganización de las mujeres negras, de las tesisuras que hacemos juntas y de las relaciones que establecemos entre nosotras. Percibimos que juntas somos más potentes para conquistar espacios, ennegrecerlos y abrir caminos para otras niñas y mujeres negras. Cada vez más, hemos llevado para esos espacios referencias negras afro centradas y alterado sus dinámicas y metodologías de actuación. Esas experiencias representan conquistas por nosotras celebradas, llenas de divergencias y tensiones, principalmente cuando la blanquitud se siente amenazada por nuestra presencia y por nuestro desempeño, que contrarrestan sus visiones preconcebidas sexista y racistas sobre nosotras.

En relación al segundo significado, tenemos tramado colectivamente e individualmente esfuerzos de resistencia a las opresiones cotidianas. Tenemos fuerza, conocimiento y experiencia para tramar en los senderos, en silencio, en las encrucijadas y en los terreros, la conquista de nuestros derechos y libertades. Así como Ana, de forma perspicaz, tenemos trazado estrategias para identificar y disuadir los enemigos, eligiendo a veces silenciar, hablar manso, simular obediencia en cuanto la blanquitud nos subestima, con nuestras “pareceiras” (amigas), vamos (re) creando la vida, logrando nuevos espacios y aprendiendo una con las otras.

Nosotras mujeres negras representamos cerca de 25% del pueblo brasileño, representando parte significativa. Los negros y las negras del país representan 54% de la población del Brasil. En Ceará, de acuerdo con el Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), más de 70% de la población se auto declara negra o parda. A pesar de eso, se mantiene en vigor un discurso de negación de la existencia de los pueblos negros, así como ocurre con indígenas. Para perpetuar el racismo estructural, a lo largo de la historia, la élite se empeñó y se empeña en invisibilizar y emblanquecer la población negra, usando mecanismos que garantizan su ritualización. La investigación *GPS-DNA Origins Ceará*, divulgada en julio de 2020, llegó a la engañosa conclusión de que

el origen del pueblo cearense es nórdico, del norte de Europa. Los resultados de la investigación causaron espanto e indignación en expertos y militantes de la cuestión étnico- racial.

Cuando se usa un referencial genético para hablar de raza, la investigación nos lleva al racismo científico gestado entre el siglo XVII y el inicio del siglo XX y reafirma cuanto la ciencia no es neutra. Para la antropóloga Izabel Accioly (2020), esa investigación nos da un ejemplo de:

Como a elite branca cearense busca a distinção, como na emblemática cena de Bacurau (2019), busca se diferenciar do que realmente é. A elite branca continua utilizando a ciência como uma ferramenta racista para silenciar e apagar populações racializadas no Estado, mas nós, negras e negros cearenses, estamos atentas e atentos.

Es con esa atención que escribimos este ensayo, en el mismo suelo donde el estudio fue realizado. Hechos como la referida investigación y su repercusión se vuelven aún más importante las iniciativas como esta publicación, para que nuestras voces disonantes sean sistematizadas y publicitadas. Considerando los contextos del campo, de la ciudad y de la zona costera de Ceará, seguiremos reflejando sobre ser mujer negra, en cuanto sujetos históricos plurales, y acerca de sus territorios, como espacio de vivencia y de expresión de opresiones, de saberes, de resistencias y de (re) creación de la vida.

El territorio primero: Mi Cuerpo!

El territorio primero de las mujeres negras es el cuerpo. El cuerpo, muchas veces reducido a la apariencia física y biológica, es resultado de una construcción social que se establece a partir de las relaciones sociales de un determinado contexto histórico. Para la argentina negra Laura López, nuestro cuerpo se “vuelve visible como objeto de múltiples opresiones y el centro de las disputas políticas” (LOPEZ, 2015, p. 317). Ora, si vivimos en un país estructuralmente racista, capitalista, patriarcal y LGBTfobico, la construcción de los cuerpos es definida desigualmente a partir de la interrelación de esos pilares. En líneas generales, nuestro cuerpo es construido en un contexto

predominantemente colonial y neocolonial, generando el cuerpo colonial, como así denominó Frantz Fanon (2008).

La construcción del cuerpo colonial se da a partir de estereotipos reproducidos por una ideología que construye inconsistentes argumentos de que somos inferiores. ¿Cuántos de nosotros ya experimentamos el rechazo y depreciación por tener el color negro o los cabellos rizados? ¿Cuántas veces fuimos sometidas a reproducir esa ideología y buscar inconscientemente clarear la piel, estirar los cabellos y encuadrarse en el padrón estético para evitar sufrimiento? En algunos momentos experimentamos en nuestro cuerpo los efectos de la cultura del blanqueamiento, perpetuada por las personas y por la mayoría de las instituciones públicas y privadas de este país.

Si nuestros cuerpos son y se expresan fuera de los estereotipos binarios de género y de las orientaciones sexuales que divergen del padrón heteronormativo, hay en el imaginario social la anuencia para amenazar, hablar mal, golpear y mater las personas que osan ser quienes son, en su diversidad. Buena parte de esa violencia es practicada en nombre de Dios, en un país predominantemente cristiano.

Esa violencia racista genera en nosotros un proceso de alienación de nuestro propio cuerpo, como, por ejemplo, cuando fuimos transformadas en mercadorías y el colonizador nos violó, haciendo echar la sangre que mancha indeleble la historia de ese país, dando origen al pueblo brasileño. Aún hoy, mujeres negras son las mayores víctimas de la violencia sexual.

Pero ese mismo cuerpo colonial trae en sí su dimensión ancestral. El significado del cuerpo ancestral es autoconsciente, resiste a esas opresiones y tiene capacidad de desestabilizar y generar rupturas históricas en las estructuras de poder. El cuerpo ancestral tiene orígenes en las visiones cosmos africanas, que lo considera en su integralidad, extrapolarando las concepciones negativas y limitadoras construidas por la perspectiva occidental sobre él. Para Cristian Sales “el cuerpo es importante fuente de saber ancestral: es el lugar de transmisión de conocimientos, de registro de experiencias humanas individuales y colectivas” (SALES, 2021, p. 93)

Mujeres negras del campo, de la ciudad y de la zona costera tienen vivenciado la dimensión sagrada del cuerpo a partir de lo que heredaron y aprendieron de nuestros ancestrales. Aquellas que no perdieron el vínculo con la naturaleza, que saben leer sus señales, sus ensañamientos y que saben usar

su energía, buscando garantizar el repase de los saberes para las más jóvenes.

Comprender el cuerpo negro como ancestral y moverse en el mundo a partir de ese eje nos fortalece, pero también representa una insumisión a la blanquitud patriarcal y una ruptura con lo que impusieron a nuestros cuerpos.

Transformamos o nosso corpo negro em um palco de “contestações estratégicas”, de lutas e da afirmação estética negra. Nele, produzimos as contraimagens e as contranarrativas que almejamos inscrever: silenciadas, apagadas, ocultadas e “esquecidas” pela historiografia no Brasil. (HALL, 2003 apud SALES, 2012, p. 94).

Creo libertadora la perspectiva de transformar “nuestro cuerpo negro en un palco de contestaciones estratégicas”. En esa concepción, cada vez más las mujeres negras trans y cisgénero tienen afirmado: “*mi cuerpo, mi territorio*” y, de forma crítica y autoconsciente, expresado para el mundo aspectos afirmativos históricamente negados y sublimados a los cuerpos negros como belleza, placer, sabiduría, cura, rebeldía, alegría, fuerza, libertad y autocuidado. De esa forma, es creciente el número de mujeres negras que han rechazado ideas, prácticas y relaciones con personas que violen nuestros cuerpos. Aunque eso no nos haga dejar de sufrir las opresiones cotidianas, tenemos experimentado la sororidad y la dororidad entre nosotros y reaccionado colectivamente para acoger las manas y, juntas, hacer enfrentamiento a las violaciones de derechos.

La autoconsciencia de potencia de ese territorio primero, el cuerpo femenino negro, amplía las bases del ejercicio de poder de las mujeres negras para enfrentar las injustas correlaciones de fuerzas a ellas inherentes y que valgan sus derechos. Parte significativa de esas conquistas fue construida a partir de la autoorganización de las mujeres negras del campo, de la ciudad y de la zona costera en diversos espacios: académicos, culturales, económicos, de la comunicación, de la salud, de la religiosidad, de los movimientos de mujeres y feministas, entre otros. Esa actuación colectiva tiene contribuido para abrir y consolidar caminos y conquistar otros territorios y derechos que favorecen colectivamente las mujeres negras y la población negra en general.

Territorio de vivencias y injusticias

Observando algunas construcciones del censo común sobre el Nordeste del país, identificamos que él es representado como el territorio de las imposibilidades y el espacio de los no sujetos. El máximo que se considera es el lugar que representa las cosas malas: la miseria, el hambre, el analfabetismo, la falta de agua, el bajo nivel de conocimiento etc. Esa visión reduccionista y negativista de la región “por supuesto sin soluciones, significó un grande enriquecimiento de las élites regionales a partir del acceso a recursos públicos y de la realización de obras inadecuadas entre sus tierras, valorizando sus propiedades” (SENA, p.71)

Esa idea de Nordeste es una creación histórica, una invención humana resultante del embate entre los seguimientos de la élite brasileña a partir de la década de 1920. Estados como Alagoas y Ceará, hasta el momento expresivos políticamente y económicamente en el Período Colonial y en parte del Imperio, entran en declinación en la medida que hay un desplazamiento de poder para São Paulo y Minas Gerais (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). Élite locales se reúnen para fortalecerse y pasan a crear y difundir el llamado Nordeste impulsado, sobre todo, con la creación de la Inspectoría de obras contra las sequías (1919).

El autor también interpreta que el Nordeste y los nordestinos son una invención de los hombres, una invención del falo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003). El conjunto de imágenes y conceptos estereotipados, materializado en la figura del “cabra da peste” y del “cabra macho”, fue construido considerando el protagonismo de las mujeres y de los pueblos negros e indígenas como amenazas. No es por acaso, Gilberto Freyre y su obra contribuyeron para reforzar la visión homogénea y estereotipada de la región, al mismo tiempo en que generaron las bases para el llamado mito de la democracia racial y para un análisis que también hablaba saudosamente de un supuesto declive del patriarcalismo.

En la actualidad, en ese territorio permanecen injusticias socioambientales asociadas mucho más a la concentración de renta, tierra y agua y a la implementación de políticas públicas sin descontextualizadas, que la escasez de agua. Ese modelo no solo invisibiliza mujeres cis y trans, pueblos negros, indígenas, quilombolas, gitanos etc., sino que profundiza la violación de sus derechos.

Así como el restante del país, vivimos bajo la égida de un gobierno de extrema derecha que tiene implementado una agenda política reaccionaria que viene profundizando el desmontaje del sistema de derechos, cortando recursos destinados a la salud, educación pública y asistencia social del presupuesto público, practicando y estimulando graves crímenes ambientales, apoyando los sectores conservadores y del grande capital: agronegocio, los ruralistas, los empresarios, los banqueros, la grande prensa. Los principales segmentos afectados con esa política son las mujeres negras del campo, de la ciudad y de las zonas costeras.

La pandemia de Covid-19 tiene precarizado la vida de las mujeres negras en varios aspectos tanto para las que consiguen como para aquellas que no pudieron hacer aislamiento social. La gran mayoría de profesionales de cuidado y de salud son mujeres y negras, que se quedaron más expuestas al nuevo coronavirus y sobrecargadas con los cuidados. Además, hubo un aumento del empobrecimiento de las mujeres negras generado por las alteraciones en el mercado de trabajo informal.

Con el aislamiento social, hubo una disminución de la prestación de servicios y de la comercialización de productos, lo que generó una caída en el rendimiento familiar. Las empleadas domésticas, con vínculo formal o informal, se vieron obligadas a permanecer trabajando y cuidando las patronas, que estaban aislados en casa. Sometidas a esa condición fue que empleadas domésticas, la mayoría negras, se enfermaron y murieron de Covid-19. También ocurrió la injusta muerte de Miguel (5 años) en cuanto Mirthes, su madre, paseaba con los perros de los patrones en la ciudad de Recife. Algunas mujeres negras empleadas tuvieron suspensión de sus contratos de trabajo, reducción de sueldo y desempleo.

En ese contexto, las familias encabezadas por mujeres negras entraron o tuvieron un agravamiento de la inseguridad alimentar y nutricional. La pandemia también no ha dado tregua a la violencia contra las niñas y mujeres. En Ceará, en el período de enero a julio de 2020, hubo un aumento de 66% del asesinato de mujeres y de 124% del asesinato de niñas en el estado. Considerando que 66% de las mujeres asesinadas en el país eran negras (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019), esos datos revelan el racismo, el sexismo y el elitismo, una vez que la mayoría de ellas también es pobre.

Para más allá de esos datos, no sabemos los reales impactos que las

mujeres negras del Nordeste vienen teniendo con la acción del desgobierno Bolsonaro tampoco con la pandemia. En cuanto eso, vamos ejercitando nuestras lecturas de mundo y tejiendo nuestras resistencias.

Territórios de Resistencias

Si donde hay opresión hay resistencia, las mujeres negras del Nordeste viven y resisten de forma auto organizada. Esa auto organización refleja la diversidad que somos, así como trae desafíos internos como las divergencias y las tensiones entre nosotros, inherentes a los espacios de poder y al ejercicio democrático. Aunque esa sea una importante cuestión a ser reflexionada, no lo haré aquí, eligiendo por destacar algunos aspectos relevantes de esa caminata.

En la última década identificamos algunos marcos de esa resistencia. En 2012, a partir de un proyecto de iniciativa del Odara – Instituto da Mulher Negra, con el apoyo de la Fundación Ford, Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) y del Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), fue creada la Red de Mujeres Negras del Nordeste. La articulación y movilización de organizaciones de los 9 estados de la región fueron centrales para que la red se estableciera y se consolidara como fuerza política en el contexto de ese territorio.

Desde cuando fue establecido el Día de la Mujer Negra Latino-americana y caribeña, en 1992, varios colectivos y movimientos de mujeres negras pasaron a realizar acciones el día 25 de julio, ganando una mayor fuerza a partir de 2013, con el “*Julho das Pretas*”, también propuesto por el Odara, y que, de allá hacia aquí, favoreció más articulación y visibilidad entre los estados del Nordeste. En Ceará, el Instituto Negra de Ceará, creado en 2003, fue una de las organizaciones que contribuyeron para realizar actividades que favorecieron la incorporación de esta agenda en el estado. Mujeres de Cariri, comprometidas en el colectivo *Pretas Simoa*, creado en 2014 ampliaron ese campo de lucha y visibilidad de las mujeres negras, incluso recuperando la memoria de Tía Simoa.

La Marcha de las Mujeres Negras contra el Racismo, Violencia y por el Bien Vivir, ocurrida en noviembre de 2015, en Brasília – DF, y el Encuentro Nacional de Mujeres Negras, en 2018, en Goiânia, representan marcos históricos en el protagonismo de las mujeres en cuanto sujetos colectivos. La Marcha y el Encuentro fueron potentes principalmente porque no se trataron solamente de eventos, pero fueron procesos participativos que ocurrieron en todo país a lo

largo de los meses, también intensificando la articulación de las mujeres negras del Nordeste. En Ceará, esa construcción contó con el compromiso de mujeres organizadas y de aquellas que hasta el momento no habían participado de ningún colectivo. En ese camino, más mujeres pasaron a asumir su identidad negra y sus cabellos crespos y reflejar sobre sus vivencias ancestrales, opresiones racistas y sexistas. Parte de ellas se añadió a colectivos que ya existían o fundaron nuevos.

Comprendo que esas vivencias generaron un terreno fértil para que en 2019 fuera creada la Red de Mujeres Negras de Ceará. La Red ha reunido nuevas y antiguas militantes y ha favorecido la creación de espacios de valorización y expresión de la cultura negra, como la conocida “*Sexta Preta*”, que tuvo su primera edición en octubre de 2018. Con la Red, hubo un fortalecimiento de luchas y más interacción entre las negras de algunas regiones del estado (Región Metropolitana de Fortaleza, Cariri y Ibiapaba). También ha realizado y contribuido en las luchas antirracistas, de mujeres, feministas, anti prohibicionistas, abolicionistas y por la democracia.

En marzo de 2017, ocurrió en el municipio de Horizonte, Ceará, el 1º Encuentro de Mujeres Quilombolas Coordinadoras de la CONAQ de la Región Nordeste: Tejiendo Caminos y derechos. Ese fue un momento político importante para romper con el silencio y la invisibilidad histórica de los 87 pueblos y comunidades quilombolas que existen en el Estado, evidenciando el protagonismo de las mujeres en esos territorios, que, en 35 de ellos, es muy expresivos; y organizar las luchas de las quilombolas nordestinas.

Llamo la atención las luchas de las mujeres negras que tienen familiares internados en el sistema socioeducativo y en el sistema carcelario. Ellas han cumplido un rol importante para: denunciar el racismo estructural y la violación de los derechos humanos por parte del Estado, que recrudeció en los últimos tres años en Ceará; para el monitoreo de las condiciones de las cárceles, marcadamente malsanas y superpobladas; confrontar el poder público; e incidir en las políticas, en la perspectiva de asegurar los derechos de sus familiares organizados en el Grupo Vozes de Mães e Familiares do Sistema Socioeducativo e Prisional y el recién creado Instituto de Transformação e Reintegração do Ceará – INTRA. Esa lucha lleva teniendo el apoyo de colectivos como la Frente Estadual pelo Desencarceramento e do Instituto Negra do Cearpa – INEGRA.

En los últimos 5 años, la INEGRA, organización de mujeres negras, creada en 2003, sigue desarrollando un trabajo junto a la Rede Nacional de Advogados

populares – RENAP, tuvo el rol incisivo para articular otras organizaciones y presionar el Estado por la libertad de la acusada, así como asegurar soporte jurídico y apoyo político, afectivo y material en cuanto Míriam fue obligada a permanecer en Fortaleza. La acción de esos sujetos sigue contribuyendo para profundizar el debate sobre el racismo estructural, las prisiones selectivas, la criminalización de familiares, el abolicionismo penal y la justicia restaurativa. También tuvo una importancia en las acciones solidarias en el contexto de la pandemia de Covid-19, cuando hubo un agravamiento de las condiciones del aprisionamiento repercutiendo directamente en la vida de las personas encarceladas y de sus familias.

Una de las luchas que tuvo una participación expresiva de las mujeres negras en Nordeste fue el movimiento *Ele Não* durante las elecciones generales de 2018. Si dependiera solamente de esa región, el actual desgobierno federal no tendría sido elegido, pues perdió en los 9 estados.

Por fin, es importante destacar la expresión de las mujeres que hacen parte de colectivos negros mezclados. Destaco aquí también el Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC, fundado en 2001, la Marcha contra o Racismo y el Movimento Negro Unificado, desde 2018 y los históricos Grupo de União e Consciência Negra – GRUCOM y el Movimento Negro Unificado – MNU. Los miembros de esos colectivos han contribuido para ampliar el debate sobre la vivencia y se articulado en luchas específicas de las mujeres negras.

Territórios de (re)creación

Las mujeres negras, en su diversidad, han actuado en varios campos (filosofía, psicología, física, literatura, derecho, medicina, educación, agroecología, salud), construyendo, en la práctica, las bases para proyectos societarios sustentables, diversos y equitativos. Destaco dos aspectos de esas contribuciones: ellas están involucradas en la producción de conocimientos en el campo popular y dentro de la academia, contribuyendo para combatir el epistemicídio y promover la descolonización intelectual.

Cuando usamos referenciales teóricos y epistemologías negras, tenemos profundizado temáticas e interpretado realidades que desmontan los fundamentos populares y científicos históricamente forjados y diseminados por la élite blanca, racista y patriarcal. Esos conocimientos han sido sistematizados y compartidos,

originando libros, cursos y otros. Evalúo que dimos pasos significativos para ennegrecernos esos espacios. En todo país, intelectuales negras siguen ganando visibilidad nacional e internacional, causando rupturas en circuito blanco de la producción del conocimiento. Lo que fue y se produce, no va a retroceder.

Eso crea molestias e incómodos en la blanquitud, incluso en aquella que se dispone a reflejar sobre sus privilegios. También es importante reconocer y denunciar las oportunidades desiguales y más invisibilidad que las mujeres negras del Nordeste vienen enfrentando. En tiempos de internet, por ejemplo, ha sido mucho más favorable viralizar y valorizar contenidos producidos en los territorios del sudeste y del sur del país.

Otro aspecto relevante en el escenario político es la expresión y ampliación de las candidaturas de mujeres negras en el Nordeste. En febrero de 2020, fue realizado el Fórum Nordeste de Mulheres Negras e Poder, en Recife (PE), que tenía como objetivo reflejar sobre las barreras y los desafíos para que ellas ocuparan más espacios y cargos políticos. Esa iniciativa reunió alrededor de 100 mujeres entre aquellas que asumen cargos públicos y/o estaban pre candidatas para el pleito del año de 2020, que elegiría concejales y alcaldes de los 5.570 municipios del país, siendo 1.794 en Nordeste. Juntas, esas mujeres hicieron estrategias de fortalecimiento de sus candidaturas individuales y colectivas.

Entre las candidaturas de mujeres negras en Ceará, tenemos dos colectivas: la Nossa Cara, en Fortaleza, y el Coletivo Sementes, en Crato. Las candidaturas negras populares vienen provocando importantes debates internos dentro de los partidos, ennegreciendo las pautas y profundizando el debate sobre las contradicciones que involucran el apoyo de candidaturas negras y no negras. Pero también vienen trayendo elementos nuevos en relación a la forma, a la estética, a la profundización del debate político y a la proposición de iniciativas que aseguren la ampliación y la garantía de derechos para las clases populares y para el pueblo negro.

Así como Ana, existieron y existen otras mujeres negras del campo, de la ciudad y de la zona costera en Nordeste y, particularmente, en Ceará, insumisas y revolucionarias. Escribí este ensayo haciendo esta memoria y reverenciando Ana, poco visibilizada y reconocida históricamente, aquella que representa tantas otras mujeres negras que osan romper con el orden, causar el desorden,

en una realidad injusta estructurada en el racismo, en el sexismo, en el capitalismo y en la heteronormatividad: Tía Simoa, Beata Maria, Joseli Cordeiro, Lila M. Salu, Alessandra Félix, Labelle, Lídia Rodrigues, Sarah Menezes y tantas otras.

Cierro este ensayo reafirmando la importancia de mantener la llama encendida en nuestro pecho y el asé, que nos mueven, rompiendo las corrientes y rejas simbólicas y materiales que insisten en aprisionarnos, reafirmando nuestro derecho a la libertad, al placer y a la vida digna.



ACCIOLY, Izabel. *A Ciência a serviço da elite branca cearense*. Desenvolvida por Negrê. 31 jul. 2020. Disponível em: <<https://negre.com.br/a-ciencia-a-servico-da-elite-branca-cearense/>> Acesso em: 30 out. 2020.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino: uma invenção do falo - uma história do gênero masculino (Nordeste 1920 1940)*. Maceió: Catavento, 2003.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

LÓPEZ, Laura Cecília. O corpo colonial e as políticas e poéticas da diáspora para compreender as mobilizações afro-latino-americanas. *Revista Horizontes*

Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n. 43, jan.- jun. 2015, p. 301-330.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Filosofia da ancestralidade**: corpo e mito na filosofia da educação brasileira. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

SALES, Cristian Souza de. Pensamentos da mulher negra na diáspora: Escrita do corpo, poesia e História. Sankofa. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, ano V, n. IX, jul. 2012.

SCHUMAHER, Shuma; VITAL BRASIL, Érico. **Dicionário Mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

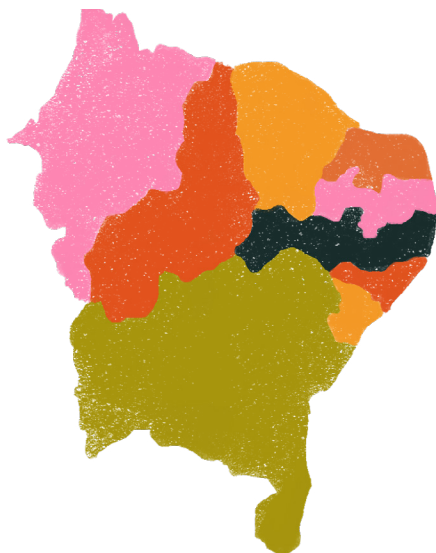
SENA, Francisca Maria Rodrigues. **Convivência com o Semiárido**: o desafio de construir relações igualitárias *In*: Mulheres no semiárido: um olhar feminista. Recife: SOS Corpo, 2010, p. 69-98.

El futuro posible és la construcción de un pasado que garantice el presente

ZICA PIRES



Mujer negra, quilombola del Territorio Quilombola de Santa Rosa dos Pretos, ubicado en el municipio de Itapecuru-Mirim, en el estado de Maranhão, educadora popular y coordinadora del colectivo AAQ (Agentes Agroflorestais Quilombolas).



Estamos en un momento catastrófico e histórico, lo cual la minería, el agronegocio y la implementación de mega emprendimientos vienen actuando con una vertiente centrífuga, visando el pleno dominio global de las relaciones socioeconómicos y culturales. Recursos naturales y humanos son modificados y tirados en una misma lógica loca y devastadora causada por la expansión capitalista sin precedentes. Su lógica interna compulsiva de alastrarse por todos los lugares del planeta, la escala de producción agrícola, mineral e industrial de los países del Sur se alineó a los niveles de las otras partes del globo, basándose en una pasantía de exploración en forma de saque, apropiación y mercantilización de la naturaleza.

La exploración de la naturaleza, o sea, la globalización, que está siempre asociada a un desarrollo geográfico desigual, puede ser observada en todos los medios de acumulación reproducidos por el capital, sin embargo, lo que está siendo destacado aquí es la lógica destructiva del mono cultura de los desiertos verdes. Evalúo las culturas del eucalipto, de maíz, de soya, que parten la idea de expansión, es decir, de un modelo de desarrollo socioeconómico basado en el latifundio y en la pecuaria extensiva, en la deforestación de las matas nativas, para la reforestación con la formación de florestas planteadas para la producción

de carbón vegetal, que alimenta los hornos de las guzeiras, en la mono cultura del eucalipto y de la soya, en la minería y siderurgia.

Vivimos en un tempo lo cual la capacidad exploratoria logró lugares antes nunca imaginables. En Brasil, una gran cantidad de municipios presenta la incidencia de exploración mineral en pequeña, media y larga escala. Son dos mil veinte municipios con incidencia de minería; y apunto aquí solamente la realidad actual.

El escenario es de aniquilación, de reprimización, de acumulación, de retroceso anticidadánico, antinacional, antisocial, antidemocrático, de una sociedad democrática y soberana, y extremadamente estandarizado al estilo del capitalismo mercantil europeo, que se procesa con exterminio de comunidades tradicionales (campesinos, quilombolas, indígenas, quebraderas de coco babaçu, ribereños, pueblos tradicionales).

Hablo del territorio Quilombola de Santa Rosa dos Pretos, ubicado en el municipio de Itapecuru-Mirim, en el estado de Maranhão, un territorio invadido y violentado directamente por la Estrada de Ferro Carajás (EFC), que pertenece a la minería Vale S.A; por el Gobierno Federal, con la duplicación de la rodovía BR-135; y más 5 electroductos de energía, tres de la Eletronorte y dos de la Equatorial. Lo que apunto son acciones globales, masivas, que causan impactos socioambientales y violan los derechos humanos por donde se instalan con un verdugo discurso desarrollista, fundamentado por los capitalistas y sus mega emprendimientos, que se dicen detentores del progreso para el Estado brasileño.

Un discurso que para los territorios violentados no significa progreso, pero un retroceso y de hecho un des-involucramiento, ya que pone lejos cada vez más los seres y aleja sus diferencias, dejando a la vista solamente las semejanzas, o sea, los mono comportamientos de cada sociedad.

Ese des-involucramiento es un colonizador de relaciones y apariencias, que tiene como eje central la globalización de cosas y la monopolización de los seres. Busca, de todo modo, un comportamiento universalizado e igual; e intenta, de esa manera, terminar todas las formas de descolonización y emancipación de los pueblos que se insurgen a ese pensamiento clásico colonizador y construyen bases políticas, principios, autodeterminación y, principalmente, la valorización de sus culturas de su verdadera historia. Con una autoconsciencia de que lo que funciona de hecho no es des-involucramiento, pero el involucramiento, que asemeja, se acerca y unifica todos los pueblos.

En el estado de Maranhão la estructura “modernización”, relacionada a la idea de progreso, se convierte comúnmente en una faceta violenta y represora, buscando contener cualquier tipo de crítica o manifestación contraria a los megaproyectos, que son sus principales representantes. Es en ese contexto que traigo la realidad de Santa Rosa dos Pretos para reflexionar sobre la constitución de sujetos políticos insurgentes, con articulaciones contra las actuales formas de apropiación y mercantilización de los bienes naturales y la acumulación de capital, que afectan y violentan miles de personas, en favor de la extracción de plusvalía, que, en suma, es parte del enriquecimiento de pocos y del empobrecimiento de muchos.

Aquí se hace necesaria una reflexión sobre Santa Rosa dos Pretos y sobre la visión que ese quilombo entiende como verdadero desarrollo, o sea, el involucramiento que él cree ser, no solo un progreso, pero una evolución de seres.

Para una mejor reflexión, traigo esta colocación de mi abuelo, anciano del quilombo Santa Rosa dos Pretos, a fin de evaluar no solo la conducta y ambición de los capitalistas, sino que el respeto con la naturaleza, que nos sostiene y nos permite hacer parte de su totalidad universal; dice él:

Na criação do mundo, a terra era disputada, quando alguém perguntava a Jesus: o que eu faço Senhor para ganhar o reino da glória? Jesus simplesmente disse: venda os seus bens e reparta com os pobres.

O que me levou a lutar foi a necessidade de não aceitar a expulsão, minha e do meu povo da terra tão querida e respeitada por mim, não sair da terra, para mim também foi mais do que um intercâmbio que me levou a reconhecer a terra como a melhor mãe, que dá todos os direitos cabíveis e me acho no direito de lutar porque me sinto parte da terra, muitas pessoas dizem que não lutam e nem brigam pela terra, essas pessoas não têm sentido, a terra tem um grande valor (LIBÂNIO PIRES, 2016).

Lo que no permite al hombre percibir el gran valor que la tierra tiene es el des-involucramiento, la ambición en la forma de expansión, que los ganados se quedan concentrados en las manos de media docena y los daños son distribuidos

a las poblaciones en masa. Frente a eso, el Territorio Quilombola de Santa Rosa dos Pretos es contra esa o cualquier otra forma de des-involucramiento, con todo, no la rechaza totalmente, considerando que del desarrollo se aprovecha el involucramiento. El desarrollo solo se vuelve posible cuando existe involucramiento entre los seres.

El Quilombo se constituye de esta manera, teniendo como base el involucramiento, por lo tanto, el falso progreso y desarrollo propuestos por la globalización mundial no se encaja en la lógica de esa sociedad nativa, que viene en su lugar, sus creencias, sus costumbres, sus religiones, sus creencias en sus resistencias culturales y fuerzas colectivas de la libertad posible solamente por el involucramiento entre sus formas diferentes de actuar. La sociedad quilombo, o sea, los quilombolas son contrarios a esa ideología de desarrollo, pues para ellos el involucrar (unificar) es la forma más digna de resistir y confrontar la lógica destructiva del sistema capitalista, en lo cual son afectados, violentados y forzosamente “incluidos” como moneda de cambio del Estado brasileño.



Territorio quilombola significa la unión de pueblos con historias diferentes y toda una identidad involucrada y compartida, de ese modo, el desarrollo es posible, pues solamente es posible cuando hay participación entre los seres.

La participación del desarrollo no se materializa en la ideología capitalista, mezquino y burguesa, que trae en su formación histórica una visión ambiciosa, de lucrar sobre todo y todos, extrayendo lo máximo de recursos naturales, con los menores costos posibles, a partir de la destrucción de cualquier obstáculo: legislación laboral y ambiental, derechos humanos, sociedades enteras. El capital actúa mediante valores, actitud arrogante y destructiva, acumulación global, desprecio a la legislación laboral y ambiental (brasileña e internacional), numerosas y graves violaciones de derechos humanos, legado irreparable de destrucción ambiental, cultural y social y una extraordinaria sustentabilidad para los lucros y no para las personas. En la participación de las sociedades nativas no vale la duplicación del lucro privado y de los impactos colectivos. Siendo así, escribo sobre lo que me enseña mi madre:



Envolvimento é bem viver, é estar num território livre, com alimentos da nossa agricultura familiar na mesa do povo [...] pena que quase não dá pra pescar, a Vale entupiu o nosso igarapé, e ainda tem os latifundiários que acabaram com as reservas, com os centros de lavoura e babaçuais [...] isso é esse sistema capitalista que nos mata para sustentar esse progresso moderno. Para mim, na realidade, para nós, quilombolas dos Territórios em geral, envolvimento mesmo é a terra livre em primeiro lugar.

En este momento lo cual vivimos, es necesario entender sobre los dolores, las perdidas que la tierra tiene, entender sobre los abusos ininterrumpido, que generan los lucros extraordinarios del capital. Saber descifrar esa coyuntura es tarea imprescindible, revelar a los abusados los miles existentes en el campo, en los territorios quilombolas, en los pueblos y en las ciudades; revelar las contradicciones que afectan sus vidas debido a la desigualdad inusual de los proyectos del capital de la muerte.

Por fin, traigo como forma de aproximación y involucramiento el paso siguiente para un futuro que es posible: la apropiación de las realidades que nos rodean.

El último 14 de abril, nosotros — quilombolas de los municipios de Itapecuru-Mirim y Miranda do Norte, en Maranhão — recibimos, con preocupación, la noticia de que el Gobierno Federal pretendía retomar las obras de duplicación de la rodovía BR-135 en mayo, durante la pandemia del nuevo coronavirus. Las obras fueron suspensas en 2018, después que liderazgos del quilombo Santa Rosa dos Pretos, en Itapecuru-Mirim, denunciaron al Ministerio Público Federal (MPF) y a la Defensoria Pública da União (DPU) las ilegalidades cometidas por el DNIT (Departamento Nacional de Infraestructura de Tránsito) en territorios tradicionales, iniciando las obras sin que nunca nos tengan consultado previamente, como obliga la Convención 169 de la OIT (Organización Internacional del trabajo).

Mismo sin la consulta, el DNIT empezó las obras en los quilombos en 2017, matando árboles centenarios, destruyendo igarapés, dañando nuestras

casas, amenazándonos y humillándonos dentro de nuestros propios territorios, donde estamos desde el siglo 17. La BR-135 rompe los quilombos de diversos municipios maranhenses desde hace 80 años. Retomar la duplicación de la carretera, en el contexto de la pandemia de Covid-19, además reforzar las ilegalidades ya cometidas por el gobierno, significa la manutención de una política de Estado que conocemos por lo menos a tres siglos: la del nuestro genocidio.

Implantar canteros de obras a la puerta de nuestras casas y traer trabajadores de fuera para nuestras comunidades es exponernos a la contaminación y a la muerte. El quilombo Santa Rosa dos Pretos, donde vivo, tiene más de 350 familias (alrededor de dos mil personas) y siquiera no cuenta con una unidad de salud.

En medio a tanta violencia, la buena noticia solo puede venir de un lugar: de nuestras manos negras. Hago parte de una generación de jóvenes del quilombo que bebe directamente de la lucha ancestral de nuestros más viejos por tierra y territorio. Con ellos aprendimos que: ¿si en 520 años los invasores no quisieron respetarnos, por qué ahora respetarían? ¿Si nunca supieron conversar, por qué ahora sabrían? Aprendimos que la lucha que emancipa es la lucha por la autonomía, de nosotros por nosotros y para nosotros. Eso significa decir que no tenemos alianzas fuera de nuestros círculos negros, ni que no exigimos de los gestores del Estado políticas públicas que nos contemplen. El hecho es que la gente no se ilude con la estrategia centenaria y emblanquecida que roba lo que es nuestro para devolvernos a cuentagotas, en cambio de votos. La gente no negocia nuestra vida. La gente la hace nacer del suelo con nuestras manos, como aprendimos con nuestras negras y negros más viejos.

La juventud del quilombo Santa Rosa dos Pretos está organizada en un colectivo llamado AAQ (Agentes Agloflorestais Quilombolas). Buscamos autonomía alimentar, a través de la agro floresta; autonomía de agua, por medio de la recuperación de manantiales y cursos de agua, con el plantío de árboles nativos; autonomía de pensamiento, a través de la implantación de un currículo quilombola autónomo en la escuela de la comunidad.

Así, sobrevivir a la pandemia también ha sido una lucha autónoma; nosotros mismos nos organizamos para orientar los jóvenes y los más viejos sobre el autocuidado y el cuidado colectivo. Buscamos y logramos alianzas con otras partes del país, recibimos recursos, compramos 698 cestas básicas

y estamos distribuyendo a los hermanos y hermanas quilimboas de diversos territorios del municipio, que necesitan de alimento.

Nuestra estrategia es sencilla, pero no es fácil. Sufrimos racismo dentro y fuera del territorio, y hay intentos de apropiación de nuestra lucha autónoma por la política partidaria. Pero no retrocedemos. Nuestros Encantados están con nosotros. Ahora, delante de más este intento de los herederos de la Casa Grande, de que sometan nuestro pueblo al genocidio, empezamos hoy una campaña-manifiesto por nuestra vida y contra la política de muerte del estado brasileño y de sus operadores. Aquí, lectora y lector, aprovecho para pedir su apoyo.

Lo que el Estado necesita hacer por nosotros (quilombolas) durante esta pandemia es parar de intentar matarnos, como hacen ahora, con la posibilidad de retomada de las obras de duplicación de la BR-135. Cuanto, a nosotros, jóvenes de Santa Rosa dos Pretos, seguimos en lucha autónoma por la tierra y por el territorio — nuestro cuerpo y nuestra vida —, donde estamos y somos desde siempre.



Hija, di lo que ves.

Soplo ancestral y escrita femenina afro brasileña

DANIELLE DE LUNA E SILVA



Danielle de Luna e Silva es profesora de Literaturas en Lengua Inglesa en la Universidade Federal de Paraíba. Es doctora en Letras por la misma institución y coordina el proyecto de investigación en Literaturas Afro-diasporicas: escritoras afro-brasileñas y afro-americanas, vuelto hacia la literatura y crítica de mujeres negras en Brasil y en los Estados Unidos.



*Filha, diga o que vê.
Vejo e sinto Iemanjá
Trazendo uma doce esperança no olhar,
Brisa boa se sente no ar*

DADINHO; ALELUIA. 2017.

En 1859, una escritora maranhense concluía su primera novela. Mismo que lo tenga llamado de “mezquino y humilde” y publicado recurriendo a un pseudónimo, Maria Firmina dos Reis tenía orgullo de lo que había producido: *Úrsula*, un texto que la crítica literaria apunta como la primera novela de la Literatura Afro Brasileña (DUARTE, 2005). En el prólogo, Firmina presenta una clara visión de la obra. Describe las muchas voces (masculinas) que la critican, en el intento de disminuirla, y que consideran su trabajo un simple capricho femenino. Sin embargo, tuviera la noción de cómo sería mal recibida, la escritora pidió permiso para dar a fuego su creación:

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale esse romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (REIS, 2018, p.12).




Segundo Muzart (1990, p.69), Maria Firmina empleó un recurso comúnmente utilizado en los prefacios de escritoras ochocentistas: la auto depreciación. Aceptando el “femenino” que les era impuesto y que ellas adoptaban como un medio de sobrevivencia. Todavía, en las entrelíneas, esas artimañas son desenmascaradas y el femenino, hasta entonces escondido, demuestra su presencia.

Se evidencia en el paratexto una alternancia entre la modestia y el orgullo, que es reforzado a lo largo del prólogo y se configura como una de las estrategias o “artimañas” de la escritora. Cuando deprecia a sí misma y a su obra, ella viste, apenas en la superficie, la máscara de la sumisión la que Muzart se refiere. Pero, osa, cuando decide publicar su novela, a pesar de saber que, inevitablemente, sufriría críticas.

No obstante, el carácter precursor de la novela extrapola su innovación temática o de punto de vista, que trae la perspectiva de descendientes de

africanos sobre la esclavitud y la libertad. Maria Firmina es pionera cuando imagina un linaje de otras escritoras que la seguirán. Lanza un llamado que será respondido por generaciones de literatas que la sucederán.

En las últimas líneas del prólogo clama:



Não a desprezeis [Úrsula], antes a amparai nos seus incertos e titubeantes passos para assim dar alento à autora de seus dias, que talvez com essa proteção cultive mais o seu engenho, e venha a produzir coisa melhor, ou, quando menos, sirva esse bom acolhimento de incentivo para outras, que com imaginação mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, tenham mais timidez do que nós. (REIS, 2018, p.12-13, *grifo nosso*)

El fragmento arriba asume especial relevancia si, además del género, consideramos la categoría raza. Me gusta imaginar que, cuando delimito estas líneas, Maria Firmina estuviera proyectando un futuro en lo cual la educación sería ampliamente ofrecida a las mujeres y que esa instrucción posibilitaría que mujeres afrodescendientes, como ella, escribieran, que fueran leídas y acogidas. Previendo los posibles obstáculos, la maranhense nutría la esperanza de que serían superados y que una tradición literaria femenina y negra se establecería.

Casi nueve décadas después, el llamado de Firmina empieza a ser respondido. A ese respeto, Fernanda Miranda (2019, p.35) resalta que de “Úrsula hasta la publicación de la obra de Ana Maria Gonçalves [*Um defeito de Cor*], apenas 11 novelas de autoras negras fueron lanzadas en el país” y, solamente en 1946, surgió la novela *Água funda*, de Ruth Guimarães, la primera a ser publicada después la abolición de la esclavitud.

De acuerdo con la investigadora, si Maria Firmina dos Reis inaugura un linaje de novelistas negras en Brasil, el asentamiento de ese corpus literario ocurre solamente a partir de 2006, con la publicación de *Um defeito de Cor*, de Ana Maria Gonçalves. No me parece fortuito que la respuesta al pedido hecho en 1859 se tenga consolidado a partir de otra novela en la cual la esclavitud es escenario de fondo. En él, una voz femenina y negra rellena más de novecientas páginas con reminiscencias de su trayectoria como esclavizada y después liberta, lo que la llevó a cruzar el Atlántico más de una vez, navegando entre África y el Brasil.

Ciento cuarenta y siete años separan los dos textos. Ambos, con todo, describen realidades muy similares. Susana y Kehinde, personajes de Úrsula y de *Um defeito de cor*, respectivamente, son mujeres arrancadas a la fuerza de su tierra natal y obligadas a dejar atrás la familia, la libertad y también parte de sus historias. Susana es separada de su marido e hija y pasa a tener su trabajo explorado por la familia de la joven. Úrsula, protagonista que da nombre a la obra inaugura la Literatura Afro Brasileña. Como tantas otras mujeres negras en la actualidad, la africana desempeña la función materna en la familia de sus señores, en detrimento de su prole, entre otros servicios.

La descripción del momento en que es capturada, esclavizada, y de su experiencia en un navío negrero que huye de la novela gótica que narra desventuras amorosas de la joven Úrsula. Susana y el joven Túlio, ambos esclavizados, llaman atención para la crueldad de la institución de la esclavitud, al mismo tiempo en que se presentan como un contrapunto al pérfido tío de Úrsula. Túlio y Susana son honrados, íntegros, en cuanto Fernando P., granjero blanco y rico, es odioso y torpe.

Además del compaso moral que Susana ofrece, ella también ajusta la narrativa como una brújula que no apunta hacia el norte, pero para África. Es ella que, orientada por Maria Firmina dos Reis, vuelve la mirada de Túlio y del lector para otro continente, otro tiempo. La voz de Susana se adensa cuando dice:

Liberdade! Liberdade... Ah! Eu a gozei na minha mocidade! – continuou Susana com amargura – Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. [...] E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! *Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar!* Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! [...]

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros





de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Dava-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros *à falta de ar*, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura *asfixiados* e famintos! (REIS, 2018, p.69-71, *grifo nosso*)


Destaco aquí la mención del personaje Susana a la falta de aire y la muerte por asfixia, una vez que considero ambas como imágenes relevantes a la luz de la actual pandemia de Covid-19 y de las protestas mundiales, clamando por lo que a la primera vista puede parecer obvio — “*vidas negras importan*”. Los sótanos de los navíos que transportaron aproximadamente 4.8 millones de africanos para el Brasil entre 1550-1850 (ALENCASTRO, 2018) están hoy presentes en las celdas demasiado llenas, una vez que negros y pardos componen aproximadamente 66% de la población en privación de libertad del Brasil. Ya el *Atlas da Violência 2020* (IPEA) revela que negros y pardos representan 75,7% de las víctimas de homicidio, mayor parte de ellas provenientes de las regiones Norte y Nordeste. Familias negras, así como Madre Susana, permanecen vulnerables y sujetas a fracturas, separaciones y muertes. Los lazos afectivos siguen siendo puestos a la prueba — en un continuum — sea por la apropiación de los cuerpos durante los siglos de esclavitud sea por la continuidad de esta exploración en la actualidad.

De la misma manera, es preocupante la parcela significativa de la población negra que vive en las calles, trabaja informalmente, habita en comunidades con acceso restringido o inexistente al alcantarillado sanitario y suministro de agua. Se añade a eso el aumento de la tasa de incidencia de comorbilidades como hipertensión y diabetes, que resultan en una gran incidencia de muertes por Covid-19 de la población negra brasileña (SANTOS, M. *et al.*, 2020; SANTOS, H. *et al.*, 2020).

La brutalidad de la policía se asemeja a la barbaridad de los que quitaron del hogar a la africana Susana. De la misma manera, la ausencia de agua, alimento y aire durante la travesía entre África y Brasil gana continuidad en el actual contexto de desigualdades sociales, agravado por el racismo estructural. De esa forma, la dificultad de respirar en los sótanos sobre las aguas del “Atlántico Rojo” se funde la perpetuación de la negación de las vidas negras, de su derecho más fundamental — o de existir. Tal vez por eso, el poeta Ricardo Aleixo nos recuerde de que el “[y]o no consigo respirar’ es la frase del siglo”.

La afirmación “Yo no consigo respirar” (“I can’t breathe”, en inglés), de George Floyd, y de tantas otras víctimas, aproxima la asfixia provocada por la violencia policial de las condiciones precarias de salud de la población negra, comprobadas por los altos índices de letalidad por Covid-19 en este segmento de la pandemia.

A ese respeto, Achille Mbembe (2020, grifo nuestro). Afirma:



Eu escrevi uma peça chamada O Direito Universal à Respiração pouco antes da execução de George Floyd, e no contexto do surto do coronavírus, porque me parece que, no que estamos testemunhando, ou em qualquer caso, o que se tornou ainda mais claro para nossa mente desde a morte de George Floyd é o *entrelaçamento* — a *combinação que eu diria de duas histórias* — do coronavírus e a *disparidade racial de mortes* a que levou, e histórias de *violência racialmente infligida* — ambas as histórias têm, em todo o caso, tanto quanto eu estou preocupado, me deixado ainda mais consciente do que antes sobre a *importância da luta pelo ar, a luta pela respiração, que faz parte de nossa tradição e de nossas lutas*.

La lucha por la respiración la que Mbembe se refiere también está presente en la novela *Um defeito de Cor*, de Ana Maria Gonçalves. Vuelve a la escena, casi un siglo y medio después de la publicación de *Úrsula*, con la trayectoria diaspórica de una voz autoral femenina y negra. A partir de él, acompañamos a la vida de la africana Kehinde y somos testimonios de más de una travesía forzada por el Atlántico:

A minha avó estava agarrada à minha saia e à de Taiwo, e mesmo tendo companhia parecia que estávamos sozinhas, porque ao



redor de cada uma de nós era só silêncio. Silêncio que mais parecia um pano escuro, grosso e sujo, que tomava todos os espaços e prendia debaixo dele o *ar úmido e malcheiroso*, sabendo a mar e excrementos, a suor e a comida podre, a bicho morto. Carneiros, talvez. Era como se todos esses cheiros virassem gente e ocupassem espaço, fazendo o *lugar parecer ainda mais sufocante* (GONÇALVES, 2009, p.45-46, *grifo nosso*).

La sensación de confinamiento experimentada por el personaje es descripta cenestésicamente, con los olores convertidos en presencia que sufoca y oprime. Es durante ese viaje que Kehinde, cuando niña, pierde la abuela materna y su hermana gemela, Taiwo. Todavía, al revés de lo que ocurre con Susana, la presencia ancestral de sus familiares, especialmente en la figura de aquellos que perdiera aun a bordo del navío, entre dos continentes, se convierte en una constante en la vida de la protagonista. Presencia espectral y familiar, que le sirve de orientación y de elemento de (re) conexión con lo que fuera obligada a abandonar en África.

Además de eso, Kehinde, establece lazos con una comunidad de mujeres negras que se apoyan por medio de la sororidad. Las ligaciones religiosas tanto con el voduns como los orishas hacen con que se establezca una familia espiritual en la figura de hermanos y madres de santo, y de líderes religiosos y comunitarios como Agontimé, Esméria y Nega Florinda. El proceso de enfrentamiento al intento de deshumanización perpetrada por la esclavitud y de resistencia y lucha por la libertad del personaje solo se hace posible por las relaciones que establece, tanto en el plan terreno como espiritual y religioso.

La trayectoria de Kehinde emula la de varias otras mujeres durante la esclavitud y llama atención para la importancia del poder femenino y negro. Las organizaciones y asociaciones de mujeres negras vienen, desde el momento, actuando colectivamente para el enfrentamiento del racismo, sexismo y de otras formas de opresión. Un ejemplo emblemático es el colectivo Geledés. Acerca del nombre, Sueli Carneiro resalta que “Geledés” fue elegido justamente porque son organizaciones de contenido religioso de las sociedades tradicionales iorubá, hoy considerados (sic) patrimonios de la humanidad. Es una forma de culto al poder femenino” (2017, p.18, *grifo nuestro*)

Volviendo a la escrita literaria de estas mujeres, se puede afirmar que se

establece no solamente como forma de resistencia, pero también como posibilidad de reconfiguración y transformación del real. Dentro de un movimiento continuo de llamado y respuesta, que se estructura de forma relacional a partir de una comunidad (literaria o no) a la cual pertenecen las autoras. Por creer en eso es que definiendo que *Um defeito de Cor*, publicado en 2006, de cierta forma responde al llamado por *Úrsula*, de 1859. Ambas obras hacen parte del mismo linaje literario, inicialmente imaginado por una escritora afrodescendiente y nordestina. Partiendo del mismo círculo, o espiral, continuamente retoman, recrean y conectan pasado, presente y futuro.

En ese sentido, aproximo la espiral arriba, que conecta escritoras y sus obras, a los conceptos de oralitura y performances discutidos por Leda Maria Martins. Para la investigadora, “cada performance ritual recrea, restituye y revisa un círculo fenomenológico en lo cual pulsa, en la misma contemporaneidad, la acción de un pretérito continuo, sincronizada en una temporalidad presente que atrae para sí el pasado y el futuro y en ellos también se esparce” (2000, p.81, *grifo nuestro*)

Um defeito de Cor está inserido en este tempo circular a partir de la revisión del pasado esclavista retratado en *Úrsula*, evidenciando no solo por el abordaje del tema, fruto de una seria y larga investigación bibliográfica, sino a partir de lo que es narrado en su prefacio, en lo cual la escritora, transformada en personaje, ficcionaliza la trayectoria que la llevó a la escrita de su novela, presentándolo como un supuesto manuscrito dejado por la esclavizada Kehinde y encontrado por la escritora en una iglesia en Itaparica.

Igualmente, el prefacio evidencia que la decisión de escribir la novela surgió con la intención de atender a una solicitud del escritor Jorge Amado, hecha en su libro *Bahia de todos os santos — guia de ruas e mistérios*, para que un joven novelista escribiera sobre la Revuelta de los Malês, ocurrida en Salvador, en 1835. Con todo, al fin del prefacio, la escritora afirma:

Espero que Kehinde aprove meu trabalho e que eu não tenha inventado nada fora de propósito. Acho que não, pois, muitas vezes, durante a transcrição, e principalmente durante a escrita do que não consegui entender, eu a senti *soprando palavras* no meu ouvido. Coisas da Bahia, nas quais acredita quem quiser... (GONÇALVES, 2009, p.17, *grifo nosso*)



En diálogo con la presencia espectral del personaje, Ana Maria Gonçalves acaba respondiendo a un llamado femenino y ancestral. Así, actúa, de forma circular, recreando y restituyendo historias y conexiones ancestrales. Cuando desea la aprobación, rompe con la lógica cartesiana y eurocéntrica que delimita fronteras claras y definidas entre el pasado y el presente; vivos y muertos. Simbólicamente, entonces, es el personaje que añade la autora y su obra en la performance ritual la que se refiere Leda Maria Martins. Todavía, me parece que no lo hace sola, pero acompañada de muchas mujeres, que también le susurran al oído, soplando sus historias.

Este soplo ancestral puede ser leído de dos maneras: como soplo divino, chispa inspiradora, mediante la cual la creadora, Kehinde, transmite vida a su creación. Es esa voz o presencia liminar que comunica y (re) crea su historia y la de sus antepasados. Inserida en esta frontera etérea, el aire trae a la luz lo que se fue y lo que nunca ha pasado. Por su vez, ese soplo ancestral es también sinónimo de alivio, de respiro y de cura. Es la brisa de la cual habla Mateus Aleluia en la canción que compone el epígrafe de este ensayo. Es eslabón intergeneracional capaz de conectar Susana y Kehinde; Maria Firmina y Ana Maria Gonçalves.

La creación artística afro brasileña proporciona, por lo tanto, sobrevivencia y continuidad, no solo porque transmite conocimiento acumulado por siglos, pero también porque conecta memorias y ancestralidad. Trayendo la posibilidad de vida, porque con ella y por medio de ella, el sujeto se presenta en toda su complejidad y grandeza. El arte es prueba de la humanidad que insiste en negarnos. Como un soplo ancestral, que nos conecta, que nos inspira y nos impele a seguir respirando, mantiene encendida el fuego de una profunda esperanza en la vida.



ALEIXO, Ricardo. **Eu não consigo respirar é a frase do século**. Belo Horizonte, 27 maio 2020. Facebook: ricardoaleixo. Disponível em: <<https://web.facebook.com/jaguardarte.ricardoaleixo/posts/3868178656544315>>. Acesso em: 1º nov. 2020.

ALELUIA, MATEUS; DADINHO. **Filha, diga o que vê**. In: ALELUIA, MATEUS. *Fogueira Doce*. São Paulo: MMRights, 2017. Faixa 6

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Aprisionamento Feminino – período de janeiro a junho de 2020. Sistema de informações do Departamento Penitenciário Nacional*. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzg4Nl-TRjNzYtZDcxZi00ZTNkLW11M2YtZGZzNzk3ODg0OTllIiwidCI6ImViMDkwNDIwL- TQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>> Acesso em 1º nov. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Entrevista a Bianca Santana. **Cult - Revista Brasileira de Cultura**, São Paulo, n.223, 2017, p.12-20.

DE ALENCASTRO, Luiz Felipe. África, números do tráfico atlântico. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 57-63.

DE BARROS MOTT, Maria Lúcia. **Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão**. São Paulo: Contexto, 1988.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura, política, identidades: ensaios**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. 5ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1984. p. 223- 244.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas da violência 2020. IN: **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ORG.)**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2020.

MARTINS, Leda Maria. A oralitura da memória. In: **Brasil afro-brasileiro**, v. 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 63-86.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. **Corpo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006): posse da história e colonialidade nacional confrontada**. 2019. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

MUZART, Zahidé Lupinacci. **Artimanhas nas entrelinhas: leitura do paratexto de escritoras do século XIX**. Travessia, Florianópolis, n. 21, p. 64-70, 1990.

PAUL GILROY. Uma conversa entre Paul Gilroy e Achille Mbembe: brutalismo, Covid-19 e o Afro-pessimismo. **Medium**. 28 de junho de 2020. Entrevista concedida a Achille Mbembe. Tradução de Allan Kardec Pereira. Disponível em: < <https://medium.com/@allankardecpereira/uma-conversa-entre-paul-gilroy-e-achille-mbembe-brutalismo-covid-19-e-o-afro-pessimismo-f7708b380d0>>. Acesso em: 1º nov. 2020.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras [recurso eletrônico]**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

SANTOS, Hebert Luan Pereira Campos dos et al. Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4211-4224, 2020.

SANTOS, MÁRCIA PEREIRA ALVES DOS et al. **População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde**. Estud. av., São Paulo, v. 34, n. 99, p. 225-244, ago. 2020.

Nordeste Maravilla.

Recife: Corazón cultural de Brasil

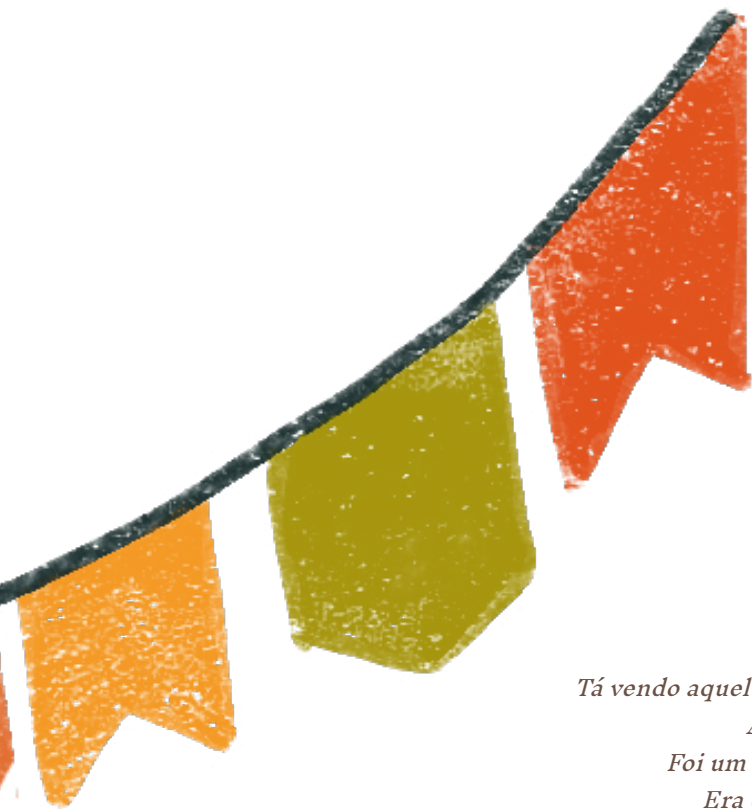
DENISE T'ÒGÚN BOTELHO



Profesora asociada al Departamento de Educación (DED) de la Universidade Federal Rural de Pernambuco (EFRPE). Docente – orientadora del Programa de Posgrado en Educación, Culturas e Identidades (PPGECI – UFRPE/FUNDAJ), actúa en las líneas de investigación: movimientos sociales; prácticas educativo-culturales e identidades; y políticas, programas y gestión de procesos educacionales y culturales. Denise es líder del Grupo de Estudios e Investigaciones en Educación, Raza, Género y Sexualidades Audre Lorde (Geperges – Audre Lorde); miembro de Colectivo de Académicas Negras Luiza Bairos (CAN Luiza Bairos); desarrolla actividades de enseñanza, investigación y extensión en las áreas de educación y relaciones raciales, con perspectivas en género y sexualidades; religiones de matices africanas y afro indígenas. Realizó posdoctorado en Educación, en el Departamento de Educación de la Universidade Federal de Paraíba (UFPB), bajo la supervisión del Prof. Dr. Antônio Novaes.

Naací en Sudeste, en São Paulo, considerado el centro económico del país. Pasé por el Centro-Oeste, foco de la política brasileña, y me instalé en Nordeste. En Recife, me encontré. Hice el camino opuesto del “Sur maravilla” (muchas personas de mi generación creían que São Paulo era la salvación, pero no sabía que, en verdad, lo que les esperaban era un cantero de obras para que fueran peones y, para las mujeres, muchas veces, el amor no correspondido por el patrón).





*Tá vendo aquele edifício, moço?
Ajudei a levantar
Foi um tempo de aflição
Era quatro condução
Duas pra ir, duas pra voltar
Hoje depois dele pronto
Olho pra cima e fico tonto
Mas me vem um cidadão
E me diz, desconfiado
Tu 'tá aí admirado
Ou 'tá querendo roubar?
Meu domingo 'tá perdido
Vou pra casa entristecido
Dá vontade de beber
E pra aumentar o meu tédio
Eu nem posso olhar pro prédio
Que eu ajudei a fazer.*

BARBOSA; RAMALHO. 1992.

La forma nordestina de comunicar la vida en versos, en musicalidad, demuestra la excelencia artística de un pueblo que, que sufre, no pierde su maestría. Eso es lo que más me encanta. La escoja de vivir en Recife, capital de Pernambuco, en detrimento del corazón económico o del centro político de Brasil, está relacionada a la polisemia cultural y negra presentes en las tierras de Manuel Bandeira, João Cabral de Melo Neto, Paulo Freire, Solano Trindade, Clarice Lispector, Chico Science, Lenine y muchas otras personas que producen cultura brasileña; aunque los xenófobos digan que no. Muchas personas no conocen la realidad del Nordeste y afirman que somos retrasados. Ved vosotros que en los procesos democráticos el Nordeste demostró su rol de fidelidad a la democracia del país y no fue comprendido.

Me pongo imaginando que cuando vaya escribir un memorial sobre el año de 2020, que para muchas personas ha sido el año de la Covid-19 (la cual, con cuidado, hago la broma de que es Covid-17), necesitare registrar una denuncia cuando a la influencia de un gobierno irresponsable en la adopción de medida preventivas, y que ha contribuido mucho para la diseminación de la enfermedad. Como hija de Ogum, orisha de la tecnología, yo no quiero creer que 2020 tenga sido el año de la Covid-19, pues prefiero reconocerlo como el año de la tecnología. Antes, jamás necesitamos hacer tanto el uso de las Nuevas tecnologías de Información y Comunicación (NTIC), teniendo que utilizarlas en lives, plataformas de clases remotas, reuniones etc. Los encuentros y los reencuentros por la internet nos han proporcionado procesos de autoconocimiento, acceso a mapas astrales, juegos de corniños entre otras alternativas; todo intermediado por la aplicación *Whatsapp*, por el ordenador, plataformas *Zoom*, *Google Meet*, *Stream Yard*, *Youtube*, *Facebook* y tantas otras que estuvieron disponibles haciendo la comunicación entre las personas en tiempos pandémicos, un periodo de alejamiento, de aislamiento social.

Por la pantalla del ordenador vivimos experiencias inimaginables en los salones de nuestras casas, recibiendo decenas de personas de las más diversas generaciones. Eso fue posible solamente debido al consentimiento de mi Padre Ogum. Pero, lamentablemente, nosotros estábamos emocionalmente preparadas y preparados para hacer frente a tantos cambios de manera muy abrupta. Tantos contenidos visitados desde nuestras casas, que se convirtieron en nuestras oficinas domésticas. Antes, nuestras oficinas domésticas eran solamente para dos o tres horas de trabajo, pasando a doce o más horas, pues no teníamos la

dimensión de lo que sería la educación remora y, inicialmente, asumimos las tareas con mucha disposición, queriendo creer que no podríamos dejar faltar nada a nuestros alumnos y alumnas, pues tenemos la herencia de que el ocio es peligroso y difícilmente consideramos la posibilidad del ocio creativo.



Ese miedo del peligro del ocio nos hizo producir, producir y producir, y fuimos creando actividades, tareas, fuimos accionando el mundo del *Clash Royale* (un videojuego en lo cual se asume la condición de multijugador), y cuando nos dimos cuenta, estábamos en el enmarañado de responsabilidades más allá de nuestras capacidades, teniendo que convivir con nuestros propios límites y los límites de nuestros alumnos y nuestras alumnas. Eso no es poca cosa y nos desafía a reconocer las realidades y los límites humanos.

Quiero aquí reflejar como es que yo comprendo la tecnología a partir de un proceso afro centrado religioso. Ogum forjó el hierro y eso fue un gran avance para la población, porque del hierro fueron hechas las herramientas agrícolas, y las personas, que cavaban la tierra con las manos, pudieron utilizar esas herramientas, las cuales eran muy eficaces. Eso permitió mayores cantidades y diversidades de alimentos en un menor espacio de tiempo. Pero la forja de esas herramientas llevaba tiempo, pues el hierro era puesto en el fuego, después recibía martillazos, en seguida, era puesto en el agua. En esa manipulación del Hierro en el fuego, martillazos, agua, fuego, innumerables veces, hasta llegar a la perfección. Pienso que cuando veía esa perfección, Ogum llegaba con ganas de poder ofrecer el mejor, y él aun intentaba burilar, arreglar la herramienta

Así, creo que nos faltó considerar los tiempos y los procesos de la forja del hierro. Nos faltó burilar nuestros equipamientos de trabajo. Era necesario que nuestros ordenadores trabajaran continuamente un período, y que, después de un periodo, se auto apagaran. Una especie de preaviso para que nosotros

no perdiéramos nada, pero pudiéramos cuidarnos. Cuidar de nuestra esencia, para que pudiéramos alargar nuestros cuerpos, para que nosotros pudiéramos tener más cuidado y atención con el necesario y fundamental acto de respirar. Pudiéramos leer un buen libro, una novela, una literatura no obligatoria de nuestra área de formación.

Pienso que para que hagamos nuestros textos sea necesario que pasemos por el fuego y por el agua, así como por el martillazo, o sea, que vivamos un periodo de forja, respetando cada etapa necesaria, sin la urgencia que los tiempos pandémicos nos han impuesto. Al mismo tiempo en que reconozco que el racismo estructural impuso a nosotros, a nuestros y nuestras ancestrales una forja permanente, para que pudiéramos resistir, asegurándonos condiciones de existencia y creatividad para la resistencia. Nuestra existencia es una existencia de fuego al agua, de martillo, fuego y agua. No en vano que la mayoría de nosotros, docentes negras y negros, somos referencias en las vidas de nuestros alumnos y alumnas, de modo que, muy comúnmente, recibimos sus homenajes. Vivimos procesos de burilamiento que nos llevan a construir posibilidades para que otras personas negras también se perciban capaces de estar donde estamos o donde quiere que deseen estar.

En mi memorial sobre el año de 2020 constará que no conseguí cumplir mi rol como profesora y educadora de la mejor forma, pues gasté más tiempo buscando dominar las tecnologías y con eso no pude invertir mi tiempo en lo que hago de mejor: burilar mis alumnos y mis alumnas. Ese año yo no seré homenajeada, aunque yo sienta y sepa que pude mostrar algo que también es muy importante que ellas y ellos sepan: que no me di cuenta, que no supe dominar esa nueva realidad. Para mí, lo más importante es la formación de los seres humanos, el contenido es solamente una excusa. Me importan los derechos humanos, el enfrentamiento al racismo, al sexismo, a la homofobia

En años en la vida religiosa de matriz africana, aprendí que nada es absolutamente negativo y nada es absolutamente positivo. Un aspecto del aislamiento inicial de la bandera de los trolls es que el sentido de la organización vino con bastante fuerza. Inicialmente vino la organización y el deseo de organización externa, y, posteriormente, el deseo de reorganización interior. Muchas están siendo lives direccionadas para el tema del autocuidado, para el proceso de control de las emociones, para el reaprendizaje de una respiración saludable, de cómo debemos crear procesos saludables a lo largo del trabajo

remoto, pero la mayoría de nosotros no sigue o ni siquiera da atención para esas informaciones. Muchos de nosotros sufrimos al percibir que nuestras vidas están entregues, caso que integralmente, a los puestos de trabajo. Eso significa decir que las relaciones interpersonales en el seno familiar, en los grupos fraternos, están bastante comprometidas.

Urge una reflexión sobre como nuestras sociabilidades están equivocadas, de cuando hay una lógica competitiva impuesta por el neoliberalismo, incluso en el desarrollo y en la producción intelectual. Como ejemplo hay la Plataforma Lattes, que es nada más que una forma de pensar la producción, una forma de mensurar la producción del conocimiento, crear, cristalizar las barreras sociales, demostrando lo cuando el Sudeste es superior intelectualmente al Norte y al Nordeste. Siendo que las inversiones de recursos direccionados para el Sudeste no se comparan a las inversiones direccionadas al Nordeste, en especial, en la proporcionalidad geopolítica de esas regiones. Los grupos de estudios e investigaciones son diversos y, en su grande mayoría, seguirán su producción durante el aislamiento, utilizándose de los recursos remotos.

Es necesario destacar aquí un ejemplo de cómo la producción de conocimiento ha ocurrido en esos tiempos pandémicos, mediante el uso de recursos tecnológicos de modo remoto, como es el caso del Grupo de Estudios E investigaciones en Educación, Raza, Género Audre Lorde, vehiculado al Núcleo de Estudios Interdisciplinarios Afro-brasileño de la Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

El Geperges tiene como objetivo desarrollar estudios e investigaciones interdisciplinarios e Interseccionales entre las categorías: raza, género y diversidad sexual en la área educacional, relacionadas con la formación de profesoras y profesores, a fin de contemplar la LDB [en su artículo 26-A (Leyes 10.639/2003 e 11.645/2008)] — que introdujo la historia y la cultura africana y afro-brasileña en los currículos escolares — y también por una necesidad social de realizar acciones de formación para el desarrollo de las temáticas de género y sexualidad, contribuyendo así para una cultura de paz. El grupo está registrado en el Directorio de Grupo de Investigaciones del CNPq y presenta tres líneas de investigaciones: 1) Educación de las relaciones étnico-raciales: cultura, diversidad e identidad(s); 2) Educación, raza, género y sexualidades; y 3) Filosofía africana. En periodo de pandemia fueron realizadas reuniones quincenales sobre tres temas principales: relaciones raciales; interseccionalidades; y género y

sexualidades. Para las discusiones fueron enumerados los siguientes textos:



Relaciones Raciales y Memória y Oralidad

1

O axé dos orixás rege
memória do ser mulher
quilombo
MARIA JOSÉ DOS SANTOS

2

Identidade negra entre
exclusão e liberdade
VIVIANE FERNANDES e
MARIA CECÍLIA SOUZA

3

Tradição Viva
HEMPATÉ BÁ

4

Eu nasci branquinha:
construção da identidade
negra no espaço escolar
PRISCILA DA CUNHA
BASTOS

5

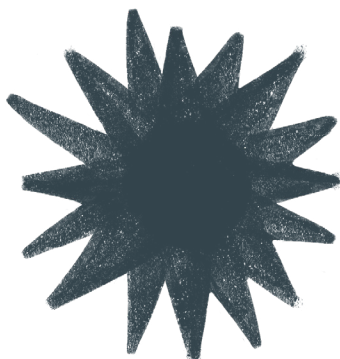
História oral
e narrativa: tempo,
memórias e identidades
LUCÍLIA DE ALMEIDA
NEVES DELGADO

6

Caminhos de luta
e resistência negra
no Brasil
NILMA LINO
GOMES

7

Educação das relações
étnico-raciais nas
instituições escolares
PETRONILHA BEATRIZ
GONÇALVES E SILVA



Interseccionalidades

1

Pode o subalterno[a] falar?
GAYATRI SPIVAK

2

Nossos passos vêm
de longe
JUREMA WERNECK

3

Mulheres Negras:
moldando a teoria
feminista
BELL HOOKS

4

A diferença que o poder
faz: interseccionalidade e
democracia participativa
PATRICIA HILL COLLINS

5

Memórias da Plantação
(capítulo 1)
GRADA KILOMBA

6

Feminismo afro-
latino-americano
LÉLIA
GONZALEZ

7

Opressões cruzadas e
convergência na reprodução
das desigualdades
FLÁVIA BRIOLI e
LUIS FELIPE MIGUEL

8

Interseccionalidade e
pensamento feminista:
as contribuições históricas
e os debates contemporâneos
acerca do entrelaçamento
de marcadores sociais
da diferença
CARLOS EDUARDO HENNING

9

O que é
interseccionalidade?
(capítulo 1)
CARLA
AKOTIRENE

IO

Decolonialidade e interseccionalidade
emancipadora: a organização política
das trabalhadoras domésticas no Brasil
JOAZE BERNANDINO COSTA



Gênero y Sexualidad

1

Teoria Queer.
Uma política pós-identitária
para a educação
GUACIRA LOPES LOURO

2

A produção simultânea de
masculinidades hegemônicas
e subalternas
MICHAEL KÜMMEL

3

O feminismo é
para todo mundo
BELL HOOKS

4

Educação Sexual na sala
de aula
JIMENA FURLANI

5

Irmã *Outsider*
AUDRE LORDE

6

A emergência
do gênero
GUACIRA LOPES
LOURO

7

Orientações sobre
identidade de gênero:
conceito e termos
JAQUELINE GOMES
DE JESUS

8

Inflexões decoloniais
de corpos e identidades
de gênero inconformes:
uma análise autoetnográfica
da cisgeneridade como
normatividade
VIVIANE VERGUEIRO



Todas las lecturas proporcionaron una visión crítica e de intersección a los miembros del Geperges, considerando que el grupo agrega estudiantes de graduación, posgrado y activistas de diferentes movimientos sociales, lo que posibilita un escenario de cambios frutíferos para la madurez político-intelectual de sus investigadoras e investigadores. El resultado de las presentaciones demuestra el grado de aprensión de los contenidos estudiados.

El periodo de pandemia está difícil para todas las personas, pero debo fortalecerme y poder ayudar muchas personas, en especial las mujeres negras, que superen muchas violencias, como el racismo, el machismo, el sexismo, la lgbtobia, la gordofobia y muchas otras expresiones de odio presentes en nuestra sociedad. Tengo la esperanza de aprender a hacer todo lo que hago en una clase presencial también por la internet. Participé de diversas lives sobre el racismo, mejor dicho, el antirracismo, el racismo religioso, la cultura del candomble, las mujeres negras, sobre la necesidad de mostrar lo que el pueblo negro tiene de valor para que todas las personas sepan que nosotros tenemos un *corpus* literario y un *corpus* religioso, nosotros tenemos una realidad alrededor que todavía es desconocida, pues la ignorancia ajena hace con que las personas no respeten.

Es necesario divulgar quienes somos. Ya sabemos, aunque el mundo todavía no sepa, queremos ser reconocidas como mujeres negras, insumisas, creadoras, creativas, irreverentes e intelectuales, y “*branco, se você soubesse o valor que o preto tem / tu tomava um banho de piche e ficava preto também*” (CAMAFEU, P.; GIL, G. 1975).



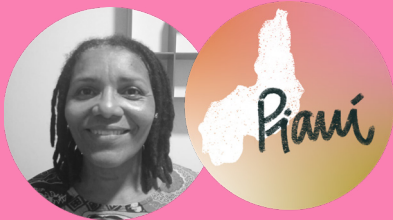
BARBOSA, Lúcio; RAMALHO, Zé. Cidadão. In: RAMALHO, Zé. *Frevoador*. São Paulo: Columbia (Sony Music), 1992. Faixa 6. CD.

CAMAFEU, Paulinho; GIL, Gilberto. Ilê Ayê. In: GIL, Gilberto. *Refavela*. São Paulo: Warner Music, 1977. Faixa 2. 1. Disco de vinil.

Mi história é tal vez como la tuya.

Viveres de una mujer negra en Brasil del tiempo presente

IRANEIDE SOARES DA SILVA



Doctora en Historia Social por la Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Con maestría en Educación por la Universidade Federal de Ceará (UFC). Graduada en Historia por la (UniCeub/DF). Es coordinadora del Núcleo de Estudios e Investigaciones en Historia y Memoria de la Esclavitud y de Pos-Abolición (SANKOFA/UESPI). Preside la Comisión de Hetero identificación de las Políticas de Acciones Afirmativas de la Universidade Estadual de Piauí (UESPI). Es coordinadora regional del Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEABS). Investigadora afiliada a la Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as) (ABPN) y a la Associação Nacional de História/ANPUH. Miembro del Núcleo de Estudos e Pesquisas Afros (NEPA/UESPI), Núcleo de Estudos e Investigaciones en Africanidades y Afro descendencias (IFARADÁ/UFPI), Núcleo de Estudos, Investigación y Extensión en Relaciones Étnico-Raciales, Movimientos Sociales y Educación (N'UMBUNTU/UFPA). Investigadora Activista del Movimento Social Negro Organizado Brasileiro, desde 1989. Profesora Adjunta TI-40 DE en el curso de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Hace consultorias diversas, sobre todo, en las áreas de Historia; educación; y relaciones raciales y de género. *Escravidão negra e urbana séc. XIX; História e imprensa; Cidades; São Luís do Maranhão do séc. XIX - educação tecnológica; Raça; Identidades; Lei 10639/03; Relações raciais; Políticas de ações afirmativas; Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana.*

INTELECTUAIS
NORDESTINAS
INSUBMISSAS

OI.

Memórias y trayectórias

La historia de las mujeres negras, cuando escrita sin la participación de ellas, es siempre mal dicha, mal interpretada, mal hecha. Eso porque partimos del presupuesto de que el hilo que las condujo de África para las Américas no fue cortado. Por consiguiente, parte de sus raíces aún están en África y no son consideradas por la historia escrita y pasada por blancas y blancos que piensan como colonizadores, mismo en el tiempo presente, en la condición de colonizados.

La memoria que me sigue (como mujer negra, que vivió desde muy lejos, inmersa, llena de cultura y saberes de ‘negras y negros’) me hizo aprender a narrar así:

Eu, menina negra, fruto de uma família negra, que convive desde sempre com os mitos e ritos africanos, quer seja pelas palavras de minha mãe, avós, vizinhas, tias e todos aqueles — que permearam minha infância e contribuiram com suas histórias — quer seja pelas performances e linguagens diversas do meio em que

vivi [...] Narrativas tantas vezes ouvidas ao cair da noite no batente da velha casa enquanto as primeiras estrelas bordavam o céu. Rodeada dos meus seis irmãos, ouvíamos e viajávamos nas histórias que para mim foram o fio condutor para a formação da minha identidade de menina e de mulher negra que sou e, principalmente, o que me uniu e une àquelas pessoas que são partes de mim.

Es el hilo de esa memoria, de las muchas experiencias negras vividas que constituye la mujer negra que soy. Pues, el tiempo pasó, los procesos identitarios fueron constituyéndose. Pasamos por la enseñanza media y llegamos a la universidad. En ella, en su amplitud de posibilidades, disfruta de todos los espacios que me fueron permitidos, mismo cuando (en la mayoría de las veces) fueron abiertos al cuchillo, a la fuerza bruta, pero por allí pasé, de la graduación para la maestría y de la maestría para el doctorado, dejando marcas. Hoy, profesora de una universidad pública, todo parece un sueño realizado.

Toda esa historia para decir que yo, de niña a mujer negra, en todos los lugares sociales y geográficos por dónde he pasado, encontré la grande barrera de del racismo de modo estructural, pues desde los lugares más simples y familiares, a los más complejos y raros, fui discriminada negativamente por ser negra. Todavía, cuando en la juventud empecé a hablar sobre ese racismo sufrido, sobre la necesidad de lucha, de resistencia, mi voz fue encontrando ecos, oídos, brazos y abrazos en la misma proporción. Siguiendo la estrada, después de la maestría, mi lugar de habla se fortalece, siendo la mujer negra, activista, fortalecida por la investigación, que pasa a ocupar otros espacios de debates.

Ahora me presento como una mujer activista negra, con una trayectoria rica de experiencias, doctora en Historia Social por los caminos mineiros. Me convertí maestra em Educación por las tierras cearenses después que vine de Brasília, en un regreso para el Nordeste, donde nació. De Ceará para Piauí he creado largas y profundas raíces como madre de la Kizzy; esposa de Cláudio, Coordinadora del Núcleo de Estudios e investigaciones en Historia y Memoria de la Esclavitud y del Pos-Abolición (SANKOFA/UESPI); Presidente de la

Comisión de Heteroidentificación de las políticas de Acciones Afirmativas de la Universidade Estadual do Piauí (UESPI); y Coordinadora Regional del Consorcio Nacional dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEABS). Mis articulaciones de estudios e investigaciones me echan raíces en un lugar de habla bastante articulado, con los principales núcleos, grupos de estudios y asociaciones negras, como el Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro (NEPA/UESPI); el Núcleo de Estudos e Pesquisas em Africanidades e Afrodescendências (IFARADÁ/UFPI); y el Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciales, Movimientos sociales y Educación (N'UMBUNTU/UFPA), entre otros.

Además de ese lugar académico, me afirmo como investigadora activista del Movimiento Social Negro Organizado Brasileño desde 1989. Sí, ese fue mi lugar primero de afirmación frente a los embates de descubrirme negra de cabello pixaim. De ese modo, son esos mis lugares de habla, de conforto, de embates y conflictos, de sueños y sambas.





02.

¿Lo que estaba ocurriendo del otro lado del planeta?

Fue esa la pregunta puesta cuando primero se escuchó hablar sobre el Covid-19; y en seguida, se volvió en pandemia. En cuanto eso, en la ciudad de Teresina, capital del Estado de Piauí, Brasil, el viernes, 21 de febrero de 2020, yo empezaba mis vacaciones. Las tan deseadas vacaciones, pegaditas con el carnaval, que seguirían hasta marzo. Cansada y ansiosa, hice planes para ellas — escribir artículo, ir a médicos, playas (...) — Pero, en el medio del camino muchas piedras surgieron y la más grande de ellas tuvo el nombre de “pandemia”. El mes de marzo de 2020 inició con noticias de muertes en masa en el otro lado del mundo, muchas de ellas confundidas y poco comprendidas. De repente, alguien hablaba en pandemia y asustaba la población mundial. Y entonces, empezamos a vivir la presión y la tristeza causadas por un agente invisible y letal. Y, rápidamente, se pasaron siete meses del año de 2020.

Por razones históricas, la trayectoria de las personas negras en Brasil atravesó un proceso de exclusión económico, educacional y ciudadana, que se reflejó en la calidad de la inserción de esos sujetos en los espacios de poder, en los cargos de decisiones políticas y en los campos de construcción del saber. Además, esas poblaciones de mujeres y hombres negros de la Diáspora Africana están sometidas a las desigualdades sociales y expuestas al racismo estructural experimentado cotidianamente. Por consiguiente, en un contexto de pandemia, como el vivido en el año de 2020, las desigualdades históricas entre las personas negras empobrecidas y las blancas se presentan de modo a agravar la proliferación de otras enfermedades, sobre todo, por no haber en Brasil una política de salud preventiva. Cuando llega, la Covid-19 se agrega en ese escenario fuertemente, considerando la omisión y/o falta de asistencia y atención básica del Estado para las poblaciones pobres y negras.

Los meses se fueron pasando y las imágenes de sangre y tristes surgían originadas de la prensa de todo el mundo. En Brasil, en especial, los entierros colectivos, del Norte al Sur del país, ocupaban los escenarios de los periódicos desde la mañana hasta la noche; las personas estaban tristes, abaladas, con miedo. Miedo de todo, de salir a las calles, de ir al médico, de ir al supermercado. Yo fui una de esas personas que entraron en pánico. No salía a las calles o al supermercado, huía de las personas, consumía alcohol en gel, exageradamente.

En medio a todo eso, empecé un proceso de información y formación para manejar las herramientas digitales y también de producción académica y científica. Entonces, el día 13 de abril, entré en la agenda de la universidad, en el ámbito del proyecto *#uespiquédateencasa*, para un diálogo reflexivo sobre el tema: “¿Como la pandemia afecta las poblaciones negras?”, en conjunto con otro profesor del Departamento de Historia de la Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Las investigaciones que hice en aquel momento, para las reflexiones conjuntas de presentación, me hicieron percibir la dimensión de la pandemia para las poblaciones negras, pues ellas aun ocupan las áreas pobres y periféricas de los grandes centros urbanos o los rincones más lejos y poco asistidos en la zona rural. Por fin, son, en su mayoría, los que se encuentran en grande pobreza.

Me vino a la mente algunos datos estadísticos de los años 2000, cuando “la población blanca de Brasil presentaba un IDHM de 0,814 en cuando el IDHM de la población negra era de 0,703”; “[...] la distancia entre blancos y negros, por lo tanto, sería enorme: 61 posiciones en el ranking del IDH mundial”. A

partir de esto, otras informaciones complementan que: “en 2010, la diferencia pasó a ser 14,42% superior” (PNUD; IPEA; FJV, 2010).

Em 2019, dados de la Agencia Brasil apuntaron para el IDHM de población blanca que cayó de 0,819 para 0,817, de 2016 para 2017, en cuanto lo de la población negra aumentó de 0,728 para 0,732. Todavía, la misma agencia, (2019) alertó que:

Apesar de a diferença ter diminuído, os brancos ganham cerca de duas vezes mais que os negros: R\$ 1.144,76 contra R\$ 580,79. “Este foi um bom resultado porque mostra uma redução da desigualdade em função da cor do indivíduo. No entanto, notamos que a diferença continua muito grande, disse.

En relación a las mujeres negras, los números parecían animadores, pues subió de 0,658 para 0,660. Sin embargo, la realidad de esas mujeres, de modo general, no presenta cambios profundos. Y tampoco necesitaban que los datos me dijeran eso, el resto del mundo y yo estábamos viendo en la tele manos negras llorando por las muertes de los suyos, y un Estado que había poco caso naturalizaba el dolor y el sufrimiento de aquellas mujeres.

Del proyecto *#uespiqueádateencasa*, para el mundo. Haciendo uso de las herramientas y plataformas digitales, fomentamos y diseminamos estudios e investigaciones para los más diversos campos del saber, teniendo como temas principales: raza y racismos, educación para las relaciones étnico-raciales, políticas afirmativas, identidad étnica y educación, esclavitud negra y urbana, entre otros. Las conexiones ocurrieron primeramente en el ámbito de la Universidade Estadual do Piauí, entre núcleos y parejas; después con la Universidade Federal do Piauí y el Instituto Federal do Piauí; seguimos con los colectivos y asociaciones de investigaciones, como el Grupo de Historiadorxs Negrxs (HN), la Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), y el Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Conneabs). De esas articulaciones, fui, en conjunto con los movimientos y académicos, llevando nuestros mensajes, nuestros gritos y lutos para el mundo, en la expresión *#BlackLivesMatter* o *#VidasNegrasImportan*.

Entre los debates en la pandemia: el día 13 de mayo, presenté una síntesis de mi tesis, dentro de la programación del Grupo Historiadorxs Negrxs;

el 11 de julio, la programación de *Julho das Pretas*; el 20 de julio, *Historia e (Re) Existência de Mulheres Negras da Diáspora Africana — Séc. XIX*, com Bamidelê — Grupo de Mujeres Negras de Paraíba; 21 de julio, *As Mulheres Negras de São Luís do Maranhão*, sob la ótica del periódico *Publicador Maranhense* (1821-1850), por el HN; 29 de julio, *Mulher Negra na Academia*, por el Núcleo de Estudios, Extensión e Investigación sobre Diversidad y Educación de UFAL; el julio también, seis web conferencias, por el Conneabs; 13 de agosto, *Pedagogia Antirracista: reflexões aos nossos tempos* pela UERN; 17 de agosto, mesa de *Avaliação e Desafios das Comissões De Heteroidentificação na Região Nordeste*, en el ámbito del *II Seminário Nacional Políticas de Ações Afirmativas nas Universidades Brasileiras*, de la UFOP; el 26 de septiembre, mesa no *XI Artefatos da Cultura Negra – URCA*; 28 de outubro, síntesis de mis investigaciones sobre la ciudad de São Luís do Maranhão, en una conferencia para UNIR; 29 de octubre, mesa *Pela Desconstrução da História Única*, pela ABPN; 03 de noviembre, mesa *Afrodescendência: Afrodescendentes em narrativas cotidianas*, en el VII Congeafro/UFPI; 03 de noviembre, mesa *Afrodescendência: Afrodescendentes em narrativas cotidianas*, en el VII Congeafro/UFPI; 03 de noviembre, mesa *Intelectuais e Intelectualidades Negras: o papel dos Neabs(Is) 2004-2020*. La agenda siguió hasta el día 28 de noviembre, con 10 mesas. En paralelo con esas agendas, hubo orientaciones de maestría, iniciación científica y trabajo de conclusión de curso; asesorías a la UESPI; 2 (dos) bancas de maestría; 1 (uno) artículo para una revista, 3 (tres) capítulos de libros. Y aun, la vida y actividades domésticas.

Al terminar los escritos arriba, percibo que tampoco yo tenía la dimensión de cuando había trabajado en los últimos siete meses de pandemia. Difícil mismo es mensurar todo ese trabajo. En ese sentido, comprendo ese conjunto para más allá del registro en la Plataforma Lattes o en los grupos de investigaciones del Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico y Tecnológico (CNPq), porque ultrapasa todo eso, rompe esas fronteras, se configura en un trabajo desarrollado “a través del prisma de la formación propia”, como diría Stuart Hall, en Borda (2017), pero también un trabajo producido en red, colaborativo.

Del mismo modo, no podemos olvidar que, en Brasil, podemos encontrar tanto puntos comunes de experiencias y luchas como diferencias de trayectoria histórica en la coyuntura actual. En lo que respeta a la pandemia de los años 2020, aliada al racismo, lo cual tiene sus orígenes en el colonialismo, de diferentes locales y espacios del mundo Atlántico, no tiene como ser diferente

el proceso de activismo académico. No hay como separar los lugares de mujer negra e intelectual, pues los racismos no dejan.





03.

¿Lo que el año de 2020 nos apunta?

Esa es una cuestión muy presentada de modo desafiante. Todavía, me atrevo a reflejar sobre ella, no con el objetivo de responderla, sino de divagar. Pienso que el año de 2020 nos reveló un mundo frágil y extremadamente desigual, lo que incita a divagar en la búsqueda de una respuesta rica, compleja y con matices para esa cuestión. Tal vez la respuesta complementar sería “¿cómo será mañana?” y, para nosotras mujeres negras vivientes en Brasil, “¿cómo reinventarse frente el agravamiento de la pobreza que nos afecta directamente y violentamente?”.

Traigo como vector de reflexión la comprensión de las condiciones en las cuales las personas viven, aprenden, trabajan y se divierten. Con escenario, apunto el patio de la universidad donde trabajo, con muchos jóvenes de diferentes edades, géneros, raza y etnia, y orientaciones sexuales. Esas personas, hasta febrero de 2020, vivían los Dolores y los sabores de sus “libertades”. De repente, vino el mes de marzo y con él, una serie de cambios que pasaron a afectar todas las personas independientemente de donde estuvieran. Súbitamente, doña Rita (nombre ficticio), una señora negra que vendía salados y jugos en el patio de la

Universidade, se viu sem renda, e junto com ela seus dois ou três funcionários, os quais, por sua vez, também são negros. Mas por que o susto se o aluno que comprava o salário está sem dinheiro porque perdeu seu emprego. Essa narrativa parece fragmentos da canção *Maluco Beleza*, de Raul Seixas (1978), que dizia::



*No dia em que todas as pessoas
Do planeta inteiro
Resolveram que ninguém ia sair de casa
Como que se fosse combinado em todo
O planeta*

*Naquele dia, ninguém saiu de casa, ninguém
O empregado não saiu pro seu trabalho
Pois sabia que o patrão também não tava lá
Dona de casa não saiu pra comprar pão
Pois sabia que o padeiro também não tava lá
E o guarda não saiu para prender
Pois sabia que o ladrão também não tava lá
E o ladrão não saiu para roubar
Pois sabia que não ia ter onde gastar
No dia em que a Terra parou...*

*E nas Igrejas nem um sino a badalar
Pois sabiam que os fiéis também não tavam lá
E os fiéis não saíram pra rezar
Pois sabiam que o padre também não tava lá
E o aluno não saiu para estudar
Pois sabia que o professor também não tava lá
E o professor não saiu pra lecionar
Pois sabia que não tinha mais nada pra ensinar
No dia em que a Terra parou...*

*O comandante não saiu para o quartel
Pois sabia que o soldado também não tava lá
E o soldado não saiu pra ir para a guerra
Pois sabia que o inimigo também não tava lá
E o paciente não saiu pra se tratar
Pois sabia que o doutor também não tava lá
E o doutor não saiu pra medicar
Pois sabia que não tinha mais doença para curar
No dia em que a Terra parou.*

RAUL SEIXAS, 1978

En nuestro caso, no es un sueño o un ensayo poético. En aquel día 13 de marzo de 2020 fue esta la realidad mundial. Sobre lo que hicimos en los últimos siete meses, percibo algunos cambios a partir de una serie de movimientos políticos en la esfera global. Señalo aquí los movimientos antirracistas que ganaron las calles y las redes sociales, después de la muerte de George Floyd, un hombre negro norte-americano, asfixiado por un policía blanco el día 25 de mayo. El exceso de violencia policial contra personas negras generó una ola intensa de protestas en muchos estados de los Estados Unidos.

El hecho es que el tratamiento violento y truculento de la policía contra la población negra es verificado aquí en Brasil también, sobre todo contra la juventud negra. En la semana anterior a la muerte de Floyd, fue noticiado el desaparecimiento del cuerpo de João Pedro, en el Complejo del Salgueiro, en São Gonçalo, Estado de Rio de Janeiro. Ese hecho provocó protestas y movilizaciones en las redes sociales, organizados por activistas negros, en solidaridad a George Floyd y a João Pedro y contra la violencia social. De las reivindicaciones, la principal era el impedimento de operaciones policiales en las comunidades en medio a la pandemia.

Es importante recordar el proceso de desigualdad social y racial y de violencia practicada por policías, vividas durante siglos, así como la marginalización de la comunidad negra en la pandemia. Son factores que

llevan a revueltas y a movilización, en el sentido de movilización de derechos e integración social y política.

Además, cuando hablo en cambios en esferas globales, mi percepción se da con base en una serie de movimientos políticos que han ocurrido en los más diversos continentes, desde la Diáspora Africana. Mi lugar de habla se inicia en la ventana de una pequeña ciudad del extremo norte de Brasil. Ese es el país que concentra la mayor población afrodescendiente de este lado del Atlántico, una potencia global del siglo XXI, renaciente y ascendente como como un espacio de luchas intensas, para redefinir y resignificar la democracia y la igualdad, de forma que, seguramente, reverbera por las Américas y por todo el mundo. Pienso aún que, la comunidad negra global, al reinventarse en las luchas y en los embates políticos, gana fuerza políticamente y académicamente, basta verificarse el expresivo volumen de producción y diseminación de conocimientos y los gritos de revuelta que estampan los periódicos y las redes sociales en los últimos tiempos. Es un movimiento continuo y sin vuelta, visto que, la población negra viene mostrándose fortalecida con el dolor y la falta de asistencia del Estado, está atenta, alerta a los acontecimientos y a sus derechos.

Por fin, la frialdad con que el Estado brasileño viene tratando las poblaciones negras y pobres durante la pandemia dejará marcas expresivas, pero sin luchas. Conforme Douglas Belchior, en Charão (2020), a pesar de la insuficiencia de las acciones adoptadas por el Estado para asistir las poblaciones negras y pobres, es necesario recordar que nuestras reivindicaciones por reparación siguen desde los años 1970, 1980, 2000 ..., ¡pero estamos atentas y fuertes!





AGÊNCIA BRASIL (2019). **Desigualdade em função de gênero e cor diminui, aponta IDH municipal**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-04/desigualdade-em-funcao-de-genero-e-cor-diminui-aponta-idh-municipal>>. Acesso em: 30 out. 2020.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

AZEVEDO, Célia M. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BATISTA, L. E. **Discriminação ainda uma realidade**. In: Saúde da população negra: os males da desigualdade. *Radis*, n.142, p.15, jul. 2014.

BORDA, E W B. **Stuart Hall: uma visão através do prisma de formação caribenha**. Curitiba: Prismas, 2017

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **O longo combate às**

desigualdades raciais. 2020. Brasília, 2020. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=711>. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção Primária à Saúde.** Nota Técnica n.20/2020, SAPS/GAB/SAPS/MS. Brasília, 2020. Disponível em: < <http://www.mpgg.mp.br/portal/conteudo/notas-tecnicas-ms> >. Acesso em: 30 out. de 2020.

COSTA RIBEIRO, C. A. Classe, Raça e Mobilidade no Brasil. **Revista Dados – Ciências Sociais**, 2006.

GOES, E.; RAMOS, D. O.; FERREIRA, A. J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.18, n.3, 2020.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Relações raciais no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Rio Fundo, IUPERJ, 1992.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Origens e Destinos - Desigualdades Sociais ao Longo da Vida.** Rio de Janeiro: TopBooks, 2003

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas In: **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18 (Suplemento), 57- 65, 2002.

ROBERTO, CLÁUDIO; SEIXAS, Raul. Maluco Beleza. In: SEIXAS, Raul. **O dia em que a terra parou.** Rio de Janeiro: Warner Music, 1978.

SILVA SOARES, I. A trajetória dos estudos de relações raciais no Brasil. **PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos**, UniCEUB, Brasília, v.2, n.1/07.

SILVA SOARES, I. **Abrindo caminhos, construindo novos espaços de afirmação:** ações afirmativas para a população negra brasileira na educação profissional e tecnológica. Curitiba: Appris, 2011.

SILVA SOARES, I. **As guardiãs dos Orixás.** 2003. Monografia (Graduação em História) – UniCEUB, Distrito Federal.

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES. **Centro de estudos afro-asiáticos.** Boletim: Os números da cor, n. 01. Rio de Janeiro, 1996.

Mujeres afro- potiguaras:

Una experiencia de quilombamento

STEPHANIE CAMPOS PAIVA MOREIRA



Mujer negra y madre, candomblecista, militante del movimiento negro, capoeirista-angoleira y potiguar. Poetisa, pues ha insistido en no perder de nuevo su voz. *Performer*, su cuerpo habla en las calles, en el mato y en las encrucijadas, acerca de las prohibiciones que pesan sobre los cuerpos de las mujeres negras. También es antropóloga, trabaja con la creación de memorias por poblaciones subalternizadas en Brasil. Creadora de la marca Negro Charme Moda Afro- potiguar.



Esscribir para la publicación *Insumisión Intelectual de Mujeres Negras Nordestinas* correspondió a un desafío, ya que, estamos delante del trabajo de recrear presentaciones, las cuales han sido cargadas por el peso histórico de pertenencia en diversos tipos de periferias. Los discursos oficiales transmitidos a partir de la historiografía y de la prensa nacional han creado la representación del Nordeste como periferia nacional, heredera de la decadencia de la economía del azúcar, en permanente escasez de condiciones de vida, de agua y hasta mismo de capacidad intelectual. Somos la región más negra del país, hecho que se suma a las construcciones racistas y estereotipadas construidas sobre la identidad regional – de ser nordestino.

En este artículo, estamos hablando a partir del lugar de mujeres negras potiguarenses y de las peculiaridades en las historias de las poblaciones negras de nuestro estado. Elegimos pluralizar la narrativa dialogando con algunas mujeres que han tenido experiencias importantes y que nos ayudan a entender como seguir en frente.

El contexto de la reflexión reposa en este año atípico, cuando vivimos bajo orientaciones de seguridad biológica colectiva contra el riesgo de contaminación y muerte por la Covid-19, cuando también el ejercicio de la

necropolítica (MBEMBE, 2018) se adensó por medio de los diversos ataques contra las poblaciones en situación de vulnerabilidad socioeconómica y racial. Hablé con artistas, militantes, madres, candidatas y profesoras negras, y pude sentir la forma como estamos siendo desafiadas y, principalmente, inventivas y nos fortalecemos colectivamente.

El Rio Grande do Norte es el segundo menor estado del Nordeste en expansión territorial, ubicado entre el Ceará y la Paraíba. Al leste del estado está el océano Atlántico, que baña su capital, Natal. Esa es una ciudad que acumula procesos de colonización, con barcos aportando en la costa y siglos de conflictos entre portugueses y holandeses; y también, con diversas campañas en el litoral y en el interior para el exterminio, la expulsión y la esclavización de poblaciones indígenas, siendo la más conocida la guerra de los Barbaros o Confederação dos Cariris, ocurrida entre los siglos XVII y XVIII.

Por las playas del centro de Natal, a la derecha de la Barra de Rio Potengi, en su encuentro con el mar, está localizado el Forte dos Reis Magos (primera fortificación construida por personas negras e indígenas en situación de esclavitud) que inauguró la ciudad, teniendo como marco una misa realizada el 25 de diciembre de 1600, y de donde viene su nombre, de la navidad. Su localización permitió el control de la entrada de invasores europeos en el territorio, por vía navegable del rio Potengi.

El barrio de Santos Reis, alrededor del Fuerte, posee población notablemente negra, abriga escuelas de samba, terreros de candomble y umbanda, y en la playa, uno de los lugares de referencia, está la estatua de Iemanjá. La imagen representa un local de culto de diversas casas de religión de matriz africana de la ciudad, parte significativa liderada por religiosos blanco-mestizos. En ella, Iemanjá está representada por la figura de una mujer negra delgada, longilínea, cabellos lisos y largos y piel clara.



Aun así, viene sufriendo reiterados ataques de intolerantes religiosos que, vez u otra, les quitan las manos. Ese *ethos* de invisibilización y violencia simbólica contra las poblaciones afro indígenas rondan los temas sobre la identidad racial en el estado.

Un salto en el tiempo para la Segunda Guerra Mundial y tenemos la instalación de la base militar en Parnamirim, en la región metropolitana de Natal, como punto estratégico para la instalación de soldados norteamericanos, de donde vino la jerga más característica del lugar: “boy”, atribuida, sin diferencias, a hombres y mujeres en su uso popular. De donde vinieron también los varios hijos mestizos de la guerra, con padres blancos retornados a sus viviendas norteamericanas.

En las últimas décadas del siglo XX, nuestras playas fueron foco de especulación inmobiliaria relacionada al crecimiento del turismo del sol y mar. Inversionistas y turistas extranjeros no eran poco comunes y empezaron un proceso de gentrificación de los espacios costeros, donde las poblaciones locales afro indígenas fueron periferizadas de nuevo.

Al final de la década de 1990, cuando pasé a experimentar Natal, como moradora emigrada del interior agreste, tenía 12 años de edad. Antes de eso vivía – era creada – en São Paulo do Potengi, en la tierra del rabaqueiro Fabião das Queimadas, hombre negro que compró su libertad y la de su familia a partir de lo que conseguía ahorrar presentando su arte.

Es posible que se crea que la esclavitud tenga sido un tema ajeno a la nuestra historia y que la experiencia de vida de la persona afro-potiguar no sea afectada por racismos estructurales cotidianamente. Somos de una tierra en que el levante étnico comúnmente se nombra afro indígena, donde se afectan la morenidad y el ser caboclo, entre otras identidades en construcción y disputa. En ese lugar, ser una persona negra de piel oscura significa muchas veces no ser de aquí. “¿Tú eres baiana?”, “¿Tú eres de Rio de Janeiro o de Pernambuco?” o “¿Tú eres de Guinea Bissau?”, de forma que los estereotipos de negritud y pertenencia aun apuntan para otros territorios.

Voy a contar un ‘causo’ de aquí cerca, hablando de los míos y de mí, para que entiendan un poco más de ese lugar. Un pedazo de la realidad yo heredé de mi abuelo materno, Paulo Mariano, negro, indio, trabajador campesino, que cuidaba de las tierras ajenas en el Vale de Potengi, las cuales fueron abandonadas en algún declino del ciclo económico regional, probablemente, de algodón. João

Avenerável Pimentel – el João Pequeno- era un granjero rico y blanco, patrón de mi abuelo. Él decía que Paulo Mariano era “un negro de alma blanca”, un negro honesto. Paulo Ferreira Campos, nacido en 1918, era nieto de doña Mariana, esposa de Joaquim, todos lo llamaban Paulo Mariano por cuenta de su abuela. En el día lo cual hizo su título de elector, el notario y dueño de la oficina de registros, Dinarte Paiva de Carvalho, le dijo: “¿Qué es eso Paulo? ¿Qué historia de Paulo Ferreira es esa? Nadie te conoce como Paulo Ferreira, tu nombre es Paulo Mariano.” Así, nació en mi casa el linaje de los Mariano, los nietos y bisnietos del señor Paulo.

Doña Mariana, antes una chica indígena — el grupo étnico de lo cual hacía parte aun no he conseguido identificar — fue cazada en el mato junto a su madre. Ellas fueron puestas en un cautiverio y su madre, insumisa, no comió tampoco bebió durante tres días, viniendo a morir por hambre de libertad. La niña, aún muy joven, comió y bebió, y también insumisa, sobrevivió. La niña era Mariana, abuela de mi abuelo Paulo. Hay un soplo de historia para sumergir, que habla de una familia blanca que cazaba gente nativa en el mato, en el interior del Rio Grande do Norte, y las ponían dentro de los dominios familiares para el servicio de la casa y de los cuerpos, tales mujeres se convirtieron cumbres de generaciones. Doña Mariana parió su hija y luego se convirtió madre de mi abuelo. Ella nombró varias generaciones que se siguieron.

A lo largo de su vida, mi abuelo Paulo fue tratado como hombre negro, mismo que la historia apunte para su ancestralidad indígena, porque la lectura que hicieron de él — rechazando su ancestralidad expropiada — chocaba siempre en el oscuro de su piel.

Mi abuela materna se llamaba Maria Celsa, era esposa de Paulo, una trabajadora rural humilde de piel blanca y ojos gateados. La pareja, entonces, tuvo hijos blancos y negros. Mi madre, nacida blanca, me decía que: “cuando querían decir que la gente no era sumisa, llamaban de negritas de Paulo Mariano”, como forma de menospreciarlas, aun que fuera por la negritud de su padre.

Al fin y al cabo, mi madre se casó con un hombre afro gaucho y yo nací en RN, oscura y crespa. Mi mitad potiguar es, entonces, agreste, de acento rítmico y seco, pues somos uno de los estados brasileños que no construyeron acentos profundamente chilidos (una herencia portuguesa y más notable en ciudades que han vivido la experiencia de capital nacional, vivienda real, imperial y

republicana). Nosotros aquí decimos un “d” desmalezado, de capoeira limpia. Nuestro “p” se amplía piado y ese es el chascado de nuestra habla potiguar. Todas esas memorias de familia son renovadas cuando razono sobre experiencias de ser afro indígena potiguar.

Esta escrita es un ejercicio casi sensitivo, de revisita, algo que ha sido recurrente en este año pandémico. Para mí, el despertar sobre las problemáticas alrededor de las negritudes y los estudios sobre ancestralidad negra — para más allá de las experiencias de mujer negra — ocurrieron cuando conocí a los movimientos negros de mediados de los años 2000, fundamentales para la promoción de aprendizajes sobre la temática étnico-racial y para el fortalecimiento de la población negra potiguar, con la presencia contundente de las comunidades quilombolas organizadas.

The image shows the words "Rio Gra" written in a thick, yellow, brush-like font. The letters are bold and have a textured, hand-painted appearance. The "R" is particularly large and prominent, with a long vertical stroke. The "i" is small and sits on the top of the "R". The "o" is a simple circle. The "G" is large and has a thick, curved stroke. The "r" is smaller and has a thin, curved stroke. The "a" is large and has a thick, curved stroke. The text is set against a plain white background.

El marzo de 2006, ocurrió el II Encuentro de Comunidades Quilombolas, un evento que acompañé como estudiante investigadora, donde conocí personas que viven en la comunidad de Coqueiros y empecé, entonces, mis investigaciones. Un año después, marzo de 2007, se consolidaba un marco institucional para la negritud potiguar cuando hubo la creación de la Coordenadoria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (COEPPIR), con la finalidad de elaborar y monitorear la implantación del Plano Estadual de Igualdad Racial (FREIRE, 2012; MOREIRA, 2007)

Una de las mujeres con actuación perene en los movimientos negros es

Giselma Omilê que ya actuaba como militante en aquel periodo y actualmente está ocupando el lugar de coordinadora estadual de COEPPIR – RN. Priscila Oliveira, mujer negra del Norte del país y creada en RN, madre de un chico autista, Piero, dice que fue con las conferencias de mujeres, juventud y igualdad racial, que empezó a comprender la importancia de asumirse y reconocerse como negra, así como discutir ese racismo velado. Teniendo nacido en una familia de blancos dice que no tiene trazos fenotípicos tan marcados. Priscila se definía como “morena, una negra de rasgos finos” y empezó entonces a comprender que ese discurso está arraigado en el propio racismo. “Yo empiezo a tener esa comprensión cuando tengo ese acceso, con la COEPPIR”. En la época, los mismos movimientos que impactaron y redireccionaron mis cuestiones a punto de mudarme para Salvador, Bahía, en 2016, donde me dediqué a nuevos estudios sobre la afro diáspora.

Norte do
NORTE

Devuelta por la fuerza de las situaciones de mi estado, el marzo de 2020, estando más cerca de casa, oí historias, escribí sobre ancestralidades, resolví los baúles de memorias de mis padres, poeticé. Revisité también mis primeras investigaciones realizadas durante la graduación en Ciencias Sociales y las de la maestría en Antropología Social, realizadas en la UFRN, y concluidas en 2007 y 2010, respectivamente. Resolví, entonces, reconocer las tierras de ‘poti’ de nuevo, a partir de los ojos de otras mujeres que tenían hilos de pertenencia parecidos con los míos y que resignifican sus trayectorias mediante quehaceres cotidianos, trabajos, creaciones artísticas y acciones políticas.

Mi preocupación ha sido, entonces, observar como mujeres negras han reconstruido una representación para el RN a partir de sus propias perspectivas; e intento alimentarme de esas experiencias para poder visualizar nuevos caminos de comprensión y acción como mujer, madre, intelectual negra y militante. Todo lo que nosotros fuimos y accedemos nos llevó para nuestro presente, los ‘causos’ de nuestros padres y abuelos, la literatura, el arte y las formas de hacer política a los cuales tuvimos acceso. Entonces, mirando hacia el ahora, problemático, atípico, pandémico, encontramos fuertes movimientos de resistencia y resignificación de la realidad.

Aunque ya tengamos más presencia en el universo académico, ese todavía es un lugar que niega nuestras narrativas y subjetividades. En él, me encuentro con Maiara Juliana, la historiadora carioca, creada en Rio Grande do Norte. Una mujer negra, nieta de doña Maria, antes empleada doméstica en las casas de la élite del Rio de Janeiro. Es hija de Marli Ribeiro, mujer negra, pedagoga, siendo la primera de la familia a poseer nivel superior completo. Es también madre de Sofia Valentina, una niña negra de cuatro años de edad.

Durante el aislamiento social, actuó en varias producciones intelectuales que tiene como objetivo la producción de conocimiento para el fortalecimiento de la población negra. Maiara es una de las coordinadoras del proyecto *Feminismos en debate*, y, durante la cuarentena, organizó clases públicas abiertas, impartidas para un público compuesto por: discentes secundaristas, de graduación; por profesores y profesoras; e investigadores e investigadoras. Tuvo como objetivo trabajar las obras de escritoras negras: Lélia González y Patrícia Hill Collins. En alusión al día 25 de julio, día internacional de la mujer negra, latinoamericana y caribeña, el proyecto hizo una breve investigación sobre algunas mujeres negras con actuación en el estado del Rio Grande do Norte, de modo que divulgue sus trabajos.

Se dedicó a escribir sobre feminismos negros y también participó de la fundación de la revista virtual *Mulheres do Fim do Mundo*, un espacio de escrita, intervención pública y diálogos vueltos para mujeres, “hablando a partir de diferentes lugares sociales, de identidades plurales, como mujeres que viven los problemas del sur global bajo los efectos del patriarcado, de la colonialidad, del racismo y del sexismo”. Cuando Maiara se presenta, su abuela, madre e hija viene antes de su formación académica, ella se reconoce colectivamente.



La simbología de Sankofa también resona en la voz de Clara Pinheiro, en su disco *Volte e Pegue*, lanzado en el segundo semestre de 2020. Con su poética, la cantante natalense aborda los matices de ser mujer negra viviendo en una región periférica de la ciudad de Natal, partiendo de reflexiones acerca de su familia formada por mujeres, imagen que constituye la portada de su disco. Ella también trata de la pertenencia étnica de mujeres negras de piel más clara y rasgos negroides, una demanda bastante presente en el contexto potiguar, como podemos escuchar en la primera canción intitulada *Negra*, que, en ejercicio creativo reflexivo, dice sobre ella misma: “*Clara negra pele, negra pele Clara, Clara de alma negra, de alma negra Clara*”, en una performance vocal que se convierte en una experiencia de oírlo en algo único. En la canción *Mesmo*, trae también la temática del apartheid social y étnico de nuestra ciudad, cuando dice:

*Porque não sou santa, sou vira lata,
não me misturo com a sua laia mesmo (...)*

*Porque não sou santa sou vira lata,
só me misturo com a minha nata mesmo.*

Eu sou do gueto, sou da favela.

PINHEIRO, 2020.

Clara se preguntaba si era prudente hacer lanzamientos en cuanto había tanta gente pasando dificultades, muriendo a los montes, llegó a posponer la agenda, pero el proceso se fortaleció, fue a público y resonó. En el mismo disco, *Volte e Pegue*, grabó la canción *Novas Formas*, de Marília Negra Flor (Iyalê), en alianza con la rapper potiguar Pretta Soul, que dice:

*Eu digo às pretas, venham pra cá,
nós precisamos começar novas formas de amar.
Tranquiliza-te e reconstrói
Esse sistema pouco a pouco nos destrói,
e não merece não o adoecimento das mentes pretas,
nossas mães e seus lamentos.*

IYALÊ, 2020.

Iyalê canta sobre Ifé Onã, el camino del amor. También pedagoga, desarrolló un trabajo de mucha sensibilidad sobre hacerse “pedagopreta”, trabajo en lo cual presenta una propuesta metodológica de enseñanza-aprendizaje para que profesores negros eduquen niños negros y blancos. Su propuesta tiene como objetivo “posibilitar a los niños negros un ambiente seguro y acogedor para las emociones, para los afectos, para la garantía de representatividad” (XAVIER, 2019).

Las relaciones interraciales han sido para ella una cuestión importante como artista y educadora negra, que vino, así como yo, de una familia mestiza, donde blancos y negros son, muchas veces, hermanos dentro de la misma casa. Frente a eso, nos sobra la palabra a ser dicha, lapidada, reflejada y dialogada, que dice:

Nutridos de afeto, carinho, de referências positivas sobre quem somos, ficamos mais seguras para nos aprofundarmos e nos relacionarmos mais com nossa negritude, sabemos o quanto a luta contra o racismo, bem como a própria existência enquanto pessoa negra afeta a nossa saúde emocional e segurança afetiva, mas quanto mais trabalhamos esses aspectos ficamos mais fortalecidas para transformarmos nossas dores e carências em força para lutar, é nesse momento que podemos percorrer o “Orí Onã”, aproximar as crianças da nossa história, cultura; desmistificar a nossa religiosidade; torná-las

conscientes do processo histórico que passamos e da nossa luta para romper com o modelo que nos é imposto. (XAVIER, p. 10, 2019)

Orí Onã — el camino del conocimiento — permitió fuerza para Yyalê lanzar durante la pandemia un *single* llamado *Se fecha branquitude*, lo cual dialoga con la branquitude potiguar, que no ahorró polémicas, creatividad o trabajo colaborativo. Ella nos dice que “ser negra y nordestina [nos] prepara para batalla”:

*Meu sorriso minha arte ninguém pode derrubar
Minha fé o meu axé pode até te incomodar
Nasci preta e nordestina e não vim só a passeio
Se fecha branquitude, eu já tô de saco cheio.*

IYALÊ, 2020.

Pretta Soul (Jéssica Maiara) trajo *Poder Preto*, un *single* que estrenó el julio de 2020. Por medio de sus letras oímos sobre la experiencia de personas periferizadas racializadas. Llama la atención para las dificultades de las personas “de piel oscura’ a los ojos de esa sociedad racista”:

*Não escolhi ser negra, foi presente
Mas se tivesse que escolher
Seria negra novamente*

PRETTA SOUL, 2020.

La poética, subjetividad y perspectivas de ancestralidad de esas y de otras negras han resonado entre nosotros. ¿Lo que esas mujeres nos están hablando? Una respuesta posible viene de Rosy Nascimento (2020), que reivindica visibilidad y respeto diciendo que “el arte potiguar es negra e indígena”. Cuando empecé esa nueva jornada en tierras potiguaras, la conocí a partir de los trabajos los cuales cuestiona los marcos recolonizadores en el arte y literatura potiguaras. Ella se pregunta: “¿Y yo no soy escritore?” Así se llama el artículo en que son presentadas doce autorías para diversificar los colores y los géneros en la literatura potiguar. Rosy Nascimento se

presenta como cineasta, productore, audiovisual, investigadore y escritore potoguar. Ella construye un colectivo de cine negro, o *Mulungu Audiovisual*, y cree que la literatura el cine son dispositivos importantes para la garantía, la manutención de los derechos y para la construcción de una imagen afirmativa de las comunidades indígenas, negras y LGBTQIA+. Dice también, em 2020, iniciativas que dialogan con las Artes y Cultura también fueron fundamentales para la manutención del sentimiento de unión racial, a pesar del aislamiento.

Siguiendo con el objetivo personal de investigar las autorías racializadas del estado y, a partir de eso, promover un espacio cultural vuelto a valorización y divulgación de esas autorías, Rosy Nascimento propuso el *Sarau Preticência*, en formado de *lives*, en la aplicación Instagram, durante la programación del *Julho das Pretas*, solidificando esas reflexiones. Ella cuenta que a pesar de que existan colectivos e iniciativas con más tiempo de duración, el colectivo feminista. *As Carolinas* hizo parte de su proceso de reconocimiento identitario a partir de 2016; y fue un espacio afectivo para aterramiento de raíces.

En la década de 2019, el perfil organizativo de los movimientos negros en Natal se reconfiguró a partir del surgimiento de colectivos negros.



Construímos, com o auxílio de diversos braços, espaços coletivos alinhados as nossas lutas, crenças e tempo. Como é o caso das iniciativas artísticas, no Rio Grande do Norte, a primeira nação de maracatu de Natal, a Nação Zambêracatu; o *Movimento Cultural Nossos Valores*, que promove a inclusão social de crianças e adolescentes, no bairro da Redinha, utilizando a arte, a cultura e a educação como elementos de transformação e criação de uma nova cidadania; o *Festival Mungunzá*, dedicado à divulgação e celebração da música negra potiguar; o coletivo de cinema negro *Mulungu Audiovisual*; o *Cineoka!*, voltado para exibição e debate do cinema indígena, que ocorre na área de preservação indígena Gamboa do Jaguaribe; o grupo de estudos em danças africanas *Jahi Afrocentricity*; o Coletivo Independente Dependente de Artistas (CIDA), também engajado no exercício da dança; o Projeto *Literafro*, voltado para a promoção da literatura periférica/marginal do RN; os coletivos feministas *Negras de Periferia* e *As Carolinas*; o Coletivo *Viramundo Potiguar*, que fomenta arte e



a educação básica no Passo da Pátria; o Quilombo Flor de Milho, coletivo afrocentrado de artistas-pesquisadoras; O Quilombo Raça e Classe, dedicado à construção, organização e articulação do Movimento Negro no Brasil; o Ninho de Guabiru, coletivo artístico, cultural e político que articula as suas discussões em torno da interseccionalidade, envolvendo debates sobre raça e sexualidade, a partir das vivências negras/indígenas e LGBTQ de seus componentes; o Guapo, coletivo de produção artística e cultural com referências latino-americanas na busca por um resgate identitário; a organização de mulheres negras feministas Ajagum Obínrìn; a Coletiva Jurema Preta, que realiza estudos e debates sobre as relações raciais no Brasil a partir de autores negros e negras; o Movimento Indígena do RN, dentre os inúmeros grupos de *break dance*, *slam*, *crew*, capoeira, danças populares, e demais junteiros dedicados a circularidade criativa e fruição artística racializada existentes no estado (NASCIMENTO, 2020).

Hubo una diversificación y pluralización de los ‘pretagonismos’ potiguares como podemos ver en diversas esferas de las artes, de la literatura y de la intelectualidad en nuestro estado y creemos que ese movimiento tiene reformulado profundamente las formas de representación de persona afro potiguar, dándole complejidad y permitiéndole pertenencia efectivo y afectivo — “hago cuestión de poner en mi texto que negras y negros se están amando”.

También en la esfera de las políticas y gestiones publicas tenemos ocupado espacios. En este año tenemos por la primera vez en Natal una candidatura negra y periférica al cargo de vice alcalde, Tatiana Pires, habitante del barrio de Areia Preta. Ella nos dice que siendo mujer, negra y pobre en las articulaciones políticas tienen siempre que probar su capacidad de evitar, al máximo, cualquier tipo de error, que tiene un peso diferente sobre las mujeres negras — un aprendizaje que vino de las orientaciones de su madre. En los últimos años, Tatiana ha percibido el aumento de la auto identificación racial de la población negra, que “en los años 80 éramos morenos, era una cuestión cultural, pero la cultura nosotros cambiamos, cabe a nosotros en cuanto individuos, en cuanto sociedad, hacer ese cambio necesario.” Tatiana señala, aún, la importancia de la



educación para la igualdad étnico – racial dentro el ambiente escolar.

Además de ella, este año tenemos algunas otras candidatas negras intentando espacios en la Cámara Municipal, lo que tiene cambiado la campaña política. La diversidad ha dejado de ser un discurso figurativo para ser vivificado por pieles oscuras y cabellos crespos en campañas hechas en las calles, en las paradas de autobús, dentro de los transportes públicos, con candidaturas colectivas de mujeres. Los ritmos y composiciones están ritmados por brega funk y por el rap, presentando una nueva estética, cuya diferencia se percibe en los tradicionalismos oligárquicos de nuestro estado.

Tatiana Pires dice que esa elección atípica tiene sido una oportunidad de reformular la política y percibe que muchas personas todavía no saben como comportarse. Como mujer negra en ese escenario, ella se ha preocupado para que las mujeres estén activas dentro de los partidos, construyendo agendas de campaña, construyendo colectivamente los retos, y no solamente ocupando espacios subsidiarios, preocupadas con el hacer político de fortalecer el funcionamiento de los equipamientos públicos necesarios a la calidad de vida de tantas mujeres negras jefas de familia.

Esa cuestión estaba presente en la habla de Giselma Omilê que, en su actuación en la COEPPIR, durante la cuarentena, percibió que al mismo tiempo en que dialogaba en el sentido de la importancia del aislamiento social, notaba la realidad de la escasez de recursos que se hacía presente, en la medida en que las personas negras están en situación de vulnerabilidad o no tenían renta o no conseguían subsistir a partir de la informalidad profesional, siendo así, la primera demanda recibida por ella fue la seguridad alimentar y nutricional, con la distribución de kits básicas.

A partir del Programa *RN Mais Unido* el centro coordinador pudo hacer el acompañamiento de las entregas de kits alimentares, alcohol en gel y mascarillas en las comunidades quilombolas, indígenas, comunidades periféricas, ranchos gitanos y pueblos de terrero. En seguida, estaba la cuestión de la salud pública, con la diseminación de informaciones sobre protección e identificación de síntomas presentadas por la prensa y la dificultad de las comunidades en tener acceso a las pruebas para diagnósticos de la Covid-19. Giselma dice que el convivio con el domestico se quedó mucho más intenso por tenernos que estar constantemente en el mismo espacio dando cuenta de tareas distintas. “Esa cosa es puesta para la gente: de que conseguimos hacer miles de cosas al

mismo tiempo, pero yo no sé si es eso, creo que es la propia estructura que nos fuerza (...) En la pandemia nosotros quedamos muchos más sobrecargadas en cuanto mujeres negras”. (Giselma Omilê, en entrevista realizada en noviembre de 2020). Y entonces, al volvernos para casa, aun somos madres. Giselma dice que “no hay otro camino, para pensar la autonomía de la vida de las mujeres, que no sea por medio del funcionamiento de las estructuras publicas que funcionan y que consigan dar respuesta para la vida de las mujeres, y de las mujeres negras” (Giselma Omilê, en entrevista realizada en noviembre de 2020).

Con Priscila Oliveira (2020) aprendimos sobre otros desafíos no tangibles a la mayoría de nosotras. Ella dice “mi activismo es diario en mi vida.” Militante en el área en favor de las personas con deficiencia, es una de las coordinadoras del Movimento Independente Pró- Autismo (Movipa). Ella cuenta que para enfrentar la pandemia utilizó el mecanismo de las lives, en que personas con deficiencia y profesionales del área eran oídas, en busca de llevar concienciación y debatir algunas violaciones de derechos. En cuanto madre atípica, viviendo una época la cual el toque es aun más difícil, habla de como la ineficiencia de los equipamientos públicos presiona aun más las batallas cotidianas:

São lutas constantes. Talvez quando voltarem as aulas das escolas públicas nós não possamos voltar ou eu não me sinta à vontade para voltar, porque meu filho é sensorial, ele lambe as coisas, ele deita no chão, ele precisa sentir o calor, ele precisa sentir o chão, ele precisa se deitar (...) Meu filho não tem problema, quem tem problema é a sociedade que não compreende o que é diversidade, e é muito similar à questão da pessoa com deficiência (Priscila Oliveira, em entrevista realizada em novembro de 2020).

La condición de la familia con un niño autista, sensorial, sumada a los racismos cotidianos, se transformó en la experiencia de moverse y permanecer en el espacio publico algo aun más adverso. “Tuvimos algunas regresiones, tuvimos algunas conquistas, ¿lo que hacemos? Es respirar, un día de cada vez, y con calidad de vida, lo máximo que nosotros podremos.” (Priscila Oliveira, en entrevista realizada en noviembre de 2020)

¿Lo que cambia para nosotros ‘pretos’?

Estou sempre ‘atente’ ao exercício do olhar sensível sobre o mundo, de modo a ampliar referências e atuar colaborativamente cada vez mais em projetos e iniciativas. Acredito que exista uma dificuldade colonial de atuar em coletividade, que, cotidianamente, é questionada por pessoas e grupos que investem nessa forma de atuação social. O futuro está sendo remodelado pelo presente, e a conquista é o direito diário do bem viver (NASCIMENTO, 2020)

Mirando hacia el Rio Grande do Norte hoy, a la luz de sus movimientos negros, me siento aquilombada. El enfrentamiento a la crisis de la Covid-19 fue más efectivo para nosotros porque tuvimos antes una caminata de fortalecimiento, con destaque para el liderazgo de las mujeres negras, en varios aspectos, y fue lo que permitió que muchas de nosotras identificáramos y reconociéramos la potencia de sus acciones vueltas para un colectivo, lo que se volvió posible reaccionarnos juntas y, por eso, con más potencia. De acuerdo con Abdías Nascimento (2019)

Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial (...) Os quilombolas dos séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX nos legaram um patrimônio de prática quilombista. Cumpre aos negros atuais manter e ampliar a cultura afro-brasileira de resistência ao genocídio e de afirmação de sua verdade.

Estamos reconstruyendo la representación que se tiene de nosotros dentro del estado del Rio Grande do Norte a partir de cada ocupación, de la contestación de la historiografía oficial y de las herencias de expropiación, del ejercicio de encontrar nuestro lugar identitario, como muchas dicen, y donde también me reconozco como afro indígena.



Tenemos la comprensión de que necesitamos estar atentas y nos cuidamos para que otras Marianas — nuestras riquezas ancestrales — no sean más cazadas en el mato y expropiadas de sus raíces.



FREIRE, Máira S. de L. “É a luta da gente!”: juventude e etnicidade na Comunidade Quilombola de Capoeiras, RN. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

IYALÊ. Novas formas. In: PINHEIRO, Clara. **Volte e Pegue**. São Paulo: Tratore. 2020. EP.

IYALÊ; SOUL, PRETTA. **Se fecha branquitude**. 2020. Disponível < <https://open.spotify.com/artist/5XgqaDcBm4bi2Q95rbNbj2>>. Acesso em: 08 abr 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

MOREIRA, Stéphanie C. P. **Antropologia das mediações: um estudo sobre trocas, tensões e hierarquias em Coqueiros, Vale do Ceará Mirim**. 2010. Dissertação (Mestrado

em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

NASCIMENTO, Rosy. **A arte potiguar é negra e indígena**. Disponível em: < <https://medium.com/@rosydnascimento/a-arte-potiguar-%C3%A9-preta-e-ind%C3%ADgena-2c57f67dae71> >. Acesso em: 19 maio 2020.

NASCIMENTO, Rosy. **E eu não sou escritor?** Disponível em: < <https://medium.com/@rosydnascimento/e-eu-n%C3%A3o-sou-escritore-8a666328db0> >. Acesso em: 19 de ago 2020.

PINHEIRO, Clara. Mesmo. In: PINHEIRO, Clara. **Volte e Pegue**. São Paulo: Tratore. 2020. EP.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. **Black is King**, apesar da Lilia Schwarcz. ISS/ISBN. Natal: UFRN, 2020.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. **Entrevista com Elza Soares**, 2020 (Programa de rádio/TV).

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. **Revista Mulheres do Fim do Mundo**. Disponível em: < <https://www.mulheresdofimdomundo.com/> >. Acesso em: 2020.

SOUL, PRETTA. **Poder Preto**. 2020. Disponível em: < <https://pantim.com.br/conheca-a-nova-musica-da-pretta-poder-preto/> >. Acesso em: 08 abr 2021.

XAVIER, Marília Farias. **Pedagopreta**: escrivência de uma mulher-negra-educadora na construção de uma etnopedagogia. 2019. TCC.

Tiempos de Atravesar:

Yo, mujer negra, me muevo sin cesar

YÉRSIA ASSIS



Yérsia Assis es negra nagô, de samba de Aboio de Santa Bárbara, nieta de Zé Paizinho, nieta de una tejedora, hija de profesora, Ekédji en Ilê Axé Omin Mafé. Doctora en Antropología Social por la UFSC/NUER. Científica social, antropóloga por formación, profesora. Actúa en grupos de entidades de la sociedad civil vehiculadas a discusiones sobre derechos humanos, justicia, combate al racismo, promoción para la educación de las relaciones étnico-raciales, grupos religiosos de matriz africana y educación antirracista. Hizo bachillerato em Ciências Sociais en la Universidad Agostinho Neto, en Angola, el año de 2017 (CAPES/AULP). Es miembro del Grupo de Estudios Culturales Relaciones Interétnicas e Identidades (GERTS/UFSC); miembro del Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI/UFSC); y miembro del Núcleo de Identidades e Relações Interétnicas (NUER/UFSC). Integra la ONG Casa de Mar y la Sociedad Omolàiyé.



*(...) Se queres embarcar nesta
viagem, não esqueça o fardo que
gerações te legaram, passaporte de
alegrias e dores,
sem flash e sem rosto,
Se queres embarcar nesta viagem,
deixe rolar as pedras
inofensivas no tempo, marcas do teu
existir.*

NASCIMENTO, 2018.
NO TEXTO “ANOS 60”.

OI.

Movida por los vientos:

voy moviéndome

Escribir es un acto de poner las palabras, frases y párrafos los sentidos para elaboraciones reflexivas. La escrita está presente en la humanidad desde los tiempos antiguos y es un instrumento fuertemente asociado a la reflexión, a la sabiduría, al acto de pensar. Escribir y pensar son actos directamente asociados a la razón. La razón se construye como un campo denso, dinámico y llenos de disputas, a ella es ofrecido el lugar de ser una máxima que conduce las acciones de la humanidad. Esas acciones definen como nosotros, seres habitantes de la Tierra, nos comportamos o no. Pero, en esa travesía de pensar, ¿a quién fue ofrecido el derecho de razonar? ¿De (de)tener la razón?

En el juego de la formación social del mundo, especialmente después de las vueltas de los regímenes coloniales y de las inauguraciones de las modernidades (MINGNOLO, 2003), un lugar muy precario fue ofrecido a las poblaciones no blancas, todas ellas: negra-africanas, africanas-árabes, indígenas y asiáticas. En la conformación del mundo moderno, esos fueron considerados los que no sabían pensar o poco sabían sobre ese acto/hecho.

De esas poblaciones, la negro-africana sufrió por medio de diversos tipos de mecanismos y dispositivos que reforzaron y mantuvieron perspectivas de que personas negras no saben o no pueden pensar. No podría así existir una razón negra, un pensar negro. Esa afirmación, de un modo o de otro, persiste de diversas formas, en África y en las diásporas. Contra ello, son muchos los levantes del pensar que son emprendidos desde el momento lo cual personas negras consiguen tener algún tipo de control sobre sus narrativas, transformándolas en documentos escritos, haciendo que valga de esa manera del mismo dispositivo introducido por el colonizador, aunque subvirtiendo y cuestionando el orden de las subjetividades reflexivas (y mismo de la escrita), como hace Fanon (2008). Las luchas y disputas sobre la posibilidad de la constitución de un orden negro del pensar son constantes, dinámicas y figuran en una de las principales luchas de los movimientos sociales negros por el mundo, pues, esa lucha se trata de educar los pueblos negros en África y sus diásporas. En ese grande vendaval de luchas y posibilidades, trayectorias como las mías se suman como un pequeño soplo para el grande viento de cambio, que es instalar, con cada vez más fuerza, el pensar negro y la razón negra por detrás de eso todo. Siendo yo una joven mujer negra nordestina, entiendo que mis subjetividades, delante de la construcción de pensar y también de la propia noción, parten de otro lugar, soy afectada por otros modos de narrar, de observar, de describir, de sentir y de pensar, y eso no corresponde a un no lugar del pensamiento, como enseña Lélia Gonzalez (2018):

(...) muitas vezes é exprimido de maneira a considerar o nosso discurso, de mulheres negras, como uma forma de revanchismo ou de cobrança. Outro tipo de resposta que também denota os efeitos do racismo cultural, de um lado, e do revanchismo, de outro, é aquele que considera a nossa fala como sendo “emocional”(...) O modo mais sutilmente paternalista é exatamente aquele que atribui o caráter de “discurso emocional” à verdade contundente da denúncia presente na fala do excluído. Para nós, é importante ressaltar que emoção, subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam renúncia à razão, mas, ao contrário, num modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de outra razão (GONZALEZ, 2018, p. 75).

Se trata, por lo tanto, de otra razón, de nuestra razón, que son plurales y diversas, heterogéneas en las reflexiones y en nos actos, pero, no por eso, desconectadas. Todas ellas posibles, y todas ellas destinadas a ofrecer más y más repertorios para las comunidades negras, posibilitando, por un lado, fortalecer perspectivas y, por otro, deconstruir los sentidos.

De ese lugar voy moviendo mis sentidos, voy moviéndome para pensar, pensando en las travesías que ocurren en todos los momentos que cualquier mujer negra que se mueve hace. Somos hijas de las travesías, y esas travesías nos rellenan y nos vacían en la misma medida que hacían los navíos que se llenaban y se vaciaban, atravesando el Atlántico con nuestras ancestrales. Nuestra razón es pendular, así como son las olas de Iemanjá, que nos mueve y nos enseña a avanzar y a retroceder, siempre observando la vastedad que el mar, entendiéndolo que fuimos paridas durante ese atravesar.





02.

Amplias travesías

Las travesías que acompañan las mujeres negras las ponen en una serie de encuentros, desencuentros, trampas y éxitos. En buena parte de los momentos y movimientos es difícil considerar que esos atravesamientos, esos caminos serán prósperos o imbuidos de una tranquilidad alentadora. En esos tránsitos nos vamos constituyendo como personas, dotadas de posibilidades, de escojas, y, por muchas veces, encarando más de lo que debería ser permitido y menos de lo que es deseado. En esos movimientos vamos buscando formas de lograr lugares, cuestionar sentidos y fijar posiciones. Buscando de esa manera movernos para pensar, para contribuir con los modelos de razonar.

Como muestra bell hooks (2019) hay siempre la necesidad de levantar la voz. Para ellas, el hecho de levantar la voz hace parte de las posibilidades (especialmente para mujeres negras) de tener otros lugares, de desempeñar otras funciones, de tornar, incluso, la vida más activa, más sentida o también querida. Levantar la voz es garantizar la posibilidad del no aniquilamiento, como



ella explica:

Para nós, a fala verdadeira não é somente uma expressão de poder criativo; é um ato de resistência, um gesto político, que desafia políticas de dominação, que nos conserva anônimos e mudos. Sendo assim, é um ato de coragem — e, como tal, representa uma ameaça. Para aqueles que exercem o poder opressivo, aquilo que é ameaçador deve ser apagado, aniquilado e silenciado (HOOKS, 2019, p.37).

bell hooks (2019) entiende que para cualquier mujer negra que se empeñe en cuestionar el *status quo*, existe también por detrás un ímpetu de valentía que no está como común. La valentía de pensar hace crear otras fuerzas (y formas) para habitar. Una fuerza, incluso, que solamente es posible por el legado ancestral. Después de todo, ¿cuál pueblo — después de tanta (y aun) subyugación, opresión, supresión de derechos — consigue producir, pensar, levantarse y levantar la propia voz? Somos hijas e hijos de esa fuerza, y somos, hoy, por la valentía y posibilidades de esas y de esos.

Fuertemente provista por esas valentías, elegí hacer el camino que me movimentara por el pensar, ya entendiendo que iría enfrentar mucho, pero como la que sabe de una pujanza de vidas ancestrales siempre me acompañaría. Resolví levantar mi voz a partir de la educación formal, inspirada en mi madre, Vânia Maria Souza de Assis, primera de toda la familia que cursó una graduación en plena década de 80, y, antes de ella, me inspiré también en mi bisabuela Joana Santos Souza, hija de esclavos libertos, que vivió hasta los 100 años, y que, al conocer la importancia de la educación, se mudó de ciudad para estudiar y poder ofrecer estudios a sus hijos posteriormente. Ella contaba que una mujer que sabía leer y escribir no podría ser dominada por nadie. Hoy, hago un complemento al pensamiento de ella: una mujer que sabe leer y escribir, tanto no será dominada por nadie, como también podrá dominar todo lo que desear.

Mi fuerza ancestral me movió hacia querer y desear conquistar los espacios del pensar. Crecí viendo una madre profesora atravesar una vida para enseñar dentro y fuera de casa, una madre que siempre tuvo brillo en la mirada cuando hablara y actuaba en a favor de la educación y de los cambios que ella puede ofrecer. Mi madre siempre dice: “*quienes no tienen herencias para heredar, necesita estudiar*”. Estudiar para atravesar, para salir del lugar, para levantar la voz

en la perspectiva de cuestionar. Me hice académica con ese tipo de brillo en la mirada. Fui para la universidad consciente de que fácil no sería estar tampoco seguir allá, no sería fácil administrar la realidad de estar en un lugar donde pocas negras podrían estar.

Esas travesías son vastas y profundas, requieren de mí, por un lado, varios tipos de alientos y, por otro, paciencia. Desde la graduación hasta el doctorado fueron (y están siendo) tantos los procesos, que a veces se torna difícil organizar, y más, a veces asusta como si es (y fue) posible gerenciar tantos atravesamientos. De algún modo, al escribir ese texto, recuerdo aspectos de mi trayectoria en cuanto académica negra; primero, en Sergipe, y, posteriormente, en Santa Catarina. En Sergipe, cursé la graduación en Ciencias Sociales y la maestría en Antropología.

Desde la graduación, he buscado aproximarme de discusiones que pudieran ayudarme a comprender las cuestiones que me involucraban en cuanto persona negra. Y comprender más porque la comunidad negra brasileña era (y es) tan ausente en los espacios. Es una sensación que casi todas las personas tienen, pero que me gustaría comprender la razón. Sin embargo, el programa curricular de mi curso (que todavía permanece muy semejante a aquel de cuando ingresé en 2007) no se desplegaba en muchas discusiones sobre las relaciones raciales brasileñas. Considero clásica el programa curricular del curso de Ciencias Sociales, pues privilegia una historicidad teórica eurocéntrica. De modo panorámico, podría ser leída de esta forma.

En esa misma graduación, no tuve la oportunidad de estudiar con ninguna docente negra, y esa observación persistió durante la maestría y el doctorado. El confinamiento racial en el universo académico (CARVALHO, 2003) es un espectro que acaba por atemorizar aun más el cuerpo discente no blanco. Contra ello, y en favor de las respuestas que yo buscaba, elegí construir una trayectoria que me auxiliara en la perspectiva de alimentar mis cuestiones por un lado y por otro, no convirtiéndome aun más rehén de una perspectiva de enseñanza que no me ofrecerá tantas respuestas.

Así, busqué vincularme a grupos de investigación, como el GERTS y el NEABÍ. En esos espacios, pasé a leer, estudiar y pensar a partir de una lente que privilegia la categoría de la raza y de sus imperativos, tanto en Brasil como en otras diásporas. En NEABÍ, tuve la oportunidad de leer textos de autorías africanas (de diversos países, como Angola, Mozambique y Senegal), acceder

a textos traducidos, y aproximarse de una realidad que ni de lejos circulaba en los pasillos, enmiendas y discusiones del programa de mi curso de graduación. Esos espacios, sus obras y autorías funcionaron como acogida y abrazo negro académico que yo no iría recibir en ningún otro lugar de la UFS.

Esas provocaciones me condujeron hacia una trayectoria que me llevaría a pensar y articular teóricamente sobre las relaciones raciales en Brasil, con sus aspectos, dinámicas, contradicciones y borrados. A la medida que iba avanzando en la discusión, descubría puntos sobre mi propia trayectoria, la de mi familia y también de como yo habitaba en el mundo, en Aracaju y los muchos lugares de allí. La estratificación de la ciudad se quedó más aparente, y las raras omisiones sobre la negritud en Sergipe se quedaban cada vez más evidentes.

Entre los muchos puntos, elegí estudiar con más atención la política de cuotas en UFS — implantada en 2010, y con vasta discusión empezada desde 2006 —, pues quería comprender ese movimiento, que yo, de inicio, ya entendía como algo muy positivo para la universidad. Visto que, siempre consideré que la inserción de más estudiantes negras y negros iría proporcionar a la universidad cambios significativos de todo el orden, incluso en las epistemologías.

Para recorrer, desarrollé mi trabajo de conclusión de curso sobre las cuotas en UFS, haciendo un balance comparativo del último año de la universidad, sin cuotas, y el primero año, con cuotas. Es sorprendente como los números se cambian y como eso me causó una alegría motivada por percibir que esos estaban siendo los primeros pasos en nombre de una reparación histórica en el campo de la educación superior pública brasileña.

Seguí fuertemente motivada en comprender más y más sobre eso y, entonces, ingresé en la maestría en Antropología, buscando hacer una etnografía sobre los cursos de Medicina y de Derecho y las relaciones entre cotizantes y no cotizantes. Me encontré con una universidad perversa con estudiantes cotizantes. Mismo mi investigación siendo cuestionada, en el sentido de: ¿cuáles rigores académicos una investigación realizada por una mujer negra que pensaba en cuotas habría de tener? Esas interpelaciones ocurrieron muchas veces y me molestaban. A veces, me hacían parar para pensar sobre mi lugar no común de investigadora, y esas situaciones se convirtieron en un capítulo (ASSIS, 2014), pues, el dilema del campo es también un dilema teórico, y más un dilema de lugar de escrita académica de la mujer negra, especialmente porque somos esa amplitud de razones diversas a otras razones bien explicada por Gonzalez

(2018).

En el doctorado, seguí motivada a discutir las acciones afirmativas y sus diversos efectos en la enseñanza superior, pero la conducción ancestral, sumada a la oportunidad educacional, permitió con que yo reelaborara mi proyecto de investigación, y así, realizara una investigación que pondría Brasil y Angola en diálogos acerca de la educación superior y sus dinámicas de conocimientos. Considero que esa fue una reconducción ancestral, pues, mi tatarabuela fue una niña esclavizada que vino de Angola, cuyo nombre era Tamashalim Ecuonaker, que vivió como esclava y murió liberta. Incluso, fue ella que dejó como herencia para mi familia paterna la obligación y devoción de rendir culto a Santa Bárbara — Iansã —, mediante práctica religiosa o ritual que es cumplido anualmente en la fecha específica de la Pascua. Esa fiesta también celebra la Abolición de los Esclavos, y su marco es de 1888, haciendo así, 133 años de historia y resistencia de la fiesta del *Samba de Aboio de Santa Bárbara*, en el pueblo de Aguada, ubicado en el municipio de Carmópolis, Estado de Sergipe.

Estoy segura de que fue también mi tatarabuela quien sopló los vientos necesarios para que yo pudiera obtener la oportunidad educacional de investigar en Angola, y retomar y retomar a ese lugar ancestralmente marcado para mi familia y yo. En una vasta travesía, pues si mi tatarabuela vino como africana esclavizada, yo llego (o regreso) a Angola como una investigadora en la modalidad de doctoramiento. Son vastas las travesías de esos movimientos desde mi tatarabuela hasta yo.

Al estar en Angola, viviendo en Luanda, fui atravesada de todas y varias formas, durante la realización de la investigación en una universidad africana (Universidad Agostinho Neto, en la Facultad de Ciencias Sociales) que me enseñó a comprender con más lucidez la importancia de tomar el campo de la educación en cualesquiera niveles, más precisamente en el nivel superior, como un campo de disputa de lo cual no más debemos retinarnos. Allá resignifiqué aspectos que el Brasil elabora sobre África, percibiendo que hay una detallada organización mediática de lo que es representado como Brasil, y de como eso, en larga medida, rechaza el Brasil afro brasileño, el Brasil, incluso, de onde o partí. Las ambivalencias y contradicciones son inúmeras, pero son importantes y pueden ayudar en una mejor comprensión sobre esos dos lados del Atlántico.

Digo que la diferencia produce nuevos y diferentes sentidos, como, por ejemplo, cuando yo era interpelada: *¿Eres brasileña?* Y yo les decía que sí, yo era

brasileña, salida del nordeste de Brasil, estudiante de una universidad del sur de Brasil (Universidade Federal de Santa Catarina), afro religiosa y con una historia genealógica asociada a Angola, sobre Luanda, y así, en esas conversas atravesadas, fui descubriendo aspectos sobre mí, del lugar y de las personas, como un grande baile de soplos y vientos, ora ancestrales ora del tiempo presente.

Una amplitud se abrió y me parió una vez más en suelo angolano, cuando escuché: eres de aquí, eres nuestra, tus antepasados son de aquí". Aun no comprendí con integralidad lo que sería ser de allá. Si eso significaba, por ejemplo, no ser de aquí o si, en razón de ser de aquí, es que puedo también ser de allá, llevando en consideración ese cordón marítimo (¿o marital?) que involucran Brasil y Angola. Son vastas las travesías que me hicieron partir para regresar, en una relación dialéctica típica del mar, esa grande Kalunga que me hace y me hizo habitar allá y acá.





03.

Fuerza para seguir y atravesar

Sigo haciendo travesías y esos movimientos también me ponen en un modo de habitar, de estar en el mundo. Muchas son las descubiertas y los descartes que he hecho a lo largo de esta trayectoria, que, en muchos sentidos, aun está iniciándose, dando sus primeros pasos.

Al pensar en la escoja de narrar un poco de mi experiencia con la educación superior, siendo discente e investigadora en formación, entiendo también que es importante alimentarme de esta importancia de estar y utilizar los dispositivos que la universidad me ofrece, y la escrita es una de ellos. Como nos muestra hooks (2019), “es por eso que pienso ser importante que mujeres negras en la enseñanza superior escriban y hablen acerca de nuestras experiencias, sobre las estrategias de sobrevivencia.” (HOOKS, 2019, p.136)

Somos sobrevivientes por toda nuestra resiliencia, y somos rebeldes

porque no nos sujetamos solamente a sobrevivir, somos rebeldes para vivir. En ese sentido, me considero sobreviviente en muchos aspectos, y viviente en otros más. Terminar una tesis de doctorado en 2020, en este escenario de pandemia, es un desafío más que las mujeres negras académicas acumulan. Particularmente, aun fui atravesada por el fallecimiento de mi abuelo, por Covid-19. Me puse pensando, ¿cómo moverme en tiempos tan difíciles de atravesar? ¿Cómo recorrer esos caminos que parecen querer solamente desestabilizarnos? La respuesta está en el mar, pues somos transatlánticas (NASCIMENTO, 2018), y tenemos, así, la fuerza para navegar en cualquier lugar.



ASSIS, Yérsia Souza de. **A experiência das ações afirmativas na Universidade Federal de Sergipe: os cursos de Direito e Medicina.** 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

CARVALHO, José Jorge de. **O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro.** Revista USP, n. 68, 2006.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa.** São Paulo: Filhos da África. 2018

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como uma feminista, pensar como negra.** São Paulo: Elefante. 2019.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. 4. ed.. São Paulo: Selo Negro, 2011.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais / Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias da destruição**. São Paulo: Filhos da África, 2018.

MULHERES
INTELLECTUAIS
NORDESTINAS

Epilogo

o algunas notas de
una editora negra





DAYSE SACRAMENTO



Dayse Sacramento, mujer negra de Salvador, profesora de Lengua Portuguesa en IFBA, Doctora en Literatura y Cultura - UFBA, Maestría en Crítica Cultural - UNEB, Productora Cultural y Creadora de Diálogos Insubmisos de Mulheres Negras. Editor responsable de Editora Diálogos Insubmisos.

La lectura de los ensayos de este libro puede servir como un llamado a las personas que les gustaría fortalecer y construir un compromiso intelectual geopolítico con el Nordeste del Brasil. Reconocer las diferencias regionales no se trata de una revancha en búsqueda de superación, sino una apuesta en experiencias de vida de un local del país marcado por las desigualdades y estereotipos peyorativos en lo que dice respecto a nuestros modos de vida nordestina. Considero importante que tengamos ese debate de forma honesta y llamando atención y acción para los que tienen compromiso de crear otros escenarios regionales para un país que históricamente tiene el Centro-Sul-Sudeste como referencia que posiciona las demás regiones, el Norte y el Nordeste, como lugares menos valorados, consecuentemente, vilipendiando las personas nordestinas y nordestinas.

Por esas y otras cuestiones, resaltamos con la publicación de esta obra la necesidad de creación de espacios de credibilidad, visibilidad, valorización y de circulación de la intelectualidad de mujeres negras. La publicación es una oportunidad de ampliación de las perspectivas acerca de la producción intelectual nordestina realizada por mujeres negras. Además, nos interesa con la publicación romper con los estereotipos regionales y raciales, trayendo para la escena imágenes positivadas de personas negras, sobre todo de las mujeres.

A final, mismo en una perspectiva negra, personas del Norte-Nordeste son categorizadas como menos capaces por prejuicios históricamente resignificados relacionados a la ignorancia, con prácticas artísticas reducidas al lugar de menos importante en el escenario nacional. Entonces, fortalecer el escenario de producción intelectual de mujeres negras es incentivar el mercado editorial a apostar y dar credibilidad a esa escena con inversiones para publicación y circulación de esa producción que fueron nuestros objetivos atingidos con esta experiencia-libro.

El libro trajo textos que fueron escritos en 2020, en el contexto de la COVID-19, por nueve mujeres negras de cada estado del Nordeste. La organización de la obra fue hecha e incentivada por una organización baiana, el Diálogos Insubmisos de Mulheres Negras (DIMN, una plataforma literaria de escritoras negras ubicada en Salvador/Bahía, que desde 2018 realiza eventos propios (autogestionados) y participa de eventos literarios nacionales e internacionales, con la promoción de debates y actividades que tienen como lema la producción literaria femenina negra, dialogando con otros lenguajes artísticos.

Espero que quien llegó hasta aquí, tenga el Nordeste como rumbo intelectual y que esta obra pueda ser una acompañante retada como nuestro puedo así lo es.



Este libro solamente está en sus manos ahora, pues una red de mujeres negras tejió un camino de apoyo, soporte y realización para que nuestras ideas se materializaran en estas hojas de papel. Desde la acogida institucional, a través del apoyo y de la credibilidad puesta en el trabajo del Diálogos Insubmisos de Mulheres Negras, a partir de la relación fructífera que establecemos desde 2018 con la Coordinación de Proyectos de la Fundación Rosa Luxemburgo, con la querida y amiga de luchas Christiane Gomes, hasta la confianza de la directoría general, a través de Torge Loeding.

También fue fundamental que las autoras negras nordestinas dispusieran sus tiempos, esfuerzos intelectuales y creyeran en deseo-libro de concebir una propuesta de lectura que construya nuevos y otras miradas sobre nuestra región, que respeta nuestra historia y nos reconoce en el escenario geopolítico del conocimiento del país. Junto a las autoras, las negras que actuaron en las producciones ejecutiva, editorial y administrativa en todas las fases del libro, fueron de vital importancia las lecturas atentas de Ayala Tude y Manoela Barbosa, así como la lectura burocrática asegurada por la destreza de Técia Santos, y también Nai Kiese y Helena Rios, que fueron compañeras con el deseo de hacer con que el trabajo ganara vida.

Por fin, les agradecemos al público de lectoras y lectores que ingresaron

el las aguas de las mareas intelectuales nordestinas que cortan y corren por nuestras tierras, “aguas que saben todo, la que te bendice, la que me bendice...”, como nos enseña la poeta Sued Nunes.

DAYSE SACRAMENTO

Editora



